



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

180/2023

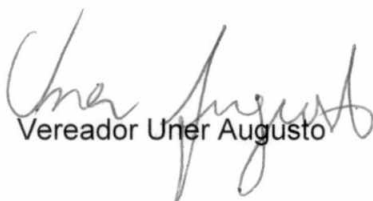
Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Rodrigo Mateus Zacarias Silva, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte, pedido de informação a respeito do 10º Processo de Escolha dos Membros dos 09 (nove) Conselhos Tutelares de Belo Horizonte/MG, nos seguintes termos:

- I - Os nomes e o critério de escolha dos integrantes da Comissão Examinadora da prova de habilidade específica.
- II - A data de divulgação dos integrantes das 9 (nove) Comissões Regionais Organizadoras.
- III - O método de controle para assegurar que o eleitor que possua comprovantes de residência em mais de uma região de votação vote em apenas uma delas.
- IV - Medidas de segurança a serem utilizadas neste processo, as utilizadas no processo anterior e as principais mudanças entre elas.
- V - As denúncias recebidas referente ao processo de escolha anterior, as medidas tomadas e os procedimentos planejados para prevenir que os atos denunciados não ocorram no processo de escolha atual.

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2023.

  
Vereador Uner Augusto

Ao Senhor Vereador Gilson Guimarães  
Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:  
15 102 123  
2/600  
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE  
Requerimento de Comissão

181/2023

Requeiro a esta Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que após ouvido este Plenário, seja realizada uma audiência pública no dia **21/03 do corrente ano, às 09h30, no Plenário Camil Caram, com a finalidade de debater os impactos da instalação da "Casa de Passagem", à Rua Flávio dos Santos, Bairro Floresta.** Solicito elaboração de Nota Técnica para corroborar neste debate.

A pedido dos moradores, esta audiência visa reunir cidadãos e o Poder Público para debater os impactos da instalação deste aparelho em uma área que já sente a falta de infraestrutura e segurança pública. Entre os questionamentos respondidos pelo Requerimento de Comissão 1794/2022, fruto da audiência pública realizada em 24/10/2022, invocada por este parlamentar, nota-se flagrante ausência de informações de extrema importância e que devem, com transparência a bem do cuidado e responsabilidade com o munícipe, serem esclarecidas neste evento em pauta.

Torna-se, assim, de extrema importância, a presença das seguintes autoridades e representantes:

- **CARE-L** – Elson Alípio Júnior;
- **Guarda Civil;**
- **Ministério Público;**
- **Polícia Militar de Minas Gerais;**
- **SMPU** - João Antônio Fleury Teixeira

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2023.

**Vereador Wilsinho da Tabu**  
Partido Progressistas

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:  
15 1 02 123

Responsável pela distribuição

A Sua Excelência o Senhor  
**Vereador Gilson Guimarães**

Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor



## Requerimento de Comissão

**207/2023**

Senhora Presidente,

Requeiro à Comissão Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, I e II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Prefeito de Belo Horizonte, e a Sra. Rosilene Rocha, Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, pedido de informação sobre o atendimento do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) aos moradores da região do Aglomerado Cabana nos últimos meses.

Segundo relato dos moradores, existe um equipamento CRAS nas proximidades do aglomerado, a menos de 2 km, situado na rua Aguanil, nº 425, no bairro Vista Alegre, com excelente estrutura. Entretanto, eles relatam que a equipe que atua no local não recebe e não realiza o atendimento dos moradores do aglomerado Cabana neste equipamento.

Dessa forma, os moradores, para conseguirem atendimento em algum CRAS, precisam se deslocar para a avenida Barão Homem de Melo, nº 282, no bairro Nova Suíça, unidade situada a mais de 12 km de distância, fato que dificulta o acesso ao serviço e acaba agravando a situação de vulnerabilidade dos moradores, pela dificuldade de deslocamento até local. Diante disso, questiona-se:

1 – Qual o horário de atendimento do CRAS Vista Alegre?

2 – Com relação aos atendimentos do CRAS Vista Alegre:

2.1 – Quantos servidores e/ou trabalhadores estão lotados no equipamento CRAS Vista Alegre? Quais cargos ou função exercem?

2.2 – Qual a capacidade de atendimento do CRAS Vista Alegre? Favor informar o número total de pessoas que o CRAS é capaz de atender diariamente.

2.3 – Atualmente, quantas pessoas são efetivamente atendidas no CRAS Vista Alegre? Favor informar a média diária do número de pessoas atendidas em 2022, informando também o número de atendimentos realizados em cada um dos meses de 2022.

4 – Procedem as reclamações de que a equipe que atua no CRAS Vista Alegre não está atendendo aos moradores do aglomerado Cabana? Em caso afirmativo, favor justificar as razões.

5 – Existe algum projeto, planejamento ou intenção, por parte da Prefeitura de Belo Horizonte, em instalar um equipamento CRAS na região da Cabana? Em caso afirmativo, qual o local para instalação?

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2023.

FERNANDA  
PEREIRA

ALTOE:04519898  
641

Assinado de forma digital  
por FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641  
Dados: 2023.02.16  
17:19:51 -03'00'

**VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ**  
**NOVO**

Ao Senhor

Vereador Gilson Guimarães

Presidente da Comissão Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

### ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 16/02/2023 20:37:48 UTC  
Versão do software 2.11rc5

#### ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo 15.02.2023 - Pedido de Informação - CRAS Vista Alegre moradores Cabana.pdf  
Resumo SHA256 do arquivo bf2aae1cd9deff811a51942906f329cfa6cc0dc82ecfd6e3f821d148f9f17f45  
Tipo do arquivo PDF  
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:\*\*\*198986\*\*,  
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI  
Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

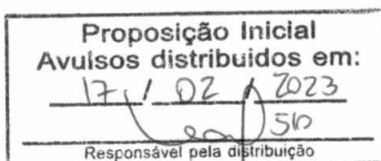
#### ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada  
Status da assinatura Aprovado  
Caminho de certificação Aprovado  
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
Cifra assimétrica Aprovada  
Resumo criptográfico Correto  
Data da assinatura 16/02/2023 20:19:51 UTC  
Status dos atributos Aprovados

#### ▶ Informações do assinante

#### ▶ Caminho de certificação

#### ▶ Atributos

[AVALIE ESTE SERVIÇO](#)[EXPANDIR ELEMENTOS](#)Modo escuro ☐



**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**  
**Requerimento de Comissão**  
**RE 254/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência e aos demais membros desta Comissão, nos termos do art. 48, § 2º e 73, II do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, **no dia 21/03/2023, às 9h:30, no Plenário Helvécio Arantes**, com a finalidade de discutir sobre as condições de trabalho das equipes de proteção social e Cidadania e CREAS Leste na Diretoria Regional de Assistência Social Leste (DRAS-L), situada Rua Anhanguera, 79, Santa Tereza, Belo Horizonte - Minas Gerais.

A realização dessa audiência se justifica pela necessidade de debater as condições de trabalho do assistente social, a infraestrutura predial e a qualidade da prestação do serviço.

É importante a discussão deste tema, pelo fato do profissional de assistente social ser o responsável por assegurar o bem-estar de indivíduos e grupos. Seja no âmbito físico, psicológico ou social. Diante da relevância do tema a ser discutido, sugerimos que sejam convidadas, as seguintes autoridades:

- **Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Sra. Rosilene Rocha**
- **Diretor Regional de Assistência Social, Sr. Ricardo Marcelo Fait Gorchagov**
- **Coordenador de Administração Regional Leste, Sr. José Henrique de Oliveira Neto**

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2023.

MARCOS  
ANTONIO  
CRISPIM:0274  
9830605

Assinado de forma  
digital por MARCOS  
ANTONIO  
CRISPIM:02749830605  
Dados: 2023.02.27  
15:19:43 -03'00'

**Marcos Crispim**  
Vereador – PP  
Corregedor da Câmara Municipal de Belo Horizonte

**Excelentíssimo Senhor**

**Vereador Gilson Guimarães**

**Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor**

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 27/02/2023  
HORA: 15:25:16

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)**RELATÓRIO**▼ **RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001**

**Data de verificação** 27/02/2023 18:25:50 UTC  
**Versão do software** 2.11rc5

▼ **Informações do arquivo**

**Nome do arquivo** REQUERIMENTO DE COMISSÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS  
CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA DRAS-L.pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** 9f937d8202d8ca5f741425100317935bb2e04c329d97148ab6a960924559caab  
**Tipo do arquivo** PDF  
**Quantidade de assinaturas** 1

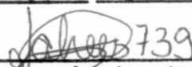
▼ **BR Assinatura por CN=MARCOS ANTONIO CRISPIM:\*\*\*498306\*\*, OU=Certificado PF A3,  
OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR**

▼ **Informações da assinatura**

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** 27/02/2023 18:19:43 UTC  
**Status dos atributos** Aprovados

▶ **Informações do assinante**▶ **Caminho de certificação**▶ **Atributos**

**Proposição Inicial**  
**Avulsos distribuídos em:**  
27 / 02 / 2023

 739  
**Responsável pela distribuição**

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## **Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor** **Parecer em Primeiro Turno** **Projeto de Lei nº 411/2022**

### **1. RELATÓRIO**

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 411/2022, de autoria dos vereadores Wanderley Porto, Jorge Santos, Gabriel, Ciro Pereira, Reinaldo Gomes, Irlan Melo, Léo Burguês e Cleiton Xavier que *"Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 11.285/21, que "Dispõe sobre a criação do Programa de Substituição Gradativa dos Veículos de Tração Animal no Município e dá outras providências"*.

O projeto foi instruído, como de costume, com toda legislação correlata, conforme apresentado em seus autos às fls. 06 à 17.

Iniciando a tramitação pelas comissões permanentes, conforme previsão regimental, a Comissão de Legislação e Justiça examinou a matéria e concluiu por sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

Na análise de mérito, as Comissões de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana e de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário concluíram, após análise, pela aprovação do projeto.

Em seguida, a Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor designou a Vereadora Bella Gonçalves como relatora do parecer que, em tempo, encaminhou Proposta de Diligência à Prefeitura que prontamente enviou resposta à CMBH.

Cabe a análise do projeto nos termos do art. 52, VIII, alínea "a" do Regimento Interno desta Casa, no qual dispõe sobre assuntos atinentes aos direitos e garantias fundamentais e à cidadania.

Designado relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

### **2. FUNDAMENTAÇÃO**

A Lei nº 11.285, de 22 de janeiro de 2021, visa evitar maus-tratos a animais e proporcionar melhores condições de locomoção no Município. Infelizmente, ainda é grande a quantidade de animais vítimas de maus-tratos e da crueldade humana. É triste ver que somos ainda, mesmo que silenciosos, os multiplicadores da cultura da violência contra animais. Não raro, assistimos a animais lesionados, desnutridos, maltratados, abandonados, mortos e soltos, colocando em risco a vida no trânsito.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 13.02.2023  
HORA: 16:27:49



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O projeto em questão tem por objetivo alterar o prazo para a proibição em definitivo da circulação de veículos de tração animal na cidade de Belo Horizonte a partir de 22 de janeiro de 2026. Dessa forma, em cinco anos, a atividade será encerrada, havendo portanto diminuição desse prazo, evitando mais sofrimento aos animais e, com a aplicação da lei, será garantida adaptação dos trabalhadores que dependem de uma renda financeira.

Importante ressaltar que o Decreto nº 16.270, de 31 de março de 2016 regulamenta a Lei nº 10.119/2011, que “Dispõe sobre a circulação de veículo de tração animal e institui a Política Municipal de Utilização Sustentável dos Veículos de Tração Animal – VTA - que tem como objetivos estabelecer as diretrizes para o exercício desta atividade, bem como assegurar a inclusão social e produtiva dos trabalhadores de VTA no âmbito do Município de Belo Horizonte.

Também nesse contexto, a Lei nº 11.285, de 22 de janeiro de 2021, dispõe sobre a criação do Programa de Substituição Gradativa dos Veículos de Tração Animal no Município e institui no Município o Programa de Substituição Gradativa de Veículos de Tração Animal, intitulado “Carreto do Bem” que consiste na substituição dos veículos de tração animal por veículos de tração motorizada, alternativa para que os envolvidos tenham uma vida profissional digna. Inúmeros programas de geração de renda serão utilizados para substituir esta fonte de renda das famílias. Inegável a necessidade e urgência de não mais permitirmos condições sub-humanas de trabalho.

Só assim teremos de forma efetiva o convívio do Homem com o animal sem o caráter de exploração. Com a devida lei evitaremos maus-tratos aos animais e nos tornaremos referência como uma capital bio sustentável.

### **3. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, concluo este parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 411/2022.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2023.

**Bruno Miranda**  
Vereador - PDT  
Líder de Governo

Assinado de forma digital por BRUNO  
MARTUCHELE DE SALES:03719403629  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI  
Múltipla vS, ou=22882751000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,  
cn=BRUNO MARTUCHELE DE  
SALES:03719403629  
Dados: 2023.02.13 15:55:37 -03'00'

---

**Vereador Bruno Miranda - PDT**  
**Líder de Governo**



[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

---

**RELATÓRIO****▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001****Data de verificação** 13/02/2023 19:01:37 UTC**Versão do software** 2.11rc5**▼ Informações do arquivo**

<b>Nome do arquivo</b>	Parecer PL 411 de 2022.pdf
<b>Resumo SHA256 do arquivo</b>	95f8c37aa613d01a8323fd8414016e16a488a42f81f17a6bed6f d468fbda216e
<b>Tipo do arquivo</b>	PDF
<b>Quantidade de assinaturas</b>	1

**▼ BR Assinatura por CN=BRUNO MARTUCHELE DE SALES:\*\*\*194036\*\*,  
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI  
Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR**

**▼ Informações da assinatura**

<b>Tipo de assinatura</b>	Destacada
<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Data da assinatura</b>	13/02/2023 18:55:37 UTC
<b>Status dos atributos</b>	Aprovados

**▶ Informações do assinante****▶ Caminho de certificação****▶ Atributos**

---

**AVALIE ESTE  
SERVIÇO****EXPANDIR  
ELEMENTOS**Modo escuro ☐



DH

OF. SMGO/DALE Nº 103/2023

Belo Horizonte, 17/02/2023

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.973/22** – Autoria do Vereador Nikolas Ferreira – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 5.867/22, de 19/12/2022.

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.973/22, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, que solicita informações a respeito da unidade de Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade de abrigo para gestantes e puérperas, localizada na Rua Canoas, 574, Betânia.

Consultada, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania emitiu resposta por meio do ofício SMASAC/DALE-SURIN-SMGO-039/2023, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

**Leonardo Amaral Castro**

Secretário Municipal Adjunto de Governo  
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereador Gabriel**  
CAPITAL



**SMASAC/DALE-SURIN-SMGO – 039/2023**

Belo Horizonte, 25 de janeiro de 2023

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente e, em resposta TAG Nº 354304, Ofício Dirleg 5.868/2022, Requerimento de Comissão nº 1973/22, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, cujo objeto é o pedido de informações sobre unidade de Serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade de abrigo para gestantes e puérperas, localizada na Rua Canoas, 574, Betânia, encaminhamos as manifestações das Subsecretarias de Assistência Social e de Planejamento, Gestão e Finanças, através dos Ofícios SUASS/SMASAC n.º 130/2023 e Ofício SUPGF-ASAC/SMASAC n.º 002/2023, com os esclarecimentos necessários.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos e antecipamos os nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

**Rosilene Cristina Rocha**

**Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania**

**À Senhora**

**Luana Magalhães de Araújo Cunha**

**Diretoria de Acompanhamento Legislativo – DALE**

**Secretaria Municipal de Governo – SMGO**

Ofício SUASS/SMASAC nº 130/2023

Belo Horizonte, 25 de janeiro de 2023.

ASSUNTO: Resposta TAG 354304 - Requerimento de Comissão nº 1.973/22.

Prezada Senhora,

Ao cumprimentá-la, em nome da equipe da Subsecretaria de Assistência Social, acusamos o recebimento da demanda em epígrafe e, na oportunidade, encaminhamos anexo Ofício DPES SUASS Nº 021//2023, elaborado pela equipe da Diretoria de Proteção Social Especial, para subsidiar resposta ao solicitante.

Sendo o que se apresenta para o momento, permanecemos à disposição para outras informações que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,



**José Crus**

*Secretário Adjunto / Subsecretário de Assistência Social*

*Ilma. Senhora*

**Rosilene Cristina Rocha**

*Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania*

*Nesta*

Belo Horizonte, 20 de janeiro de 2023.

**ASSUNTO:** Resposta TAG 354304- Requerimento de Comissão nº 1.973/22.

**REFERÊNCIA:** Pedido de informações a respeito da unidade de Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade de abrigo para gestantes e puérperas, localizada na Rua Canoas, nº 574, Betânia.

Prezado Secretário,

Com cordiais cumprimentos, confirmamos o recebimento da TAG 354304, seguindo o Requerimento de Comissão nº 1.973/2022, de autoria do vereador Nicolas Ferreira, que solicita informações acerca da estruturação da Unidade de Acolhimento de Gestantes e Puérperas.

Em retorno à demanda apresentada, inicialmente, informamos que as ações desenvolvidas no âmbito da Política de Assistência Social orientam-se pela Constituição Federal/88; pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/93), atualizada pela Lei 12.345/11; pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004); pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS/2012); pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS/2006); pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais/2009; pelo Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do SUAS, além das Resoluções dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Assistência Social e Orientações Técnicas.

Seguindo as normativas, a Unidade está caracterizada na modalidade Abrigo Institucional de Famílias, efetivando acolhimento institucional para gestantes e puérperas maiores de 18 (dezoito) anos, seus filhos recém-nascidos e demais filhos até 6 (seis) anos de idade em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, em processo de saída das ruas ou com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, promovendo a convivência familiar e/ou comunitária, visando garantir sua proteção integral no SUAS-BH.

Destacamos que de acordo com as Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes; Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº1, de 18 de Junho de 2009;

"Embora a Proteção Social Especial de Alta Complexidade contemple serviços de acolhimento que podem atender crianças e adolescentes acompanhados de seus pais ou responsáveis, o presente documento se reporta exclusivamente àqueles serviços que acolhem crianças e adolescentes que se encontram sob medida protetiva de abrigo (Art. 101, ECA), ou seja, em situação de abandono ou afastados do convívio familiar pela autoridade competente." (BRASIL, 2009, pág. 18)

É importante ressaltar que na modalidade de Acolhimento Institucional de Famílias, as crianças e adolescentes estão sob a responsabilidade dos pais, que possuem o poder familiar. De acordo com orientações do Governo Federal, “crianças e adolescentes (de 0 a 18 anos incompletos) só poderão ser atendidos neste serviço acompanhados dos pais e/ou responsáveis” (MDS, 2013, p.3).

Passamos aos pontos solicitados em ofício:

**1) Como é feito o acolhimento e abrigamento das mulheres? Gentileza descrever todo o procedimento.**

Constituem formas de acesso ao Abrigo:

- Encaminhamento realizado a partir dos seguintes Serviços e Unidades:
  - Serviço Especializado em Abordagem Social;
  - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros POPs);
  - Demais serviços de acolhimento institucional;
  - Demais parceiros da Secretaria para atendimento da população em situação de rua.

Procedimento realizado a partir da demanda espontânea da usuária em algum dos serviços citados ou pela busca ativa e sensibilização da equipe de referência com as atendidas.

- É solicitado para inserção no acolhimento, relatório de acompanhamento social com parecer técnico do serviço/unidade encaminhadora. Deverá, ainda, ser realizada discussão do caso entre as equipes de referência dos serviços/unidades encaminhadoras e da unidade de Gestante e Puérpera, para definir estratégias de condução do caso. Salvo situações emergenciais avaliadas pela gestão das vagas;

O objetivo dessa etapa é realizar o alinhamento de informações sobre a usuária, compartilhamento das ações já realizadas, não revitimização da mulher e não sobreposição de ações entre os serviços e unidades.

- Após o encaminhamento da solicitação da vaga, a usuária é convidada a conhecer a Unidade, na oportunidade será agendada sua inserção, que poderá acontecer no mesmo dia.

Destacamos que a regulação do acesso da Unidade ocorre por meio da Central de Vagas do SUAS-BH vinculada a Gerência de Gestão dos Serviços da Alta Complexidade/GGSAC.

## **2) Qual o período de permanência no abrigo?**

Em relação ao tempo de permanência, esclarecemos que na Modalidade de Abrigo de Famílias, o Texto de Orientação para o Reordenamento do Serviço de Acolhimento para a População Adulta e Famílias em Situação de Rua (MDS/2013) e a Resolução CMAS 030/2017 preconiza um tempo máximo de 18 meses de permanência. **No entanto, destacamos que este período não deve ser fixo, pois cada pessoa tem suas potencialidades e desafios que interferem no processo de desligamento do serviço. Esse processo deve ser construído conjuntamente com o usuário, com dignidade e respeito à sua vontade e nível de autonomia** (MDS, 2013, p.4).

No caso desta unidade, é observado ainda o tempo do puerpério, que não é universal para todas as mulheres, ou seja, seja um tempo peculiar para cada usuária.

Após o acolhimento na Unidade de Gestantes e Puérperas, a usuária e seu(s) filho(s) podem ser encaminhados para programas de moradia, acolhimento de família, autonomia de moradia ou retorno à convivência familiar.

## **3) Quais os custos do equipamento mensal? Gentileza enviar relatório detalhado de custo do equipamento.**

No que se refere aos custos mensais da unidade, informamos que o plano de trabalho com os valores referentes a execução do serviço de Acolhimento Institucional para Gestantes e Puérperas está disponível no site da Prefeitura no Termo de Parceria publicado no Diário Oficial do Município/DOM 20/07/2022. Processo nº01.011.717/22-83, Instrumento Jurídico 01.2022.1011.0018. 0000.

É oportuno destacar que a execução de parcerias no âmbito da política pública de assistência social segue a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias, construídas em mútua cooperação para o atingimento de finalidades de interesse público e recíproco, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. E em âmbito municipal o Decreto Nº 16.746, DE 10 de outubro de 2017.

Detalhamentos em anexo – documentos SUPGF.

## **4) Quantas mulheres existem no local e qual a programação diária do equipamento?**

A Unidade de Gestantes e puérperas foi inaugurada em 22 de agosto de 2022, desde sua abertura estiveram acolhidas 20 usuárias entre mulheres gestantes, puérperas, bebês e seus filhos maiores. No momento encontram-se acolhidas 05(cinco) puérperas, 01(uma) gestante, 05(cinco) bebês e 02(duas) crianças maiores de 1 ano. Informamos que não há fila de espera para acolhimento na unidade neste momento.



O acompanhamento às famílias inseridas é realizado segundo preconiza a resolução CMAS/30, de 13 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os Parâmetros do Trabalho Social Essencial do Serviço que compreende:

- Acolhida, Recepção e Escuta: Inserção no serviço através de atendimento e escuta; Ambientação com apresentação do espaço físico;
- Inclusão no Cadastro Único - CÁD-ÚNICO;
- atendimentos individuais;
- atendimentos ao grupo familiar;
- Orientação e atendimento em atividades coletivas;
- Mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio;
- Mobilização para o exercício da cidadania;
- Orientação jurídica social;
- Orientação para acesso para à documentação pessoal;
- Orientação e encaminhamentos para a rede de serviços, programas, projetos e benefícios sociais;
- Elaboração do estudo social/estudo de caso;
- Diagnóstico socioeconômico quando necessário;
- Elaboração de plano individual e/ou familiar de atendimento;
- Cuidados pessoais;
- Informação, comunicação e defesa de direitos;
- Construção de autonomia;
- Articulação em rede com os demais serviços socioassistenciais;
- Articulação em rede com outras políticas públicas setoriais;
- Articulação interinstitucional com os Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;
- Articulação com o Sistema de Segurança Pública.

Desta forma, a construção do plano de acompanhamento deve ser pensada com a participação da família, sendo importante destacar a situação atual, os objetivos propostos e as estratégias, que se referem ao caminho que devemos percorrer para alcançar os resultados almejados. Os objetivos construídos no plano poderão ser reajustados de acordo com o ritmo das mudanças e protagonismo da família.

Permanecemos à disposição para demais informações.

Atenciosamente,

**Regis Aparecido Andrade Spíndola**  
Diretor de Proteção Social Especial do SUAS BH

Ex. Sr.

**José Crus**

Secretário Adjunto | Subsecretaria de Assistência Social/SUASS

Nesta Secretaria

Ofício SUPGF-ASAC/SMASAC nº002/2023

Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2023.

Ref: Ouvidoria do Município - TAG nº354304

Senhora Secretária,

Em resposta ao item 3 da TAG nº354304, que encaminha o Requerimento de Comissão nº1.973/22, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, referente à unidade de Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade de abrigo para gestantes e puérperas, localizada na Rua Canoas, 574, Betânia, temos a informar:

*"3) Quais os custos do equipamento mensal? Gentileza enviar relatório detalhado de custo do equipamento".*

O Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade de abrigo para gestantes e puérperas é executado por meio de parceria firmada com a Organização da Sociedade Civil – OSC “Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA”.

O custo mensal dessa parceria é no valor de R\$109.309,52 (cento e nove mil, trezentos e nove reais e cinquenta e dois centavos), sendo que a primeira parcela repassada à OSC foi de R\$174.309,52 (cento e setenta e quatro mil, e nove reais e cinquenta e dois centavos), incluindo o valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) referente à implantação da unidade.

Encaminhamos anexo o Plano de Trabalho e Planilha Orçamentária referente à Casa de Acolhimento de Mulheres Gestantes e Puérperas conforme solicitado.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,

Isabela de Vasconcelos Teixeira – BM: 116734-9  
Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças

À Senhora

Rosilene Cristina Rocha

Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC

Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC

**Portal da Assinatura - PBH**

2 página(s) assinada(s) - Datas e horários baseados em Brasília, BR

Certificado de assinaturas gerado em Quinta-feira, 12 de Janeiro de 2023 às 10:30

Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021

Ofício 002-2023 SUPGF-ASAC - SMASAC - TAG 354304.pdf

Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em Quinta-feira, 12 de Janeiro de 2023 às 10:30  
Assinante: ISABELA DE VASCONCELOS TEIXEIRA Matrícula: PR116734  
Hash da assinatura: BD43EF4B23395F240FC9EB280031673530247182 Para validar utilize o QR Code ao lado.



631  
6



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E CIDADANIA  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
GERÊNCIA DE GESTÃO DE PARCERIAS

PROCESSO Nº 01.011.717/22-83

Instrumento Jurídico: 012022101100180000



TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS SUDESTE BRASILEIRA - ADRA, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA GESTANTES E PUÉRPERAS

O Município de Belo Horizonte, inscrito no CNPJ nº 18.715.383/0001-40, com sede na Av. Afonso Pena, nº 1212, Bairro Centro, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Maíra da Cunha Pinto Colares, **ADMINISTRADOR PÚBLICO** da presente parceria, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Organização da Sociedade Civil **AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS SUDESTE BRASILEIRA - ADRA**, CNPJ nº 16.524.054/0002-77, situada na Avenida Portugal, 21 – Bairro Jardim Atlântico, Belo Horizonte, MG, neste ato representada por Adriano Carlos Aureliano, titular do CPF nº 156.241.018-05 e RG nº 20.407.811-8, doravante denominada, O.S.C., e ambos em conjunto denominados PARCEIROS, sujeitando-se, no que couber, aos termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal nº 16.746, de 10 de outubro de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, e demais normas que regulamentam a espécie, em conformidade com o Plano de Trabalho deste instrumento, RESOLVEM celebrar o presente Termo de Colaboração.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Colaboração tem por objeto a formalização da relação de parceria, em regime de mútua cooperação entre o MUNICÍPIO e a O.S.C., para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de uma unidade de Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade de Abrigo para Gestantes e Puérperas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Termo de Colaboração, comprometem-se os Parceiros a executar a integralidade das obrigações assumidas, no âmbito das respectivas competências.

##### 2.1. São obrigações comuns dos PARCEIROS:

- I - conjugar esforços e cooperar um com o outro para a plena realização do objeto;
- II - promover publicidade e transparência das informações referentes a esta parceria;
- III - promover o registro das informações cabíveis na plataforma eletrônica do Sistema Unificado de



Contratos Convênios e Congêneres – SUCC – ou em outra quevenha a substituí-la;

IV - fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle interno e externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas à parceria independente de autorização judicial; e

V - priorizar a busca por soluções pacíficas e extrajudiciais, na hipótese de qualquer dúvida ou controvérsia sobre a interpretação e cumprimento deste Termo.

## 2.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

I - efetuar o repasse dos recursos necessários à execução do Plano de Trabalho, na forma prevista na Cláusula Terceira;

II - apoiar a O.S.C. no alcance dos resultados previstos no objeto da presente parceria, conforme o Plano de Trabalho;

III - direcionar esforços para garantir a formação continuada de dirigentes técnicos da O.S.C.;

IV - sempre que solicitado, prestar informações e esclarecimentos referente à parceria aos integrantes da O.S.C.;

V - designar, por ato publicado no Diário Oficial do Município - DOM, o gestor da parceria e os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação;

VI - publicar o extrato desta parceria no Diário Oficial do Município (DOM) e respectivas alterações, se for o caso;

VII - supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do objeto da presente parceria;

VIII - analisar as prestações de contas na forma das Cláusulas Sexta e Sétima deste instrumento;

IX - publicar e manter atualizados os manuais de orientação a gestores públicos e a O.S.C. sobre a aplicação da Lei nº 13.019/2014, ouvida a Gerência de Apoio às Parcerias do Município de Belo Horizonte.

## 2.3. São obrigações da O.S.C.:

I - desenvolver, em conjunto com o MUNICÍPIO o objeto desta parceria conforme o Plano de Trabalho, prestando ao MUNICÍPIO as devidas informações sempre que solicitado;

II - realizar o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, na forma da Cláusula Quinta deste instrumento;

III - responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto desta parceria, conforme Cláusula Terceira;



IV - realizar as compras e contratações necessárias à execução do objeto da parceria, observada a compatibilidade do custo efetivo com os valores praticados no mercado, conforme orçamentação realizada no Plano de Trabalho, tendo como norteadores os princípios da legalidade, moralidade e economicidade, sob pena de nulidade das despesas;

V - manter a guarda dos documentos referentes à orçamentação realizada no momento de apresentação do Plano de Trabalho, pelo período de 10 (dez) anos a contar da data de envio das informações na planilha consolidada;

VI - manter e movimentar os recursos exclusivamente em conta bancária específica, aplicando-os em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, todos com liquidez diária, enquanto não empregados na sua finalidade;

VII - alocar os recursos repassados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade, sendo vedada sua classificação como receita própria ou pagamento por prestação de serviços;

VIII - não remunerar com os recursos repassados: (i) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; (ii) servidor ou empregado público, inclusive que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; (iii) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais sujeitos a pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

IX - efetuar a restituição de recursos nos casos previstos na Lei nº 13.019/2014 e/ou no Decreto Municipal nº 16.746/2017;

X - zelar pela qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia e efetividade social em suas atividades, assegurando a correção de quaisquer irregularidades;

XI - prestar informações aos munícipes e quaisquer interessados sobre o caráter público das ações realizadas em decorrência dessa parceria, quando for o caso;

XII - permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do MUNICÍPIO sobre a execução do objeto da parceria, garantindo o acesso de agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, documentos e informações relativos a esta parceria, e aos locais de execução do objeto;

XIII - prestar contas na forma fixada na Cláusula Sexta, mantendo a guarda dos documentos pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a sua apresentação;

XIV - comunicar quaisquer alterações em seus atos societários e em seu quadro de dirigentes, quando houver, em até trinta dias da data de registro no órgão competente;

XV - operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos



decorrentes do Termo de Colaboração, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;

XVI - manter sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária devidamente regularizada durante toda a vigência da parceria; e

XVII - garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no Plano de Trabalho, se for o caso.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

3.1. O MUNICÍPIO transferirá à O.S.C. o valor total de **R\$ 1.376.714,24** (um milhão, trezentos e setenta e seis mil, setecentos e quatorze reais e vinte e quatro centavos), de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação previstos no Plano de Trabalho aprovado, anexo único deste instrumento;

3.2. Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, todos com liquidez diária, enquanto não empregados na sua finalidade.

3.3. O repasse dos recursos financeiros a que se refere esta cláusula será efetuado até o 5º dia útil do mês definido para repasse.

3.4. Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, em conta corrente específica da parceria, isenta de tarifa bancária, em agência de instituição financeira pública.

3.4.1. A conta corrente deverá ser aberta no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação do presente termo no Diário Oficial do MUNICÍPIO de Belo Horizonte, e seus dados informados ao MUNICÍPIO no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após a abertura.

3.4.2. Excepcionalmente, na hipótese de não haver isenção da tarifa bancária pela instituição financeira, após comprovação da negativa por parte da instituição financeira e comunicação formal ao MUNICÍPIO a fim de que o mesmo possa tomar as devidas providências, os valores pagos pela O.S.C. a título de tarifa bancária deverão ser registrados na plataforma eletrônica, nos termos da CLÁUSULA SEXTA, item 6.3.1;

3.5. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;

3.6. As despesas decorrentes da execução deste Termo de Colaboração, ocorrerão à conta de recursos alocados no respectivo orçamento do MUNICÍPIO, na dotação orçamentária a seguir informada, ou suas equivalentes para os próximos exercícios financeiros:

1011.1100.08.244.020.2403.0005.339039.67.00.00.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA**

4.1. Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano





633  
4

de Trabalho, nas hipóteses previstas na Lei nº 13.019/14 e no Decreto Municipal nº 16.746/17, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste instrumento.

4.2. Toda movimentação de recursos no âmbito desta parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação eletrônica do beneficiário final, ou seja, os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, por meio da Transferência Eletrônica Disponível – TED –, Documento de Ordem de Crédito – DOC –, débito em conta e boleto bancário, todos sujeitos à identificação do beneficiário final.

4.3. Os recursos transferidos pelo MUNICÍPIO não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência da parceria, permitido o pagamento de despesas após o término da parceria, desde que a constituição da obrigação tenha ocorrido durante a vigência da mesma e esteja prevista no plano de trabalho, sendo a realização do pagamento limitada ao prazo para apresentação da prestação de contas final.

4.4. O pagamento das verbas rescisórias da equipe de trabalho da organização da sociedade civil, poderá ser realizada ainda que após o término da execução da parceria, desde que provisionada e proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no plano de trabalho.

4.5. O MUNICÍPIO reterá as parcelas dos recursos financeiros destinados à O.S.C. nas hipóteses e condições previstas no item 7.9 deste Termo.

4.6. Por ocasião da conclusão, denúncia ou rescisão da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, deverão ser devolvidos ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE PELO VÍNCULO TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIO, FISCAL E COMERCIAL**

5.1. A O.S.C. é exclusivamente responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu funcionamento e à execução do objeto previsto no presente Termo de Colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO a inadimplência da O.S.C. em relação aos respectivos pagamentos, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou danos decorrentes da restrição à sua execução.

5.2. A inadimplência da O.S.C. em relação às obrigações previstas no item anterior não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

5.3. A remuneração de equipe de trabalho com recursos transferidos pelo MUNICÍPIO não gera vínculo trabalhista com o MUNICÍPIO.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

6.1. A prestação de contas tem por objetivo o controle de resultados e deverá conter elementos que permitam verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados



previstos.

6.2. A O.S.C. apresentará, trimestralmente, conforme previsto no plano de trabalho, relatório de execução do objeto, na plataforma eletrônica, que deverá conter:

I – descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

II – demonstração do alcance das metas;

III – documentos de comprovação da execução das ações e do alcance das metas que evidenciem o cumprimento do objeto, definidos no plano de trabalho como meios de verificação, como listas de presenças, fotos, vídeos e outros;

IV – documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens ou serviços, quando houver;

V – relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;

VI – justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas.

6.2.1. O relatório de que trata este item deverá fornecer elementos para avaliação:

I – dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

II – do grau de satisfação do público-alvo, quando pesquisado.

6.2.2. A O.S.C. obterá de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da O.S.C. e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço.

6.2.3. A O.S.C. registrará na plataforma eletrônica os dados de que trata o item anterior até o vigésimo dia do mês subsequente à liquidação da despesa, sendo obrigatória a inserção de cópia dos comprovantes referentes aos pagamentos das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, ficando dispensada a inserção de notas, comprovantes fiscais ou recibos.

6.3. A O.S.C. manterá a guarda dos documentos originais relativos à execução das parcerias pelo prazo de dez anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas final.

6.4. Quando descumprida a obrigação constante do item 6.2, nos casos em que não estiver comprovado o alcance das metas no relatório de execução do objeto ou diante de suspeita circunstanciada de irregularidades, a O.S.C. será notificada para apresentar o relatório de execução financeira, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, que deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - relação das receitas auferidas, inclusive rendimentos financeiros e recursos captados, e das despesas realizadas com a demonstração da vinculação com a origem dos recursos e a execução do objeto, em observância ao plano de trabalho;



634  
7

II – extratos da conta bancária específica da parceria;

III – memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;

IV – cópias simples das notas e comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da O.S.C. e do fornecedor e indicação do produto ou serviço;

V – justificativa das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, fazendo constar os fatos relevantes.

6.5. A memória de cálculo referida no inciso III do item 6.5 deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

6.6. A O.S.C. deverá apresentar a prestação de contas final, por meio de relatório final de execução do objeto, que deverá conter os elementos previstos no item 6.2.

6.6.1. A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de até noventa dias, contados do dia seguinte ao término da vigência da parceria.

6.6.2. Caso haja, deverá ser apresentado na prestação de contas final o comprovante de recolhimento do saldo remanescente de que trata o art. 52 da Lei Federal nº 13.019/14, e eventual provisão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o §3º e §4º do art. 44 do Decreto nº 16.746/17 e o inciso I do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/14.

6.6.3. O MUNICÍPIO analisará a prestação de contas final em até cento e cinquenta dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto.

6.7. A análise da prestação de contas final pelo MUNICÍPIO será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, a ser inserido na plataforma eletrônica, que deverá verificar o cumprimento do objeto, o alcance das metas previstas no plano de trabalho e os efeitos positivos da parceria, considerando:

I - o relatório final de execução do objeto;

II - os relatórios trimestrais de execução do objeto;

III - os relatórios de visita técnica *in loco*, se houver;

IV - o relatório técnico de monitoramento e avaliação;

V - o relatório de execução financeira, quando for solicitado nas hipóteses previstas no item 6.5.

6.8. O parecer técnico conclusivo embasará a decisão da autoridade competente, nos termos dos artigos 70 a 74 do Decreto Municipal nº 16.746/17, e concluirá pela:



I - aprovação das contas, quando constatado o cumprimento das metas e, quando necessária, da regularidade na execução financeira da parceria;

II - aprovação das contas com ressalvas quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - rejeição das contas, nas hipóteses previstas no art. 72, inciso III, da Lei Federal nº 13.019/14.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

7.1. As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das parcerias, diante do que deverão contemplar a análise das informações da parceria constantes da plataforma eletrônica e da documentação técnica apresentada;

7.2. Cabe ao MUNICÍPIO exercer as atribuições de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria podendo valer-se de recursos tecnológicos e apoio técnico de terceiros, que será designado em ato próprio;

7.3. As ações de monitoramento e avaliação deverão contemplar:

I - a análise das informações da parceria constantes da plataforma eletrônica e da documentação que comprove o pagamento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias até vinte dias do vencimento da obrigação;

II - consulta ao SUCC que permita aferir a regularidade da parceria;

III - medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle externo e interno;

IV - a verificação de existência de denúncias aceitas.

7.4. O MUNICÍPIO designará um gestor para realizar o acompanhamento e fiscalização desta parceria, através de publicação no Diário Oficial do Município - DOM.

7.5. O MUNICÍPIO poderá designar técnicos responsáveis para subsidiar o gestor da parceria em relação à análise dos relatórios de execução do objeto e de execução financeira, se houver; dos lançamentos dos dados financeiros em plataforma eletrônica, e ainda para a elaboração de seu relatório de monitoramento e avaliação;

7.6. O MUNICÍPIO designará, em ato específico, os integrantes da comissão de monitoramento e avaliação para analisar e homologar, se for o caso, os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação elaborados pelo Gestor da Parceria.

7.7. O gestor da parceria analisará os relatórios de execução do objeto e os relatórios de execução financeira, se houver, e emitirá Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada para possível homologação.



7.7.1. O relatório técnico de monitoramento e avaliação deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019/14 e deverá demonstrar:

I – avaliação das metas já alcançadas e seus benefícios; II – descrição dos efeitos da parceria na realidade local;

II – os impactos econômicos e/ou sociais das ações desenvolvidas; IV – o grau de satisfação do público alvo, quando pesquisado;

III – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto, em se tratando de projeto.

7.8. Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade e/ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a O.S.C. para que possa, no prazo de 30 (trinta) dias sanar a irregularidade, cumprir obrigação ou apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação, sem prejuízo da notificação prevista no item 6.5 deste termo.

7.8.1. Na hipótese de existência de irregularidade ou inexecução parcial do objeto, mesmo após a notificação da O.S.C. para saná-las, o relatório técnico parcial de monitoramento e avaliação poderá concluir pela rescisão unilateral da parceria, determinando a devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada e, em não havendo a referida devolução, proceder-se-á à instauração de tomada de contas especial.

7.8.2. Serão glosados os valores relacionados às metas descumpridas sem justificativa suficiente, avaliadas no caso concreto.

7.9. Nas hipóteses em que, por meio do monitoramento e avaliação da parceria, se constate a existência de evidências de irregularidades na aplicação de parcelas anteriormente recebidas; desvio de finalidade da aplicação dos recursos ou o inadimplemento da O.S.C. em relação a obrigações estabelecidas no presente Termo de Colaboração; ou de situação em que a O.S.C. deixe de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pelo MUNICÍPIO ou pelos órgãos de controle interno ou externo, o MUNICÍPIO reterá as parcelas dos recursos financeiros destinados à execução da parceria, até o saneamento das impropriedades constatadas.

7.10. O MUNICÍPIO deverá informar à Controladoria Geral do Município e à Procuradoria Geral do Município sobre as irregularidades verificadas nas parcerias celebradas.

7.11. A execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas, sem prejuízo da fiscalização realizada pelo MUNICÍPIO, pelos órgãos de controle e mecanismos de controle social previstos na legislação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1. Caso a execução da parceria esteja em desacordo com o estabelecido no Plano de Trabalho e ou



com as normas e legislação vigente, o MUNICÍPIO poderá aplicar à O.S.C. sanções de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade, na forma da Lei 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 16.746/2017, sendo garantidos à O.S.C. os direitos de ampla defesa e contraditório.

8.1.1. É facultada a defesa da O.S.C. no prazo de dez dias, contados da data de abertura de vista dos autos processuais.

8.1.2. Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nesta cláusula caberá recurso administrativo, no prazo de dez dias, contados da data de ciência da decisão.

8.2. Nas hipóteses dos itens 12.2.1 e 12.2.2 da Cláusula Décima Segunda, a rescisão poderá levar à:

8.2.1. suspensão temporária da participação em chamamento público, suspensão temporária para requerer credenciamento prévio, suspensão temporária do credenciamento prévio e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, por prazo não superior a dois anos;

8.2.2. declaração de inidoneidade para participar de chamamento público, declaração de inidoneidade para requerer credenciamento prévio ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja promovida a reabilitação perante o MUNICÍPIO, que será concedida sempre que a O.S.C. ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 8.2.1.

8.3. Nas hipóteses dos itens 12.2.1 e 12.2.2 da cláusula décima segunda, a rescisão deverá gerar apuração dos possíveis prejuízos gerados ao MUNICÍPIO.

8.3.1. Havendo constatação de prejuízo para o MUNICÍPIO, a O.S.C. deverá ressarcir-lo sob pena de suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, pelo prazo máximo de dois anos;

8.3.2. Passado o prazo de dois anos e perdurando os motivos determinantes da sanção, a O.S.C. será declarada inidônea para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, até que ocorra o saneamento.

8.4. Quando não houver devolução dos saldos financeiros remanescentes da parceria, na forma e prazo estabelecidos no item 4.5 deste termo, será instaurada Tomada de Contas Especial pela autoridade administrativa competente.

#### **CLÁUSULA NONA - DA DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA**

9.1. Obriga-se a O.S.C., em razão deste Termo de Colaboração, a fazer constar identificação do MUNICÍPIO de Belo Horizonte, nos formulários, cartazes, folhetos, anúncios e matérias na mídia, assim como produtos da parceria, tais como livros, relatórios, vídeos, internet e outros meios de divulgação, observando a legislação eleitoral vigente.

9.2. A utilização de logomarca, brasão ou demais símbolos do MUNICÍPIO deverão ser previamente





autorizados pela Assessoria da Comunicação do Município.

9.3. A O.S.C. compromete-se a publicar no seu sítio eletrônico oficial, quando houver, ou no sítio eletrônico público do Mapa das O.S.C.s, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, desde a celebração das parcerias até cento e oitenta dias após a apresentação da prestação de contas final, as informações de que trata o art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.

9.4. Fica vedada a utilização de símbolos partidários e ou de caráter eleitoral em qualquer material de divulgação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA**

10.1. Este Termo de Colaboração, terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, possibilitada a sua prorrogação.

10.2. A vigência da parceria poderá ser alterada, por meio de Termo Aditivo, mediante solicitação fundamentada da O.S.C., devidamente justificada e formalizada, a ser apresentada ao MUNICÍPIO, em, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do término da sua vigência, ou mediante a verificação desta necessidade pelo MUNICÍPIO, com a anuência da O.S.C., desde que não haja alteração de seu objeto.

10.3. A alteração do prazo de vigência do Termo de Colaboração, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do MUNICÍPIO, será promovida “de ofício”, limitada ao período do atraso verificado, por meio de Termo de Apostila.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO**

11.1. Este Termo de Colaboração, poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante Termo Aditivo, Certidão de Apostilamento e ajuste no Plano de Trabalho, devendo o respectivo pedido ser apresentado pela O.S.C com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

11.2. É vedada a alteração do objeto do Termo de Colaboração, permitida a ampliação, redução ou exclusão de metas, sem prejuízo da funcionalidade do objeto, desde que respeitados os limites legais e devidamente justificada e aprovada pelo MUNICÍPIO.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO**

12.1. É facultado aos PARCEIROS rescindirem este instrumento a qualquer tempo, delimitando as respectivas condições, sanções e responsabilidades, estipulando-se prazo mínimo de antecedência para a comunicação dessa intenção, não inferior a 60 (sessenta) dias.

12.2. Esta parceria poderá ser rescindida quando:

12.2.1. ocorrer o descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nela estabelecidas;





12.2.2. quando a O.S.C., após notificada, não sanar as impropriedades, conforme item 7.8.1 da cláusula sétima;

12.2.3. pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que atorne formal ou materialmente inexecutável;

12.3.4. for denunciada a qualquer tempo, por qualquer das partes mediante prévio aviso com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS BENS PERMANENTES E DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

13.1. Fica desde já definida a titularidade do Município acerca dos bens permanentes adquiridos, produzidos e/ou transformados com recursos repassados pelo MUNICÍPIO em razão da execução deste Termo.

13.1.1. A partir da data para apresentação da prestação de contas final, a O.S.C. deverá disponibilizar os bens para a administração pública municipal, que deverá retirá-los no prazo de até 90 (noventa) dias, após o qual a O.S.C. não será mais responsável pelos bens.

13.1.2. Caso ocorra a dissolução da O.S.C. durante a vigência da parceria, os bens remanescentes deverão ser retirados pela administração pública municipal, no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data da notificação da dissolução.

13.2. Enquanto os bens estiverem sob responsabilidade da O.S.C., fica vedada a doação, venda, cessão, empréstimo, transferência ou qualquer outra transmissão de titularidade dos bens permanentes remanescentes adquiridos, produzidos e/ou transformados em razão da execução deste Termo, devendo estes bens serem gravados com cláusula de inalienabilidade.

13.3. Nas hipóteses de produção de bens de propriedade intelectual decorrente da execução do objeto desta parceria, a titularidade dos referidos bens será compartilhada pelos PARCEIROS, ficando sua utilização condicionada à celebração de instrumento próprio, observada a legislação vigente.

13.3.1. Nas hipóteses em que, em virtude da execução do objeto desta parceria, a O.S.C. contratar quaisquer serviços dos quais decorram bens previstos no item 13.3, fica a O.S.C. obrigada a constar do contrato a ser celebrado, cláusula de cessão dos referidos direitos por parte de seu detentor.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E OU BASE DE DADOS**

14.1. A O.S.C. obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento.

14.2. A O.S.C. obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a



631  
4

segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

14.3. A OSC deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

14.4. A OSC não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento jurídico.

14.5. A OSC não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

14.5.1. A OSC obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

14.6. A OSC fica obrigada a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento jurídico no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção da parceria, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

14.6.1. À OSC não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento jurídico.

14.6.1.1. A OSC deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

14.7. A OSC deverá notificar o Município, imediatamente, no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

14.7.1. A notificação não eximirá a OSC das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

14.7.2. A OSC que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento jurídico fica obrigada a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

14.8. A OSC fica obrigada a manter preposto para comunicação ao Município para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.

R



14.9. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre os Parceiros, bem como, entre a OSC e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

14.10. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a OSC a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, conseqüente, sanção, sem prejuízo de outras.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Não logrando êxito na tentativa de conciliação e solução administrativa, fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordados com os termos dessa parceria as partes firmam em 3 (três) vias de igual teor e forma o presente instrumento.

Belo Horizonte, 18 de Julho de 2022.

Afonso Nunes da Cruz Neto  
BM/96.095-4  
Subsecretário de Planejamento

**Maira da Cunha Pinto Colares**

Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania

**Adriano Carlos Aureliano**

Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais



638  
f

## PLANO DE TRABALHO

### 1. DADOS DA ATIVIDADE

**Nome da atividade:** Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade de Abrigo para gestantes e puérperas, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, no município de Belo Horizonte

**Prazo de Execução:** 12 meses

**Valor total de Execução:** R\$1.376.714,24

**Objeto da Parceria:** Selecionar Organização da Sociedade Civil (OSC) regularmente constituída para execução de uma unidade de Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade de Abrigo para gestantes e puérperas, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

### 2. DADOS CADASTRAIS

**Organização da Sociedade Civil:** Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira (Região Administrativa de Minas Gerais)

**CNPJ:** 16.524.054/000277

**Data de abertura do CNPJ:** 10/12/2012

**Endereço:** Avenida Portugal, nº 21

**Bairro:** Jardim Atlântico

**Cidade:** Belo Horizonte

**CEP:** 31.550-000

**Nome do representante legal:** Adriano Carlos Aureliano

**Responsável pela elaboração do Plano de Trabalho:** Alison Pereira Ramos

Assistente Social/CRESS 6ª Região nº 22.755

#### Contato corporativo do responsável:

Alison (Assistente Social) – (31) 98316-9829 – [adrabrazil.mg@adra.org.br](mailto:adrabrazil.mg@adra.org.br)

Pr. Adriano (Diretor Geral) – (31) 97581-7722 – [adriano.aureliano@adra.org.br](mailto:adriano.aureliano@adra.org.br)

Kerlisson (Diretor Financeiro) – (31) 99428-2022 — [kerlisson.magalhaes@adra.org.br](mailto:kerlisson.magalhaes@adra.org.br)

**Período de Mandato da Diretoria:** De 24/06/2021 a 31/12/2022

R

### 3. DESCRIÇÃO DA REALIDADE E JUSTIFICATIVA DA PARCERIA

Entende-se o processo de maternidade como aquele que envolve desde a gestação até aspectos da parentalidade, passando pelo parto e puerpério, é uma experiência complexa que por si só pode ser produtora de vulnerabilidades às mulheres. A complexidade deste período é conferida pelo entrelaçamento de aspectos biológicos, econômicos, psicológicos, emocionais, relacionais, socioculturais e por questões de gênero a que está sujeito esse processo. A maternidade, assim como o conceito de proteção das famílias, deve ser vivenciada de acordo com os direitos humanos, o que significa ser voluntária, segura, socialmente amparada e prazerosa.

Ocorre que o preconceito em torno das mulheres gestantes em situação de vulnerabilidade e risco as exclui, antes de tudo, dos amparos necessários para a manutenção das famílias unidas e da garantia de seus direitos. A vulnerabilidade, noção que vai além da ideia de suscetibilidade ou fragilidade, é algo que reúne fatores de exposição e de proteção a esse processo, os quais podem ser individuais ou coletivos, podendo gerar impactos irreparáveis na vida dessas mulheres gestantes, puérperas e entre seus filhos.

O direito à maternidade deve envolver, assistência pública e gratuita de qualidade em saúde, educação, e, quando necessários, ações para assegurar direitos às mães e seus filhos em situação de vulnerabilidade. Com acesso a recursos e ações de fortalecimento e empoderamento no cerne das políticas públicas que visem prioritariamente a permanência da criança com sua mãe em condições de segurança e proteção ao binômio.

A institucionalização de crianças, ainda que considerada como em razão de seu “melhor interesse”, impacta o desenvolvimento infantil e pode acarretar diversas consequências negativas ao desenvolvimento psicossocial, a exemplo traumas relativos à carência afetiva ou de figuras que possam prover essas necessidades de forma segura e amorosa. A sustentação teórica para a valorização de vínculos, dessa forma, vai ao encontro da atual legislação brasileira e revela como desafio a necessidade reforçar as ações de proteção dentro do Sistema de Garantia de Direitos.

São consideradas vulneráveis mulheres gestantes e/ou puérperas que estão em situação de rua, e/ou uso abusivo de substâncias, e/ou com questões relacionadas à saúde mental, entre outras. Em relação às mulheres em situação de rua, compreender as vivências da maternidade nestas condições é um dos aspectos mais desafiadores para o desenho das políticas de cuidados. Ao pensarmos a lógica da atenção integral à saúde da mulher, gestante e puérpera, principalmente em situações de vulnerabilidade e risco social e pessoal, deve-se pensar principalmente os direitos aos cuidados com a saúde sexual e reprodutiva, o cuidado no pré-natal, a atenção ao parto e ao puerpério e os cuidados para o nascimento seguro, com o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança.



De acordo com portaria conjunta SMSA/SMASAC nº 0001/2017, que estabelece as diretrizes para a articulação e proteção social intersetorial e institui o Fluxograma de Atenção às Gestantes, Puérperas e Bebês em Situação de Vulnerabilidade e risco social e pessoal, considera potencialmente "em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social" as gestantes e puérperas com sofrimento mental, em uso prejudicial de álcool e outras drogas, vítimas de violência e com trajetória de vida nas ruas, não sendo desconsideradas outras possíveis situações.

Ainda de acordo com a nota técnica conjunta MDS/Ministério da Saúde nº 001/2016, que estabelece diretrizes, fluxo, e fluxograma para atenção integral às mulheres e adolescentes em situação de rua e/ou usuárias de álcool e/ou crack e outras drogas e seus filhos recém nascidos, aponta que as práticas decorrentes do uso de álcool e/ou crack/outras drogas requerem uma abordagem multissetorial e interdisciplinar, dentre as quais estão inseridas a Saúde e Assistência Social. Devido à complexidade das necessidades que produzem as demandas, que envolvem tanto aspectos relacionados à saúde quanto à exclusão social, e por compreender que estas se encontram fortemente relacionadas, entende-se que para alcançar maior efetividade no atendimento é imprescindível uma ação integrada dos dois sistemas, bem como de outros aspectos do Sistema de Garantia de Direitos.

O uso de álcool, crack e/ou outras drogas por mulheres vem ganhando maiores proporções, principalmente pela iniciação e contato precoce, influenciadas por contextos sociais e econômicos (KASSADA et al., 2014). Assim, muitas mulheres mesmo gestantes não conseguem parar ou diminuir o uso, principalmente se possuírem pessoas próximas que disponham relação com as drogas (SANTOS; GAVIOLI, 2017).

O momento gestacional é característico por ter fases distintas e singulares, diante desta diversidade e do uso de substâncias psicoativas por gestantes os cuidados gestacionais são prejudicados, por se apresentarem vulneráveis e com poucas condições emocionais para gerenciar todas as demandas dessa fase de suas vidas. Com os julgamentos e a marginalização da sociedade, este público acaba se privando do acesso aos serviços de saúde, a fim de ocultar o acesso às substâncias, comportamento que coloca em risco os cuidados gestacionais da mulher e do bebê (YABUUTI; BERNARDY, 2014).

A situação se torna ainda mais complicada quando assistimos a mulheres que não conseguiram fazer a redução do consumo ou entrar no período de abstinência e, assim, retomam o uso após o parto, prejudicando a assistência à criança. O Ministério da Saúde e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) preveem o cuidado integral e de dignidade para as crianças, mas o retorno ao consumo fragiliza o vínculo e eleva o risco de abrigamento do bebê.

A fim de construir um processo maior de adesão a gestantes usuárias de substâncias psicoativas, o olhar e atenção ao seu contexto social e familiar se fazem importante na construção do vínculo pelo afeto. O contato entre mãe e bebê desde o primeiro momento pode estimular uma reflexão positiva quanto ao olhar

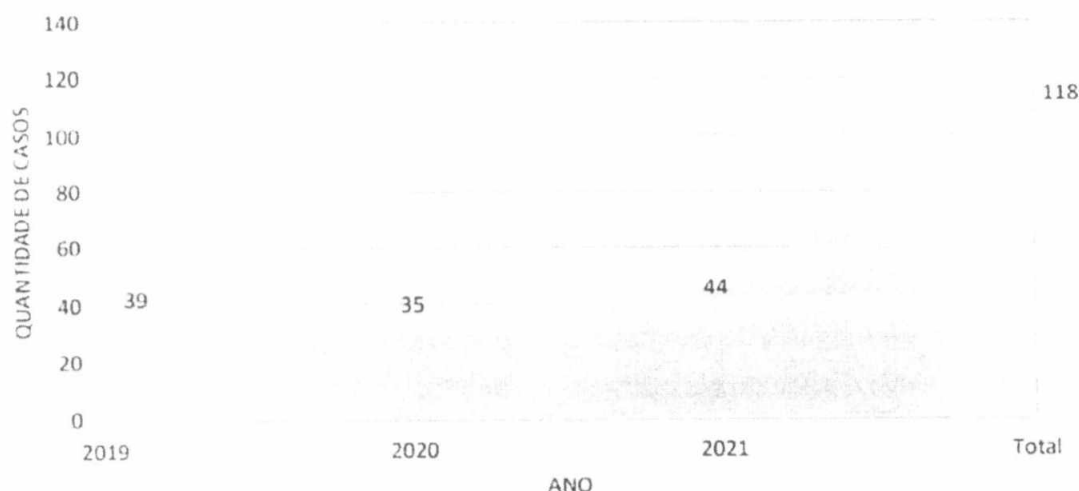


dessa mãe, por isso a importância da interação, promovendo segurança à criança e possibilidade de aumento do afeto materno à mãe.

Ainda no que tange ao atendimento a gestantes em situação de vulnerabilidade, sabe-se que as mesmas tem dificuldades em procurar o atendimento pré-natal por medo do julgamento a que são submetidas, por diversas situações. É importante que os serviços e profissionais que atuam no atendimento à essas mulheres compreendam que a construção de uma relação de confiança com as mesmas favorece a vinculação com os serviços de saúde e socio assistenciais, e este vínculo com o serviço possibilita a continuidade do cuidado. É fundamental que essas práticas sejam humanizadas, pautadas na lógica da redução de danos e centradas nas necessidades de cada mulher, de forma a estimular os vínculos, a autonomia e a corresponsabilização pelo seu autocuidado, valorizando-a enquanto protagonista em seu processo de superação da vulnerabilidade e promoção da autonomia a auto cuidado, para isso é fundamental que as equipes e serviços reconheçam a singularidade de cada caso, promovendo abordagens acolhedoras.

Considerando as mulheres em situação de vulnerabilidade e risco que encontram-se em trajetória de vida nas ruas, de acordo com dados recentes apontados pelo Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) do município, de janeiro a outubro de 2021, foram abordadas nos territórios das nove regionais de Belo Horizonte, 44 (quarenta e três) mulheres gestantes e/ou com filhos que encontravam-se nas ruas, em situação de rua ou permanecendo na rua por diversas razões.

### Gestantes abordadas pelo SEAS (Serviço Especializado de Abordagem Social) no município de Bhte



Conforme aponta o gráfico que mostra os dados relativos às abordagens realizadas no período compreendido entre 2019 à outubro de 2021 no município de BH, houve um aumento do número de mulheres que se declararam gestantes e/ ou puérperas que estavam em companhia de filhos menores de 6 anos, em situação de vulnerabilidade e risco abordadas pelo serviço.

Por fim, é de suma importância ressaltar que, sobretudo gestantes e puérperas em situação de vulnerabilidade e/ou violência, sem condições de moradia e/ou em uso abusivo de substâncias psicoativas e/ou sem condições de auto sustento, necessitam de atendimento e acolhimento imediatos, visando a proteção e garantia de direitos, tanto da mulher quanto das crianças que compõe este núcleo familiar.

Contudo, destaca-se que para assegurar o atendimento integral as demandas desse público são necessárias articulações junto aos serviços da própria política de Assistência Social e de outras políticas públicas, uma vez que os serviços ofertados à população em situação de rua são de caráter provisório.

Ademais, considerando o perfil do público atendido, identificou-se que as mulheres em situação de vulnerabilidade, sobretudo as que estão em situação de rua apresentam como demanda especial e prioritária o direito à proteção social, tendo em vista a exposição às violações acima identificadas. Assim, "Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos – Modalidade: Abrigo Institucional para mulheres gestantes e puérperas", consiste em uma importante estratégia para atender de forma qualificada e personalizada as gestantes e puérperas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, sem condições de moradia ou com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, com vistas a prevenir o agravamento das violações de direitos sofridas nos territórios.

Conforme consta na resolução CMAS/BH Nº 019, DE 25 DE JULHO DE 2018, que aprova as mensagens nº 003/2018 e nº 004/2018, da Subsecretaria Municipal de Assistência Social – SUASS, houve um aumento de mulheres em situação de rua, sendo tal cenário agravado principalmente pela crise econômica decorrente do contexto de pandemia, no qual muitas famílias perderam seu meio de auto sustento nos últimos dois anos.

Sabe-se que atualmente há no município somente dois serviços disponíveis para acolhimento de mulheres, sendo estes a Unidade de Acolhimento para Mulheres Adultas e o Abrigo Maria Maria, que acolhem mulheres solo em situação de vulnerabilidade e/ou violência, porém em situações excepcionais nas quais esta mulher encontra-se gestante, faz-se necessária a transferência da usuária para uma unidade de acolhimento para famílias, uma vez que fica impossibilitada a permanência da mesma no serviço após o parto e nascimento do bebê.

Entretanto, espera-se que a organização dos Serviços no atendimento às pessoas em situação de rua, tenha como objetivo principal atender os usuários (as) de forma qualificada e personalizada de modo a possibilitar as mesmas condições favoráveis para superação da situação de vulnerabilidade, de forma digna tendo respeitadas sua vontade e autonomia. Dessa forma considerando todas as peculiaridades e



perfil do público referenciado neste documento, faz-se necessária a implementação de um serviço para o atendimento qualificado às mulheres gestantes e puérperas em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social dentro do município de Belo Horizonte.

Dessa forma, com vistas à prestação de um serviço comprometido voltado para o atendimento do público referenciado no Serviço de Proteção Social Especial e reconhecendo a necessidade de um trabalho institucional comprometido na realização de ações articuladas que estejam em consonância com os princípios e normas estabelecidas para a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, e na perspectiva garantir a proteção social e buscarmos propostas alternativas que contribuam na diminuição das violações de direitos das mulheres gestantes e puérperas e seus filhos em situação de vulnerabilidade, e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, sem condições de moradia e auto sustentação e sem possibilidade de retorno imediato à família, a **AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS SUDESTE BRASILEIRA – ADRA SUDESTE**, propõe a parceria com o Município de Belo Horizonte para a implementação e execução do “Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos – Modalidade: Abrigo Institucional para gestantes e puérperas”, conforme definido pelo edital de chamamento público nº 07/2021 e preconizado pelo Sistema Único da Assistência Social/SUAS.

#### **OBJETIVO GERAL:**

Atender 20 (vinte) gestantes e puérperas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, seus recém-nascidos e demais filhos com até seis anos de idade, preservando assim, os vínculos do núcleo familiar.

#### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Acolher e garantir proteção integral, na perspectiva da redução de danos, às mulheres gestantes e puérperas, contribuindo para prevenção do agravamento de situação de violação de direitos, negligência e ruptura de vínculos;
- Contribuir para a garantia dos direitos fundamentais das mulheres e crianças, considerando a diversidade de gênero, orientação sexual, raça, religião e as diversas formas de composição familiar;
- Restabelecer vínculos familiares, comunitários e sociais possibilitando a convivência familiar, comunitária e social;
- Fortalecer vínculos familiares, comunitários e sociais possibilitando a convivência familiar, comunitária e social;
- Promover a saúde integral das mulheres e crianças e fortalecer o vínculo entre mãe e bebê;
- Promover ações em saúde sexual, prevenção às IST/HIV e hepatites virais e planejamento reprodutivo;
- Preservar a guarda do bebê sob a responsabilidade da mãe;



- Proteger os bebês e as crianças com as medidas cabíveis em caso de risco à sua vida, negligência ou maus tratos;
- Promover acesso à rede socioassistencial e demais políticas públicas setoriais e órgãos do sistema de garantia de direitos: Saúde, Educação, Habitação, Esporte, Trabalho e Renda, Cultura e Lazer.
- Promover e fortalecer o vínculo mãe-bebê, bem como incentivo à amamentação.
- Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia;
- Desenvolver condições para a independência, o autocuidado e valorização pessoal, através de atividades ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público;
- Promover ações que visem à qualificação profissional, inclusão produtiva e à participação em projetos de geração de renda com vistas à construção de projeto de vida para autonomia e protagonismo da mulher;
- Viabilizar a avaliação do Serviço Acolhimento incentivando a participação e o controle social;
- Viabilizar o acesso a espaço com padrões de qualidade quanto a: higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto;

## CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

20 gestantes e puérperas maiores de 18 (dezoito) anos, seus filhos recém-nascidos e demais filhos até 6 (seis) anos de idade conforme item 4.1 do Edital de Chamamento Público 07/2021 de Belo Horizonte.

Nota: É importante ressaltar, as crianças e adolescentes estão sob a responsabilidade dos pais e/ou responsáveis, que possuem o poder familiar. De acordo com orientações do MDS, "crianças e adolescentes (de 0 a 18 anos incompletos) só poderão ser atendidos neste serviço acompanhados dos pais e/ou responsáveis." (MDS, 2013, p.3).

## FORMAS DE ACESSO

- Por encaminhamento Serviço Especializado em Abordagem Social – SEAS;
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua/Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua – Centro Pop;
- Por encaminhamentos do CREAS ou demais serviços socioassistenciais, de outras políticas públicas setoriais e de defesa de direitos;

**Nota – 1:** A inserção nas Unidades de Acolhimento, na modalidade Abrigo Institucional, ocorrerá através de discussão do caso entre os técnicos dos serviços encaminhadores e da Unidade de Acolhimento. Portanto, nessas unidades, não há acesso por demanda espontânea, mas através de solicitação via Central de Vagas do Município.

## ABRANGÊNCIA TERRITORIAL



O "Serviço de Acolhimento Institucional – Modalidade: Abrigo Institucional para gestantes e puérperas", terá Abrangência Municipal, atendendo às nove regionais administrativa do município de Belo Horizonte (Pampulha, Centro Sul, Venda Nova, Barreiro, Norte, Nordeste, Leste, Noroeste e Oeste): possibilitará um acolhimento gestantes e puérperas maiores de 18 (dezoito) anos, seus filhos recém-nascidos e demais filhos até 6 (seis) anos de idade em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, em processo de saída das ruas ou com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, promovendo a convivência familiar e/ou comunitária, visando garantir sua proteção integral no município de Belo Horizonte.

#### **PERÍODO DE FUNCIONAMENTO**

Ininterrupto (24 horas), prevendo horários flexíveis para entrada e saída dos usuários, pactuando coletivamente as situações que justificariam as execuções.

#### **4. PÚBLICO ALVO**

Gestantes e puérperas, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, sem condições de moradia e auto-sustentação e sem possibilidade de retorno imediato à família de origem, no município de Belo Horizonte.

5. FORMA DE EXECUÇÃO				
METAS	AÇÕES	INDICADORES	DOCUMENTOS PARA VERIFICAÇÃO	PRAZO DE EXECUÇÃO
Assegurar capacidade física e técnico operacional da Unidade para acolhimento de 20 usuárias, em período integral	Realizar uma reunião de acolhida/recepção para cada usuária inserida no serviço	Usuárias atendidas em cada ação/meta de atendimento de cada ação considerando nº de usuárias = 20 X 100	Relatórios mensais de atividades SIG PS atualizado PAFs elaborados e atualizados	Mensal
	Elaborar um Plano de Atendimento Familiar (PAF) para cada usuária e sua família.			Mensal
	Atualizar mensalmente o Plano de Atendimento Familiar (PAF) de cada usuária e sua família.			Mensal
	Realizar no mínimo uma reunião de orientação mensal com cada usuária tendo por foco seu projeto de vida.			Mensal
	Manter o registro das ações realizadas durante o acompanhamento social de cada usuária no Protocolo de Atendimento do SIGPS, sistema similar ou prontuários.			Mensal
	Realizar estudo de caso de todas as usuárias, planejando as intervenções e encaminhamentos necessários ao acompanhamento.			Mensal
	Elaborar e/ou atualizar periodicamente, relatório do acompanhamento de cada usuária sua família.			Mensal



	Articular o estudo de caso de cada usuária com a equipe de acompanhamento técnico metodológico da SUAS em conjunto com outros atores da rede de serviços			Mensal
Garantir atendimento especializado as usuárias inseridas no serviço	Realizar no mínimo 01 atendimento individual ou familiar particularizado, oferecendo todo apoio necessário para a construção do projeto de vida das usuárias e suas famílias.	Atendimentos realizados/ usuários acolhidos= 20 x 100	Relatório mensal de atividades	Mensal
	Desenvolver ações (oficinas, cursos, treinamentos, rodas de conversa), mensalmente	Ações realizadas/ meta (04) x 100	- Relatório descritivo das ações realizadas - Registro fotográfico - Lista de presença	Mensal
	Promover 04 eventos e reuniões (festa da família, datas comemorativas) com familiares das usuárias e comunidade	Eventos realizados/ meta (04) x 100	Relatório descritivo dos eventos realizados e fotografias e/ou vídeo	Trimestral
	Promover o acesso das usuárias e suas famílias a programas culturais e de lazer conforme suas demandas.	Nº de encaminhamentos realizados/Nº usuárias em acolhimento no mês (20) X 100(%)	Relatórios mensais de atividades	Mensal
	Realizar no mínimo 2 reuniões de preparação para o desligamento com cada usuária	reuniões realizadas x reuniões previstas	Relatórios mensais de atividades	Mensal



		considerando o nº de desligamentos previstos x 100		
	Realizar 2 (duas) visitas domiciliares de acompanhamento da família, após o desligamento, em até 6 meses.	Nº visitas realizadas/Nº visitas a serem realizadas, considerando os desligamentos do período x100	Relatórios mensais de atividades	Semestral
<b>Elaborar Normas de Convivência/Regimento Interno</b>	Elaborar Normas de Convivência/Regimento Interno da Unidade, com participação das usuárias.	Regimento interno elaborado	Documento escrito e publicizado	Até 6 meses após início do funcionamento da Unidade
<b>Fazer revisão anual das Normas de Convivência/Regimento Interno</b>	Revisar anualmente as Normas de Convivência/Regimento Interno para com participação de usuárias e funcionários.	Regimento interno revisado	Documento escrito e publicizado	Semestralmente
<b>Realizar uma assembleia por mês</b>	Organizar e supervisionar espaços de escuta e diálogo para construção de soluções coletivas pelas próprias gestantes e puérperas, para as questões que lhes são próprias e para questões relativas à gestão coletiva da moradia, mensalmente	Assembleias realizadas/ meta x 100	- Relatório descritivo das ações realizadas - Lista de presença	Mensal
	Instituir uma comissão local de Assistência Social (CLAS) no âmbito do Serviço	CLAS instituída	Ata de reuniões, lista de presença.	Bimestral

643

	Realizar 02 reuniões por mês com serviços afins da SMSA a fim de articular e garantir atendimentos necessários, articulando com as equipes da Saúde (NASF e ESF), o acompanhamento das usuárias e suas famílias.	Nº de reuniões realizadas/ nº reuniões previstasx100	Relatórios mensais de atividades, memórias de reuniões	Mensal
Realizar encaminhamentos e discussões para serviços da saúde, conforme cada caso	Encaminhar as usuárias e suas famílias para participação em ações relativas a risco e uso de álcool e outras drogas.	Nº de encaminhamentos realizados/ Nº de demandas identificadasx100	Relatórios mensais de atividades, memórias de reuniões	Mensal
	Encaminhar as usuárias com deficiência ao atendimento de reabilitação e acesso a órteses e próteses, se for o caso.		Relatórios mensais de atividades, memórias de reuniões	Mensal
	Encaminhar as usuárias e suas famílias para atendimentos especializados de saúde, quando necessário		Relatórios mensais de atividades, memórias de reuniões	Mensal
Possibilitar às usuárias o acesso à documentação pessoal.	Encaminhar as usuárias aos órgãos responsáveis pela emissão de documentação pessoal – Carteira de Identidade e Carteira de Trabalho, na falta destes.	Nº de encaminhamentos para emissão de documentos (Carteira de Identidade ou Carteira de Trabalho) / Nº de usuários sem documentos X 100(%)	Relatórios mensais de atividades, memórias de reuniões	Trimestral





<b>Articular com parceiros interessados a disponibilização de serviços complementares às usuárias e suas famílias.</b>	Estabelecer parcerias com diversos atores visando à disponibilização de vagas em programas de profissionalização, inserção no mercado de trabalho e inclusão produtiva.	Nº de parcerias estabelecidas	Relatórios mensais de atividades, memórias de reuniões	Trimestral
<b>Inserir todas as usuárias e seus filhos em idade escolar na rede pública de ensino</b>	Matricular as usuárias e seus filhos em idade escolar (Ensino infantil, fundamental e médio) na rede pública de ensino.	Nº matrículas efetivadas/ nº demandas identificadas x100	Relatórios mensais de atividades, memórias de reuniões	Trimestral
<b>Encaminhar usuárias para programas habitacionais</b>	Encaminhar as usuárias para inscrição em programas e outras oportunidades de acesso à moradia conforme vagas disponibilizadas pelos órgãos responsáveis.	Nº inscrições efetivadas/ nº demandas identificadas (20) x100	Relatórios mensais de atividades, memórias de reuniões	Trimestral
<b>Encaminhar usuárias pra Sistema de garantia de direitos</b>	Encaminhar as usuárias em situação de desligamento aos órgãos do sistema de garantia de direitos, conforme suas demandas.	Nº encaminhamentos efetivados/ nº demandas identificadas (20)x100	Relatórios mensais de atividades, memórias de reuniões	Trimestral
<b>Fornecer alimentação aos usuários seguindo as orientações da segurança alimentar e</b>	Produzir e fornecer quatro refeições ao dia aos usuários, sendo café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar, conforme cardápios e gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis. Seguir o cardápio planejado pela SUSAN e disponibilizado mensalmente, inclusive possíveis	Número de acolhidos (20)x número de refeições x (06)diário		Diário







nutricional.  (Insumos disponibilizados pela SUSAN – Subsecretaria de Segurança Alimentar)	adequações		Preenchimento SIGAA (Sistema de Gestão da Assistência Alimentar)	
	Seguir as orientações de recebimento, armazenamento e conservação dos gêneros alimentícios, bem como de preparo e distribuição das			
	refeições, de acordo com as boas práticas de fabricação e orientações da Susan			
	Comunicar à Susan quaisquer ocorrências referentes ao fornecimento de gêneros alimentícios pelo e-mail notificação.susan@pbh.gov.br			
Manter equipe de referência do Serviço	Prover recursos humanos de nível superior responsáveis pelo trabalho social do serviço;	Número de profissionais contratados / Número de profissionais previstos (26) x 100%	Documentos e relatórios	Mensal
	Prover recursos humanos de nível médio para prover cuidado aos usuários			
	Prover recursos humanos de nível fundamental para atividade operacionais			

## 6. METODOLOGIA PARA EXECUÇÃO DA ATIVIDADE

**Meta 01 – Assegurar capacidade física e técnico operacional da Unidade para acolhimento de 20 usuárias, em período integral:** Para garantir a capacidade de atendimento do Serviço em questão, primeiramente, faz-se necessário promover toda a ambientação da unidade, bem como a aquisição dos itens de consumo e permanente que subsidiarão o atendimento ao público em questão. Posteriormente, para o cumprimento da Meta – 01, a equipe contratada deverá garantir acolhida digna e humanizada às usuárias do Serviço, bem como elaborar um Plano de Atendimento Familiar (PAF) de acordo com as especificidades e condições de cada usuária.

O plano individual e/ou familiar de atendimento é um instrumento metodológico, utilizado pela equipe técnica do Serviço e elaborado em conjunto com o usuário, que norteará todo o acompanhamento social. Deverá ser elaborado e revisto considerando três momentos: inserção, acompanhamento e desligamento. Cada momento pressupõe uma avaliação parcial dos avanços e dificuldades e potencialidades do usuário na superação dos motivos que o levaram à situação de rua, utilizando-se, assim, de informações permanentemente atualizadas.

**a) Planejamento do processo de atendimento em conjunto com o usuário:** Dentre outros aspectos, a composição do Plano Individual e/ou familiar de Atendimento poderá partir de informações como: quem é o usuário e sua trajetória de vida, inclusive sua história em outras instituições ou serviços de atendimento; se possui referências e vínculos familiares; seus vínculos comunitários e redes sociais de apoio; suas demandas e anseios; potencialidades e oportunidades vislumbradas.

**b) Planejamento do processo de atendimento em conjunto com a rede:** Este instrumento precisa refletir as necessidades e demandas dos usuários, bem como os objetivos e metas que se pretendam alcançar a partir dos atendimentos e das demais ações a serem realizadas em rede. Assim, para a constituição do plano, a equipe poderá contar com a participação de outros profissionais da rede, que também acompanhem os mesmos indivíduos ou famílias, como, também, do órgão gestor da política. Assim, poderá apontar atividades, estratégias e recursos que possam contribuir para o trabalho social.

A elaboração do plano, junto com os usuários, é essencial para guiar a equipe no desenvolvimento do trabalho social no âmbito do Serviço, bem como para delinear, também com eles, a construção de novas perspectivas de vida. Por meio de metodologia participativa, o plano deve ser construído gradualmente, desde o momento inicial da acolhida, e ser reavaliado continuamente ao longo do acompanhamento no Serviço, considerando o processo de cada família ou indivíduo atendido. É necessário, portanto, que seja flexível, dinâmico e repactuado sempre que necessário.

**c) Planejamento do processo de atendimento em perspectiva interdisciplinar:** Além de discutir e planejar as ações com os usuários, os planos têm a função de organizar a atuação interdisciplinar da equipe

do Serviço e delinear, operacionalmente e metodologicamente, o caminho a ser seguido por todos os profissionais, possibilitando o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados. Nessa direção, cabe destacar a importância de se realizarem reuniões periódicas visando ao planejamento, ao acompanhamento contínuo e à avaliação das ações, que indiquem, inclusive, a necessidade de revisão do próprio Plano de acompanhamento" (MDS, 2011).

**Cuidados pessoais:** Garantir condições adequadas para os usuários desenvolverem cuidados pessoais, bem como inserir no processo de atendimento, caso a caso, orientações sobre o desenvolvimento desses cuidados.

**Informação, comunicação e defesa de direitos.**

**Construção de autonomia:** Operar para potencializar a construção da autonomia como processo e com cautela para não operar como agente violador de direitos.

**Acompanhamento Especializado:** Ações e atividades técnicas no trabalho social do acompanhamento especializado desenvolvido pelo Serviço, devem-se adotar: a) Atendimentos continuados, individuais e/ou familiares; inclusive com a família extensa ou ampliada; b) Orientação e atendimentos em grupo; c) Oficinas e atividades coletivas de convívio familiar, grupal e social; d) Orientação jurídico-social na própria unidade ou através de encaminhamentos para a rede; e) Orientação e suporte para acesso à documentação pessoal; f) Orientação e encaminhamentos para a rede de serviços, programas, projetos e benefícios locais; g) Outras.

Com vista em qualificar o acompanhamento a ser realizado, a equipe técnica deverá estabelecer agendas periódicas de reuniões para discussão dos casos, bem como realizar estudo de caso de todas as usuárias acolhidas. Deve-se ainda manter atualizado os documentos, relatórios de acompanhamento e todos os documentos concernentes às usuárias, para que seja o mais assertivo possível as intervenções que serão realizadas. Neste sentido, a proposta de assegurar a capacidade física e operacional é de sua importância que seja realizada de forma qualificada, para que as usuárias se sintam em um ambiente acolhedor, o qual a equipe estará ali para promover o acesso à direitos e garantir proteção social.

**Meta 02 – Garantir atendimento especializado as usuárias inseridas no serviço:** Para o desenvolvimento das ações socioassistenciais a serem realizadas com as usuárias na Unidade, é necessário organizar todas as frentes de trabalho do serviço. Neste sentido, haverá a realização de no mínimo 01 atendimento individual ou familiar particularizado, o qual a equipe técnica deverá garantir condições humanizadas e de acolhida com as usuárias, para que assim elas tenham condições de construir novos projetos de vida.

**Atendimentos individuais:** Deverá ser realizado pela equipe técnica de modo individualizado, com intuito de proporcionar escuta qualificada, além de informar, esclarecer e orientar os usuários. Nesta escuta

individualizada, identificam-se as necessidades socioassistenciais dos usuários e suas famílias com os devidos encaminhamentos; promovem-se as reflexões acerca de direitos, de vínculos familiares e comunitários, e sobre protagonismo, autonomia e construção de projetos de vida.

**Atendimentos ao grupo familiar:** compreendendo que o Serviço poderá acolher casais com prioridade de absorção, o Serviço deverá ser realizado pelo técnico responsável do acompanhamento do usuário ou por procura espontânea da família. Tem como objetivo acolher a família, explorar os motivos pelos quais o usuário/família está em situação de rua, orientar sobre acesso a direitos e promover encaminhamentos necessários aos serviços do SUAS, de outras políticas públicas e órgãos de defesa de direitos. Devendo analisar as necessidades dos casos, podendo ser feito pela equipe do respectivo Serviço, mas sempre de forma articulada com os demais serviços socioassistenciais, com o intuito de não sobrepor ações de acompanhamento sociofamiliar.

**Orientação e atendimentos em atividades coletivas:** Deverá realizar oficinas e atividades coletivas de convívio e socialização, com vistas a estimular o convívio familiar, grupal e social. Além disso, serão realizadas periodicamente assembleias para pactuação de regras e normas de convivência e, o desenvolvimento de atividades que tenham como objetivo o debate e o enfrentamento do racismo, machismo/sexismo, LGBTfobia etc.

**Elaboração de Estudo Social/ Estudo de Caso:** Atividade de natureza técnica que subsidia análises, avaliações, pareceres técnicos e elaboração do Plano Individual e/ou Familiar de Atendimento. Consiste no estudo aprofundado da situação do indivíduo ou da família em situação de rua que esteja em acompanhamento no Serviço, considerando sua trajetória e contexto social de vida, vinculações, projetos e anseios, dentre outros aspectos.

**Diagnóstico socioeconômico:** Instrumento a ser elaborado, quando necessário.

**Mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio e mobilização para o exercício da cidadania:** A equipe profissional do Serviço deverá estar sintonizada com as necessidades específicas das pessoas em situação de rua, além das particularidades do território onde está localizado, considerando a história da localidade, suas relações e redes sociais, suas dificuldades e, principalmente, as potencialidades e capacidades. Assim, respeitosamente a equipe deverá buscar a construção de vínculos de confiança, de modo a somar esforços para o melhor atendimento à população em situação de rua, sendo desenvolvidas com a participação de pessoas em situação de rua, pessoas que já superaram tal situação e representantes de movimentos sociais, como por exemplo, a criação de comissão de usuários para atuação em conjunto com a unidade. Por fim, deverá incentivar à mobilização e participação social dos usuários, inclusive, em organizações de caráter coletivo em prol da defesa de seus direitos, incluindo o debate e o enfrentamento do racismo, machismo/sexismo, LGBTfobia etc.

**Orientação jurídico-social:** Deverá ser disponibilizada na própria unidade ou através de encaminhamentos para a rede.

**Elaborar relatórios, diagnósticos e mapas de rede:** São relatórios a serem elaborados pelo Serviço:

**Relatório Técnico sobre o Acompanhamento Individual e/ou Familiar**

**Relatório para uso interno do SUAS** – documentos dos serviços, elaborados a partir de demandas da própria rede socioassistencial, com informações sobre o atendimento e acompanhamento de famílias e indivíduos.

**Relatório para uso externo do SUAS** – documentos elaborados a partir de demandas apresentadas por outras políticas setoriais, órgãos de defesa de direitos e órgãos do Sistema de Justiça, com informações sobre a inserção de famílias e indivíduos nos serviços.

**Relatório Mensal do Serviço** – documento contendo dados quantitativos relacionados à oferta do Serviço, análise do público atendido, com o objetivo de subsidiar o planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações por parte do órgão gestor. Deve conter campo específico com informações sobre a dinâmica de interação com a rede socioassistencial, com outras políticas públicas, com ofertas de OSCs, dentre outros, para gerar mapas de rede e apontar necessidades de fortalecimento de redes de proteção no território.

**Comunicação e Defesa de Direitos** - Concretiza-se por meio de atividades e procedimentos técnicos desenvolvidos para promover o entendimento e a informação sobre os direitos individuais e sociais, as formas de violação, as garantias de sua efetivação, as respostas e recursos com os quais os indivíduos podem contar na rede socioassistencial e nas diversas políticas públicas.

**Desenvolvimento de oficinas, atividades festivas, acesso a programas culturais e de lazer** - Ações de promoção e proteção social se fazem por meio de um processo de construção de vínculos, assentados na relação de confiança e respeito mútuo entre o agente público e o cidadão, ao longo do processo de superação da vulnerabilidade/risco. Nesse processo, espera-se que o trabalho social contribua para que o indivíduo desenvolva autonomia e consciente exercício da cidadania, recuperando e/ou construindo novos vínculos e relações na vida pública e privada. A intervenção tem, por isso, um caráter pedagógico com inúmeros desafios: barreira cultural, analfabetismo, alienação, uso prejudicial de álcool e outras drogas, dentre outros.

O trabalho social deve, portanto, exercer um papel ao mesmo tempo pedagógico e mobilizador, contribuindo para a formação do cidadão/usuário participativo. Trazendo em seu bojo aspectos lúdicos, culturais e artísticos elevam a potência comunicacional, bem como seu poder de mobilização e inclusão nos processos educativos.



Por meio de atividades planejadas deve oportunizar o desenvolvimento da sociabilidade, da livre expressão e criação, da manifestação cultural e artística. Deve ainda facilitar a organização social para o enfrentamento coletivo da exclusão social, bem como o entendimento das políticas públicas como direito do cidadão e dever do Estado.

A promoção do acesso aos bens culturais e ao lazer devem também ser elencados nos objetivos do trabalho socioeducativo, sendo elementos importantes de inclusão social. Por meio de recursos próprios (oficinas, visitas, passeios, ingressos etc.) e de parcerias com as políticas setoriais, fazem da Assistência Social uma política de efetivo exercício dos direitos constitucionais.

Além disso, as oficinas, atividades festivas, acesso a programas culturais e de lazer deverão ser eixos que potencializem o protagonismo das usuárias, promovendo integralidade no acompanhamento para além dos dispositivos socioassistenciais. A OSC deverá estabelecer parcerias no território com vistas trazer as potencialidades das usuárias para suas vidas, assim contribuindo o acompanhamento realizado. Ademais, a proposta do Serviço é promover as usuárias e garantir superação da vulnerabilidade sofrida por elas, neste sentido, a OSC deverá promover reuniões sistemáticas com cada usuária com vistas em construir o processo de desligamento o qual deverá ser realizado de forma gradativa e construtiva, respeitando a individualidade de cada uma.

**Meta 03 – Elaborar Normas de Convivência/Regimento Interno:** O regimento interno será base das regras de horários e organização do funcionamento da Unidade. Neste sentido, a “base” do Regimento é o consenso entre as usuárias e trabalhadores, para que seja um documento construído com a participação das usuárias, o qual trará sentimento de pertencimento à Unidade e conhecimento das regras que foram construídas por elas. O objetivo da construção coletiva do Regimento é para desde já promover as potencialidades de capacidade de negociação, respeito a opinião do outro, saber conviver em grupo, respeito ao coletivo, etc.

**Meta 04 – Fazer revisão anual das Normas de Convivência/Regimento Interno:** O Regimento não pode ser um instrumento dificultoso a ser cumprido, o qual este deverá ser flexível ao entendimento das particularidades de cada caso. O objetivo do Regimento é trazer regras de convivência gerais, o qual poderá ser revisto a qualquer momento. Neste sentido, faz necessário mensalmente realiza assembleias com as usuárias para promover atualizações e, anualmente, revisar todo o conteúdo do instrumento em questão.

**Meta 05 – Realizar uma assembleia por mês:** Para além de promover pequenos ajustes no Regimento Interno, as assembleias tem por objetivo escutar as usuárias, dialogar para construção de soluções coletivas pelas próprias gestantes e puérperas, para as questões que lhes são próprias, bem como realizar a Comissão Local de Assistência Social (CLAS). Na perspectiva intersetorial, o momento das assembleias deverá, mensalmente, promover reuniões junto a SMSA para tratar de assuntos concernentes a situação de saúde das usuárias, visto que as mesmas são gestantes ou puérperas.

**Meta 06 – Realizar encaminhamentos e discussões para serviços da saúde, conforme cada caso:**

Acesso à Política de Saúde: o serviço deve manter estreita articulação com a rede de saúde, tanto com a Unidade Básica de Saúde do território, quanto com os serviços de emergência, saúde mental, (uso de drogas, transtorno mental etc.).

**Meta 07 – Possibilitar às usuárias o acesso à documentação pessoal:** Acesso à documentação pessoal é pressuposto para garantia de direitos básicos. Sempre que necessário, portanto, deve-se promover o seu acesso, através de processo de orientação e encaminhamento para a rede.

**Meta 08 – Articular com parceiros interessados a disponibilização de serviços complementares às usuárias e suas famílias:** A meta em questão será construída a partir da articulação do equipamento com diversos parceiros do território, com vistas em potencializar as ações do serviço. A construção será realizada de forma gradativa, respeitando o tempo das usuárias e compreendendo a particularidade de cada caso.

**Meta 09 – Inserir todas as usuárias e seus filhos em idade escolar na rede pública de ensino:** Acesso à Educação: interlocução para atender às demandas educacionais dos usuários, em especial com as EJAS do Município.

**Meta 10 – Encaminhar usuárias para programas habitacionais:** Devem ser estabelecidas estratégias, em conjunto com o Órgão Gestor, para promover o acesso à moradia, ao auxílio aluguel e aos demais programas de moradia temporária ou definitiva.

**Meta 11 – Encaminhar usuárias pra Sistema de garantia de direitos:** Considerando as diversas situações de risco social e pessoal por violação de direitos que os usuários possam estar vivenciando, o serviço deve estar atento às demandas que apresentam, devem oferecer as orientações necessárias e promover o acesso aos Órgãos de Defesa de Direitos, como o Ministério Público, a Defensoria Pública, os Centros de Defesa, dentre outros.

**Orientação e encaminhamentos para a rede de serviços, programas, projetos e benefícios locais:** Ocorrem através de processos de orientação e direcionamento dos usuários, por vezes exigindo contatos prévios e posteriores à sua realização entre o serviço de origem e demais serviços, programas, projetos e benefícios ofertados tanto pela Rede SUAS quanto pelas demais instituições que compõem o SGD. Devem ser formalizados e monitorados para avaliar a sua efetividade.

**Articulação com o Sistema de Segurança Pública:** Em articulação com o Órgão Gestor, o serviço deve propor e também desenvolver ações de articulação com o Sistema de Segurança Pública. Toda articulação com esse sistema deve partir do pressuposto que quaisquer ações devem ser desenvolvidas para proteção das pessoas em situação de rua, que podem vivenciar um conjunto de situações de insegurança decorrentes do processo de vida nas ruas, e que podem agravar vulnerabilidades e riscos, e mesmo colocar

em risco a própria vida. Visa também à garantia de momentos de capacitação dos profissionais do Sistema de Segurança Pública.

A equipe do Serviço será responsável pela elaboração de registros das informações que contribuam para a articulação com os órgãos de defesa de direitos e os demais serviços/equipamentos encaminhadores acima descritos, bem como para a construção do Plano de Acompanhamento Individual, participação nas avaliações de processos, fluxos de trabalho e resultados junto a rede no âmbito do programa e apoio na identificação de vulnerabilidade e tratativas destas.

A manutenção de agendas periódicas com os serviços da rede para o planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, considerando a dinâmica do atendimento e a frequência dos usuários, tem como objetivo efetivar o REFERENCIAMENTO e garantindo, quando necessário, o atendimento e/ou acompanhamento pelos demais serviços da rede socioassistencial, SGD e das demais políticas públicas.

**Meta 12 – Fornecer alimentação aos usuários seguindo as orientações da segurança alimentar e nutricional:** o acesso à alimentação deve ser garantido na própria unidade que oferta o serviço.

**Meta 13 – Manter equipe de referência do Serviço:** Manter equipe necessária com vínculo empregatício, qualificada e disponível para a execução das ações propostas pelo Projeto; Capacidade de gestão de recursos humanos e de gerenciamento das atividades propostas pelo Projeto; Realizar processo de seleção e admissão de profissionais, com perfil adequado e compatibilidade de salário conforme função, garantindo a participação da PBH no processo seletivo de todos os profissionais que irão atuar no Projeto, prezando por agilidade: a) no recrutamento e seleção dos profissionais, de acordo com critérios estabelecidos pelo Projeto no quadro de recursos humanos; b) nas contratações de novos profissionais; c) na substituição dos profissionais licenciados e de férias; d) na substituição dos profissionais desligados; e) no desligamento de profissionais que deixarem de atender a necessidade do Projeto; Garantir que todos os profissionais tenham a situação trabalhista regularizada; Garantir a todos os profissionais a participação no processo de educação permanente e acompanhamento técnico metodológico ofertado pela OSC e pela PBH, com foco na qualidade do atendimento; Garantir coordenador exclusivo para o Projeto, com formação superior, preferencialmente psicólogo ou assistente social.

## **MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS**

O monitoramento acontece de forma articulada ao trabalho de avaliação, subsidiando o em processos cujos indicadores qualitativos e quantitativos sinalizam a necessidade de análises mais aprofundadas. Em conjunto, as atividades de monitoramento e avaliação impactam diretamente na elaboração e no aprimoramento das ações e consequentemente, no cumprimento de suas metas.

R



Para controle e gestão do processo, será criada uma planilha de monitoramento do apoio, com informações de gerenciamentos de indicadores de desempenho para o alcance dos resultados esperados. A planilha será alimentada mensalmente e deve conter todos os indicadores a serem mensurados.

Os indicadores são instrumentos de medição que fornecem informações sobre o resultado da execução, comunicando o alcance das metas e sinalizando a necessidade de ações corretivas. O uso de indicadores é uma importante ferramenta de gestão, pois permite transparência na divulgação de resultados, além de definir critérios efetivos.

Os indicadores mensurados podem ser classificados em quantitativos e qualitativos. Os quantitativos estão relacionados diretamente ao alcance do objetivo estratégico. Já os indicadores de qualidade relacionam-se com os meios e esforços adotados pela organização para alcançar seus objetivos e aparecem, principalmente, na evolução do caso, obtidos por meio dos planos realizados. O uso de indicadores retrata como a equipe verifica se sua estratégia de atuação está sendo efetiva e se está fornecendo às partes interessadas os principais resultados esperados.

A avaliação é um processo de verificação do desempenho do projeto na solução de um problema verificado. Ela visa determinar se os objetivos foram ou estão sendo atingidos, avaliando o papel do projeto na sua concretização e indicando mudanças dele decorrentes.

A avaliação permite as tomadas de decisões no sentido de aprimorar as ações do serviço, estando presente em todas as fases e ações, para que a cada fase atingida sejam detectados pontos fortes e fracos e para que se tenha a convicção da necessidade, importância e possibilidade de dar continuidade e/ou aprimorar as atividades.

Neste contexto, segue abaixo os indicadores e formas de avaliação que serão utilizados pela ADRA, que atendam à natureza das atividades do "Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade de Abrigo para gestantes e puérperas, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, no município de Belo Horizonte" a ser executado por ela e estão alinhados em curto, médio e longo prazo, conforme especificadas abaixo:

FORMAS DE AVALIAÇÃO		
INDICADORES	COMO SERÃO AFERIDOS OS INDICADORES	PRAZO PARA ALCANÇAR AS METAS
1. Índice de adesão do público ao "Serviço de Acolhimento Institucional – Modalidade: Abrigo Institucional para gestantes e puérperas"	Será medido através dos Registros no Banco de Dados ou Sistema de Informação da cidade em questão.	7 meses



649  
7

2. Índice de pessoas atendidas e atendimentos realizados pelo Abrigo	Será medido através dos Registros no Banco de Dados ou Sistema de Informação da cidade em questão	01 mês
3. Índice de articulações conjuntas com a política intersetorial, na perspectiva de redução de danos com o Consultório de Rua e EMAPE.	Será medido através do planejamento, registro de presença e registro fotográfico.	03 meses
4. Índice de articulações conjuntas com o Serviços Socioassistenciais, de redução de violências e violações de direitos dos usuários nos territórios que permanecem	Será medido através do planejamento, registro de presença e registro fotográfico.	02 meses
5. Índice de reuniões de rede socioassistencial com vistas a construção de estratégias de reinserção familiar e comunitária.	Lista de Presença	01 mês
6. Índice de oficinas socioeducativas de socialização convivência e lazer que promovam reflexão	Será medido através do planejamento, registro de presença e registro fotográfico.	03 meses
7. Índice de encaminhamentos para acesso aos Benefícios Eventuais	Será medido através dos Registros no Banco de Dados ou Sistema de Informação da cidade em questão	01 mês
8. Índice de assembleias e reuniões anuais para pactuações referente a oferta do serviço (mínimo de 06 por ano)	Será medido através do planejamento, registro de presença e registro fotográfico.	03 meses

R

9. Índice de eventos culturais e comemorativos em datas estratégicas (mínimo 10 no ano)	Será medido através do planejamento, registro de presença e registro fotográfico.	03 meses
10. Índice de formações e capacitações do quadro de RH do Abrigo	Será medido através do planejamento, registro de presença e registro fotográfico.	03 meses
11. Índice de usuários inseridos em acompanhamento (PIA);	Será medido através dos Registros no Banco de Dados ou Sistema de Informação da cidade em questão.	01 mês
12. Índice de frequência do público assíduo ao Equipamento.	Aferição através de planilha de frequência diária de entrada e de saída do equipamento.	Semanal
13. Índice de encaminhamentos a Rede Socioassistencial;	Será mensurado através da contabilização dos contatos, reuniões e formulários próprios de encaminhamento para a Rede Socioassistencial.	1 mês
14. Índice de encaminhamentos as Políticas Públicas Setoriais;	Será mensurado através da contabilização dos contatos, reuniões e formulários próprios de encaminhamento para as Políticas Públicas Setoriais;	1 mês
15. Índice de encaminhamentos ao Sistema de Garantia de Direitos.	Será mensurado através da contabilização dos contatos, reuniões e formulários próprios de encaminhamento para o Sistema de Garantia de Direitos.	1 mês
16. Índice de avaliação dos usuários e famílias quanto às intervenções realizadas;	Através de formulário com perguntas, aplicado aos usuários e/ou as famílias.	06 meses
17. Índice de adesão dos usuários quanto ao planejamento proposto;	A partir da observação técnica, pesquisa qualitativa do fenômeno e avaliação do Sistema de Informação.	06 meses

18. Índice de interesse e participação assídua dos usuários e na construção do objetivo proposto.	Através da pesquisa qualitativa com o público do serviço (feed back).	06 meses
19. Índice de fortalecimento de vínculos familiares;	Através do número de visitas, telefonemas e contatos dos usuários com suas famílias – o que será quantificado através do acompanhamento (entrevistas).	01 ano
20. Índice de usuários e famílias desligadas do “Abrigo”	Contabilizar os retornos à família e à cidade de origem através dos referenciamentos e contrareferenciamentos à rede socioassistencial, às Políticas Públicas Setoriais e ao Sistema de Garantia de Direitos.	2 anos

A evolução destas metas poderá ser acompanhada mensalmente pela GGSAC/SUAAS/SMASAC (ou por quem ela designar) através de registros, planilhas e relatórios que serão mantidos pela ADRA Sudeste.

### ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS E RESULTADOS ESPERADOS.

O atendimento prestado será personalizado e em pequenos grupos, de forma a favorecer o convívio familiar e comunitário. As regras de gestão e de convivência serão construídas de forma participativa e coletiva, assegurando a autonomia das usuárias, conforme perfis.

São as seguintes as Estratégias metodológicas e os Resultados esperados para a execução do “Serviço de Acolhimento Institucional – Modalidade: Abrigo Institucional para gestantes e puérperas”:

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	RESULTADOS ESPERADOS
Oferecer estrutura física e operacional para Unidade de Referência para o Atendimento e Acompanhamento Socioassistencial das Gestantes e Puérperas.	Possibilitar condições dignas de acolhida no serviço a 100% dos usuários e famílias, respeitando sua singularidade.



Realizar atendimentos particularizados, em salas mobiliadas e em condições de garantir o sigilo profissional.	Garantir espaço 100% sigiloso e profissional, para escuta qualificada.
Elaborar juntamente com os usuários acompanhados, o Plano de Acompanhamento Individual.	Estimular de forma sistemática a autonomia dos usuários e das famílias, identificando as aptidões de cada um a partir da construção de cada caso.
Realização de atividades estratégicas para aproximação, a partir da escuta qualificada como meio da construção de vínculo dos profissionais do Serviço com os usuários e famílias.	Viabilizar o empoderamento e participação dos usuários e famílias participante no seu processo de acompanhamento e atendimento.
Fornecer atividades coletivas que contribuam para a construção progressiva da autonomia e promover experiências que contribuam para a construção de projetos individuais e coletivos.	Assegurar que 100% dos usuários e famílias estejam mais cientes do protagonismo de sua vida e desenvolvam autoestima.
Desenvolver atividades metodológicas operacionais de acordo com o perfil do público atendido, tendo como prioridade a prevenção de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos.	Prezar pela proteção integral de 100% do público atendido, respeitando a trajetória de vida, prevenindo o agravamento da vulnerabilidade e risco social e pessoal.
Realizar atividades coletivas e individuais, dentro e fora do equipamento, que contribuam para a identificação das potencialidades e despertamento dos mesmos.	Mapear e identificar habilidades, aptidões e capacidades de 100% dos usuários acompanhados e promover ações de fomento e inclusão.
Possibilitar o acesso a programas de transferência de renda	Possibilitar o cadastramento no CadÚnico a 100% das usuárias no Serviço de Acolhimento Institucional

Garantir a prestação de serviço observando o direito a diversidade, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.	Acolher 100% dos usuários de forma humanizada e respeitosa, com condições de dignidade.
Promover o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional.	Possibilitar o acesso de 100% dos usuários do Equipamento a programas de inclusão produtiva – meio potencializador da superação da vulnerabilidade sofrida.
Realizar os registros de atendimento em protocolos (banco de dados) físicos e eletrônicos das ações executadas.	Obter 100% de dados que subsidiem a elaboração e planejamento de atividades a serem realizadas, bem como colher informações para alimentar o Sistema de Informação da Vigilância Socioassistencial do município;
Realizar estudos de casos, a partir do conhecimento da situação individual e/ou familiar, das dificuldades, riscos, possibilidades e situação socioeconômica, etc.	Efetivar a capacidade de planejamento, monitoramento e avaliação do atendimento prestado, estabelecendo definições das intervenções a serem operacionalizadas, dentro de um plano que envolva os demais serviços da rede, com a implicação dos usuários, bem como reavaliando-os periodicamente.
Criar estratégias de localização da família de origem, família extensa ou laços afetivos das usuárias.	Facilitar e promover o contato familiar de atendidos e/ou acompanhados pelo Abrigo que desejam retomar os laços afetivos
Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacional interno e externo.	Possibilitar aos usuários e famílias a oportunidade de acessar atividades que demonstram outras possibilidades para a vida.
Utilizar de instrumentos técnicos operacionais (ficha de identificação) para a realização do cadastro dos usuários e famílias.	Qualificar a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), de 100% dos usuários e



	das famílias, como também o estudo de caso, relatório, parecer, ofícios, etc.
Executar o trabalho tendo como base a acolhida e a proteção integral, enxergando aos usuários e as famílias em todos os contextos que permeiam a sua vida.	Atender aos usuários e as famílias em sua integralidade e considerando o seu contexto social.
Elaborar estratégias que propiciem a participação política dos usuários nos espaços de controle social (como conselhos, conferências, orçamentos participativos) bem como os movimentos que tratam da temática da população em situação de rua, gestantes e puérperas, dentre outros.	Fomentar o protagonismo e participação de 100% dos usuários nos espaços deliberativos e de controle social, de fiscalização, de planejamento e de tomadas de decisões.
Promover atividades coletivas (assembleias e reuniões) para a discussão e construção coletiva das regras do Serviço, formas de acesso, mobilizações para o exercício da cidadania, planejamento e avaliação das atividades	Estimular a capacidade articulatória entre 100% dos usuários e profissionais do equipamento, promovendo a interação e a socialização.
Implantar no âmbito do Serviço uma Comissão Local de Assistência Social – CLAS, de acordo com as orientações do Conselho Municipal de Assistência de Social - CMAS.	Fomentar o protagonismo e participação de 100% dos usuários nos espaços deliberativos e de controle social, de fiscalização, de planejamento e de tomadas de decisões.

### RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

- Vínculos familiares e/ou sociais restabelecidos.
- Fortalecimento de vínculos mãe/bebê.
- Convivência comunitária garantida.
- Acesso à rede socioassistencial, aos demais Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais.
- Autonomia desenvolvida.
- Acesso garantido a atividades (internas e externas) culturais, de lazer, de esporte.
- Ofertas de condições para a independência e o autocuidado.



- Acesso garantido à rede de qualificação e requalificação profissional.
- Inclusão produtiva garantida.

### **IMPACTOS ESPERADOS**

- Redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidências.
- Redução da presença de pessoas em situação de rua e de abandono.
- Indivíduos e famílias protegidas.
- Redução dos casos que culminam com o acolhimento institucional de recém-nascidos, filhos de mulheres em situação de vulnerabilidade e/ou violência.
- Construção da autonomia.
- Indivíduos e famílias incluídas em serviços e com acesso a oportunidades.
- Rompimento do ciclo da violência doméstica e familiar.

### **AQUISIÇÕES ESPERADAS:**

Através desta parceria, a ADRA promoverá as ações do referido Serviço a partir de intervenções de caráter especializado que propiciem à AQUISIÇÃO DE POTENCIALIDADE DAS USUÁRIAS, sendo consideradas as seguranças afiançadas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS):

#### **Segurança de Acolhida:**

- Ser acolhida em condições de dignidade;
- Ter sua identidade, integridade e história de vida preservadas;
- Ter acesso a espaço com padrões de qualidade quanto a: higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto;
- Ter acesso a alimentação em padrões nutricionais adequados e adaptados a necessidades específicas;
- Ter acesso a ambiência acolhedora e espaços reservados a manutenção da privacidade das usuárias e guarda de pertences pessoais.

#### **Segurança de convívio ou vivência familiar, comunitária e social:**

- Ter acesso a benefícios, programas, outros serviços socioassistenciais e demais serviços públicos;
- Ter assegurado o convívio familiar, comunitário e/ou social.

#### **Segurança de desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social:**

- Ter endereço institucional para utilização como referência;
- Ter vivências pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania;





- Ter acesso a atividades, segundo suas necessidades, interesses e possibilidades;
- Ter acompanhamento que possibilite o desenvolvimento de habilidades de autogestão, autossustentação e independência;
- Ter respeitados os seus direitos de opinião e decisão;
- Ter acesso a espaços próprios e personalizados;
- Ter acesso a documentação civil;
- Obter orientações e informações sobre o serviço, direitos e como acessá-los;
- Ser ouvido e expressar necessidades, interesses e possibilidades;
- Desenvolver capacidades para autocuidados, construir projetos de vida e alcançar a autonomia;
- Ter ampliada a capacidade protetiva da família e a superação de suas dificuldades;
- Ser preparado para o desligamento do serviço;
- Avaliar o serviço.



## 7. EQUIPE DE TRABALHO

Inserir no quadro, todos os profissionais que serão necessários à execução da parceria, integral ou parcialmente, incluindo as diversas formas de contratação (CLT, RPA, Pessoa Jurídica).

### QUADRO MÍNIMO DE RECURSOS HUMANOS

QUANTIDADE DE PESSOAS	CARGO	ATRIBUIÇÕES NA PARCERIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL NA PARCERIA	VALOR MENSAL INDIVIDUAL
01	Coordenador	<ul style="list-style-type: none"><li>– Gestão técnica e administrativa do trabalho da unidade.</li><li>– Gestão metodológica/ pedagógica da unidade;</li><li>– Gestão dos recursos humanos;</li><li>– Articulação com a rede de Serviços do entorno e do Município, bem como com a comunidade local e com o Sistema de Garantia de Direitos.</li><li>– Cogestão dos estudos de caso e PAF e Relatórios Circunstanciados dos acolhidos.</li></ul>	40 horas semanais	
01	Assistente Social	<ul style="list-style-type: none"><li>– Elaborar e executar em conjunto com o coordenador e demais colaboradores o Plano Político Pedagógico da unidade.</li><li>– Organizar as informações das acolhidas e respectivas famílias na forma de prontuário (pastas) e no SIGPS.</li><li>– Elaborar PAFs, relatórios e demais documentos de acordo com as demandas da unidade.</li><li>– Proceder ao acompanhamento das acolhidas e suas crianças, tanto no aspecto psicossocial, quanto em relação aos encaminhamentos necessários à garantia dos seus direitos (conforme parâmetros das políticas públicas)</li></ul>	30 horas semanais	
01	Psicólogo	<ul style="list-style-type: none"><li>– Promover o envolvimento da equipe da unidade no processo de fortalecimento e construção do vínculo com a família de origem ou substituta, quando for o caso.</li></ul>	30 horas semanais	

CP

653

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhar a situação de cada acolhida, no aspecto jurídico, envolvendo o seu grupo familiar, bem como outras possibilidades de convivência familiar e comunitária.</li> <li>- Acompanhar a situação de cada bebê ou criança acolhida, no aspecto jurídico, envolvendo o seu grupo familiar, bem como outras possibilidades de convivência familiar e comunitária.</li> <li>- Favorecer a construção da autonomia e a preparação para o desligamento do acolhimento, em parceria com toda equipe da unidade.</li> <li>- Propor subsídios necessários à proposta metodológica da unidade.</li> <li>- Apoiar o coordenador com vistas à qualificação do serviço.</li> <li>- Apoiar o processo de seleção dos educadores/cuidadores e demais funcionários.</li> <li>- Contribuir na capacitação e acompanhamento dos educadores/cuidadores e demais funcionários em suas rotinas de trabalho.</li> <li>- Apoiar e acompanhar o trabalho desenvolvido pelos educadores/cuidadores.</li> </ul>		
12	Educadores/Cuidadores (As) Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cuidar da alimentação, higiene e proteção;</li> <li>- Organizar o ambiente (espaço físico e atividades);</li> <li>- Auxiliar as mães e seus bebês em sua vida, fortalecendo a autoestima e construção da identidade;</li> <li>- Acompanhar gestantes, puérperas e seus bebês nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano quando necessário.</li> <li>- Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior deverá também participar deste acompanhamento;</li> <li>- Apoiar na preparação da mulher e sua família para o desligamento, que será orientada e supervisionada por um (a) profissional de nível superior.</li> </ul>	12 x 36 horas (sendo 06 diurnos e 06 noturnos)	
02	Cozinheiro (A)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Administrar e efetuar todas as operações que fundamentam o serviço de copa e setor de cozinha;</li> <li>- Lidar correta e higienicamente com instalações, alimentos, equipamentos e utensílios.</li> <li>- Respeitar os horários de expedientes próprios e de fornecimentos de alimentação aos usuários e funcionários.</li> <li>- Utilizar correta e diariamente os equipamentos de proteção individual (EPI).</li> </ul>	12 x 36 horas (sendo um cozinheiro por turno, ambos diurnos)	



		<ul style="list-style-type: none"><li>- Recolher e acondicionar apropriadamente o lixo decorrente de tarefas e consumo dos alimentos.</li><li>- Atender aos usuários e funcionários do serviço com cortesia, presteza e compostura profissional.</li><li>- Orientar corretamente a si e aos beneficiados sobre a alimentação que será servida.</li><li>- Manter todos os alimentos da despensa e aqueles que serão servidos em condição apropriada para uso e consumo, observando a data de validade, apresentação.</li><li>- Ter a responsabilidade quanto à cocção de alimentação diária.</li><li>- Manter boa apresentação pessoal de corpo, traje.</li></ul>		
01	Auxiliar de Serviços Gerais	<ul style="list-style-type: none"><li>- Administrar e efetuar todas as operações que fundamentam o serviço da área de limpeza: facilitar o cumprimento correto dos horários de rotinas e atividades da instituição;</li><li>- Providenciar diariamente para que todos os ambientes estejam previamente em condições de higiene e limpeza para usufruto dos usuários do equipamento e funcionários em todas as atividades do cronograma diário (limpeza geral, descarte e acondicionamento adequado de lixo, varrição, lavagem dos ambientes, limpeza de superfícies mobiliárias e equipamentos).</li><li>- Utilizar o equipamento de proteção individual (EPI) para realizar todo e qualquer serviço.</li><li>- Zelar pela manutenção de toda a materialidade da instituição, bem como, o material de uso diário: vassouras, lixeiras, luvas, uniformes, botas, panos de limpeza etc.</li><li>- Ter iniciativa relativamente às rotinas e intercorrências que requeiram intervenção dentro de suas atribuições diretas e a elas relacionadas.</li><li>- Coletivizar as situações que não lhe seja possível resolver individualmente.</li><li>- Realizar o diagnóstico das condições físicas e materiais no início dos serviços e a conferência do estado e organização das instalações ao final do expediente (aparelhos, lâmpadas, descargas, torneiras, materiais de limpeza e de higiene, portas, janelas, etc.) a fim de que não haja dificuldade no funcionamento programado</li></ul>	44 horas semanais	

A

654



01	Auxiliar Administrativo	<ul style="list-style-type: none"><li>- Desempenhar atividades de apoio à gestão administrativa;</li><li>- Apoiar nas áreas de recursos humanos, administração, compras e logística;</li><li>- Sistematizar, organizar e prestar informações sobre as ações da assistência social a gestores, entidades e, ou, organizações de assistência social, trabalhadores, usuários e público em geral;</li><li>- Recepcionar e agendar atendimento e entrevistas para as ações próprias dos serviços socioassistenciais;</li><li>- Organizar, catalogar, processar e conservar documentos, cumprindo todo o procedimento administrativo necessário;</li><li>- Controlar estoque e patrimônio;</li><li>- Apoiar na organização e no processamento do Plano de Trabalho</li></ul>	40 horas semanais	
04	Porteiro	<ul style="list-style-type: none"><li>- Desempenhar atividades de fiscalização, guarda do patrimônio e controle de acesso;</li><li>- Exercer a observação do edifício, percorrendo-os sistematicamente e inspecionando suas dependências, a fim de prevenir perdas e danos, evitar incêndios e acidentes;</li><li>- Controlar a entrada e o fluxo de pessoas, recepcionando, identificando, orientando e encaminhando-as para os lugares desejados;</li><li>- Acompanhar pessoas e mercadorias;</li><li>- Trabalhar seguindo normas de segurança, qualidade e proteção ao meio ambiente e às pessoas</li></ul>	12 x 36 horas (sendo um porteiro por turno, totalizando 2 noturnos e 2 diurnos.)	
01	Suporte Técnico Administrativo Da Osc	<ul style="list-style-type: none"><li>- Fazer cotações orçamentárias para aquisição de materialidade e/ou prestador de serviço terceirizado para demandas do objeto;</li><li>- Controlar as ofertas dos serviços seguindo o plano de trabalho e fluxo financeiro do serviço;</li><li>- Fazer formalização dos contratos com fornecedores;</li><li>- Controlar e apoiar no agendamento de mobilidade estrutural, transporte, lanche e materialidade diversas para execução das ações demandadas;</li><li>- Fazer compras de materialidade;</li><li>- Fazer fluxo e controle dos gastos mensais do setor;</li><li>- Certificar a utilização dos instrumentais disponibilizados para equipe de trabalho;</li></ul>	40 horas semanais	

A

		<ul style="list-style-type: none"> <li>– Fazer a montagem dos processos das despesas executadas pelo setor de prestação de contras atentando para as regras e procedimentos legais de apresentação documental;</li> </ul>		
01	Arte Educador	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Planejar juntamente à equipe técnica e à coordenação, atividades e oficinas coletivas e, eventualmente, individuais de cunho artístico, cultural, de lazer e de participação social na Unidade e fora dela;</li> <li>– Executar as ações planejadas;</li> <li>– Elaborar relatórios mensais das atividades desenvolvidas;</li> <li>– Realizar avaliação das ações desenvolvidas juntamente à coordenação e equipe técnica;</li> <li>– Promover articulação e integração com as demais instituições culturais, de lazer e sociais que possam potencializar e qualificar as ações realizadas junto ao público alvo;</li> <li>– Acolher e desenvolver demandas advindas dos usuários estimulando o protagonismo e a organização social;</li> <li>– Participar de formações e espaços de reflexão e debate sobre temas que orbitam a realidade das pessoas em situação de rua;</li> <li>– Pesquisar e levantar as demandas para compra de materiais de conteúdos didáticos, insumos para oficinas, eventos e atividades;</li> <li>– Facilitar e apoiar eventos e campanhas temáticas;</li> <li>– Realizar registros das atividades executadas.</li> </ul>	30 horas semanais	
01	Supervisor de Projetos Sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Assessorar a coordenação dos Serviços, planejando e construindo as ações que garantam a execução do objeto seguindo Plano de Trabalho;</li> <li>– Assessorar a entidade às normativas de orientações da rede e manter a articulação da oferta dos Serviços;</li> <li>– Assessorar a entidade nos os contatos e manter diálogo com o gestor municipal no que tange a gestão dos serviços;</li> <li>– Assessorar e apoiar no planejamento de contratações participando junto ao RH do processo de recrutamento, seleção dos candidatos;</li> <li>– Assessorar, identificar e promover treinamento/ capacitação para os profissionais que estão sob sua gestão;</li> </ul>	40 horas semanais	





Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais

Avenida Portugal, 21 - Jardim Atlântico  
Belo Horizonte - MG - Brasil

Tel: (31) 3499-2570  
Cep 31.550-000

		<ul style="list-style-type: none"><li>- Assessorar o gerenciamento e administração da manutenção dos recursos financeiros juntamente com a gestão financeira da OSC, Contabilidade e Prestação de Contas;</li><li>- Assessorar na certificação da entrega de materialidade e condições necessárias para o desenvolvimento das ações socioeducativas, sociabilidade, oficinas, palestras e demais iniciativas relacionadas ao serviço;</li><li>- Assessorar no gerenciamento e acompanhamento dos instrumentais de registros das atividades;</li><li>- Assessorar a gestão da entidade no monitoramento da montagem dos processos das despesas executadas pelo setor para prestação de contas atentando para as regras e procedimentos legais de apresentação documental.</li><li>- Estar à disposição para possíveis eventos que possam ocorrer aos finais de semana;</li></ul>		
26	TOTAL RECURSOS HUMANOS			



## 8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

### 8.1. MEIOS DE AFERIÇÃO DAS METAS

INSTRUMENTOS	FORMA
<p><b>Administração Pública</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Relatórios de Visita Técnica in loco</li> <li>– Plano de Ação</li> <li>– Relatório de Monitoramento e Avaliação</li> <li>– Pesquisa de satisfação do público atendido (se pertinente)</li> <li>– Evidências documentais produzidas pela OCS na execução das ações (Atas ou registros de reuniões, regimento, relatórios diversos, encaminhamentos, dentre outros)</li> </ul>	<p><b>Administração Pública</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Elaboração de Relatórios de Visita Técnica durante as atividades de formação</li> <li>– Elaboração do Plano de Ação</li> <li>– Elaboração trimestral do Relatório de Monitoramento e Avaliação</li> <li>– Análise de documentos, relatórios e outras informações prestadas pela entidade acerca de todo o processamento da parceria</li> <li>– Realização de reuniões de Análise sobre as atividades de formação com a equipe técnica do serviço</li> <li>– Realização de Acompanhamento e prestação de suporte Técnico e Metodológico à equipe técnica e administrativa do serviço.</li> </ul>
<p><b>OSC</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Relatório trimestral de Execução do Objeto da parceria</li> <li>– Evidências documentais produzidas pela OCS na execução das ações (Atas ou registros de reuniões, regimento, relatórios diversos, encaminhamentos, dentre outros)</li> <li>– Pesquisa de satisfação do público atendido (se pertinente)</li> </ul>	<p><b>OSC</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Elaboração do relatório trimestral de Execução do Objeto</li> <li>– Análise das Evidências documentais produzidas na OCS durante a execução das ações (Atas ou registros de reuniões, regimento, relatórios diversos, encaminhamentos, dentre outros)</li> <li>– Realização de pesquisa de satisfação do público atendido (quando pertinente)</li> <li>– Manutenção de uma rotina de planejamento coordenação, execução e avaliação das ações pertinentes ao serviço.</li> </ul>

P

## 8.2. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO (M&A) PELA GESTÃO DA PARCERIA

O monitoramento e avaliação da parceria pela Administração Pública obedecerá ao disposto no Decreto Nº 16.746, de 10 de outubro de 2017 e a LEI Nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e terá por objetivos:

- Acompanhar a execução da parceria em seus aspectos qualitativos e quantitativos;
- Avaliar as metas já alcançadas e seus benefícios;
- Descrever os efeitos da parceria na realidade social referente ao objeto da parceria;
- Avaliar os impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- Avaliar o grau de satisfação do público-alvo;
- Concluir pela possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto;
- Realizar a análise da execução do objeto da parceria;
- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução da parceria;
- Verificação vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução da parceria, opinando pela melhor forma de reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição do objeto;
- Exigir o cumprimento das cláusulas da parceria e respectivos termos aditivos;
- Comunicar ao gestor da parceria, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira tomada de decisões ou providências que ultrapassem o seu âmbito de competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público.

Para consecução destes objetivos o monitoramento e avaliação da parceria será realizado com a aplicação dos instrumentais de aferição de objetivos previstos neste plano de trabalho (e outros que eventualmente venham a atender o melhor interesse da administração pública, sem prejuízo da legislação pertinente), sendo os seguintes:

**Visita técnica in loco:** se consiste na ação do agente público de acompanhar e verificar o processo de execução do objeto da parceria diretamente no local de sua execução. Para tanto o mesmo utilizará os documentos norteadores da relação entre OSC e poder público, tais como o Termo de Colaboração, o Plano de Trabalho e toda a legislação pertinente ao serviço prestado pela OSC parceira.

**Relatório de Visita Técnica in loco:** é o documento de registro das visitas técnicas realizadas pelo agente público ao local de execução da parceria, nele constará o que for pertinente à consecução dos objetivos de M&A, além de eventuais não conformidades em relação ao cumprimento dos objetivos do projeto, provisões de estrutura e processos de trabalho. O mesmo deverá ser arquivado na administração pública e enviado à organização da sociedade civil para conhecimento, esclarecimentos e providências, o que poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do órgão ou da entidade da administração pública municipal. Cabe ressaltar que a visita técnica in loco não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria

realizadas pelo órgão ou pela entidade da administração pública municipal, pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas do Estado.

**Plano de Ação:** será o documento resultante de um ou mais relatórios de visita técnica in loco. Nele serão apontados pela Administração eventuais vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução da parceria, além de proposições para sanar as inadequações verificadas. O Plano de Ação deverá prever ações e prazos adequados de resposta para correção das inadequações indicadas, servido de instrumento para a gestão acompanhar as ações que a entidade deverá realizar em relação às questões indicadas.

**Relatório de Monitoramento e Avaliação:** É o documento onde serão trimestralmente analisadas pela gestão:

- As atividades realizadas, o cumprimento das metas e objetivos da parceria, além do impacto e dos benefícios sociais obtidos em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- Eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias;
- Os valores efetivamente transferidos pela administração pública à OSC.

**Pesquisa de Satisfação:** É um instrumento de utilização facultativa, conforme a legislação vigente, e o detalhamento de sua aplicação deverá ser apresentado à ocasião de sua realização pela Administração Pública.

**Análise de Evidências Documentais:** É a análise pela Administração Pública de quaisquer documentos produzidos pela OCS na execução de suas ações e que comprovem a realização das mesmas. Estes documentos serão utilizados pela administração pública para atestar o efetivo cumprimento das atividades realizadas pela OSC na execução da parceria.

**Suporte Técnico e Metodológico:** São ações da gestão que visam oferecer orientações e suporte técnico metodológico tanto à equipe técnica no acompanhamento dos casos dos usuários atendidos, quanto à coordenação do serviço em relação a questões metodológicas e operacionais pertinentes à execução do objeto





Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais

Avenida Portugal, 21 – Jardim Atlântico  
Belo Horizonte – MG – Brasil

Tel: (31) 3499-2570  
Cep 31.550-000

**9. PREVISÃO DE RECEITAS**

ORIGEM	VALOR
Repasse	R\$ 1.376.714,24
Contrapartida (se houver)	Não haverá contrapartida
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.376.714,24</b>

*(Handwritten signature)*

## 10. PREVISÃO DE DESPESAS

### Recursos Humanos – Folha Mensal

Nº	Cargo	Quant.	Origem	Valor Estimado
1	Coordenador	1	Repasse	R\$ 53.580,00
2	Assistente Social	1	Repasse	R\$ 30.240,00
3	Psicólogo	1	Repasse	R\$ 30.240,00
4	Arte Educador	1	Repasse	R\$ 27.600,00
5	Auxiliar Administrativo	1	Repasse	R\$ 23.940,00
6	Educador Social - Diurno	6	Repasse	R\$ 120.960,00
7	Educador Social - Noturno	6	Repasse	R\$ 145.152,00
8	Porteiro - Diurno	2	Repasse	R\$ 30.240,00
9	Porteiro - Noturno	2	Repasse	R\$ 36.288,00
10	Cozinheira - Diurno	2	Repasse	R\$ 30.429,12
11	Auxiliar de Serviços Gerais	1	Repasse	R\$ 15.044,52
12	Suporte Técnico Administrativo - Sede da OSC	1	Repasse	R\$ 27.600,00
13	Supervisor de Projetos Sociais - Sede da OSC	1	Repasse	R\$ 55.071,00

### Encargos Trabalhistas

Nº	Cargo	Quant.	Origem	Valor Estimado
1	Coordenador	1	Repasse	R\$ 17.586,15
2	Assistente Social	1	Repasse	R\$ 9.925,44
3	Psicólogo	1	Repasse	R\$ 9.925,44
4	Arte Educador	1	Repasse	R\$ 9.058,93
5	Auxiliar Administrativo	1	Repasse	R\$ 7.857,64
6	Educador Social - Diurno	6	Repasse	R\$ 39.701,76
7	Educador Social - Noturno	6	Repasse	R\$ 47.642,11
8	Porteiro - Diurno	2	Repasse	R\$ 9.925,44
9	Porteiro - Noturno	2	Repasse	R\$ 11.910,53
10	Cozinheira - Diurno	2	Repasse	R\$ 9.987,51
11	Auxiliar de Serviços Gerais	1	Repasse	R\$ 4.937,95
12	Suporte Técnico Administrativo - Sede da OSC	1	Repasse	R\$ 9.058,93



13	Supervisor de Projetos Sociais - Sede da OSC	1	Repasse	R\$ 18.075,53
<b>BENEFÍCIOS</b>				
Nº	Cargo	Quant.	Origem	Valor Estimado
1	Coordenador	1	Repasse	R\$ 13.065,48
2	Assistente Social	1	Repasse	R\$ 2.907,60
3	Psicólogo	1	Repasse	R\$ 2.907,60
4	Arte Educador	1	Repasse	R\$ 2.907,60
5	Auxiliar Administrativo	1	Repasse	R\$ 13.065,48
6	Educador Social - Diurno	6	Repasse	R\$ 17.445,60
7	Educador Social - Noturno	6	Repasse	R\$ 17.445,60
8	Porteiro - Diurno	2	Repasse	R\$ 5.815,20
9	Porteiro - Noturno	2	Repasse	R\$ 5.815,20
10	Cozinheira - Diurno	2	Repasse	R\$ 5.815,20
11	Auxiliar de Serviços Gerais	1	Repasse	R\$ 2.907,60
12	Suporte Técnico Administrativo - Sede da OSC	1	Repasse	R\$ 13.065,48
13	Supervisor de Projetos Sociais - Sede da OSC	1	Repasse	R\$ 13.065,48

**Encargos Trabalhistas:** 13º Salário, Férias, FGTS, 1/3 de Férias, FGTS sobre Férias, FGTS sobre 13º, FGTS Multa Rescisória.

**Benefícios:** Vale Transporte/Vale Combustível, Vale Refeição, Seguro de Vida, Programa Bem Estar, Medicamento para Todos, PAF, Plano Odontológico.



**Despesas com Material de Consumo da OSC - Previsão do Projeto**

Item	Descrição do Item	Origem do Repasse	Valor Total
MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO	Folha A4; Papel Sulfite; Folha EVA; Cola Branca; Fítilho Cores Variada; Gliter Cores Variadas; Pincel Atômico; Cartolina; Papel Kraft; Palito de Picolé; Bastão de Cola Quente; Pistola de Cola Quente ;TNT Cores Variadas Papel Crepon; Cola para Tecido; Tinta Para Tecido Acrilex Tinta Guache 250gr Pincel nº8; Pincel nº6 ;Pincel nº4; Pincel nº10; Pincel nº12; Régua 30cm; Tesoura Escolar sem Ponta; Tecido Juta; Tecido Chitão Florido; Canetinha Hidrográfica; Lápis de Cor; Giz de Cera; Folha Celofane; Fita Cetim 7mm	Repasse	R\$ 12.000,00
GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	Canjiquinha Amarela; Carne/Bacon; Carne/Salsicha; Catchup; Chá de Camomila; Chá de Erva doce; Chá de Hortelã; Chá Mate; Chocolate Bombom; Chocolate Granulado; Coco Ralado; Coloral; Creme de Leite; Extrato de Tomate; Farinha de Trigo sem Fermento; Fermento em Pó; Fubá de Milho; Gelatina em Pó; Leite Condensado; Leite de Coco; Maionese; Margarina Vegetal Cremosa; Milho de Pipoca; Milho Verde; Mistura para Bolo Sabores Diversos; Oregano; Paçoquinha; Pão de Forma Tradicional; Refreco Adoçado em Pó; Refrigerante; Saco de Bala Sortida; Suco de Frutas Sabores Diversos; Tempero Alho e Sal	Repasse	R\$ 47.400,00
MATERIAL DE COPA E COZINHA	Ascendedor; Colher em Plástico Descartavel; Copo Descartável em Plástico para Agua; Copo Descartavel em Plástico para Café; Desentupidor de Pia; Pote para Caldo; Faca em Plástico Descartável; Fósforo; Garfo em Plástico Descartável; Guardanapo de Papel Branco; Luva de Latex para Limpeza - M; Pano de Prato; Prato Descartável 15cm; Prato Descartável 21cm	Repasse	R\$ 12.000,00
MATERIAL PARA ESCRITÓRIO	Bloco Auto Adesivo; Caderno Espiral ¼; Caderno Universitário Capa Dura; Caixa Box Plástico Oficio; Calculadora de Mesa; Caneta Esferográfica; Clips Tamanho Médio (Nº6/0); Cola Branca; Corretivo em Fita; Envelope Pardo Tipo A4; Extrator de Grampo; Fita Adesiva Transparente; Fita Crepe; Lápis de Escrever Preto; Livro de Ata; Pasta com Aba Elastico; Pasta Suspensa; Perfurador de Papel 2 Furos; Pincel Marca Texto Amarelo; Prancheta	Repasse	R\$ 12.000,00





ADRA

Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais

Avenida Portugal, 21 – Jardim Atlântico  
Belo Horizonte – MG – BrasilTel: (31) 3499-2570  
Cep 31.550-000

	Ofício A4; Registrador a/z; Régua 30cm; Borracha Branca; Saco Plástico; Caixa Correspondência Tripla Articulável com Três Bandejas no tamanho Ofício; Tesoura Escolar; Tinta p/Carimbo e p/Auto-Entintado; Grampeador; Tesoura para uso Geral - Grande		
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	Absorvete Intimo Higiênico; Algodão; Aparelho de Barbear; Bucha Vegetal Cortador de Unha; Cotonete; Creme de Pentear Cabelo; Creme Dental; Desodorante Aerosol; Escova de Unha; Escova Dental; Gel Fixador; Hidratante para Pele em Creme; Pente para Cabelo; Polvilho Antisséptico em Pó; Sabonete Antisséptico; Sabonete Líquido 250ML; Sabonete Líquido 2L; Saboneteira; Shampoo/Condicionador; Toalha de Papel Descartável	Repasse	R\$ 12.000,00
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO	Água Sanitária; Ácido Muriático; Alcool em Gel; Alcool em Gel: Teor 70%; Amaciante para Lavagem de Roupas; Bacia Plástica Transparente; Balde Plástico para Limpeza; Bota Branca Emborrachada; Cera Líquida; Cloro; Corda de Varal de Teto. Desentupidor para Sanitário. Desinfetante Líquido. Desinfetante Líquido Bruto. Desodorante/Aromatizador de Ambiente. Detergente Líquido 5L; Detergente Líquido 500ML; Escova para Lavagem de Roupas e Limpeza em Geral; Escova Sanitária; Esponja de Limpeza duas Faces; Esponja de Limpeza - Lã Aço; Esponjas Multiuso para Louças; Embalagem com 4 Unidades; Flanela para Limpeza; Lava Roupas Líquido; Limpa Vidro; Limpador Multiuso Pano Multiuso; Pano para Limpeza de Chão; Papel Higiênico; Papel Toalha; Pedra Sanitária; Pregador de Roupas; Rodo de Limpeza; Rodo de Pia; Sabão em Barra; Sabão em Barra de Coco; Sabão em Pó 2Kg; Saco de Lixo: 200 Litros; Saco de Lixo: 30 Litros; Saco de Lixo: 40 Litros; Saco de Lixo: 50 Litros; Saco de Lixo: 60 Litros; Soda Caustica; Tampa de Taque PVC; Tapete Antiderrapante; Tira Manchas em Gel para Roupas Brancas; Tira Manchas em Pó para Roupas Brancas, Refil Econômico; Varal de Aço 10 Metros; Vassoura de Pelo Sintético 30Cm; Vassoura de Piaçava	Repasse	R\$ 12.000,00
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	Adaptador de Tomada; Adaptador de Tomada Benjamin; Adaptador para Bico de Torneira; Bucha Fixação com Anel 12mm, Bucha Fixação com Anel 08mm, Bucha Fixação com Anel 10mm, Bucha Fixação	Repasse	R\$ 12.000,00



	com Anel 06mm, Cabo Flexível; Cimento PII 32; Cola Araldite 1; Cola Branca; Cola PVC Incolor; Cola Silicone; Conector Porcelana Chuveiro; Conjunto de Tomada Energia; Conjunto Interruptor Simples; Desengripante; Escada de Alumínio; Extensão Elétrica; Filtro de Linha; Filtro para Bebedouro Universal; Fita Antiderrapante; Fita Crepe para Pintura; Fita Dupla face; Fita Isolante; Interruptor; Kit Gás; Lâmpada de Led; Lâmpada Led Tubular; Mangueira de Jardim; Martelo POP 27mm; Massa Durepox; Massa Plástica; Parafuso Chip; Pilha AA ; Pilha AAA; Plug; Resistência; Rolo Anti Gotas; Sifão Flexível; Tampa para Tanque PVC; Tinta Acrílica 18l; Tomada Externa; Trincha; Tubo de PVC; Válvula de Escoamento para Tanque; Válvula de Pia de Cozinha; Veda Rosca; Vela de Filtro		
MEDICAMENTOS	Algodão Bola 100gr; Atadura; Clorexidina; Colírio Lubrificante; Compressa de Gaze Estéril; Curativo Transparente; Esparadrapo Impermeável; Luva latex; Descartável; Pomada para Queimadura; Soro Fisiológico; Alcool Absoluto 70% 100ml	Repasse	R\$ 30.000,00
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	Alcool Absoluto 70ml; Algodão em Bola 50gr; Chupeta Bico de Silicone; Compressa de Gaze c/10; Creme de Assaduras 45gr; Pacote de Fraldas DESCARTÁVEIS; Babador Infantil Algodão; Mamadeira Chuquinha; Manta de Micofibra; Toalhinha de Boca Kit c/3; Termometro Digital; Saboneteira Infantil; Kit Escova e Pente para Cabelo; Macacão Plish; Conjunto Pagão; Kit Saída de Maternidade; Bolsa Maternidade Grande	Repasse	R\$ 18.000,00
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	Gás GLP P13; Gás GLP P45	Repasse	R\$ 16.800,00
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	Sapato Cano Baixo Branco PVC; Alcool Gel 70%; Máscara N95/PFF2; Luvas Térmicas; Bico de Pato; Avental Impermeável; Luva Malha de Aço; Botas BVC Branca; Touca Higiênica Descartável; Luva Procedimento Descartável	Repasse	R\$ 1.200,00
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	Camisa Uniforme 100% Algodão; Crachá	Repasse	R\$ 9.000,00
MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	Impressão Colorida; Folder; Banner; Fotos	Repasse	R\$ 3.000,00
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	Vale Social	Repasse	R\$ 3.012,00
<b>TOTAL ANUAL</b>			<b>R\$ 200.412,00</b>

### Despesas com Pessoa Jurídica da OSC - Previsão do Projeto

Item	Descrição do Item	Origem do Repasse	Valor Total
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA	Locação de Veículo - 01 veículo - Serviços de Terceiros	Repasse	R\$ 66.000,00
LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	Locação de Impressora - Serviços de Terceiros	Repasse	R\$ 3.600,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA	Ponto Eletrônico - Serviços de Terceiros	Repasse	R\$ 2.400,00
SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	Água do Imóvel - COPASA	Repasse	R\$ 20.400,00
SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	Telefone Fixo/Móvel/Internet e TV a Cabo	Repasse	R\$ 4.800,00
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS E DE DOMÍNIO PÚBLICO	Material e Serviços - Pequenos Reparos e Conservação	Repasse	R\$ 12.000,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA	Serviços de Terceiros - Oficinas/Capacitação/Serviços Gráficos/Seminários/Campanhas	Repasse	R\$ 9.600,00
SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	Luz do Imóvel - CEMIG	Repasse	R\$ 34.800,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA	Serviço de Segurança eletrônica	Repasse	R\$ 14.400,00
<b>TOTAL ANUAL</b>			<b>R\$ 168.000,00</b>

### Despesas com equipamentos e materiais permanentes da OSC - Previsão do Projeto

Item	Descrição do Item	Origem do Repasse	Valor Total
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	Telefone sem fio; microfone dinâmico; Caixa de Som amplificadora Cm500	Repasse	R\$ 60.095,13
MOBILIÁRIO EM GERAL	Armário de aço escritório; Armário de parede para primeiros socorros; Longarina plástica 3 lugares; Cadeira gold executiva; Cadeira plástica bela vista; Cama solteiro; Armário roupeiro de aço; Armário multiuso 2 portas; Estante de aço com 5 bandejas 40cm; Mesa Redonda para escritório; Mesa de Jantar; Mesa de Reunião retangular; Mesa para escritório 3 gavetas; Mesa impressora 0.60x0.60cm; Mesa para computador; Lousa quadro branca; Berço americano; colchão para berço armário multiuso 2 portas; Sofá 3 lugares	Repasse	
OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	Cadeira de Rodas simples	Repasse	

<b>APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS</b>	Filtro de linha; Microondas 34l; Freezer horizontal 305L; geladeira 450L espaço flex; Suporte para TV; ventilador 50 cm; umidificador domestico; purificador de agua; termometro digital ; lavadora de Roupa	Repasse
<b>EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>	Computador i3 4gb hd 500gb; Notebook intel 4gb 500gb; Tela de projeção eletrica Televisão 42; Projetor Led	Repasse
<b>APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS</b>	<p>Abridor misto para latas e garrafas inoxidável; Assadeira em Alumínio sem tampa 47,5x31x6,5cm; Assadeira em vidro retangular com tampa 39x23x0,5cm; Bacia em aluminio diametro 30cm; Bacia em plástico diametro 50cm; Batedor para bife am alumínio médio; Caixa de plástico organizadora com tampa 2,5l; Caixa de plástico organizadora com tampa 5l; Caixa de plástico organizadora com tampa 11l; Caixa de plástico organizadora com tampa 25l; Caixa de plástico organizadora com tampa 50l; Caixa de plástico organizadora com tampa 36l; Cesto do roupas capacidade 60l; Coador em aço inoxidável cônico 25cm de diâmetro; Coador para café em flanela nº8; Colher em aço inoxidável para arroz 30cm; Colher em aço inoxidavel para café; Colher em aço inoxidavel para cozinha 1mm cabo de madeira; Colher em aço inoxidavel para cozinha 1mm cabo de polipropileno; Colher em aço inoxidavel para cozinha 1mm 50cm; Colher em aço inoxidavel para sopa 18cm; Concha em aluminio 15cm; Concha em aço inoxidavel para refeição 12cm cabo inteiro; Descascador de legumes em aço inoxidavel 18cm; Escorredor multiuso 24cm; Escumadeira em aço inoxidavel 15cm; Amassador de batatas inox grande; Faca em aço inoxidavel para açougue 30cm; Faca em aço inoxidavel para legumes 18cm; Faca inoxidavel para refeição 21cm; Faca inoxidavel para saladas cabo em polipropileno 20cm; Faca em aço inoxidavel tipo serra para pão cabo em plástico 30cm; Forma em aluminio para bolo redonda com furo no meio 25cm; Garfo em aço inoxidavel 2 dentes trinchantes 50cm; Garfo em aço inoxidavel para refeição; Garrafa térmica com tampa de botão com pressão 2l;</p> <p>Garrafa térmica plástica tampa em rosca com alça 3l; Garrafa térmica em plástico tampa giratória 5l; Lixeira em plástico 20l; Panela tipo caçarola em aluminio reforçada com tampa 2 alças 4mm; Frigideira anti aderente 24cm; Pegador para massas em axo inoxidavel com 2 dentes 28cm; Pegador de saladas em axo inoxidavel 28cm; Peneira em aço inoxidavel com cabo em aço inoxidavel 12cm; Peneira em aço inoxidavel com cabo em aço inoxidavel 25cm; Pote em vidro com tampa redondo 200ml; Prato para refeição em plástico rigido fundo; Prato para refeição em vidro fundo 23cm; Ralador para cozinha manual em aço inoxidavel 4 faces com alça; Tabua para carne em polietileno; Conjunto de xicaras para cafe 50ml 6unidades; Cortina blackout com voil 280x180; Escada doméstica em aluminio; Vassoura de pelo artificial em pé corpo e cabo de madeira; Vassoura de pelo articial deitada corpo e cabo de madeira; Pano de prato em algodão atalhado; Kit de pano de prato com 20 unidades 100% algodão; Kit de pano para limpeza de chão 20 unidades em algodão cru; Balde em plástico com alça 10l; Mangueira com engates rosqueados em pvc; Vasilha em plastico rigido tipo saladeira 5l; Tampa de vaso sanitário;</p>	Repasse



ADRA

Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais

Avenida Portugal, 21 – Jardim Atlântico  
Belo Horizonte – MG – BrasilTel: (31) 3499-2570  
Cep 31.550-000

Pá para lixo plástico com cabo em madeira; kit com 12 flanelas 100% algodão laranja; Balde em plástico com alça 20l; Pregadores de roupa kit com 36 um; Vassoura piçava cabo de 120cm; Rodo plástico 60cm com cabo de madeira	
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 60.095,13</b>

ANEXO II - QUADRO NATUREZA DA DESPESA		
NATUREZA DE DESPESA	CUSTEIO	INVESTIMENTO
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R\$ 626.384,64	
319013 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 205.593,36	
339047 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS-	R\$ 116.229,12	
339035 - MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 200.412,00	
449052 - MATERIAL PERMANENTE		R\$ 60.095,13
339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R\$ 168.000,00	
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.316.619,12</b>	<b>R\$ 60.095,13</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>R\$ 1.376.714,25</b>

**11. CONTRAPARTIDA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (SE HOUVER)**

Não haverá contrapartida da OSC – ADRA.

**12. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO****CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela	4ª Parcela	5ª Parcela	6ª Parcela
R\$ 174.309,52	R\$ 109.309,52	R\$ 109.309,52	R\$ 109.309,52	R\$ 109.309,52	R\$ 109.309,52
7ª Parcela	8ª Parcela	9ª Parcela	10ª Parcela	11ª Parcela	12ª Parcela
R\$ 109.309,52	R\$ 109.309,52	R\$ 109.309,52	R\$ 109.309,52	R\$ 109.309,52	R\$ 109.309,52



Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais

Avenida Portugal, 21 – Jardim Atlântico  
Belo Horizonte – MG – Brasil

Tel: (31) 3499-2570  
Cep 31.550-000

662  
7

**13. ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC**

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2022.

**Adriano Carlos Aureliano – Representante Legal**  
**Superintendente de Projetos e Desenvolvimentos**  
**Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira**  
**(Região Administrativa de Minas Gerais)**

**Rosilene Silva Moreira – BM 122.311-7**

Coordenadora

Serviço de Proteção e Atuação de Calamidades

Pós-graduação em Emergências – SPSCPE

Av. Afonso Pena 342/1º andar, Centro - CEP 30.130-005

PBH/SUAS/DPES/CGSAC



## PLANILHA PARA ORÇAMENTAÇÃO DE PARCERIAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE.

versão: 12\_03

Essa planilha tem como base as naturezas e os itens de despesas disponíveis no Sistema SUCC, sistema que contém a base de dados de todas as parcerias do Município de Belo Horizonte e também a plataforma eletrônica para a prestação de contas das OSC parceiras.

Desenvolvido por Alessandro Monteiro  
GGPAR/SMASAC/PBH

### DADOS DO PROJETO (preencher)

Nome da OSC:	ADRA - Agencia Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais	
Nome do projeto:	Serviço Especializado de Abordagem Social	
Receita do projeto:	R\$ 1.376.714,24	
Nome / tel de contato:	Wesley Carvalho Oliveira/(31)97316-0050	
Valor total das despesas lançadas:	R\$ 1.376.714,24	Considerando o valor do projeto, há despesas para serem lançadas

### ORÇAMENTAÇÃO

=> selecione a natureza de despesa relacionada ao seu projeto para incluir os itens de despesa.

RECURSOS HUMANOS

MATERIAL DE CONSUMO

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS  
PERMANENTES

SERVIÇO DE PESSOA FÍSICA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE  
BENS / PREMIAÇÕES

SERVIÇO DE PESSOA JURÍDICA

### RESULTADO DA ORÇAMENTAÇÃO

Data de conclusão:

ESTATÍSTICA

ANEXO I - RECURSOS  
HUMANOS

ANEXO II - NATUREZA  
DA DESPESA

ANEXO III - ITENS  
DE DESPESA

60-3





# Despesas Recursos Humanos - Regime Mensal

VALORES MENSAIS POR PROFISSIONAL																	
CARGO OU FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL NO PROJETO	QUANT.	Forma de contratação	Nº DE MESES	VALOR MÉDIO DE REFERÊNCIA	VALOR MENSAL PROPOSTO	PROVISÃO DE FÉRIAS	PROVISÃO 13º SALÁRIO	INSS PATRONAL	FGTS	Provisão de FGTS - demissão	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	VALE REFEIÇÃO (serv. pessoa jur.)	CARTÃO TRANSP (serv. pessoa jur.)	OUTRAS OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB.	SALÁRIO COM ENCARGOS E BENEFÍCIOS POR PROFISSIONAL	VALOR TOTAL
Coordenador	40 horas	1	Regime CLT	12	R\$ 4.622,47	R\$ 4.622,47	513,61	385,21		441,70	220,85	R\$ 284,54		R\$ 501,00	R\$ 176,68	7.146,06	85.752,73
Assistente Social	30 horas	1	Regime CLT	12	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	277,78	208,33		238,89	119,45	R\$ 170,43		R\$ 116,51	R\$ 95,56	3.726,95	44.723,35
Psicólogo	30 horas	1	Regime CLT	12	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	277,78	208,33		238,89	119,45	R\$ 170,43		R\$ 116,51	R\$ 95,56	3.726,95	44.723,35
Arte Educador	30 horas	1	Regime CLT	12	R\$ 2.300,00	R\$ 2.300,00	255,56	191,67		219,78	109,89	R\$ 164,49		R\$ 116,51	R\$ 87,91	3.445,81	41.349,73
Auxiliar Administrativo	40 horas	1	Regime CLT	12	R\$ 1.900,00	R\$ 1.900,00	211,11	158,33		181,56	90,78	R\$ 152,61		R\$ 116,51	R\$ 72,62	2.883,52	34.602,27
Educador Social - Diurno	12 x 36 horas	6	Regime CLT	12	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	166,67	125,00		143,33	71,67	R\$ 142,15		R\$ 116,51	R\$ 57,33	2.322,66	167.231,52
Educador Social - Noturno	12 x 36 horas	6	Regime CLT	12	R\$ 1.755,45	R\$ 1.755,45	195,05	146,29		167,74	83,87	R\$ 156,26		R\$ 116,51	R\$ 67,10	2.688,27	193.555,44
Porteiro - Diurno	12 x 36 horas	2	Regime CLT	12	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00	155,56	116,67		133,78	66,89	R\$ 153,10		R\$ 116,51	R\$ 53,51	2.196,02	52.704,48
Porteiro - Noturno	12 x 36 horas	2	Regime CLT	12	R\$ 1.655,45	R\$ 1.655,45	183,94	137,95		158,19	79,10	R\$ 162,81		R\$ 116,51	R\$ 63,27	2.557,22	61.373,28
Cozinheira - Diurno	12 x 36 horas	2	Regime CLT	12	R\$ 1.350,00	R\$ 1.350,00	150,00	112,50		129,00	64,50	R\$ 148,98		R\$ 116,51	R\$ 51,60	2.123,09	50.954,16
Auxiliar de Serviços Gerais	44 horas	2	Regime CLT	12	R\$ 1.308,00	R\$ 1.308,00	145,33	109,00		124,99	62,50	R\$ 153,55		R\$ 116,51	R\$ 49,99	2.069,87	49.676,88
Suporte Técnico Administrativo - Sede da OSC	40 horas	1	Regime CLT	12	R\$ 2.300,00	R\$ 2.300,00	255,56	191,67		219,78	109,89	R\$ 284,84	R\$ 480,00	R\$ 483,00	R\$ 87,91	4.412,65	52.951,80
Supervisor de Projetos Sociais - Sede da OSC	40 horas	1	Regime CLT	12	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	333,33	250,00		286,67	143,34	R\$ 306,69	R\$ 480,00	R\$ 483,00	R\$ 114,67	5.397,70	64.772,40
Total do projeto		27														44.696,77	944.371,39

OSC / PROJETO AUKA - Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais / Serviço Especializado de Atenção Social

Observações quanto ao preenchimento do quadro de recursos humanos (opcional. Use esse espaço para inserir uma nota técnica quanto aos valores inseridos nesta planilha):

CARGO OU FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL NO PROJETO	QUANT.	Forma de contratação	Nº DE MESES	VALOR MÉDIO DE REFERÊNCIA	VALOR MENSAL PROPOSTO	PROVISÃO DE FÉRIAS	PROVISÃO 13º SALÁRIO	INSS PATRONAL	FGTS	Provisão de FGTS - demissão	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	VALE REFEIÇÃO (serv pessoa Jur.)	CARTÃO TRANSP. (serv pessoa jur.)	OUTRAS OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB.	SALÁRIO COM ENCARGOS E BENEFÍCIOS POR PROFISSIONAL	VALOR TOTAL



## Despesas com Material de Consumo da OSC - previsão do Projeto

Item	Descrição do item	Origem do orçamento	Orçamento 1 /Referência única	Orçamento 2	Orçamento 3	Média dos Orçamentos	Valor previsto na execução
MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO	Folha A4, Papel Sulfite, Folha EVA, Cola Branca, Fita Lixa Cores Variada, Gliter Cores Variadas, Pincel Atômico, Cartolina, Papel Kraft, Palito de Picolé, Bastão de Cola Quente, Pistola de Cola Quente, TNT Cores Variadas, Papel Crepon, Cola para Tecido, Tinta Para Tecido Acrilex Tinta Guache 250gr Pincel nº8, Pincel nº6, Pincel nº4, Pincel nº10, Pincel nº12, Régua 30cm, Tesoura Escolar sem Ponta, Tecido Juta, Tecido Chitão Florido, Canetinha Hidrográfica, Lápis de Cor, Giz de Cera, Folha Celofane, Fita Cetim 7mm	cotações de até 3 fornecedores	R\$ 12.000,00	R\$ 17.478,72	R\$ 18.840,00	16.106,24	12.000,00
GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	Canjiquinha Amarela; Carne/Bacon; Carne/Salsicha; Catchup; Chá de Camomila; Chá de Erva doce; Chá de Hortelã; Chá Mate; Chocolate Bombom; Chocolate Granulado; Coco Ralado; Coloral; Creme de Leite; Extrato de Tomate; Farinha de Trigo sem Fermento; Fermento em Pó; Fubá de Milho; Gelatina em Pó; Leite Condensado; Leite de Coco; Maionese; Margarina Vegetal Cremosa; Milho de Pipoca; Milho Verde; Mistura para Bolo Sabores Diversos; Oregano; Paçoquinha; Pão de Forma Tradicional; Refresco Adoçado em Pó; Refrigerante; Saco de Bala Sortida; Suco de Frutas Sabores Diversos; Tempero Alho e Sal	cotações de até 3 fornecedores	R\$ 47.400,00	R\$ 48.649,32	R\$ 49.008,00	48.352,44	47.400,00
MATERIAL DE COPA E COZINHA	Ascendedor; Colher em Plástico Descartável; Copo Descartável em Plástico para Água; Copo Descartável em Plástico para Café; Desentupidor de Pia; Pote para Caldo; Faca em Plástico Descartável; Fósforo; Garfo em Plástico Descartável; Guardanapo de Papel Branco; Luva de Latex para Limpeza - M; Pano de Prato; Prato Descartável 15cm; Prato Descartável 21cm	cotações de até 3 fornecedores	R\$ 12.000,00	R\$ 14.052,00	R\$ 15.072,00	13.708,00	12.000,00
MATERIAL PARA ESCRITÓRIO	Bloco Auto Adesivo; Caderno Espiral ¼; Caderno Universitário Capa Dura; Caixa Box Plástico Ofício; Calculadora de Mesa; Caneta Esferográfica; Clips Tamanho Médio (Nº6/0); Cola Branca; Corretivo em Fita; Envelope Pardo Tipo A4; Extrator de Grampo; Fita Adesiva Transparente; Fita Crepe; Lápis de Escrever Preto; Livro de Ata; Pasta com Aba Elástico; Pasta Suspensa; Perfurador de Papel 2 Furos; Pincel Marca Texto Amarelo; Prancheta Ofício A4; Registrador a/z; Régua 30cm; Borracha Branca; Saco Plástico; Caixa Correspondência Tripla Articulável com Três Bandejas no tamanho Ofício; Tesoura Escolar; Tinta p/Carimbo e p/Auto-Entintado; Grampeador; Tesoura para uso Geral - Grande	cotações de até 3 fornecedores	R\$ 12.000,00	R\$ 18.304,56	R\$ 22.982,64	17.762,40	12.000,00

## Despesas com Material de Consumo da OSC - previsão do Projeto

(informar pelo menos dois orçamentos para cada item, exceto quando houver fornecedor exclusivo).

Item	Descrição do item	Origem do orçamento	Orçamento 1/Referência única	Orçamento 2	Orçamento 3	Média dos Orçamentos	Valor previsto na execução
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	Absorvete Intimo Higiénico; Algodão; Aparelho de Barbear; Bucha Vegetal Cortador de Unha; Cotonete; Creme de Pentear Cabelo; Creme Dental; Desodorante Aerosol; Escova de Unha; Escova Dental; Gel Fixador; Hidratante para Pele em Creme; Pente para Cabelo; Polvilho Antisséptico em Pó; Sabonete Antisséptico; Sabonete Líquido 250ml; Sabonete Líquido 2L; Saboneteira; Shampoo/Condicionador; Toalha de Papel Descartável	cotações de até 3 fornecedores	R\$ 12.000,00	R\$ 13.986,00	R\$ 14.357,28	13.447,76	12.000,00
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO	Água Sanitária; Ácido Muriático; Alcool em Gel; Alcool em Gel: Teor 70%; Amaciante para Lavagem de Roupas; Bacia Plástica Transparente; Balde Plástico para Limpeza; Bota Branca Emborrachada; Cera Líquida; Cloro; Corda de Varal de Teto. Desentupidor para Sanitário. Desinfetante Líquido. Desinfetante Líquido Bruto. Desodorante/Aromatizador de Ambiente. Detergente Líquido 5L; Detergente Líquido 500ml; Escova para Lavagem de Roupas e Limpeza em Geral; Escova Sanitária; Esponja de Limpeza duas Faces; Esponja de Limpeza - Lã Aço; Esponjas Multiuso para Louças; Embalagem com 4 Unidades; Flanela para Limpeza; Lava Roupas Líquido; Limpa Vidro; Limpador Multiuso Pano Multiuso; Pano para Limpeza de Chão; Papel Higiénico; Papel Toalha; Pedra Sanitária; Pregador de Roupas; Rodo de Limpeza; Rodo de Pia; Sabão em Barra; Sabão em Barra de Coco; Sabão em Pó 2Kg; Saco de Lixo: 200 Litros; Saco de Lixo: 30 Litros; Saco de Lixo: 40 Litros; Saco de Lixo: 50 Litros; Saco de Lixo: 60 Litros; Soda Caustica; Tampa de Taque PVC; Tapete Antiderrapante; Tira Manchas em Gel para Roupas Brancas; Tira Manchas em Pó para Roupas Brancas; Refil Económico; Varal de Aço 10 Metros; Vassoura de Pelo Sintético 30cm; Vassoura de Piaçava	cotações de até 3 fornecedores	R\$ 12.000,00	R\$ 16.002,00	R\$ 17.580,00	15.194,00	12.000,00



Item	Descrição do item	Origem do orçamento	Orçamento 1 /Referência única	Orçamento 2	Orçamento 3	Média dos Orçamentos	Valor previsto na execução
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	Adaptador de Tomada, Adaptador de Tomada Benjamin, Adaptador para Bico de Torneira, Bucha Fixação com Anel 12mm, Bucha Fixação com Anel 08mm, Bucha Fixação com Anel 10mm, Bucha Fixação com Anel 06mm, Cabo Flexível, Cimento PII 32, Cola Araldite 1, Cola Branca, Cola PVC Incolor, Cola Silicone, Conector Porcelana Chuveiro, Conjunto de Tomada Energia, Conjunto Interruptor Simples, Desengripante, Escada de Alumínio, Extensão Elétrica, Filtro de Linha, Filtro para Bebedouro Universal, Fita Antiderrapante, Fita Crepe para Pintura, Fita Dupla face, Fita Isolante, Interruptor, Kit Gás, Lâmpada de Led, Lâmpada Led Tubular, Mangueira de Jardim, Martelo POP 27mm, Massa Durepox, Massa Plástica, Parafuso Chip, Pilha AA, Pilha AAA, Plug, Resistência, Rolo Anti Gotas, Sifão Flexível, Tampa para Tanque PVC, Tinta Acrílica 18l, Tomada Externa, Trincha, Tubo de PVC, Válvula de Escoamento para Tanque, Válvula de Pia de Cozinha, Veda Rosca, Vela de Filtro	cotações de até 3 fornecedores	R\$ 12.000,00	R\$ 15.036,00	R\$ 16.532,00	14.522,67	12.000,00
MEDICAMENTOS	Algodão Bola 100gr; Atadura; Clorexidina; Colírio Lubrificante; Compressa de Gaze Estéril; Curativo Transparente; Esparadrapo Impermeável; Luva latex; Descartável; Pomada para Queimadura; Soro Fisiológico; Alcool Absoluto 70% 100ml	cotações de até 3 fornecedores	R\$ 30.000,00	R\$ 31.392,00	R\$ 32.500,00	31.297,33	30.000,00
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	Alcool Absoluto 70ml; Algodão em Bola 50gr; Chupeta Bico de Silicone; Compressa de Gaze c/10; Creme de Assaduras 45gr; Pacote de Fraldas DESCARTÁVEIS; Babador Infantil Algodão; Mamadeira Chuquinha; Manta de Micofibra; Toalhinha de Boca Kit c/3; Termometro Digital; Saboneteira Infantil; Kit Escova e Pente para Cabelo; Macacão Plish; Conjunto Pagão; Kit Saída de Maternidade; Bolsa Maternidade Grande	cotações de até 3 fornecedores	R\$ 18.000,00	R\$ 22.584,00	R\$ 22.800,00	21.128,00	18.000,00
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	Gás GLP P13; Gás GLP P45	cotações de até 3 fornecedores	R\$ 16.800,00	R\$ 17.582,40	R\$ 19.824,00	18.068,80	16.800,00
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	Sapato Cano Baixo Branco PVC; Alcool Gel 70%; Máscara N95/PFF2; Luvas Térmicas; Bico de Pato; Avental Impermeável; Luva Malha de Aço; Botas BVC Branca; Touca Higiênica Descartável; Luva Procedimento Descartável	cotações de até 3 fornecedores	R\$ 1.200,00	R\$ 2.249,40	R\$ 2.980,92	2.143,44	1.200,00
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	Camisa Uniforme 100% Algodão; Crachá	cotações de até 3 fornecedores	R\$ 9.000,00	R\$ 9.890,40	R\$ 9.972,00	9.620,80	9.000,00
MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	Impressão Colorida; Folder; Banner; Fotos	cotações de até 3 fornecedores	R\$ 3.000,00	R\$ 3.846,36	R\$ 4.142,16	3.662,84	3.000,00
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	Vale Social	fornecedor exclusivo	R\$ 3.012,07	R\$ 3.156,00	R\$ 3.468,00	3.212,02	3.012,07

## Despesas com Material de Consumo da OSC - previsão do Projeto

(informar pelo menos dois orçamentos para cada item, exceto quando houver fornecedor exclusivo).

Item	Descrição do item	Origem do orçamento	Orçamento 1 /Referência única	Orçamento 2	Orçamento 3	Média dos Orçamentos	Valor previsto na execução
<b>Total</b>						<b>228.226,74</b>	<b>200.412,07</b>

OSC / Projeto

APRA - Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos  
Bibliográficos / Sistema Especializado de Informação em Bibliotecas e Arquivos

Observações (opcional): Use esse espaço para inserir uma nota técnica quanto aos valores inseridos nesta planilha.



ADRA - AGENCIA ADVENTISTA DE

--



## Despesas com Pessoa jurídica da OSC - previsão do Projeto

(informar pelo menos dois orçamentos para cada item, exceto quando houver fornecedor exclusivo)

[illegible]



## Despesas com Pessoa jurídica da OSC - previsão do Projeto

Item	Descrição do Item	Origem do orçamento	Orçamento 1 /Referência única	Orçamento 2	Orçamento 3	Média dos Orçamentos	Valor previsto na execução
TOTAL						181.415,75	171.835,65

Observações (opcional. Use esse espaço para inserir uma nota técnica quanto aos valores inseridos nesta planilha):

\_\_\_\_\_

## Despesas com equipamentos e materiais permanentes da OSC - previsão do Projeto

(informar pelo menos dois orçamentos para cada item, exceto quando houver fornecedor exclusivo)

Item	Descrição do item	Origem do orçamento	Orçamento 1 /Referência única	Orçamento 2	Orçamento 3	Média dos Orçamentos	Valor previsto na execução
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	Telefone sem fio; microfone dinâmico; Caixa de Som amplificadora Cm500	cotações de até 3 fornecedores	R\$ 750,00	R\$ 837,01	R\$ 1.073,80	886,94	750,00
MOBILIÁRIO EM GERAL	Armário de aço escritório; Armário de parede para primeiros socorros; Longarina plastica 3 lugares; Cadeira gold executiva; Cadeira plastica bela vista; Cama solteiro; Armário roupeiro de aço; Armário multiuso 2 portas; Estante de aço com 5 bandejas 40cm; Mesa Redonda para escritório; Mesa de Jantar; Mesa de Reuniao retangular; Mesa para escritorio 3 gavetas; Mesa impressora 0.60x0.60cm; Mesa para computador; Lousa quadro branca; Berço americano; colchão para berço armario multiuso 2 portas; Sofá 3 lugares	cotações de até 3 fornecedores	R\$ 34.029,05	R\$ 34.616,15	#####	34.816,24	34.029,05
OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	Cadeira de Rodas simples	cotações de até 3 fornecedores	R\$ 501,04	R\$ 529,00	R\$ 549,90	526,65	501,04
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	Filtro de linha; Microondas 34l; Freezer horizontal 305L; geladeira 450L espaço flex; Suporte para TV; ventilador 50 cm; umidificador domestico; purificador de agua; termometro digital ; lavadora de Roupa	cotações de até 3 fornecedores	R\$ 14.594,91	R\$ 14.705,60	#####	14.870,91	14.594,91
EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Computador i3 4gb hd 500gb; Notebook intel 4gb 500gb; Tela de projeção eletrica Televisão 42; Projetor Led	cotações de até 3 fornecedores	R\$ 7.627,13	R\$ 7.849,35	R\$ 8.144,43	7.873,64	7.627,13

Item	Descrição do item	Origem do orçamento	Orçamento 1 /Referência única	Orçamento 2	Orçamento 3	Média dos Orçamentos	Valor previsto na execução
APARELHOS E UTENSÍLIOS	<p>Batedor misto para latas e garrafas inoxidável; Assadeira em Alumínio sem tampa 47.5x31x6,5cm; Assadeira em vidro retangular com tampa 39x23x0,5cm. Bacia em alumínio diametro 30cm; Bacia em plástico diametro 50cm; Batedor para bife am alumínio médio; Caixa de plástico organizadora com tampa 2,5l; Caixa de plástico organizadora com tampa 5l; Caixa de plástico organizadora com tampa 11l; Caixa de plástico organizadora com tampa 25l; Caixa de plástico organizadora com tampa 50l; Caixa de plástico organizadora com tampa 36l; Cesto do roupas capacidade 60l; Coador em aço inoxidável cônico 25cm de diâmetro; Coador para café em flanela n°8; Colher em aço inoxidável para arroz 30cm; Colher em aço inoxidavel para café; Colher em aço inoxidavel para cozinha 1mm cabo de madeira; Colher em aço inoxidavel para cozinha 1mm cabo de polipropileno; Colher em aço inoxidavel para cozinha 1mm 50cm; Colher em aço inoxidavel para sopa 18cm; Concha em alumínio 15cm; Concha em aço inoxidavel para refeição 12cm cabo inteiriço; Descascador de legumes em aço inoxidavel 18cm; Escorredor multiuso</p>	cotações de até	R\$ 2.593,00	R\$ 3.141,06	R\$ 3.289,34	3.007,80	2.593,00

## Despesas com equipamentos e materiais permanentes da OSC - previsão do Projeto

(informar pelo menos dois orçamentos para cada item, exceto quando houver fornecedor exclusivo).

[illegible]

OSU / Projeto

ADRA – Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais / Serviço Especializado de Abordagem Social

Observações (opcional. Use esse espaço para inserir uma nota técnica quanto aos valores inseridos nesta planilha):

\_\_\_\_\_

Despesas com distribuição gratuita de bens ou Premiações Culturais, Artísticas ou Desportivas da OSC - previsão do Projeto

Item	Descrição do item	Origem do orçamento	Orçamento 1 /Referência única	Orçamento 2	Orçamento 3	Média dos Orçamentos	Valor previsto na execução
<b>Total</b>							

DSC / Projeto:

ADRA - Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais / Serviço Especializado de Abordagem Social

Observações (opcional. Use esse espaços para inserir uma nota técnica quanto aos valores inseridos nesta planilha):



CSG = Projeto

ADRA - Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais / Sel. de Especialidade de Abordagem Social

Observações (opcional. Use esse espaço para inserir uma nota técnica quanto aos valores inseridos nesta planilha):

--

**ANEXO II - QUADRO NATUREZA DA DESPESA**

<b>NATUREZA DE DESPESA</b>	<b>CUSTEIO</b>	<b>INVESTIMENTO</b>
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R\$ 717.843,60	-
319013 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 140.878,20	-
339047 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R\$ 22.970,71	-
339035 - MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 200.412,07	-
449052 - MATERIAL PERMANENTE	-	R\$ 60.095,13
339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$ -	-
339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R\$ 234.514,53	-
339031 - DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS/PREMIAÇÕES	R\$ -	-
<b>TOTAL</b>	R\$ 1.316.619,11	R\$ 60.095,13
<b>TOTAL GERAL</b>	R\$	1.376.714,24

Osc: **ADRA - Agencia Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais**Projeto: **Serviço Especializado de Abordagem Social**

67x  
A**ANEXO I - RECURSOS HUMANOS**

ADRA - Agência Adventista de Desenvolvimento e  
OSC / Projeto: Recursos Assistenciais / Serviço Espiritualidade e  
Abordagem Social

Profissional	Quant.	Carga horária Semanal (horas)	Nº de meses
Coordenador	1	40 horas	12
Assistente Social	1	30 horas	12
Psicólogo	1	30 horas	12
Arte Educador	1	30 horas	12
Auxiliar Administrativo	1	40 horas	12
Educador Social - Diurno	6	12 x 36 horas	12
Educador Social - Noturno	6	12 x 36 horas	12
Porteiro - Diurno	2	12 x 36 horas	12
Porteiro - Noturno	2	12 x 36 horas	12
Cozinheira - Diurno	2	12 x 36 horas	12
Auxiliar de Serviços Gerais	2	44 horas	12
Suporte Técnico Administrativo - Sede da OSC	1	40 horas	12
Supervisor de Projetos Sociais - Sede da OSC	1	40 horas	12

## ANEXO III - ITENS DE DESPESA

OSC / PROJETO:

ADRA - Agencia Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais / Serviço Especializado de Abordagem Social

ATUALIZE ESTA TABELA

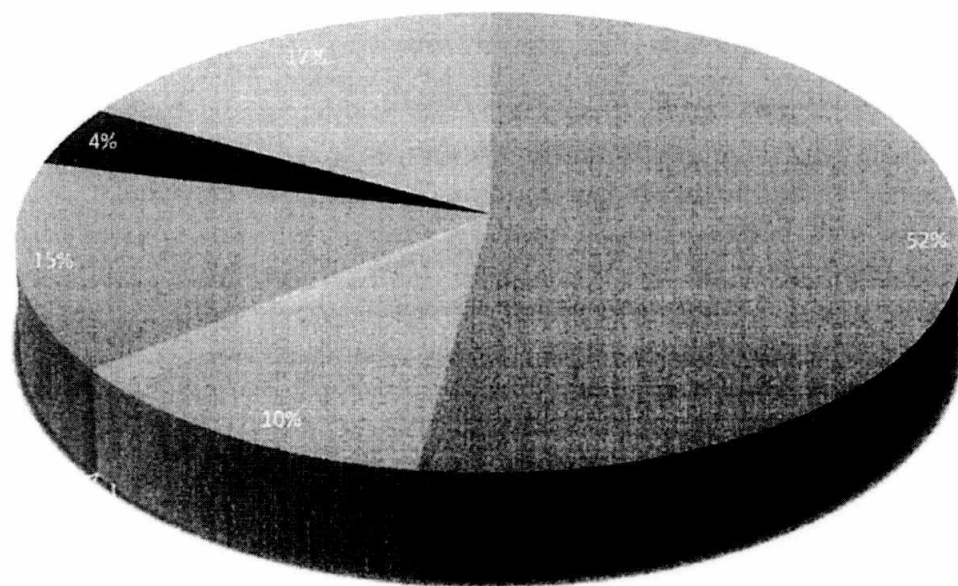
Para atualizar este anexo clique na linha azul abaixo e aperte as teclas ALT+F5

	Soma de Média dos Orçamentos	Soma de Valor previsto na execução
	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Garrafa térmica plástica tampa em rosca com alça 3l; Garrafa térmica em pl	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES</b>	<b>R\$ 61.982,18</b>	<b>R\$ 60.095,13</b>
Telefone sem fio; microfone dinamico; Caixa de Som amplificadora Cm500	R\$ 886,94	R\$ 750,00
Armario de aço escritório; Armario de parede para primeiros socorros; Long	R\$ 34.816,24	R\$ 34.029,05
Cadeira de Rodas simples	R\$ 526,65	R\$ 501,04
Filtro de linha; Microondas 34l; Freezer horizontal 305L; geladeira 450L esp	R\$ 14.870,91	R\$ 14.594,91
Computador i3 4gb hd 500gb; Notebook intel 4gb 500gb; Tela de projeção e	R\$ 7.873,64	R\$ 7.627,13
Abridor misto para latas e garrafas inoxidável; Assadeira em Alumínio sem	R\$ 3.007,80	R\$ 2.593,00
<b>319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL</b>	<b>R\$ 717.843,60</b>	<b>R\$ 717.843,60</b>
Relativo ao recursos humanos alocados no projeto	R\$ 717.843,60	R\$ 717.843,60
<b>319013 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS</b>	<b>R\$ 140.878,20</b>	<b>R\$ 140.878,20</b>
Relativo ao recursos humanos alocados no projeto	R\$ 140.878,20	R\$ 140.878,20
<b>339047 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS</b>	<b>R\$ 22.970,71</b>	<b>R\$ 22.970,71</b>
Relativo ao recursos humanos alocados no projeto	R\$ 22.970,71	R\$ 22.970,71
<b>339039 - SERV. PESSOA JURÍDICA</b>	<b>R\$ 244.094,63</b>	<b>R\$ 234.514,53</b>
Relativo ao recursos humanos alocados no projeto - Transporte	R\$ 51.158,88	R\$ 51.158,88
Relativo ao recursos humanos alocados no projeto - Refeição	R\$ 11.520,00	R\$ 11.520,00
Locação de Veículo - 01 veículo - Serviços de Terceiros	R\$ 72.799,99	R\$ 69.599,97
Locação de Impressora - Serviços de Terceiros	R\$ 4.098,00	R\$ 3.600,00
Ponto Eletrônico - Serviços de Terceiros	R\$ 9.039,20	R\$ 7.200,00
Telefone Fixo/Móvel/Internet e TV a Cabo	R\$ 7.800,00	R\$ 7.200,00
Material e Serviços - Pequenos Reparos e Conservação	R\$ 27.678,56	R\$ 26.635,68
Serviços de Terceiros - Oficineiros/Capacitação/Serviços Gráficos/Seminário	R\$ 36.000,00	R\$ 34.800,00

Serviço de Segurança eletrônica	R\$ 24.000,00	R\$ 22.800,00
<b>339030 - MATERIAL DE CONSUMO</b>	<b>R\$ 228.226,74</b>	<b>R\$ 200.412,07</b>
Folha A4; Papel Sulfite; Folha EVA; Cola Branca; Fitolho Cores Variada; Gliter	R\$ 16.106,24	R\$ 12.000,00
Canjiquinha Amarela; Carne/Bacon; Carne/Salsicha; Catchup; Chá de Camor	R\$ 48.352,44	R\$ 47.400,00
Ascendedor; Colher em Plástico Descartavel; Copo Descartável em Plástico	R\$ 13.708,00	R\$ 12.000,00
Bloco Auto Adesivo; Caderno Espiral ¼; Caderno Universitário Capa Dura; C	R\$ 17.762,40	R\$ 12.000,00
Absorvete Intimo Higiénico; Algodão; Aparelho de Barbear; Bucha VegetalC	R\$ 13.447,76	R\$ 12.000,00
Agua Sanitária; Acido Muriático; Alcool em Gel; Alcool em Gel: Teor 70%; A	R\$ 15.194,00	R\$ 12.000,00
Adaptador de Tomada; Adaptador de Tomada Benjamin; Adaptador para Bi	R\$ 14.522,67	R\$ 12.000,00
Algodão Bola 100gr; Atadura; Clorexidina; Colirio Lubrificante; Compressa d	R\$ 31.297,33	R\$ 30.000,00
Alcool Absoluto 70ml; Algodão em Bola 50gr; Chupeta Bico de Silicone; Con	R\$ 21.128,00	R\$ 18.000,00
Gás GLP P13; Gás GLP P45	R\$ 18.068,80	R\$ 16.800,00
Sapato Cano Baixo Branco PVC; Alcool Gel 70%; Máscara N95/PFF2; Luvas T	R\$ 2.143,44	R\$ 1.200,00
Camisa Uniforme 100% Algodão; Crachá	R\$ 9.620,80	R\$ 9.000,00
Impressão Colorida; Folder; Banner; Fotos	R\$ 3.662,84	R\$ 3.000,00
Vale Social	R\$ 3.212,02	R\$ 3.012,07
<b>Total Geral</b>	<b>R\$ 1.415.996,06</b>	<b>R\$ 1.376.714,24</b>

⏪ Voltar ao Menu

## Distribuição das Naturezas de despesas do projeto



- 319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
- 319013 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS
- 339047 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS
- 339046 - AUXÍLIOALIMENTAÇÃO
- 339046 - AUXÍLIOTRANSORTE
- 339035 - MATERIAL DE CONSUMO
- 449052 - MATERIAL PERMANENTE
- 339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
- 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
- 339035 - SERVIÇO DE CONSULTORIA
- 319013 - OBRAS E INSTALAÇÕES DE DOMÍNIO PATRIMONIAL
- 339031 - DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS/PREMIAÇÕES

AVULSOS DISTRIBUÍDOS  
Em 24 / 02 / 2023  
R. em 620  
Responsável pela distribuição



OF. SMGO/DALE N° 104 /2023

Belo Horizonte, 17 /02/2023

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.974/22** – Autoria do Vereador Nikolas Ferreira – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 5.871/22, de 19/12/2022.

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.974/22, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, que solicita informações sobre quais medidas estão sendo tomadas para minimizar os danos causados durante o período de chuvas em relação aos alagamentos em residências dentro de vilas e favelas de Belo Horizonte.

Consultadas, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte e a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura emitiram respostas por meio do ofício SMASAC/DALE-SURIN-SMGO-727/2022, acompanhado de mídia social - CD -, OFÍCIO 006/202/URBEL/SMGO-DALE e ofício SMOBI N.º 58/2023, respectivamente, conforme cópias anexas.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,



**Leonardo Amaral Castro**

Secretário Municipal Adjunto de Governo  
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereador Gabriel**  
CAPITAL





**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E CIDADANIA  
GABINETE SMASAC

**SMASAC/DALE-SURIN-SMGO – 727/2022**

Belo Horizonte, 27 de dezembro de 2022.

Senhora Diretora,

Cumprimentando cordialmente, e em atenção ao Ofício DIRLEG 5872/22 - Requerimento de Comissão 1974/22 de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, informamos que, com base nas informações da Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil, destacamos que quanto ao planejamento de prevenção dos possíveis danos causados em consequência das chuvas, a Prefeitura de Belo Horizonte apresentou no último dia 05 de outubro, o plano de ação para o período chuvoso na capital.

Além dos investimentos em obras, são promovidas operações que envolvem todos os órgãos, que vão desde manutenção de bacias de retenção, limpeza de bocas de lobo e de vias, galerias, fundos de vales de córregos a contenção de encostas. Há ainda o trabalho preventivo de alerta e conscientização dos moradores das áreas de inundação da cidade.

Para tornar o trabalho ainda mais organizado com o início do período chuvoso, a PBH criou o Grupo Gestor de Risco de Desastres (GGRD), formado por diversos órgãos da administração municipal como secretarias, Guarda Civil, BHtrans, Sudecap, Corpo de Bombeiros, entre outros, sob coordenação da Defesa Civil. A partir das discussões são

definidas as ações preventivas que serão tomadas. Entre elas o envio de alertas de chuva forte nas redes sociais e por mensagem, limpeza de bocas de lobo, supressão e podas de árvores, limpeza de córregos, vistorias, bloqueio de vias e definição de equipes de plantão para monitorar locais com possível risco de alagamento.

Além disso, a Prefeitura vem realizando intervenções em todas as regiões da cidade para minimizar os riscos. Até o momento já foram realizadas 66 obras de contenção de encostas e 27 trabalhos de manutenção. Há, ainda, 48 obras de contenção de encostas em andamento e 15 de manutenção. Com isso, o Município já conseguiu eliminar 88 situações de risco alto ou muito alto.

**Senhora**

**Luana Magalhães de Araújo Cunha**

**Diretora de Acompanhamento Legislativo - DALE**

**Subsecretaria de Relações Institucionais**

**Secretaria Municipal de Governo**

**Avenida Afonso Pena, nº 1212, 2º andar – Bairro Centro**



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E CIDADANIA  
GABINETE SMASAC

Há um canal de alerta para a população ser informada sobre a incidência de chuvas, visando garantir a segurança da população no período chuvoso, cujos alertas preventivos passarão a ser enviados, também, por WhatsApp. O sistema será alimentado pela Defesa Civil de Belo Horizonte com alertas de ocorrência de chuvas fortes, granizo, tempestades, vendavais, alagamentos, risco de deslizamentos de terra e outros fenômenos meteorológicos. Os interessados em receber os avisos deverão enviar uma mensagem de "Olá" para o número (61) 2034- 4611 para se cadastrar.

Atualmente, há também o serviço de SMS em que basta o usuário enviar uma mensagem de texto com o CEP da rua para o número 40199 e um alerta de confirmação será devolvido na sequência. O serviço não tem custo e, em Belo Horizonte, já é utilizado por cerca de 320 mil pessoas. Os alertas também são divulgados para usuários que utilizam o aplicativo “Waze”. Em caso de necessidade de bloqueio de vias, o motorista será redirecionado para uma rota segura e longe dos possíveis riscos.

Há, também, um canal adequado, que é o telefone 199 ou (31) 3290-0020, para que a população possa registrar uma ocorrência relacionada aos impactos das chuvas, solicitar vistoria em imóveis em atendimento de emergência que quando verificado as seguintes ocorrências e riscos:

- alagamentos;
- desastres com vítimas e desabrigados;
- inundações;
- desabamentos;
- incêndios e explosões
- deslizamentos;
- destelhamentos;
- colisões;
- rachaduras, trincas e fissuras

Quem pode solicitar: proprietário do imóvel, representante legal ou locatário.

O Município conta com um plano de contingência e/ou protocolo a ser seguido no caso de acidentes e desastres, que é o Plano de Contingência da Prefeitura de Belo Horizonte, que tem amparo legal na Lei 12.608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e estabelece as ações estratégicas e planejadas para resposta em momentos de emergência.

A Prefeitura de Belo Horizonte, por meio de seus diversos órgãos, está organizada e preparada para realizar a prevenção, fiscalização, monitoramento e salvamento dos cidadãos, destacando que essas unidades encontram-se devidamente estruturadas com orçamento previsto pelo município. Importante reafirmar que o Salvamento é uma prerrogativa do Corpo de Bombeiros Militar (193).

A cidade de Belo Horizonte é dividida em nove áreas estratégicas, que constituem as Coordenadorias de



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E CIDADANIA  
GABINETE SMASAC**

Atendimento Regional - CAREs. Assim, torna-se o espaço prioritário de todos os esforços de proteção e defesa civil, para onde devem ser canalizados os apoios necessários ao atendimento aos sinistros ocorridos nas comunidades, por meio da defesa civil e com corresponsabilidade das diversas secretarias temáticas, empresas públicas e autarquias municipais.

Segundo a vocação e a expertise de cada órgão, setor ou serviço municipal, todos devem priorizar ações de prevenção e preparação para os desastres mais prováveis mapeados em cada área e, prioritariamente, para as comunidades em altos riscos.

Na ocorrência de incidente ou acidente que afete a população ou parte dela, todos os esforços previstos na preparação devem ser empregados para sua rápida solução e restabelecimento da normalidade, utilizando-se os mecanismos de resposta planejados, disponíveis e articulados.

Considerando que todos os órgãos e empresas da PBH fazem parte do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPDEC e que é necessária uma instituição para a coordenação estratégica das atividades envolvendo as múltiplas agências, foi criado o Grupo Gestor de Riscos e Desastres – GGRD.

O GGRD tem por objetivo congrega em um fórum consultivo, deliberativo e executivo, os gestores dos principais órgãos do sistema, de modo a permitir uma atuação coordenada e eficiente das ações minimizadoras dos desastres, sobretudo os decorrentes das chuvas.

Insta-nos registrar que a Subsecretaria de Assistência Social, responsável pela proteção social, defesa e garantia de direitos e de vigilância de desproteção social, integra o SIMPDEC, com corresponsabilidades traduzidas na Portaria Conjunta SMOB/SMASAC/GP nº. 196, de 19 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a atuação intersetorial dos agentes públicos junto à população atingida por desastres no município de Belo Horizonte.

Sendo o que se apresenta para o momento, permanecemos à disposição para quaisquer informações que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

**Rosilene Cristina Rocha**

**Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania**



---

**OFÍCIO 006/2023/URBEL/SMGO-DALE**

Belo Horizonte, 09 de janeiro de 2003.

**Assunto: DEMANDA 354305 – Requerimento de Comissão nº 1.974/2023**

Prezados Senhores,

Serve-se do presente ofício para encaminhar manifestação desta Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – Urbel acerca do Requerimento de Comissão nº 1.974/22 da Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor da Câmara Municipal, para os encaminhamentos necessários, tendo em vista o disposto no Ofício GP. EXTER-015/OF, de 3 de fevereiro de 2021.

Trata-se de pedido de informações sobre *"quais medidas estão sendo tomadas para minimizar os danos causados durante o período de chuvas em relação aos alagamentos em residências dentro de vilas e favelas de Belo Horizonte"*.

Tendo em vista o questionamento supra, importante esclarecer que a atuação municipal se dá de forma articulada por diversos órgãos e com o objetivo de combater as situações decorrentes das chuvas. Durante todo o ano são executadas ações preventivas que visam minimizar os efeitos das chuvas, notadamente por meio de obras de drenagem e contenções, e de forma pontual durante o período chuvoso, priorizando a preservação da vida dos munícipes.

Neste sentido, a atuação da Urbel está pautada nos instrumentos legais que estabelecem suas competências, tal como seu Estatuto Social, que estabelece na alínea *b* do seu art. 2º que a Companhia terá por objetivo a *"coordenação estratégica de intervenção em áreas de risco"*, bem como nas orientações advindas da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, dentro dos limites do Governo Municipal.

À Senhora

LUANA MAGALHÃES DE ARAÚJO CUNHA

**DIRETORIA DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO – DALE**

Subsecretaria de Relações Institucionais – SURIN

Secretaria Municipal de Governo – SMGO

Av. Afonso Pena, nº 1.212, 2º andar – Centro

Belo Horizonte – Minas Gerais



É, portanto, por meio do Programa Estrutural de Áreas de Risco – PEAR que a Urbel promove execução direta ou indireta de serviços e obras referentes às situações de risco, delegados à Companhia.

A atuação da Companhia no âmbito do PEAR ocorre em três frentes de trabalho, sendo estes: *i)* mobilização social; *ii)* atendimento emergencial e *iii)* intervenções para mitigação do risco.

O foco principal do PEAR é a proteção dos munícipes em risco e a garantia do abrigamento das famílias e, sendo possível tecnicamente, a realização de obras de pequeno porte, inclusive de serviços de drenagem.

A execução de obras drenagem de grande porte, principal meio de minimizar os efeitos das chuvas, estão afetos às competências do Programa DRENURBS, visto que decorrem de problemas relacionados ao planejamento da cidade, não sendo possível sua solução através de pequenas obras pontuais.

As obras de macrodrenagem consistem em intervenções de grande porte, para as quais é preciso o aporte muito maior de recursos, inclusive por meio de aportes e financiamentos advindos do governo federal e junto às instituições internacionais, sendo importante diferenciar os momentos de contratação das obras e o da execução das intervenções.

Desse modo, a atuação da Urbel está focada na preservação da vida e, por consequência, no atendimento das famílias e na garantia de abrigamento destes. Para tanto, são utilizados recursos no âmbito de contrato administrativo vigente para a execução de obras de pequeno porte e manutenção da cidade.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

CLAUDIUS VINICIUS LEITE  
PEREIRA  
(47733497604)  
AC VALID RFB v5  
Em Terça-feira, 17 de Janeiro de  
2023 às 16:49



*CLAUDIUS VINÍCIUS LEITE PEREIRA*  
**Diretor-Presidente**



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

SMOBI N.º 36/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

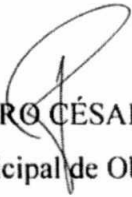
Belo Horizonte, 18 de janeiro de 2023.

**REF.: TAG 354305**

Prezada senhora,

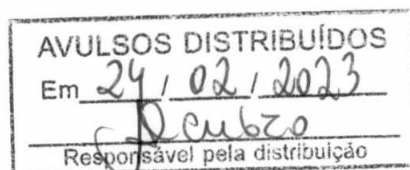
Em atenção ao Requerimento de Comissão nº 1974/2022, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, que apresenta pedido de informações sobre as medidas que estão sendo adotadas para minimizar os danos causados durante o período de chuvas em relação aos alagamentos em residências dentro de vilas e favelas de Belo Horizonte, informo que a Defesa Civil mantém 24 h o atendimento por meio do telefone 199, incluído vilas e favelas, disponibilizando ajuda humanitária às famílias afetadas por alagamento e inundação.

Atenciosamente,

  
**LEANDRO CÉSAR PEREIRA**  
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

À senhora

**Luana Magalhães de Araújo Cunha**  
Diretoria de Acompanhamento Legislativo  
Secretaria Municipal de Governo



**Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTRANS**  
**Diretoria de Ação Regional e Operação – DRO**  
**Superintendência de Operações - SUOP**  
**Gerência de Integração da Operação de Tráfego – GEIOT**

## **PLANO DE CONTINGÊNCIA DE ÁREAS DE INUNDAÇÃO**



**PREFEITURA**  
**BELO HORIZONTE**

**BELO HORIZONTE**

**Setembro 2022**



**Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTRANS**  
**Diretoria de Ação Regional e Operação – DRO**  
**Superintendência de Operações - SUOP**  
**Gerência de Integração da Operação de Tráfego – GEIOT**

## **PLANO DE CONTINGÊNCIA DE ÁREAS DE INUNDAÇÃO**

**Elaboração:** GARBO

GARNP

GARNE

GARVN

GEACE

GEIOT

**Atualização:** Kathlyn Avancine Leão - GEIOT

**Coordenação:** Fernando Pessoa - DRO

**BELO HORIZONTE**

**Setembro 2022**

## **Sumário**

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>INFORMAÇÕES TÉCNICAS</b>	<b>5</b>
<b>3</b>	<b>COMUNICAÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>4</b>	<b>OPERAÇÃO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO</b>	<b>11</b>
4.1.	ATRIBUIÇÕES	11
4.2.	OPERAÇÃO	13
4.2.1.	PONTOS COM PROTOCOLO DE CHUVAS	13
4.2.2.	PONTOS SEM PROTOCOLO DE CHUVAS	14
<b>5</b>	<b>REGIONAL BARREIRO</b>	<b>15</b>
5.1.	AV. TERESA CRISTINA ENTRE RUA ANTÔNIO EUSTÁQUIO PIAZZA E VIADUTO DA MANNESMANN	15
5.2.	RUA FABIANO TAYLOR ENTRE RUA BRÁULIO GOMES NOGUEIRA E RUA DAS PETÚNIAS - BAIRRO TIROL	18
5.3.	RUA CARLOS SCHIRNER - B. TIROL	19
5.4.	RUA BELO PERONE, JASMIM DO CABO, RUA PRIMORDIAL - BAIRRO OLARIA	20
5.5.	RUA ALEIXO LOURENÇO GOUVEIA ENTRE RUA URUÇANGA E RUA BARÃO DO MONTE ALTO - BAIRRO CARDOSO	20
5.6.	RUA ERIDANO COM RUA BARÃO DO MONTE ALTO - BAIRRO URUCUIA	21
5.7.	RUA VOVÓ FARIA, AV. DELFINO FRANCISCO XAVIER, RUA DJALMA VIEIRA CRISTO - BAIRRO VALE DO JATOBÁ	22

<b>6</b>	<b>REGIONAL CENTRO SUL</b>	<b>23</b>
6.1.	RUA JOAQUIM MURTINHO - BAIRRO SANTO ANTÔNIO	23
<b>7</b>	<b>REGIONAL LESTE</b>	<b>27</b>
7.1.	RUA CONSELHEIRO ROCHA, AV. SILVIANO BRANDÃO, RUA PETROLINA E RUA FELIPE CAMARÃO - BAIRRO HORTO	27
<b>8</b>	<b>REGIONAL NORDESTE</b>	<b>29</b>
8.1.	AV. CRISTIANO MACHADO ENTRE RUA ANGOLA E AV. RISOLETA NEVES - BAIRROS SÃO PAULO E SÃO GABRIEL	29
8.2.	AV. CRISTIANO MACHADO SOBRE ELEVADO JACUÍ - BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA	30
8.3.	AV. CRISTIANO MACHADO COM R. DOM LEME - BAIRRO CIDADE NOVA	31
8.4.	AV. CRISTIANO MACHADO COM R. PIMENTA DA VEIGA - BAIRRO CIDADE NOVA	32
8.5.	RUA SÃO GREGÓRIO COM ANEL RODOVIÁRIO - BAIRRO SÃO GABRIEL	33
8.6.	AV. BERNARDO VASCONCELOS ENTRE AV. CRISTIANO MACHADO E AV. CACHOEIRINHA - BAIRRO IPIRANGA	34
<b>9</b>	<b>REGIONAL NORTE</b>	<b>36</b>
9.1.	AV. CRISTIANO MACHADO COM AV. SEBASTIÃO DE BRITO E AV. RISOLETA NEVES	36
<b>10</b>	<b>REGIONAL OESTE</b>	<b>38</b>
10.1.	AV. SILVA LOBO COM RUA PLATINA - BAIRRO CALAFATE	38
10.2.	VILA MARACÁS NA RUA PALESTINA, A PARTIR DA AV. Teresa CRISTINA, PRÓXIMO À VILMA ALIMENTOS	43
10.3.	RUA PADRE LATTEMKAMP E RUA ÚRSULA PAULINO COM AV. DOM JOÃO VI - BAIRRO BETÂNIA	46
10.4.	RUA ÚRSULA PAULINO, PRÓXIMO À RUA MARIA BEATRIZ E RUA A - BAIRRO HAVAÍ	48



Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTRANS  
Diretoria de Ação Regional e Operação – DRO  
Superintendência de Operações - SUOP  
Gerência de Integração da Operação de Tráfego – GEIOT



10.5.	RUA JACEGUAÍ ENTRE A AV. FRANCISCO SÁ E RUA ITUIUTABA - BAIRRO PRADO	50
10.6.	RUA CIDADE INDUSTRIAL ENTRE A AV. AMAZONAS E A RUA ILMENITA - BAIRRO VILA DOS ESPORTES	52
10.7.	AV. FRANCISCO SÁ ENTRE A AV. AMAZONAS E A RUA DOS PAMPAS - BAIRRO PRADO	52
11	REGIONAL PAMPULHA	56
11.1.	AV. HERÁCLITO MOURÃO MIRANDA - BAIRRO SANTA TEREZINHA / BAIRRO CASTELO / BAIRRO ALÍPIO DE MELO	56
11.2.	AV. PROF. CLÓVIS SALGADO - BAIRRO SANTA TEREZINHA	58
12	REGIONAL VENDA NOVA	60
12.1.	AV. VILARINHO ENTRE AV. CRISTIANO MACHADO E RUA BERNARDO FERREIRA DA CRUZ- BAIRRO VENDA NOVA	60

## 1 APRESENTAÇÃO

Este documento visa programar as ações operacionais que serão realizadas no caso de iminência ou ocorrência de chuvas em áreas identificadas como de risco de alagamento pelo Núcleo de Área de Chuvas - NAC.

Os padrões adotados atendem às determinações do Código de Trânsito Brasileiro - CTB e as recomendações técnicas da Diretoria de Ação Regional e Operação - DRO da BHTRANS.

## 2 INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Conforme mapeado pelo NAC, os pontos mais críticos de inundação que podem causar risco a integridade física ou ao patrimônio de moradores e usuários estão relacionados abaixo, juntamente com o link para acessar os mapas com os pontos de interdição e desvios de transporte e trânsito.

REGIONAL	ÁREA DE ALAGAMENTO	ENDEREÇO DOT ELETRÔNICO
BARREIRO	<i>Av. Teresa Cristina entre Rua Antônio Eustáquio Piazza e Viaduto da Mannesmann - Bairros: Conjunto João Paulo II, Conjunto Átila de Paiva e Santa Margarida</i>	<a href="https://drive.google.com/open?id=1B1THY6mow8p9C3n_qSjWSMsIitk&amp;usp=sharing">https://drive.google.com/open?id=1B1THY6mow8p9C3n_qSjWSMsIitk&amp;usp=sharing</a>
	<i>Rua Fabiano Taylor entre Rua Bráulio Gomes Nogueira e Rua das Petúncias - Bairro Tirol</i>	<a href="https://drive.google.com/open?id=19w3TsJLsiFWHqIq0bkdius5w0yA&amp;usp=sharing">https://drive.google.com/open?id=19w3TsJLsiFWHqIq0bkdius5w0yA&amp;usp=sharing</a>
	<i>Rua Aleixo Lourenço Gouveia entre Rua Uruçanga e Rua Barão do Monte Alto - Bairro Cardoso</i>	<a href="https://drive.google.com/open?id=1axtVv8_BvUbolE_37Y7RyoX3Flo&amp;usp=sharing">https://drive.google.com/open?id=1axtVv8_BvUbolE_37Y7RyoX3Flo&amp;usp=sharing</a>
	<i>Rua Eridano com Rua Barão do Monte Alto - Bairro Urucuia</i>	<a href="https://drive.google.com/open?id=14SOrNDEeudklvAxWinS_M6G9dQQ&amp;usp=sharing">https://drive.google.com/open?id=14SOrNDEeudklvAxWinS_M6G9dQQ&amp;usp=sharing</a>
	<i>Rua Belo Perone, Jasmim do Cabo, Rua Primordial - Bairro Olaria</i>	<a href="https://drive.google.com/open?id=1BWxg146OpDkIZG5FEO8dQ-yhmuo&amp;usp=sharing">https://drive.google.com/open?id=1BWxg146OpDkIZG5FEO8dQ-yhmuo&amp;usp=sharing</a>
	<i>Rua Carlos Schirner - Bairro Tirol</i>	<a href="https://drive.google.com/open?id=1Fro3ZZfjioD-P-Dj-HrZ5vh5ug&amp;usp=sharing">https://drive.google.com/open?id=1Fro3ZZfjioD-P-Dj-HrZ5vh5ug&amp;usp=sharing</a>
	<i>Rua Vovó Faria, Av. Delfino Francisco Xavier, Rua Djalma Vieira Cristo - Bairro Vale do Jatobá</i>	<a href="https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1CGxHvVHnQ74ile6vd1f9AdYtOdR61eja&amp;usp=sharing">https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1CGxHvVHnQ74ile6vd1f9AdYtOdR61eja&amp;usp=sharing</a>

<b>CENTRO SUL</b>	<i>R. Joaquim Murtinho, rua Marquês de Paranaguá e Av. Prudente de Moraes - Bairro Santo Antônio</i>	<a href="https://drive.google.com/open?id=1PnzLkZENm2OHNJMOK6O7-8KS9FM&amp;usp=sharing">https://drive.google.com/open?id=1PnzLkZENm2OHNJMOK6O7-8KS9FM&amp;usp=sharing</a>
<b>LESTE</b>	<i>Rua Conselheiro Rocha, Av. Silviano Brandão, Rua Petrolina e Rua Felipe Camarão - Bairro Horto</i>	<a href="https://drive.google.com/open?id=1rYyuBFN2klvy6GmHfMpxH88hx9E&amp;usp=sharing">https://drive.google.com/open?id=1rYyuBFN2klvy6GmHfMpxH88hx9E&amp;usp=sharing</a>
<b>NORDESTE</b>	<i>Av. Cristiano Machado entre Rua Angola e Av. Risoleta Neves - Bairros São Paulo e São Gabriel</i>	<a href="https://drive.google.com/open?id=1s85W8G4ntoPLeRSjMSI-JX138C4&amp;usp=sharing">https://drive.google.com/open?id=1s85W8G4ntoPLeRSjMSI-JX138C4&amp;usp=sharing</a>
	<i>Av. Cristiano Machado, sobre Elevado Jacuí - Bairro Sagrada Família</i>	<a href="https://drive.google.com/open?id=10JnV1Lbhax3oVRKdl-khyorosG8&amp;usp=sharing">https://drive.google.com/open?id=10JnV1Lbhax3oVRKdl-khyorosG8&amp;usp=sharing</a>
	<i>Av. Cristiano Machado com R. Dom Leme - Bairro Cidade Nova</i>	<a href="https://drive.google.com/open?id=1YL_nqrGgHtT8oE2KmH9gphVlcyY&amp;usp=sharing">https://drive.google.com/open?id=1YL_nqrGgHtT8oE2KmH9gphVlcyY&amp;usp=sharing</a>
	<i>Av. Cristiano Machado com R. Pimenta da Veiga - Bairro Cidade Nova</i>	<a href="https://drive.google.com/open?id=1rOb9dCD9ii2HJcYW6UX5WwNGTel&amp;usp=sharing">https://drive.google.com/open?id=1rOb9dCD9ii2HJcYW6UX5WwNGTel&amp;usp=sharing</a>
	<i>Rua São Gregório com Anel Rodoviário - Bairro São Gabriel</i>	<a href="https://drive.google.com/open?id=1qtxL7IYwbCzPt0fJT9O2PCMgyIs&amp;usp=sharing">https://drive.google.com/open?id=1qtxL7IYwbCzPt0fJT9O2PCMgyIs&amp;usp=sharing</a>
	<i>Av. Bernardo Vasconcelos entre Av. Cristiano Machado e Av. Cachoeirinha - Bairro Ipiranga</i>	<a href="https://drive.google.com/open?id=1ts6RPiy69Nv0Kvd86TIAZowmlEs&amp;usp=sharing">https://drive.google.com/open?id=1ts6RPiy69Nv0Kvd86TIAZowmlEs&amp;usp=sharing</a>
<b>NORTE</b>	<i>Av. Cristiano Machado com Av. Sebastião de Brito e Av. Risoleta Neves (Rotatória da Estação São Gabriel) nos Bairros Dona Clara, Primeiro de Maio e Suzana, Guarani, São Bernardo e São Paulo</i>	<a href="https://drive.google.com/open?id=1zZtnwFklbzd7PDm1vNk3boTJz-0&amp;usp=sharing">https://drive.google.com/open?id=1zZtnwFklbzd7PDm1vNk3boTJz-0&amp;usp=sharing</a>
<b>OESTE</b>	<i>Vila Maracás na Rua Palestina, a partir da Av. Teresa Cristina, próximo à Vilma Alimentos</i>	<a href="https://drive.google.com/open?id=1d47GNRSHTW1xWEHHyNBrHsmsZ8Q&amp;usp=sharing">https://drive.google.com/open?id=1d47GNRSHTW1xWEHHyNBrHsmsZ8Q&amp;usp=sharing</a>
	<i>Rua Padre Lattemkamp e Rua Úrsula Paulino com Av. Dom João VI - Bairro Betânia</i>	<a href="https://drive.google.com/open?id=1zCcSIEeTOSDrp-ycWyheFnfvyjU&amp;usp=sharing">https://drive.google.com/open?id=1zCcSIEeTOSDrp-ycWyheFnfvyjU&amp;usp=sharing</a>
	<i>Rua Jaceguai entre a Av. Francisco Sá e Rua Ituiutaba - Bairro Prado</i>	<a href="https://drive.google.com/open?id=1E9LV9uOU2XCtOIAekawH-pO2uDM&amp;usp=sharing">https://drive.google.com/open?id=1E9LV9uOU2XCtOIAekawH-pO2uDM&amp;usp=sharing</a>
	<i>Av. Francisco Sá entre a Av. Amazonas e a Rua dos Pampas - Bairro Prado</i>	<a href="https://drive.google.com/open?id=1UuptyB2k6iyO-IH7ZG-9XjsrAok&amp;usp=sharing">https://drive.google.com/open?id=1UuptyB2k6iyO-IH7ZG-9XjsrAok&amp;usp=sharing</a>
	<i>Av. Silva Lobo com Rua Platina - Bairro Calafate</i>	<a href="https://drive.google.com/open?id=1ynivB90kIQB3EdGjGM9oLHszJkQ&amp;usp=sharing">https://drive.google.com/open?id=1ynivB90kIQB3EdGjGM9oLHszJkQ&amp;usp=sharing</a>
	<i>Rua Cidade Industrial entre a Av. Amazonas e a Rua Ilmenita - Bairro Vila dos Esportes</i>	<a href="https://drive.google.com/open?id=1wMWcCXiMCO6Ewyp1mnJtB6YwURc&amp;usp=sharing">https://drive.google.com/open?id=1wMWcCXiMCO6Ewyp1mnJtB6YwURc&amp;usp=sharing</a>

	<i>Rua Úrsula Paulino, próximo à Rua Maria Beatriz e Rua A - Bairro Havaí</i>	<a href="https://drive.google.com/open?id=1WiXSch2I7c6z0YI7nHsFJ0f4NIs&amp;usp=sharing">https://drive.google.com/open?id=1WiXSch2I7c6z0YI7nHsFJ0f4NIs&amp;usp=sharing</a>
<b>PAMPULHA</b>	<i>Av. Heráclito Mourão Miranda - Bairro Castelo / Santa Terezinha / Alípio de Melo</i>	<a href="https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=1GdbbN1As-ahKVIH9fvZdj7eFhiLQTQQb&amp;usp=sharing">https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=1GdbbN1As-ahKVIH9fvZdj7eFhiLQTQQb&amp;usp=sharing</a>
	<i>Av. Prof. Clóvis Salgado / Santa Terezinha</i>	<a href="https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1EAY615plk9xKxYsWs5k2NA3LkZT0bclA&amp;usp=sharing">https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1EAY615plk9xKxYsWs5k2NA3LkZT0bclA&amp;usp=sharing</a>
<b>VENDA NOVA</b>	<i>Av. Vilarinho entre Av. Cristiano Machado até a Rua Bernardo Ferreira da Cruz - Bairro Venda Nova</i>	<a href="https://drive.google.com/open?id=1t0Ky2a_h8KyqagbNXZ7Y_TN_O-Ww&amp;usp=sharing">https://drive.google.com/open?id=1t0Ky2a_h8KyqagbNXZ7Y_TN_O-Ww&amp;usp=sharing</a>

Dentre os locais acima, existem 10 locais, considerados de maior risco, onde foram montados Protocolo de Chuvas, com ações conjuntas de vários órgãos, coordenadas pelo Centro de Operações da Prefeitura de Belo Horizonte – COP. São eles:

- R. Joaquim Murtinho, Rua Marquês de Paranaguá e Av. Prudente de Moraes - Bairro Santo Antônio (Centro Sul)
- Av. Bernardo Vasconcelos entre Av. Cristiano Machado e Av. Cachoeirinha - Bairro Ipiranga (Nordeste)
- Av. Cristiano Machado com Av. Sebastião de Brito e Av. Risoleta Neves (Rotatória da Estação São Gabriel) nos Bairros Dona Clara, Primeiro de Maio e Suzana, Guarani, São Bernardo e São Paulo (Norte)
- Vila Maracas na Rua Palestina, a partir da Av. Teresa Cristina, próximo à Vilma Alimentos (Oeste)
- Av. Francisco Sá entre a Av. Amazonas e a Rua dos Pampas - Bairro Prado (Oeste)
- Av. Silva Lobo com Rua Platina - Bairro Calafate (Oeste)
- Av. Heráclito Mourão Miranda - Bairro Castelo / Santa Terezinha / Alípio de Melo (Pampulha)
- Av. Vilarinho entre Av. Cristiano Machado até a Rua Bernardo Ferreira da Cruz - Bairro Venda Nova (Venda Nova)



### 3 COMUNICAÇÃO

A fim de identificarmos as responsabilidades e agilizar as tomadas de decisões e ações a serem implementadas, apresentamos o quadro abaixo:

GERÊNCIA	RESPONSÁVEL	TELEFONE E-MAIL	RESPONSABILIDADE
GARBO	<i>Gerente</i>  Maria Inês Franco	3277-9086 garbo.bhtrans@pbh.gov.br  98791-3551	Responsável pelo gerenciamento das equipes das regionais Barreiro e Oeste.
	<i>Supervisor manhã</i>  Willian Servino de Jesus	  98688-3920	Responsável pela coordenação das equipes das regionais Barreiro e Oeste, nos dias úteis, inclusive coordenadores, repasse de informações à Central de Operações e acionamentos a outros órgãos e gerências internas. Nos finais de semana e feriados, a responsabilidade é do analista ou supervisor de plantão.
	<i>Supervisor tarde</i>  Renato Miranda	  996035710	
GARNE	<i>Gerente</i>  Robson José dos Santos	3277-6668 garne.bhtrans@pbh.gov.br  98688-3864	Responsável pelo gerenciamento das equipes das regionais Nordeste e Leste.
	<i>Supervisor manhã</i>  Cláudio Farias	  98809-4795	Responsável pela coordenação das equipes das regionais Nordeste e Leste, nos dias úteis, inclusive coordenadores, repasse de informações à Central de Operações e acionamentos a outros órgãos e gerências internas. Nos finais de semana e feriados, a responsabilidade é do analista ou supervisor de plantão.
	<i>Supervisor tarde</i>  Bertoldo Souza Costa	  98661-0887 bertol@pbh.gov.br	

<b>GARNP</b>	<i>Gerente</i>  Anderson Leal	3246-8075 garmp.bhtrans@pbh.gov.br  99871-6672	Responsável pelo gerenciamento das equipes das regionais Noroeste e Pampulha.
	<i>Supervisor manhã</i>  Cesar Medeiros	98688-3875	Responsável pela coordenação das equipes das regionais Noroeste e Pampulha, nos dias úteis, inclusive coordenadores, repasse de informações à Central de Operações e acionamentos a outros órgãos e gerências internas. Nos finais de semana e feriados, a responsabilidade é do analista ou supervisor de plantão.
	<i>Supervisor tarde</i>  Juliano Nacur	98609-2222	
<b>GARVN</b>	<i>Gerente</i>  Everaldo da Mata	3277 - 1871 garvn.bhtrans@pbh.gov.br  98688-3863	Responsável pelo gerenciamento das equipes das regionais Venda Nova e Norte.
	<i>Supervisor manhã</i>  Luiz Carlos Perin (Gaúcho)	98688-3886	Responsável pela coordenação das equipes das regionais Venda Nova e Norte, nos dias úteis, inclusive coordenadores, repasse de informações à Central de Operações e acionamentos a outros órgãos e gerências internas. Nos finais de semana e feriados, a responsabilidade é do analista ou supervisor de plantão.
	<i>Supervisor tarde</i>  Anderson Batista	98688-3869	

<b>GEACE</b>	<i>Gerente</i> Luiz Fernando Libânio	3279-7911 geace.bhtrans@pbh.gov.br 98791-3561	Responsável pelo gerenciamento das equipes das regionais Centro e Sul.
	<i>Supervisor manhã</i> Geraldo Barreto dos Santos	98688-3896	Responsável pela coordenação das equipes das regionais Centro e Sul, nos dias úteis, inclusive coordenadores, repasse de informações à Central de Operações e acionamentos a outros órgãos e gerências internas. Nos finais de semana e feriados, a responsabilidade é do analista ou supervisor de plantão.
	Alexandre de Paula Ribeiro	98688-3880	
	<i>Supervisor tarde</i> Hilton Gonçalves Lopes	98688-3892	
	Carlos Hermírio	98688-3895	
<b>GAOPE</b>	<i>Gerente</i> Antônio Cláudio Kubrusly	3279 - 7925 gaope.bhtrans@pbh.gov.br 98791-3563	Responsável pelo gerenciamento da equipe reboques pesados para apoio à operação e desobstrução da via.
	<i>Supervisor manhã</i> Carlo Eugênio Lopes Magnani	98688-3934	Responsável pela disponibilização de agentes e reboques pesados para apoio à operação e desobstrução da via. Operacionalmente, o contato poderá ser feito via rádio.
	<i>Supervisor tarde/madrugada</i> Wagner Davi	98688-3903	
<b>GEIOT</b>	<i>Gerente</i> Weslei Alves	3314-7841 centralbhtrans@pbh.gov.br 98791-3548	Responsável pela Central de Operações da BHTRANS
	Central de Operações da BHTRANS	98688-3933  98688-3857	Responsável pelo acionamento dos órgãos, gerências e agentes para solução de problemas e conflitos, repasse de informações à mídia, gerências e diretoria sobre situação de trânsito. O contato também poderá ser feito via rádio, operacionalmente.

<b>ACM</b>	Gerente	3379-5510	Nos dias anteriores à operação, são responsáveis pela divulgação da operação e alterações no trânsito. Já nos dias de operação, são responsáveis pelo repasse de informações à mídia sobre situações de trânsito.
	Túlio Ottoni	<a href="mailto:imprensa.bhtrans@pbh.gov.br">imprensa.bhtrans@pbh.gov.br</a>	
<b>GESEP</b>	Gerente Júlio da Conceição	3379-5778 <a href="mailto:gesep.bhtrans@pbh.gov.br">gesep.bhtrans@pbh.gov.br</a>	Responsáveis pela solução de problemas semafóricos relacionados à estrutura física dos equipamentos e componentes internos. Operacionalmente, o contato poderá ser feito via rádio.
<b>GEAOT</b>	Gerente Artur Abreu	3314-7823 <a href="mailto:geaot@pbh.gov.br">geaot@pbh.gov.br</a>	Responsáveis pela solução de problemas relacionados à operação do transporte público e às estações de transferência MOVE.

#### 4 OPERAÇÃO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO

As intervenções propostas visam o fechamento e desvio do trânsito em pontos estratégicos, a fim de minimizar situações de riscos à vida humana, proporcionando segurança aos condutores e pedestres da cidade de Belo Horizonte.

##### 4.1. ATRIBUIÇÕES

Para possibilitar a operacionalização do plano de contingência, os envolvidos terão como responsabilidades, o seguinte:

##### Regional da BHTRANS

- Planejamento e operacionalização dos fechamentos, reservas e desvios necessários, conforme o DOT;
- Monitoramento do transporte e trânsito na região de abrangência do evento;
- Implantação de sinalização para os trechos fechados;
- Liberação da via.

### **PMMG/BPTRAN**

- Planejamento e operacionalização dos fechamentos, reservas e desvios necessários, conforme o DOT;
- Monitoramento do trânsito na região de abrangência do evento;
- Liberação da via.

### **GCMBH**

- Planejamento e operacionalização dos fechamentos, reservas e desvios necessários, conforme o DOT;
- Monitoramento do trânsito na região de abrangência do evento;
- Liberação da via.

### **GEIOT**

- Apoio operacional através da Central de Operações com informações relevantes e realização do intercâmbio entre os órgãos envolvidos.
- Monitoramento da programação semafórica.
- Divulgação da ocorrência nos grupos de WhatsApp e Telegram.
- Acompanhamento no Waze das interdições realizadas.

### **GAOPE**

- Disponibilização de material de sinalização.
- Apoio operacional, conforme necessidade.

### **ACM**

- Disponibilizar informações aos usuários sobre o transporte coletivo, aos motoristas sobre os desvios e aos moradores locais sobre as intervenções nas vias.

## **4.2. OPERAÇÃO**

### **4.2.1. PONTOS COM PROTOCOLO DE CHUVAS**

Iniciado o período de chuvas, a sinalização deve ficar disponível próximo aos pontos de fechamentos, conforme o DOT, durante todo o período chuvoso.

A partir do “Alerta 1” de chuvas, emitido pela Defesa Civil, deve-se tomar as devidas medidas:

- A Central deve comunicar aos coordenadores das regionais a existência do Alerta 1”;
- A Central deverá informar ao COP qual o efetivo existente para atuação, caso necessário.

A partir do alerta de “Monitoramento Visual” deve-se tomar as devidas medidas:

- A Central deve comunicar ao coordenador e a equipe da regional a existência do “Monitoramento Visual”;
- O agente deve se deslocar para o local de monitoramento e reportar à Central a situação do nível do córrego;
- Se o agente identificar o risco iminente de transbordamento, deve comunicar imediatamente à Central, para que a informação seja repassada à Defesa Civil.

A partir do “Alerta 2” de chuvas, emitido pela Defesa Civil, as equipes devem:

- Se deslocar para os pontos de sua responsabilidade, conforme plano de contingência;
- Reportar à Central sua chegada e repassar a situação no local;
- Posicionar a sinalização próximo aos pontos de fechamentos;
- Aguardar o “Alerta 3 de chuvas” ou o comunicado de “Desmobilização”.

A partir do Alerta 3 de chuvas, emitido pela Defesa Civil, as equipes devem:

- Realizar os fechamentos das vias mantendo uma área para o acesso dos veículos de emergência e dos demais órgãos que atenderão a contingência;
- Reportar à Central o fechamento do ponto e repassar a situação no local;
- A GEIOT deverá informar os desvios aos operadores do transporte coletivo;
- Aguardar o comunicado de “Desbloqueio de vias”, emitido pela Defesa Civil.

Emitido o comunicado de “Desbloqueio de vias”, as equipes deverão:

- Percorrer o trecho e verificar a condição de tráfego da via;
- Confirmar se ocorreu o escoamento da água. Em caso negativo, verificar o que está ocasionando o não escoamento e acionar órgão competente para solução do problema;
- Verificar o estado de pavimentação da via. Se necessário, sinalizar os buracos e acionar órgão competente para solução do problema;
- Verificar o funcionamento dos semáforos. Se necessário, acionar manutenção semaforica, CEMIG e solicitar gerador;
- Repassar as informações à Central e liberar a via;
- Permanecer no local até que seja emitido o comunicado de “Desmobilização” pela Defesa Civil;
- A GEAOT deverá informar o fim dos desvios aos operadores do transporte coletivo.

#### **4.2.2. PONTOS SEM PROTOCOLO DE CHUVAS**

Para os pontos onde não há protocolo de chuvas, havendo a informação de alagamento ou risco de alagamento eminente, as equipes deverão:

- Verificar a situação e reportar a Central;
- Caso a informação seja procedente, a Central deverá acionar as demais instituições para apoio, conforme DOT;
- O agente deverá realizar o fechamento das vias, conforme o DOT, mantendo uma área para o acesso dos veículos de emergência e dos demais órgãos que atenderão a contingência;
- Reportar à Central o fechamento do ponto e repassar a situação no local;
- A GEAOT deverá informar os desvios aos operadores do transporte coletivo.

Passado a situação de alagamento, a equipe deverá:

- Percorrer o trecho e verificar a condição de tráfego da via;
- Confirmar se ocorreu o escoamento da água. Em caso negativo, verificar o que está ocasionando o não escoamento da água e acionar órgão competente para solução do problema;
- Verificar o estado de pavimentação da via. Se necessário, sinalizar os buracos e solicitar o acionamento do órgão competente para solução do problema;



- Verificar o funcionamento dos semáforos. Se necessário, solicitar o acionamento da manutenção semaforica, CEMIG e solicitar gerador;
- Repassar as informações à Central e liberar a via;
- A GEAOT deverá informar o fim dos desvios aos operadores do transporte coletivo.

## 5 REGIONAL BARREIRO

### 5.1. AV. TERESA CRISTINA ENTRE RUA ANTÔNIO EUSTÁQUIO PIAZZA E VIADUTO DA MANNESMANN

#### Fechamentos e sinalização

Local	Sinalização
Rua Antônio Eustáquio Piazza com Rua Caetano Vasconcelos	02 Cavaletes 01 Map-System
Rua Antônio Eustáquio Piazza com Rua José do Carmo Oliveira	02 Cavaletes 01 Map-System
Rua Antônio Eustáquio Piazza com Rua Pastor João Fernandes	02 Cavaletes
Av. Nélio Cerqueira (Rotatória)	02 Cavaletes 01 Map-System 01 Placa Desvio à esquerda
Rua Antônio Eustáquio Piazza com Av. Teresa Cristina e Av. Afonso Vaz de Melo	01 Cavalete 02 Map-System ou 04 Bombonas 01 Placa Desvio Siga em Frente
Av. Afonso Vaz de Melo com Rua Madre Paulínea	01 Cavalete 01 Placa Desvio à esquerda
Av. Afonso Vaz de Melo com Rua Cabo Valério Santos	01 Cavalete 01 Placa Desvio Siga em Frente 08 Bombonas
Av. Afonso Vaz de Melo com Rua Pastor Francisco Pessoa	10 Cones 02 Cavaletes 01 Placa R19(30km/h) 01 Placa A21c
Rua Pastor Francisco com Rua Florinda R. Oliveira	01 Cavalete

Rua Florinda R. Oliveira com Rua Sebastião Maria da Silva	01 Cavalete
Av. Álvaro da Silveira com Rua João Machado	02 Cavaletes
Av. Juscelino Kubitscheck com Av. Coronel Benjamim Guimarães	02 Cavaletes
Av. Juscelino Kubitscheck com Rua Beta	02 Cavaletes
Rua Tito Fulgêncio com Alça de acesso à Rua Arquiteto Morandi	01 Cavalete 01 Placa Desvio Siga em Frente 10 Bombonas
Av. Álvaro da Silveira com Rua Arquiteto Morandi	01 Cavalete
Rua Boaventura Costa com Viaduto Santa Margarida	10 Bombonas ou 06 Map-Systems
Rua Arquiteto Morandi com Rua José Zuquim	02 Cavaletes
Rua José Zuquim com Rua Mário Duffles	01 Cavalete 01 Placa Somente Trânsito Local
Viaduto Da Mannesmann com Alça de acesso à Av. Teresa Cristina	03 Map-Systems 05 Cones
Av. Teresa Cristina com Rua Padre Viegas	10 Cones 01 Cavalete
Rua Visconde de Ouro Preto com Rua Vasco De Azevedo	06 Cones
Rua Vasco de Azevedo com Rua Conde Afonso Celso	01 Cavalete 01 Placa “Somente Trânsito Local”

### Distribuição de equipe e detalhamento de atividades

Local	BHTRANS	PM	GM	TRANSCOM
Rua Antônio Eustáquio com Rua Caetano Vasconcelos	1			
Rua Antônio Eustáquio com Rua José do Carmo Oliveira	1			
Av. Coronel Nélio Cerqueira com Av. Senador Levindo Coelho	1			
Rua Antônio E. Piazza com Av. Afonso Vaz de Melo e Av. Teresa Cristina		1		
Av. Afonso Vaz de Melo com Rua Madre Paulínea	1			
Av. Afonso Vaz de Melo com Rua Cabo Valério Santos	1			
Av. Afonso Vaz de Melo com Rua Pastor Francisco Pessoa	1			
Av. Álvaro da Silveira com Rua João Machado		1		
Av. Juscelino Kubitscheck com Rua Beta				1

Av. Juscelino Kubitschek com Av. Benjamim Guimarães (rotatória)				1
Av. Afonso Vaz de Melo com Viaduto Santa Margarida	2			
Rua Tito Fulgêncio com acesso à Av. Teresa Cristina	1			
Av. Teresa Cristina com Rua Padre Machado				1
Rua Arquiteto Morandi com Rua José Zuquim	1			
Rua José Zuquim com Rua Mário Duffles	1			
Viaduto da Mannesmann com alça de acesso à Av. Teresa Cristina	1			

## Desvios

### Transporte Coletivo

#### **Linha 308:**

**Sentido Centro/Bairro:** ... Av. Afonso Vaz de Melo, Rua Olaria do Barreiro, Av. Waldyr Soeiro Emrich, Av. Senador Levindo Coelho, Rua José do Carmo Oliveira...

**Sentido Bairro/Centro:** ...Rua Antônio Eustáquio Piazza, Rua Caetano de Azeredo, à esquerda na Av. Coronel Nélio Cerqueira, à direita na Av. Senador Levindo Coelho, Av. Waldyr Soeiro Emrich, Av. Olinto Meireles, Av. Afonso Vaz de Melo...

#### **Linhas 329, 337, 340, 3029, 3150, S-31, S-32 e S33:**

**Sentido Centro/Bairro:** ... Av. Afonso Vaz de Melo, Rua Olaria do Barreiro, Av. Waldyr Soeiro Emrich, Av. Senador Levindo Coelho, Rua José do Carmo Oliveira...

**Sentido Bairro/Centro:** ... Rua Antônio Eustáquio Piazza, Rua Caetano de Azeredo, à esquerda na Av. Coronel Nélio Cerqueira, à direita na Av. Senador Levindo Coelho, Av. Waldyr Soeiro Emrich, Av. Olinto Meireles, Av. Afonso Vaz de Melo...

#### **Linhas 311(sublinha Estação Barreiro), 326, 330 e 342:**

**Sentido Centro/Bairro:** ... Av. Afonso Vaz de Melo, Rua Olaria do Barreiro, Av. Waldyr Soeiro Emrich, Av. Senador Levindo Coelho, Rua José do Carmo Oliveira...

**Sentido Bairro/Centro:** ...Rua Antônio Eustáquio Piazza, Rua Caetano de Azeredo, à esquerda na Av. Coronel Nélio Cerqueira, à direita na Av. Senador Levindo Coelho, Av. Waldyr Soeiro Emrich, Av. Olinto Meireles, Av. Afonso Vaz...

### **Tráfego Geral**

**Sentido Bairro/Centro:** ...Rua Antônio Eustáquio Piazza, Rua Caetano Vasconcelos, à esquerda na Av. Coronel Nélio Cerqueira, à direita na Av. Senador Levindo Coelho, Av. Waldyr Soeiro Emrich, Av. Olinto Meireles...

**Sentido Centro/Bairro:** ...Rua Tito Fulgêncio, Av. Olinto Meireles, Av. Av. Sinfrônio Brochado, Av. Visconde de Ibituruna, Av. Afonso Vaz de Melo, Rua Olaria do Barreiro, Av. Waldyr Soeiro Emrich, Av. Senador Levindo Coelho, Rua José do Carmo Oliveira...

## **5.2. RUA FABIANO TAYLOR ENTRE RUA BRÁULIO GOMES NOGUEIRA E RUA DAS PETÚNIAS - BAIRRO TIROL**

### **Fechamentos e sinalização**

<b>Local</b>	<b>Sinalização</b>
Av. Bráulio Gomes Nogueira com Rua Fabiano Taylor	02 Cavaletes 01 Placa R-26
Rua Aderbal Rodrigues Vaz com Rua das Petúncias	02 Cavaletes
Rua Aderbal Rodrigues Vaz com Av. Coronel Benjamim Guimarães	02 Cavaletes
Rua Aderbal Rodrigues Vaz com Amor do Campo	02 Cavaletes

### **Distribuição de equipe e detalhamento de atividades**

<b>Local</b>	<b>BHTRANS</b>	<b>PM</b>	<b>GM</b>
Rua Aderbal Rodrigues Vaz com Rua Amor do Campo		1	
Rua Aderbal Rodrigues Vaz com Rua das Petúncias	1		
Av. Bráulio Gomes Nogueira com Rua Fabiano Taylor	1		

### **Desvios**

**Sentido Barreiro/Lindéia:** ...Rua Bráulio Gomes Nogueira, Rua Júlio de Mesquita, Av. Silva Guimarães, Rua Mairiporã, Rua Serrador, Rua Bernardo Guimarães (antiga Rua Trem de Ferro), Rua Genésio Lopes de Carvalho, Rua Sebastião dos Santos, Rua Antônio de Souza Gomes, Rua das Petúncias, Rua Nicodemos José Duarte, Rua Aderbal Rodrigues Vaz, ...

**Sentido Lindéia/Barreiro:** ...Rua Aderbal Rodrigues Vaz, Av. Coronel Benjamim Guimarães, Rua Tiradentes, Av. David Sarnoff, Rua Tito Fulgêncio, Av. Olinto Meireles, Av. Sinfrônio Brochado...

**Opção 1:** Rua das Petúncias, Rua Sebastião dos Santos, Rua Genésio Lopes de Carvalho, Rua Bernardo Guimarães (antiga Rua Trem de Ferro), Rua Serrador, Rua Mairiporã, Rua Mairiporã, Av. Silva Guimarães, Av. Noraldino de Lima, Rua Júlio de Mesquita, Av. Nélio Cerqueira...

**Opção 2:** ...Rua Aderbal Rodrigues Vaz, Av. Coronel Benjamim Guimarães, Rua Tiradentes, Av. David Sarnoff, Rua Tito Fulgêncio, Av. Olinto Meireles, Av. Sinfrônio Brochado...

**Linhas alteradas: S33, 335**

### 5.3. RUA CARLOS SCHIRNER - B. TIROL

#### Fechamentos e sinalização

Local	Sinalização
Av. Nélio Cerqueira com Rua Carlos Schirner	01 Cavalete

#### Distribuição de equipe e detalhamento de atividades

Local	BHTRANS	PM	GM
Av. Nélio Cerqueira com Rua Carlos Schirner		1	

#### Desvios

Por se tratar de vias com trânsito local, não há desvios a serem realizados. Os fechamentos não afetam o transporte coletivo.

#### 5.4. RUA BELO PERONE, JASMIM DO CABO, RUA PRIMORDIAL - BAIRRO OLARIA

##### Fechamentos e sinalização

Local	Sinalização
Rua Olaria do Barreiro com Av. Senador Levindo Coelho	02 Cavaletes
Rua Olaria do Barreiro com Rua Primordial	02 Cavaletes

##### Distribuição de equipe e detalhamento de atividades

Local	BHTRANS	PM	GM
Rua Olaria do Barreiro com Rua Belo Perone		1	
Rua Olaria do Barreiro com Rua Primordial		1	
Av. Senador Levindo Coelho com R. Primordial	1		

##### Desvios

Por se tratar de vias com trânsito local, não há desvios a serem realizados. Os fechamentos não afetam o transporte coletivo.

#### 5.5. RUA ALEIXO LOURENÇO GOUVEIA ENTRE RUA URUÇANGA E RUA BARÃO DO MONTE ALTO - BAIRRO CARDOSO

##### Fechamentos e sinalização

Local	Sinalização
Rua Aleixo Lourenço Gouveia com Rua Uruçanga	02 Cavaletes
Rua Aleixo Lourenço Gouveia com Rua Barão de Monte Alto	02 Cavaletes

##### Distribuição de equipe e detalhamento de atividades

Local	BHTRANS	PM	GM
Rua Aleixo Lourenço Gouveia com Rua Uruçanga		1	
Rua Aleixo Lourenço Gouveia com Rua Barão de Monte Alto		1	

## Desvios

Por se tratar de vias com trânsito local, não há desvios a serem realizados. Os fechamentos não afetam o transporte coletivo.

### 5.6. RUA ERIDANO COM RUA BARÃO DO MONTE ALTO - BAIRRO URUCUIA

#### Fechamentos e sinalização

Local	Sinalização
Rua Barão de Monte Alto com Rua Itapetininga	02 Cavaletes 01 Placa Desvio a direita
Rua Barão de Monte Alto com Rua Generosa	02 Cavaletes
Rua Eridano com Rua Manoel Salles Barbosa	02 Cavaletes
Av. Olinto Meireles com Rua Nascimento	02 Cavaletes
Av. Olinto Meireles com Rua Hoffman	02 Cavaletes 01 Placa Desvio a direita

#### Distribuição de equipe e detalhamento de atividades

Local	BHTRANS	PM	GM
Rua Barão de Monte Alto com Rua Generosa	1		
Rua Barão de Monte Alto com Rua Itapetininga	1		
Rua Eridano com Rua Manoel Salles Barbosa	1		
Rua Eridano com Rua Cruzeiro do Sul		1	
Av. Olinto Meireles com Rua Hoffman	1		
Av. Olinto Meireles com Rua Nascimento	2		

## Desvios

**Sentido Bairro/Centro:** ...Rua Barão de Monte Alto, Rua Itapetininga, Rua Flamengo, Av. Ximango, Av. Menelick de Carvalho, Av. Olinto Meireles, ...

**Sentido Centro/Bairro:** ...Av. Olinto Meireles, Rua Antônio Terezino, Rua Sírius, Rua Águia, Rua Hoffmann, Rua Cruzeiro do Sul, Rua Eridano, Rua Manoel Salles Barbosa, Rua “B” (atual Rua Luís Carlos Melão), Rua Itapetininga, Av. Ximango, Av. Menelick...

**Linhas alteradas: S32, S33, 325 e 341**



## 5.7. RUA VOVÓ FARIA, AV. DELFINO FRANCISCO XAVIER, RUA DJALMA VIEIRA CRISTO - BAIRRO VALE DO JATOBÁ

### Fechamentos e sinalização

Local	Sinalização
Av. Senador Levindo Coelho com Av. Djalma Vieira Cristo (prox. ao SESI)	02 Cavaletes 01 Placa R-26
Av. Djalma Vieira Cristo com Rua Maria Lopes Silva	02 Cavaletes 01 Placa Trânsito Impedido
Rua Carlos Pinto Coelho com Av. Senador Levindo Coelho	02 Cavaletes 01 Placa Trânsito Impedido
Av. Djalma Vieira Cristo com Av. Senador Levindo Coelho (prox. ao Serradão)	02 Cavaletes 01 Placa Trânsito Impedido
Av. Djalma Vieira Cristo com Rua Romualdo Dias de Matos	02 Cavaletes 01 Placa Trânsito Impedido
R. Francisco Martins Marques com Rua Agenor Nonato	02 Cavaletes 01 Placa Trânsito Impedido

### Distribuição de equipe e detalhamento de atividades

Local	BHTRANS	PM	GM
Av. Senador Levindo Coelho com Djalma Viieira Cristo (prox ao SESI)	2		
Av. Senador Levindo Coelho com Djalma Viieira Cristo (prox ao Serradão)			2

### Desvios

**Opção 1- (Sentido Barreiro/Vale do Jatoba):** ...Av. Senador Levindo Coelho, Rua Vicente Surette, Rua Raimunda dos Santos Ferreira, Rua José Luiz Raso, Av. Senador Levindo Coelho... (retorno para estação desembarcando os passageiros do Vale Jatobá antes de adentrar ao bairro em caso de fechamento por motivo de enchente).

**Opção 2- (Sentido Vale do Jatobá/Barreiro):** ...Djalma Vieira Cristo, Rua Raimundo Januário, Rua do Sertão, Av. Serrinha, Rua Solferina Ricci Pace, Praça, Av. Senador Levindo Coelho... (Para sair do bairro evitando a área de alagamento).

**Linhas alteradas: 326 BHTRANS; 1340 e 1341 DEER**

## **6 REGIONAL CENTRO SUL**

### **6.1. RUA JOAQUIM MURTINHO - BAIRRO SANTO ANTÔNIO**

- Cenário I**

Restrição das ruas Joaquim Murtinho e Marquês de Paranaguá.

<b>Local</b>	<b>Sinalização</b>
R. Joaquim Murtinho com Av. do Contorno	08 balizadores
R. Joaquim Murtinho com R. Paulo Afonso	04 balizadores
R. Barão de Macaúbas com R. Marquês de Maricá	04 balizadores

### **Distribuição de equipe e detalhamento de atividades**

<b>Local</b>	<b>BHTRANS</b>	<b>PM</b>	<b>GM</b>
R. Joaquim Murtinho com Av. do Contorno	1		
R. Joaquim Murtinho com R. Marquês de Maricá	1		
R. Barão de Macaúbas com R. Marquês de Maricá			1
Av. Prudente de Moraes com R. Barão de Macaúbas			1

### **Desvios**

#### **Transporte Coletivo**

##### **Linha 1170 - Santa Lúcia Mangabeiras**

**Sentido Centro/Bairro:** ...Av. do Contorno, R. Marília de Dirceu; R. Felipe dos Santos, R. Santa Catarina, Av. do Contorno, Prudente de Moraes...

**Sentido Bairro/Centro:** Inalterado

## **Tráfego Geral**

**Sentido Bairro/Centro:**...R. Barão de Macaúbas, R. Professor Magalhães Drumond...

**Sentido Centro/Bairro:** ...Av. do Contorno, R. Coletor Celso Werneck, R. João de Freitas, R. Paulo Afonso, R. Nunes Vieira, Av. Prudente de Moraes...

### ● **Cenário II**

Restrição da Av. Prudente de Moraes no sentido bairro-centro, da Rua Joaquim Murtinho e da Rua Marquês de Paranaguá.

## **Fechamentos e sinalização**

<b>Local</b>	<b>Sinalização</b>
R. Joaquim Murtinho com Av. do Contorno	08 balizadores
R. Joaquim Murtinho com R. Paulo Afonso	04 balizadores
R. Barão de Macaúbas com R. Marquês de Maricá	04 balizadores
Av. Prudente de Moraes com R. Barão de Macaúbas	08 balizadores

## **Distribuição de equipe e detalhamento de atividades**

<b>Local</b>	<b>BHTRANS</b>	<b>PM</b>	<b>GM</b>
R. Joaquim Murtinho com Av. do Contorno	1		
R. Joaquim Murtinho com rua Paulo Afonso	1		
R. Carvalho de Almeida com Av. Prudente de Moraes			1
Av. Prudente de Moraes com R. Barão de Macaúbas			1

## **Desvios**

### **Transporte Coletivo**

**S20 - Suplementar: Palmeiras / Serra**

**1170 - Santa Lúcia / Mangabeiras**

**4106 - São Cristóvão / Santo Antônio**

**8101 - Santa Cruz / Alto Santa Lúcia**

**8103 - Nova Floresta / Santa Lúcia**

**9101 - Alto Vera Cruz / Santa Lúcia.**

**Sentido Centro/Bairro:** Av. do Contorno, Rua Marília de Dirceu, Rua Felipe dos Santos, Rua Santa Catarina, Rua Bernardo Mascarenhas, Rua Acaraú e Av. Prudente de Moraes.

**Sentido Bairro/Centro:** R. Barão de Macaúbas, Rua Magalhães Drumond, Av. do Contorno.

### **Tráfego Geral**

**Sentido Centro/Bairro:** ...Av. do Contorno, R. Coletor Celso Werneck, R. João de Freitas, R. Paulo Afonso, R. Nunes Vieira, Av. Prudente de Moraes...

- **Cenário III**

Restrição da Av. Prudente de Moraes no sentido centro/bairro e no sentido bairro/centro, da Rua Joaquim Murtinho e da Rua Marquês de Paranaguá.

### **Fechamentos e sinalização**

<b>Local</b>	<b>Sinalização</b>
R. Joaquim Murtinho com Av. do Contorno	08 balizadores
R. Joaquim Murtinho com R. Paulo Afonso	04 balizadores
R. Barão de Macaúbas com R. Marquês de Maricá	04 balizadores
Av. Prudente de Moraes com Av. do Contorno	03 balizadores
R. Carvalho de Almeida com r. Bernardo Mascarenhas	04 balizadores

**Distribuição de equipe e detalhamento de atividades**

Local	BHTRANS	PM	GM
R. Joaquim Murtinho com Av. do Contorno	1		
R. Joaquim Murtinho com R. Paulo Afonso	1		
R. Carvalho de Almeida com R. Bernardo Mascarenhas			1
Av. Prudente de Moraes com R. Barão de Macaúbas			1
Av. Prudente de Moraes com Av. do Contorno			1

**Desvios****Transporte Coletivo****S20 - Suplementar: Palmeiras / Serra****1170 - Santa Lúcia / Mangabeiras****4106 - São Cristóvão / Santo Antônio****8101 - Santa Cruz / Alto Santa Lúcia****8103 - Nova Floresta / Santa Lúcia****9101 - Alto Vera Cruz / Santa Lúcia**

**Sentido Centro/Bairro:** Av. do Contorno, Rua Marília de Dirceu, Rua Felipe dos Santos, Rua Santa Catarina, Rua Bernardo Mascarenhas, Rua Acaraú e Av. Prudente de Moraes.

**Sentido Bairro/Centro:** Av. Prudente de Moraes, Rua Gentios, Rua Iraí, Rua Conde de Linhares, Av. Olegário Maciel, Rua Prof. Antônio Aleixo e Rua São Paulo.

**Tráfego Geral**

**Sentido Bairro/Centro:** ...Av. Prudente de Moraes, R. Antônio Dias, R. Teixeira de Freitas, Rua Rafael Magalhães, R. Professor Magalhães Drumond.

**Sentido Centro/Bairro:** ...Av. do Contorno, R. Coletor Celso Werneck, R. João de Freitas, R. Paulo Afonso, R. Nunes Vieira, Av. Prudente de Moraes...

## 7 REGIONAL LESTE

### 7.1. RUA CONSELHEIRO ROCHA, AV. SILVIANO BRANDÃO, RUA PETROLINA E RUA FELIPE CAMARÃO - BAIRRO HORTO

#### Fechamentos e sinalização

Local	Sinalização
Av. Silviano Brandão com Rua Formosa	04 cavaletes 01 placa Trânsito Impedido
Rua Pouso Alegre com Rua Cafelândia	01 cavalete 01 placa Trânsito Local
Rua Pouso Alegre com Rua Anhanguera	01 cavalete 01 placa Trânsito Local
Rua Anhanguera com Av. Silviano Brandão	01 cavalete 01 placa Desvio
Rua Nancy de Vasconcelos com Rua Pitangui	01 cavalete 01 placa R26
Rua Formosa com Pouso Alegre	01 cavalete 01 placa Desvio
Rua São Lucas com Vicentina de Souza	01 cavalete 01 placa Desvio
Rua Vicentina de Souza com R. São Felipe	01 cavalete 01 placa Desvio
R. São Felipe com Av. Petrolina	01 cavalete 01 placa Desvio
R. Cabrobó com R. Maria Martins Guimarães	01 cavalete 01 placa Desvio
Av. Petrolina com R. Cabrobó	01 cavalete 01 placa Desvio
Av. Petrolina com R. dos Ipês	01 cavalete 01 placa Desvio
Rua Gustavo da Silveira com Rua São Bento	02 cavaletes 01 placa Trânsito Impedido
Rua São Bento com Rua João de Paula	01 cavalete 01 placa R26
Rua João Carlos com Rua Santa Clara	01 cavalete 01 placa R26
Av. Silviano Brandão com Rua Maia Lacerda	01 cavalete 01 placa R26

Av. Silviano Brandão com Av. dos Andradas	03 cavaletes 01 placa Trânsito Impedido
Rua Gustavo da Silveira com Rua São Bento	01 cavalete 01 placa R26
Av. Silviano Brandão com Rua Prof. Raimundo Nonato	02 cavaletes
Av. Petrolina com Rua dos Ipês	02 cavaletes 01 placa Trânsito Impedido
Rua Genoveva de Souza com Rua João Carlos	01 cavalete 01 placa Trânsito Local
Av. Silviano Brandão com Rua Maia Lacerda e canteiro central	02 cavaletes 05 cones

### Distribuição de equipe e detalhamento de atividades

Local	BHTRANS	PM	GM
Av. Silviano Brandão com Rua Formosa	2		
Rua Gustavo da Silveira com Rua São Bento	1		1
Av. Silviano Brandão com Av. dos Andradas	1		1
Av. Silviano Brandão com Rua Prof. Raimundo Nonato	2		
Av. Petrolina com Rua dos Ipês	1		

### Desvios

**Silviano Brandão sentido Rua Gustavo da Silveira:** ... Av. Silviano Brandão, à direita Rua Formosa, à direita Rua Pouso Alegre, à direita Rua Anhanguera, atravessa a Av. Silviano Brandão, Rua Dona Nancy de Vasconcelos Gomes, após o cruzamento com a Rua Pitangui a Rua recebe o nome de Rua São Lucas, à direita Rua Vicentina de Souza, esquerda Rua São Felipe, esquerda da Rua Petrolina, à direita Rua Cabrobó, à direita Rua Maria Martins Guimarães, à esquerda na Avenida Gustavo da Silveira...

**Linhas alteradas: 4802A, 8001A, 9105, 9205, 9402, 9405, 9414.**



## 8 REGIONAL NORDESTE

### 8.1. AV. CRISTIANO MACHADO ENTRE RUA ANGOLA E AV. RISOLETA NEVES - BAIRROS SÃO PAULO E SÃO GABRIEL

#### Fechamentos e sinalização

Local	Sinalização
Rotatória da Estação São Gabriel (Av. C. Machado c/ R. Volts)	12 Bombonas 04 Map-System's 04 Cavaletes 12 Cones 02 Placas R26
Av. Cristiano Machado sentido C/B na entrada para o Anel Rodoviário sentido Vitória.	10 Cones 04 Map-System's 01 Placa R26 01 Cavalete
Av. Risoleta Neves (B/C) com Viaduto Um Mil Novecentos e Setenta e Nove	04 Map-System's
Av. Risoleta Neves (B/C) com Viaduto 1979	02 Cavaletes 01 Placa R26
Rua Angola com Rua Abaíba	01 Cavalete 01 Placa R26

#### Distribuição de equipe e detalhamento de atividades

Local	BHTRANS	PM	GM
Rotatória da Estação São Gabriel (Av. C. Machado c/ R. Volts)	3		
Av. Cristiano Machado sentido C/B na entrada da Alça de acesso ao Anel Rodoviário sentido Vitória.			2
Av. Risoleta Neves (B/C) com Viaduto Um Mil Novecentos e Setenta e Nove		1	
Viaduto Um Mil Novecentos e Setenta e Nove	1		
Rua Joaquim Gouveia com Rua Angola	1		
Rua Angaturama com Av. Cachoeirinha	1		
Av. Cachoeirinha com Rua Queluzita		1	
Rua Queluzita com Av. Cristiano Machado	1		
Av. Cristiano Machado (pista marginal) sob Viaduto Carlos Drumond de Andrade		1	

## Desvios

**Sentido Bairro/Centro:** ... Av. Risoleta Neves, Viaduto Um Mil Novecentos e Setenta e Nove, Rua Jacuí, Rua Joaquim Gouveia, Rua Angola, Rua Abaíba, Rua Angaturama, Av. Cachoeirinha, Rua Queluzita, Av. Cristiano Machado, retorno no Viaduto Carlos Drumond de Andrade para acessar o sentido centro.

**Sentido Centro/Bairro:** ...Av. Cristiano Machado, Rua Angaturama, Rua Agrelos, Rua Joaquim Gouvêia, Rua Jacuí, Viaduto Um Mil Novecentos e Setenta e Nove, Av. Risoleta Neves...

**Linhas alteradas:** S53, S55, 503, 504, 705, 706, 707, 708, 709, 711, 713, 714, 715, 716, 732, 807, 808, 809, 810, 811, 813, 814, 815, 825, 836, 837, 838, 1502, 1505, 1505R, 1509, 1510, 5506A, 8151, 8350, 9503.

## 8.2. AV. CRISTIANO MACHADO SOBRE ELEVADO JACUÍ - BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA

### Fechamentos e sinalização

Local	Sinalização
Av. Cristiano Machado, 238 (C/B)	05 map-system's

### Distribuição de equipe e detalhamento de atividades

Local	BHTRANS	PM	GM
Av. Cristiano Machado, 238 (C/B)	1		
Av. Cristiano Machado com Rua Caputira		1	
Av. Cristiano Machado com Rua Jacuí (C/B)			1
Av. Cristiano Machado (C/B) com Av. Silvano Brandão			1
Av. Cristiano Machado (C/B) com Rua Costa Monteiro	1		
Av. Cristiano Machado (B/C) com Rua Juacema			1
Av. Cristiano Machado (B/C) com Rua Jacuí			1

## Desvios

O desvio (centro/bairro) deve ser realizado pela Av. Cristiano Machado, pista lateral ao viaduto, retornando à Av. Cristiano Machado principal novamente.

### 8.3. AV. CRISTIANO MACHADO COM R. DOM LEME - BAIRRO CIDADE NOVA

## Fechamentos e sinalização

Local	Sinalização
Av. Cristiano Machado (B/C) com Rua Dom Cabral	04 cavaletes 01 placa desvio
Rua Dom Cabral com Rua José Clemente Pereira	02 cavaletes
Rua Dom Leme com Rua José Clemente Pereira	04 cavaletes 01 placa R26
Rua Dom Leme com Rua Salgueiro e Rua Ilacir Pereira Lima	02 cavaletes 01 placa R26
Rua Ilacir Pereira Lima com Rua Waldir Leite Pena	01 cavalete 01 placa R26

## Distribuição de equipe e detalhamento de atividades

Local	BHTRANS	PM	GM
Av. Cristiano Machado (B/C) com Rua Dom Cabral	1	1	
Rua Dom Cabral com Rua José Clemente Pereira	1		
Rua Dom Leme com Rua José Clemente Pereira			1
Rua Dom Leme com Rua Salgueiro e Rua Ilacir Pereira Lima	1		
Rua Ilacir Pereira Lima com Rua Waldir Leite Pena	1		

## Desvios

**Sentido Bairro/Centro:** ... Av. Cristiano Machado, Rua Dom Cabral, Rua José Clemente Pereira, Rua Dom Leme, R. Ilacir Pereira Lima, Rua Waldir Leite Pena, Av. Cristiano Machado...

**Linhas com alterações:** S81, 1505, 1505R, 3502, 3503A, 8102, 8106, 8150, 8207, 8501, 9503, 9550.

#### 8.4. AV. CRISTIANO MACHADO COM R. PIMENTA DA VEIGA - BAIRRO CIDADE NOVA

##### Fechamentos e sinalização

Local	Sinalização
Rua Prof. Pimenta da Veiga com Rua Júlio Pereira da Silva	02 cavaletes 01 placa Desvio
Rua Júlio Pereira da Silva com Rua Conceição Macedo Novaes	01 cavalete 01 placa R26
Rua Nelson Soares de Faria com Rua Francisco de Paula Castro	01 cavalete 01 placa R26
Av. Cristiano Machado com Rua Tabelaio Ferreira de Carvalho	08 cones
Rua Tabelaio Ferreira de Carvalho com Rua Júlio Pereira da Silva	01 cavalete 01 placa Desvio

##### Distribuição de equipe e detalhamento de atividades

Local	BHTRANS	PM	GM
Rua Prof. Pimenta da Veiga com Rua Júlio Pereira da Silva	1	1	
Rua Júlio Pereira da Silva com Rua Conceição Macedo Novaes		1	
Rua Conceição Macedo Novaes com Rua Cel. Pedro Paulo Penido	1		1
Rua Nelson Soares de Faria com Rua Francisco de Paula Castro		1	
Av. José Cândido da Silveira com Rua Francisca de Paula Castro		1	
Av. Cristiano Machado com Rua Tabelaio Ferreira de Carvalho	1		

##### Desvios

**Sentido Bairro/Centro:** ... R. Professor Pimenta da Veiga, R. Júlio Pereira da Silva, R. Conceição Macedo Novaes, R. Coronel Pedro Paulo Penido, R. Nelson Soares de Faria, R. Francisco de Paula Castro, Av. José Cândido da Silveira, Av. Cristiano Machado...

**Sentido Centro/Bairro:** ...Av. Cristiano Machado, Rua Tabelião Ferreira de Carvalho, Rua Júlio Pereira da Silva, Rua Dr. Júlio Otaviano Ferreira, Av. Cristiano Machado...

**Linhas com alterações:** S85, 1505, 1505R, 3502, 3503A, 9503, 8102, 8106, 8297, 8150, 8501, 9503 e 9550.

### **8.5. RUA SÃO GREGÓRIO COM ANEL RODOVIÁRIO - BAIRRO SÃO GABRIEL**

#### **Fechamentos e sinalização**

<b>Local</b>	<b>Sinalização</b>
Pista marginal do Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo com Rua Vinte e Dois	05 cones 01 placa Desvio
Rua São Gregório com Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo	03 cavaletes 01 placa Trânsito Impedido
Marginal do Anel com Rua Valter Ianni	01 Cavalete 01 placa Desvio

#### **Distribuição de equipe e detalhamento de atividades**

<b>Local</b>	<b>BHTRANS</b>	<b>PM</b>	<b>GM</b>
Pista marginal do Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo com Rua Vinte e Dois	1		
Rua São Gregório com Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo		1	

#### **Desvios**

**Pela Marginal do Anel:** ... Marginal Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, à direita Rua Valter Ianni, à esquerda Rua Anapurus, Rua Jacuí...

**Pela Pista Principal do Anel:** Anel Rodoviário, Alça de acesso à Av. Cristiano Machado sentido b/c, Av. Cristiano Machado, Alça de acesso à rotatória São Gabriel...

**Linhas alteradas:** S81, 806, 808, 809, 810, 811, 812, 814, 815, 823, 825 e 832.

## 8.6. AV. BERNARDO VASCONCELOS ENTRE AV. CRISTIANO MACHADO E AV. CACHOEIRINHA - BAIRRO IPIRANGA

### Fechamentos e sinalização

Local	Sinalização
Rua José Cleto com Rua Cel. Jairo Pereira	02 Cavaletes 01 Placa R26
Rua José Cleto com R. Joaquim Ribeiro Costa	01 Cavalete
Rua Joaquim Ribeiro Costa com Rua Décio Salema	01 Cavalete 01 Placa R26
Rua Cel. Jairo Pereira com Rua David Alves Barreto	02 Cavaletes 01 Placa R26
R. Soares de Araújo com R. José Nicodemos	01 Cavalete 01 Placa R26
Av. Artur Guimarães com Rua Ester de Lima	02 Cavaletes 06 Cones 02 Placas R26
Av. Artur Guimarães com R. José Nicodemos	01 Cavalete
Av. Artur Guimarães com R. Pio XI	01 Cavalete
Rua Vitória com R. Padre Agostinho	01 Cavalete
Rua Ana Paula com R. Padre Agostinho	01 Cavalete
Rua Gentil Teodoro com R. Padre Agostinho	01 Cavalete
Rua Ibertioga com R. Padre Agostinho	01 Cavalete
Av. Cachoeirinha com Av. Bernardo Vasconcelos	04 cavaletes 02 Placas R26
Av. Bernardo Vasconcelos com Av. Clara Nunes.	04 cavaletes 06 Cones 02 Placas R26
Rua Itaporé com Rua Ibertioga e Av. Bernardo Vasconcelos	01 Cavalete
Rua Gentil Teodoro com Rua Ibertioga	01 Cavalete
Av. Renascença com Rua Ingá	02 Cavalete
Rua Princesa Leopoldina com Rua Joaquim Francisco da Silveira	01 Cavalete
Rua José Clemente Pereira com Rua Joaquim Francisco da Silveira	01 Cavalete
Rua Pio XI com Rua Joaquim Francisco da Silveira	01 Cavalete
Rua da Silveira Matos com R. Pio X	01 Cavalete

Av. Clara Nunes com R. Afonso Cláudio	01 Cavalete 03 Cones 01 Placa R26
R. Tarumirim com R. Maria Rita	01 Cavaletes 01 Placa R26
Rua Maura com Jacuí	06 Cones 02 Cavaletes 01 Placa R26
Rua Wilson Modesto com R. Jacuí	06 Cones 02 Cavaletes 01 Placa R26
Av. Cristiano Machado com R. Jacuí	02 Cavaletes 10 Cones 01 Placa R26

### Distribuição de equipe e detalhamento de atividades

Local	BHTRANS	PM	GM
Av. Cristiano Machado c/ Rua Cel. Jairo Pereira - Bairro/Centro	1		
Rua José Cleto com Rua Cel. Jairo Pereira			2
Rua Cel. Jairo Pereira com Rua David Alves Barreto		1	
Av. Artur Guimarães com Rua Ester de Lima	1		
Rua Ester de Lima com Av. Cachoeirinha	1		
Av. Cachoeirinha com Av. Bernardo Vasconcelos	2		
Av. Bernardo Vasconcelos com Av. Clara Nunes.	1		
Av. Clara Nunes com R. Afonso Cláudio	1		
Rua Afonso Cláudio com R. Japurá			1
Av. Renascença com R. Tarumirim	1		
R. Tarumirim com R. Maria Rita			
R. Maria Rita com Rua Jacuí	1		
Av. Renascença com R. Jacuí	1		
Rua Maura com Jacuí			1
Rua Wilson Modesto com R. Jacuí			1
Av. Cristiano Machado com R. Jacuí	1	1 Moto	



## Desvios

**Sentido Av. Cristiano Machado/Av. Presidente Antônio Carlos:** ...Avenida Cristiano Machado/Rua Cel. Jairo Pereira/Rua David Alves Barreto/R. Maura/Rua Soares de Araújo/Rua José Nicodemos/Av. Artur Guimarães/Rua Ester de Lima/Av. Cachoeirinha/Av. Bernardo Vasconcelos...

**\*Para quem vem pelo viaduto:** ...Rua Joaquim Ribeiro da Costa/Rua Décio Salema/Rua Cel. Jairo Pereira/Rua David Alves Barreto...

### **Sentido Av. Presidente Antônio Carlos/Av. Cristiano Machado:**

**1ª Opção:** ...Av. Bernardo Vasconcelos/Av. Clara Nunes/Rua Afonso Cláudio/R. Tarumirim/Rua Maria Rita/Rua Jacuí/Av. Cristiano Machado...

**2ª Opção:** ...Av. Bernardo Vasconcelos/Av. Clara Nunes/Rua Afonso Cláudio/Rua Tarumirim/Av. Renascença/Rua Jacuí sentido B/C/Av. Cristiano Machado (B/C).

**Linhas alteradas: S50, S53, S55, S81, S82, 504, 838, 8106, 8208, 8350, 8405 e 9550.**

## 9 REGIONAL NORTE

### **9.1. AV. CRISTIANO MACHADO COM AV. SEBASTIÃO DE BRITO E AV. RISOLETA NEVES**

#### **Fechamentos e sinalização**

<b>Local</b>	<b>Sinalização</b>
Av. Cristiano Machado c/ Av. Waldomiro Lobo	10 Map-System's 04 Cavaletes 02 Placas R26
Rotatória da Estação São Gabriel (Av. C. Machado c/ R. Dr. Benedito Xavier)	04 Map-System's 04 Cavaletes 12 Balizadores 02 Placas R26
Av. Cristiano Machado c/ Av. Sebastião de Brito	04 Map- System's 12 Balizadores 02 Placas R26
Av. Sebastião de Brito com Rua Oscar Castanheira	02 Map- System's 01 Placa R26
Av. Cristiano Machado com Rua Piracema	04 Balizadores e 04 Map-Systems
Av. Cristiano Machado com Alça do Anel Rodoviário sent. Vitória	02 Map-Systems

Av. Sebastião de Brito com R. Oscar Castanheira	02 Map-Systems
Av. Cristiano Machado sentido C/B na bifurcação entre as pistas nova e antiga (Próximo à R. Angola)	06 Balizadores 04 Map-System's 01 Placa R26 01 Cavalete

### Distribuição de equipe e detalhamento de atividades

Local	BHTRANS	PM	GM	SUPDEC
Av. Cristiano Machado c/ Av. Waldomiro Lobo	1 GARVN			
Av. Cristiano Machado c/ Viaduto Paulo M. Campos			2	
Rotatória S. Gabriel com Via 240			2	
Saída norte das plataformas da Estação S. Gabriel	1 GARNE			
Av. Cristiano Machado com Alça do Anel Rodoviário sentido C/B			2	
Av. Cristiano Machado c/ Av. Sebastião de Brito sentido B/C				2
Av. Sebastião de Brito com Rua Oscar Castanheira	2 GARNP			
Av. Cristiano Machado sentido C/B na bifurcação entre as pistas nova e antiga (embaixo Viaduto Hélio Pelegrino)			2	
Av. Risoleta Neves com Av. 929 sentido C/B		2		
Av. Risoleta Neves com Av. 929 sentido B/C		2		
Av. Cristiano Machado em frente a Estação do Metrô 1 de Maio (Saída da Rua Sônia)		2		

### Desvios

#### Sentido Bairro/Centro:

**Opção 1** - Av. Cristiano Machado: ...Avenida Cristiano Machado, Av. Waldomiro Lobo/Av. Risoleta Neves (Via 240) ou R. Dr. Benedito Xavier, Av. 929, Rua Jacui, Rua Manoel Alexandrino, Rua Angola, Av. Cristiano Machado....

**Opção 2**- Av. Cristiano Machado Avenida Cristiano Machado, Av. Waldomiro Lobo, Rua Maria Amélia Maia, R. São Thiago, Av. Dr. Cristiano Guimarães, Av. Portugal, Av. Dom Pedro I, Av. Antônio Carlos...

**Opção 3** - Av. Sebastião de Brito: ...Av. Sebastião de Brito, R. Dr. João Miranda, R. Piracema, Anel Rodoviário...

**Sentido Centro/Bairro:** ...Av. Cristiano Machado (pista antiga), Rotatória Estação São Gabriel, Av. Risoleta Neves (Via 240), Av. Saramenha, Av. Cristiano Machado...

**Linhas afetadas:** os fechamentos afetam todo o transporte coletivo da região que utilizam estas vias.

## 10 REGIONAL OESTE

### 10.1. AV. SILVA LOBO COM RUA PLATINA - BAIRRO CALAFATE

#### Fechamentos e sinalização

Local	Sinalização
Rua Curral Del Rey com Rua Humaitá	01 Cavalete 01 Placa "Somente Trânsito Local"
Rua Curral Del Rey com Rua Aquidaban	01 Cavalete 01 Placa "Somente Trânsito Local"
Rua Curral Del Rey com Rua Humaitá (acesso ao Viaduto)	01 Cavalete
Av. Teresa Cristina com Alça de acesso ao Viaduto da Av. Silva Lobo - sentido bairro	01 Cavalete 08 Cones 01 Placa "Desvio Siga em Frente"
Av. Teresa Cristina com Alça de acesso a Av. Silva Lobo - sentido centro	01 Cavalete 12 Cones 01 Placa "Desvio à esquerda"
Av. Pres. Costa e Silva com Rua Bimbarra - sentido centro	06 Cones
Viaduto da Av. Silva Lobo antes da Rua Bimbarra (retorno para a Via Expressa)	10 Cones
Rua Campos Sales com Rua Des. Barcelos e Rua Junquilhos	06 Bombonas
Av. Silva Lobo com Rua Turquesa	01 Cavalete 06 Cones
Rua Turquesa com Rua Contria	01 Cavalete 01 Placa "Desvio à esquerda"

Rua Custódio Carreira com Rua Viamão	01 Cavalete 01 Placa “Somente Trânsito Local”
Rua Custódio Carreira com Rua Contria	01 Cavalete 01 Placa “Somente Trânsito Local”
Rua Contria com Rua Tomaz Muzzi	01 Cavalete 01 Placa “Desvio à esquerda”
Rua Contria Com Praça Inácio da Fonseca	01 Cavalete 01 Placa “Somente Trânsito Local”
Praça Inácio Da Fonseca Com Rua Cachoeira Do Campo	01 Cavalete 01 Placa “Somente Trânsito Local”
Rua Platina com Rua Cachoeira do Campo	02 Cavaletes 01 Placa “Desvio à esquerda”
Rua Des. Barcelos com Rua Platina	01 Cavalete
Rua Cachoeira do Campo com Rua Turquesa	01 Cavalete 01 Placa “Desvio à direita”
Rua Turquesa com Rua Sagres	01 Cavalete 01 Placa “Desvio à esquerda”
Rua Sagres com Rua João Da Cunha	01 Cavalete 01 Placa “Desvio à direita”

### Distribuição de equipe e detalhamento de atividades

Local	BHTRANS	PM	GM
Av. Teresa Cristina com alça de acesso à Av. Silva Lobo - sentido centro	1		
Av. Teresa Cristina com alça de acesso à Av. Silva Lobo - sentido bairro	1		
Rua Curral Del Rey com Rua Humaitá		1	
Viaduto da Av. Silva Lobo com Rua Bimbarra	1	1	
Rua Campos Sales com Rua Des. Barcelos e Rua Junquilhos		1	
Av. Silva Lobo com Rua Marajó	1		

Av. Silva Lobo com Rua João da Cunha	1		
Av. Silva Lobo com Rua Turquesa			1
Rua Turquesa com Rua Sagres	1		
Rua Turquesa com Rua Cachoeira do Campo	1		
Rua Tomaz Muzzi com Praça Inácio da Fonseca			1
Rua Platina com Rua Cachoeira do Campo	1		1

## Desvios

### Tráfego Geral:

#### **Fechamento da Rua Platina e Desembargador Barcelos:**

**Sentido Centro/Bairro:** ..., Rua Platina, Rua Cachoeira do Campo, Rua Turquesa, Rua Sagres, Rua Brumadinho, Av. Amazonas, ...

**Sentido Bairro/Centro:** ..., Rua Campos Sales, Rua Junquinhos, Rua Marajó, Av. Silva Lobo, Rua Turquesa, Rua Contrie, Rua Tomaz Muzzi, Rua Platina, ...

#### **Fechamento da Av. Silva Lobo:**

- Sentido Centro/Bairro: ..., Av. Teresa Cristina, Av. Teresa Cristina - sentido Betânia, Av. Amazonas, ...

- Sentido Bairro/Centro: ..., Av. Silva Lobo, Rua Turquesa, Rua Contrie, Rua Tomaz Muzzi, Rua Platina, ...

#### **Fechamento da Av. Teresa Cristina:**

- Alça de acesso à Av. Silva Lobo:

- Sentido Bairro/Centro: ..., Av. Teresa Cristina, Av. do Contorno, Av. Amazonas, ....

#### **Fechamento da Av. Silva Lobo com Rua Bimbarra:**

- Sentido Centro/Bairro....., Viaduto da Av. Silva Lobo, Rua Bimbarra, Av. Presidente Juscelino Kubitschek, Av. Teresa Cristina, Av. do Contorno, Av. Amazonas, ....

### **Transporte Coletivo:**

#### **Linha 2102 - Gameleira/Serra:**

**Sentido Centro/Bairro:** ..., Rua Platina, Rua Cachoeira do Campo, Rua Turquesa, Rua Sagres, Rua Brumadinho, Av. Amazonas, Rua Tobias Barreto, Rua Campos Sales, ...

**Sentido Bairro/Centro:** ..., Rua Campos Sales, Rua Junquilhos, Rua Marajó, Av. Silva Lobo, Rua Turquesa, Rua Contria, Rua Tomaz Muzzi, Rua Platina, ...

#### **Linha 2152 - Salgado Filho/Cruzeiro:**

**Sentido Salgado Filho/Cruzeiro:** ..., Av. Silva Lobo, Rua Turquesa, Rua Contria, Rua Tomaz Muzzi, Rua Platina, ...

**Sentido Cruzeiro/Salgado Filho:** ..., Rua Platina, Rua Cachoeira do Campo, Rua Turquesa, Rua Sagres, Rua João da Cunha, Av. Silva Lobo, ...

#### **Linha 3053 - Estação Barreiro/Barro Preto:**

**Sentido Centro/Bairro:** ..., Rua Platina, Rua Cachoeira do Campo, Rua Turquesa, Rua Sagres, Rua Brumadinho, Av. Amazonas, Rua Tobias Barreto, Rua Campos Sales, ...

**Sentido Bairro/Centro:** ..., Rua Campos Sales, Rua Junquilhos, Rua Marajó, Av. Silva Lobo, Rua Turquesa, Rua Contria, Rua Tomaz Muzzi, Rua Platina, ...

#### **Linha 4205 - Ermelinda/Salgado Filho:**

**Sentido Centro/Bairro:** ..., Rua Platina, Rua Cachoeira do Campo, Rua Turquesa, Rua Sagres, Rua Brumadinho, Av. Amazonas, Rua Junquilhos, Rua Marajó, Rua Desembargador Barcelos, Rua Lagoa da Prata, ...

**Sentido Bairro/Centro:** ..., Av. Silva Lobo, Rua Turquesa, Rua Contria, Rua Tomaz Muzzi, Rua Platina, ...

### **Linha 4150 - Shopping Del Rey/BH-Shopping:**

**Sentido Shopping Del Rey/BH-Shopping:** ..., Av. Teresa Cristina, Av. Teresa Cristina - sentido Betânia, Av. Amazonas - sentido centro, Rua Desembargador Barcelos, ...

**Sentido BH-Shopping/Shopping Del Rey:** ..., Rua Campos Sales, Rua Junquinhos, Rua Marajó, Av. Silva Lobo, Rua Turquesa, Rua Contria, Rua Tomaz Muzzi, Rua Platina, ...

### **Linha S22 - Buritis / Metrô Calafate:**

**Sentido Buritis/Metrô Calafate:** ..., Rua Campos Sales, Rua Junquinhos, Rua Marajó, Av. Silva Lobo, Rua Turquesa, Rua Contria, Rua Tomaz Muzzi, Rua Platina, ...

**Sentido Metrô Calafate/Buritis:** ..., Rua Platina, Rua Cachoeira do Campo, Rua Turquesa, Rua Sagres, Rua Brumadinho, Av. Amazonas, Rua Tobias Barreto, Rua Campos Sales, ...

### **Linha S41 - Conjunto Califórnia/Prado:**

**Sentido Califórnia/Prado:** Inalterado.

Sentido Prado/Conjunto Califórnia: ..., Rua Campos Sales, Rua Junquinhos, Rua Marajó, Av. Silva Lobo, Rua Turquesa, Rua Contria, Rua Tomaz Muzzi, Rua Platina, ...

### **Linha 205 - Metrô Calafate/Buritis:**

**Sentido Calafate/Buritis:** ..., Rua Platina, Rua Cachoeira do Campo, Rua Turquesa, Rua Sagres, Rua João da Cunha, Av. Silva Lobo, ...

**Sentido Buritis/Calafate: - Sentido Bairro/Centro:** ..., Av. Silva Lobo, Rua Turquesa, Rua Contria, Rua Tomaz Muzzi, Rua Platina, ...

### **Linha S22 - Buritis/Metrô Calafate:**

**Sentido Calafate/Buritis:** ..., Rua Platina, Rua Cachoeira do Campo, Rua Turquesa, Rua Sagres, Rua Brumadinho, Av. Amazonas, Rua Junquinhos, Rua Marajó, Rua Desembargador Barcelos, ...



**Sentido Buritis/Calafate: Sentido Bairro/Centro:** ..., Rua Campos Sales, Rua Junquilhos, Rua Marajó, Av. Silva Lobo, Rua Turquesa, Rua Contrie, Rua Tomaz Muzzi, Rua Platina, ...

## 10.2. VILA MARACÁS NA RUA PALESTINA, A PARTIR DA AV. Teresa CRISTINA, PRÓXIMO À VILMA ALIMENTOS

### Fechamentos e sinalização

Local	Sinalização
Av. David Sarnoff com Viaduto de Acesso a Av. Teresa Cristina - B. Cid. Industrial	10 Cones
Av. Teresa Cristina com Av. Pres. Costa e Silva (Rotatória)	03 Cavaletes 02 Map-System's 01 Placa "Desvio à esquerda"
Av. Pres. Antônio Carlos com Praça Louis Enschede	02 Cavaletes
Av. Teresa Cristina com Rua Luminosa	08 Cones 01 Cavalete 01 Placa R25b
Av. Pres. Castelo Branco com Rua Luminosa	02 Cavaletes
Rua Luminosa com Rua Padre Flávio	02 Cavaletes
Rua Luminosa com Rua Monsenhor Horta	02 Cavaletes
Rua Sen. Lúcio Bittencourt com Rua Pio XII	02 Cavaletes
Anel Rodoviário com Acesso a Av. Sideral	02 Cavaletes
Anel Rodoviário BR-262 antes da alça de acesso a Av. Teresa Cristina até a alça posterior - sentido Rio de Janeiro	22 Cones 01 Cavalete 01 Placa R26
Av. Teresa Cristina com Alça de acesso ao Anel Rodoviário	08 Cones 01 Cavalete 01 Placa 25b
Av. Teresa Cristina próximo a Rua Calixto	08 Cones 01 Placa 25b
Rua Calixto com Rua Modestina de Souza	02 Cavaletes
Rua Jequitibá com Rua Modestina de Souza	02 Cavaletes

## Distribuição de equipe e detalhamento de atividades

Local	BHTRANS	PM	GM	TRANSCON	SUPDEC
Av. General David Sarnoff com Viaduto de acesso à Teresa Cristina - B. Industrial	1			1	
Av. Teresa Cristina com Av. Pres. Costa e Silva				1	
Av. Teresa Cristina com alça de acesso ao Anel Rodoviário	1	1			
Anel Rodoviário BR-262 próximo à alça de acesso à Av. Teresa Cristina, sentido Rio de Janeiro	1	1			
Anel Rodoviário BR-262 com Av. Sideral			1		
Av. Teresa Cristina com Rua Luminosa			1	1	
Av. Pres. Castelo Branco com Rua Luminosa				1	
Rua Luminosa com Rua Padre Flávio					1
Rua Luminosa com Rua Mons. Horta					1
Rua Sen. Lúcio Bittencourt com Rua Pio XII			1		
Av. Pres. Antônio Carlos com Av. Sideral				1	1
Av. Sideral com Av. Palestina					1
Av. Pres. Antônio Carlos com Praça Louis Ensck	1			1	
Av. Teresa Cristina com acesso à Rua Calixto	1				
Rua Calixto com Rua Modestina de Souza			1		
Rua Jequitibá com Rua Modestina de Souza	1				

## Desvios

### Tráfego Geral:

**Sentido Centro/Bairro:** ..., Av. Teresa Cristina, Alça de acesso ao Anel Rodoviário Br-262 - sentido Rio de Janeiro, Rua Marcelo Costa Tavares, Av. Catulo da Paixão Cearense(B. das Indústrias), Av. Pres. Costa e Silva, Av. Teresa Cristina, ...

**Sentido Bairro/Centro:** ..., Av. Teresa Cristina, retorno na interseção com Av. Pres. Costa e Silva, Rua Padre Viegas, Rua Tito Fulgêncio, Av. David Sarnoff, Av. Cardeal Eugênio Pacelli, ...



Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTRANS  
Diretoria de Ação Regional e Operação – DRO  
Superintendência de Operações - SUOP  
Gerência de Integração da Operação de Tráfego – GEIOT



Ou

..., Av. Teresa Cristina, Av. Pres. Costa e Silva, Av. Catulo da Paixão Cearense, Rua Marcelo Costa Tavares, Anel Rodoviário Br-262, ...

### **Transporte Coletivo:**

Linhas gerenciadas pela BHTRANS:

#### **Linha S-80:**

**Sentido Cidade Industrial:** ..., Av. Amazonas, Av. David Sarnoff, Rua Tito Fulgêncio, Rua Dom João dos Santos, Rua Visconde de Ouro Preto, Rua Maria da Conceição, Av. Teresa Cristina(PC).

**Sentido Jardim Vitória:** Av. Teresa Cristina (PC), Rua Padre Viegas, Rua Tito Fulgêncio, Av. David Sarnoff, Av. Cardeal Eugênio Pacelli, Av. Amazonas, ...

#### **Linha 2035 - Bairro das Indústrias/Centro:**

A linha não deverá sair de seu ponto de controle na Vila São Paulo, em direção ao bairro Santa Mônica. A linha deverá reiniciar a operação no PC somente quando houver segurança e o nível do Rio Arrudas diminuir.

No sentido Bairro Santa Mônica / B. das Indústrias, a linha deverá retornar na Rua Nossa Senhora Aparecida, Rua Minasgás e Av. Teresa Cristina, retornando para o bairro Santa Mônica.

Linhas gerenciadas pelo DER/MG:

#### **Linha 302H - Terminal Ibirité/Hospitais:**

**Sentido Bairro/Centro:** ..., Av. Teresa Cristina, Av. Amazonas, Rua Tito Fulgêncio, Rua Arquiteto Morandi, Av. Teresa Cristina, ...

**Sentido Centro/Bairro:** ..., Av. Teresa Cristina - sentido centro, retorno junto à Av. Presidente Costa e Silva, Av. Teresa Cristina - sentido bairro, Rua Padre Machado, Rua Tito Fulgêncio, ...

### 10.3. RUA PADRE LATTEMKAMP E RUA ÚRSULA PAULINO COM AV. DOM JOÃO VI - BAIRRO BETÂNIA

#### Fechamentos e sinalização

Local	Sinalização
Rua Santa Mônica com Rua da Consolação	02 Cavaletes
Rua Úrsula Paulino com Rua Emídio Beruto	02 Cavaletes 01 Placa “Desvio à esquerda”
Rua Emídio Beruto com Rua Nelson de Sena	02 Cavaletes 01 Placa “Desvio à direita” 01 Placa “Somente Trânsito Local”
Rua Nelson de Sena com Rua Júlio de Castilho	01 Cavalete 01 Placa “Desvio à esquerda”
Rua Nelson de Sena com Av. Dom João VI	01 Cavalete 01 Placa “Desvio à esquerda”
Av. Dom João VI com Rua Nelson de Sena	03 Cavaletes 01 Placa “Desvio à direita”.
Rua Úrsula Paulino com Rua da Consolação	01 Cavalete
Rua Úrsula Paulino com Rua das Mangueiras	02 Cavaletes
Av. Dom João VI com Rua Chico Rei	01 Cavalete 01 Placa “Desvio à direita”
Rua Três Fazendas com Av. Dom João VI	01 Cavalete 01 Placa “Desvio à esquerda”
Rua Úrsula Paulino com Rua das Canoas	03 Cavaletes 01 Placa “Desvio à direita”
Rua Canoas com Rua Três Fazendas	01 Cavalete 01 Placa “Desvio à esquerda”
Rotatória de Av. Dom João VI com Rua Júlio de Castilho	01 Cavalete 01 Placa “Somente Trânsito Local”

## Distribuição de equipe e detalhamento de atividades

Local	BHTRANS	PM	GM
Rua Úrsula de Paulino com Rua Emídio Beiruto	1		
Rua Úrsula Paulino com Rua das Canoas	1		
Rua Úrsula Paulino com Rua das Mangueiras		1	
Rua Úrsula Paulino com Rua Júlio de Castilho			1
Rua Júlio de Castilho com Rua Nelson de Sena			1
Av. Dom João VI com Rua Nelson de Sena			1
Av. Dom João VI com Rua Chico Rei		1	
Av. Dom João VI com Rua Três Fazendas		1	
Rotatória de Av. Dom João VI com Rua Júlio de Castilho	1		
Rua das Mangueiras com Rua Chico Rei			1
Rua das Mangueiras com Rua Waldemar Correia de Almeida		1	
Rua das Canoas com Rua Três Fazendas	1		

## Desvios

### Tráfego Geral:

**Sentido Centro/Bairro:** ..., Rua Úrsula Paulino, à esquerda na Rua Emídio Beiruto, Rua Nelson de Sena, AV. Dom João VI, Rua Chico Rei, Rua das Mangueiras, Rua Úrsula Paulino, ...

**Sentido Bairro/Centro:** ..., Rua Úrsula Paulino, Rua das Canoas, Rua Três Fazendas, Av. Dom João VI, Rua Nelson de Sena, Rua Júlio de Castilho, Rua Úrsula Paulino, ...

### Transporte Coletivo:

**Linhas 2033, 2034, 3051, 3052, 3054:**

**Sentido Centro/Bairro:** ..., Rua Úrsula Paulino, à esquerda na Rua Emídio Beiruto, Rua Nelson de Sena, AV. Dom João VI, Rua Chico Rei, Rua das Mangueiras, Rua Úrsula Paulino, ...

**Sentido Bairro/Centro:** ..., Rua Úrsula Paulino, Rua das Canoas, Rua Três Fazendas, Av. Dom João VI, Rua Nelson de Sena, Rua Júlio de Castilho, Rua Úrsula Paulino, ...

#### 10.4. RUA ÚRSULA PAULINO, PRÓXIMO À RUA MARIA BEATRIZ E RUA A - BAIRRO HAVAÍ

##### Fechamentos e sinalização

Local	Sinalização
Rua Úrsula Paulino com Rua Maria Beatriz	02 Cavaletes 01 Placa 'Desvio à esquerda'
Rua Úrsula Paulino com Rua Júlio de Castilho	02 Cavaletes 01 Placa 'Desvio à direita'
Rua Úrsula Paulino com Rua das Orquídeas	02 Cavaletes ou 02 Map-System

##### Distribuição de equipe e detalhamento de atividades

Local	BHTRANS	PM	GM
Rua Úrsula de Paulino com Rua Cipriano de Carvalho	1		
Rua Úrsula Paulino com Rua das Maria Beatriz	1		
Rua Maria Beatriz com R. das Orquídeas			1
Rotatória de Av. Dom João VI com Rua Júlio de Castilho	1	1	
Av. Prof. Mário Werneck com R. José Rodrigues Pereira	1		
R. José Rodrigues Pereira com Av. Raja Gabágia	2	1	
Rua Paulo Piedade Campos com R. Nilo Antônio Gazire	1		
R. Paulo Piedade Campos com Av. Prof. Mário Werneck	1		1

##### Desvios

##### Tráfego Geral:

**Sentido Centro/Bairro:** ..., Rua Úrsula Paulino, Rua Maria Beatriz, Rua José Jorge Fonte Boa, Rua Paulo Piedade Campos, Av. Professor Mário Werneck, Av. Cristovam Chiaradia, Anel Rodoviário, ...

**Sentido Bairro/Centro:** ..., Rua Úrsula Paulino, Rua Cipriano de Carvalho, Rua Nelson de Sena, Rua Júlio de Castilho, Av. Dom João VI, Av. Aggeo Pio Sobrinho, Av. Professor Mário Werneck, Rua José Rodrigues Pereira, Av. Raja Gabáglia, ...

**Transporte Coletivo:**

**Linha 1404 A:**

**Sentido Centro/Bairro:** ..., Rua Des. Barcelos, Rua Lindolfo de Azevedo, Rua Teófilo Filho, Rua Paulo Piedade Campos, Av. Engenheiro Godofredo dos Santos, Rua Manila, Rua Deputado Sebastião Nascimento, Rua Barroso Neto, Rua Marcos Coelho Neto, Av. Raul Mourão Guimarães, Av. Dom João VI, ...

**Sentido Bairro/Centro:** Deverão esperar no PC que o volume e nível das águas baixem.

**Linha 1404 C:**

**Sentido Centro/Bairro:** ..., Rua Des. Barcelos, Rua Lindolfo de Azevedo, Rua Teófilo Filho, Rua Paulo Piedade Campos, Av. Engenheiro Godofredo dos Santos, Rua Manila, Rua Deputado Sebastião Nascimento, Rua Barroso Neto, Rua Inácio Parreira Neves,...

**Sentido Bairro/Centro:** Deverão esperar no PC até que o volume e nível das águas baixem.

**Linha 2033:**

**Sentido Centro/Bairro:** ..., Av. Amazonas, Anel Rodoviário, Trevo do Betânia, Av. Waldyr Soeiro Emrich, Av. Eliseu Resende, Rua Itamar Teixeira, ...

**Sentido Bairro/Centro:**..., Rua Úrsula Paulino, Rua Maria Júlia de Lima, Rua Francisco de Castro Júnior, Anel Rodoviário, Av. Amazonas,

**Linha 2034:**

**Sentido Centro/Bairro:** ..., Av. Amazonas, Anel Rodoviário, Trevo do Betânia, Av. Waldyr Soeiro Emrich, Av. Eliseu Resende, Rua Itamar Teixeira, Rua Pastor Waldemar Terra, Rua Cáspio, Rua Meca, ...

**Sentido Bairro/Centro:** ..., Rua Alair Pereira de Melo, à direita na Rua Úrsula Paulino, Rua Itamar Teixeira, Av. Efigênia Miranda Schettino, Rua Úrsula Paulino, Rua Maria Júlia de Lima, Rua Francisco de Castro Júnior, Anel Rodoviário, Av. Amazonas, ...



**Linha 3054:**

**Sentido Centro/Bairro:** ..., Av. Amazonas, Anel Rodoviário, Rua Doutor Cristiano Rezende, ...

**Sentido Bairro/Centro:** ..., Av. Waldyr Soeiro Emrich, Trevo de Betânia, Anel Rodoviário, Av. Amazonas, ...

**Linha 3051 e 3052:**

**Sentido Centro/Bairro:** ..., Av. Waldyr Soeiro Emrich, Anel Rodoviário, BR-356, Av. Raja Gabágia, ...

**Sentido Bairro/Centro:** ..., Rua José Cláudio Resende, à esquerda na Rua Paulo Piedade Campos, Av. Professor Mário Werneck, Av. Cristovam Chiaradia, Anel Rodoviário, Av. Eliseu Resende, Rua Úrsula Paulino, Av. Waldyr Soeiro Emrich, ....

**Linha 5203:**

**Sentido Centro/Bairro** , Rua Des. Barcelos, Rua Lindolfo de Azevedo, Rua Teófilo Filho, Rua Paulo Piedade Campos, Av. Engenheiro Godofredo dos Santos, Rua Manila, Rua Deputado Sebastião Nascimento, Rua Barroso Neto, Rua Marcos Coelho Neto, Av. Raul Mourão Guimarães, Av. Dom João VI, ...

**Sentido Bairro/Centro:** Deverão esperar no PC que o volume e nível das águas baixem.

### **10.5. RUA JACEGUAÍ ENTRE A AV. FRANCISCO SÁ E RUA ITUIUTABA - BAIRRO PRADO**

**Fechamentos e sinalização**

<b>Local</b>	<b>Sinalização</b>
Av. do Contorno com Rua Ituiutaba	02 Cavaletes
Av. do Contorno com Rua dos Pampas	02 Cavaletes
Av. do Contorno com Rua Erê	02 Cavaletes
Rua Diabase com Rua dos Pampas	02 Cavaletes
Rua Diabase com Rua Erê	02 Cavaletes
Rua Platina com Rua Diabase	02 Cavaletes
Rua Francisco Sá com Rua Platina	02 Cavaletes
Rua Diabase (no ponto Espeteria Bar)	02 Cavaletes
Rua Diabase com Rua Lhana	02 Cavaletes

## Distribuição de equipe e detalhamento de atividades

Local	BHTRANS	PM	GM
Av. do Contorno com Rua Platina - sentido horário	1		
Av. do Contorno com Rua Platina - sentido anti-horário	1		
Rua Platina com Rua Diabase	1	1	
Rua Diabase com Rua Erê		1	
Rua Diabase com Rua dos Pampas	1		
Av. Francisco Sá com Rua Platina	1		
Av. do Contorno com Rua Ituiutaba	1		1
Av. do Contorno com Av. Augusto de Lima	1		1
Av. do Contorno com Av. Av. Teresa Cristina - sentido B/C	1		
Av. do Contorno com Av. Av. Teresa Cristina - sentido C/B	1		

## Desvios

### Tráfego Geral

**Sentido Centro/Bairro:** ..., Av. do Contorno, Rua Platina, ...

**Sentido Bairro/Centro:** ..., Rua Platina, Av. do Contorno, ...

### Transporte Coletivo

**Linhas 8405 e 9412:**

**Sentido Centro/Bairro:** ..., Av. do Contorno, Rua Platina, Rua Doutor Gordiano, Rua dos Pampas, Viaduto Santa Quitéria, ...

**Sentido Bairro/Centro:** inalterado.

**Linhas 2102, 2103, 2152, 3053, 4205**

**Sentido Centro/Bairro:** ..., Av. do Contorno, Rua Platina, ...

**Sentido Bairro/Centro:** ..., Rua Platina, Av. do Contorno, ...

## 10.6. RUA CIDADE INDUSTRIAL ENTRE A AV. AMAZONAS E A RUA ILMENITA - BAIRRO VILA DOS ESPORTES

### Fechamentos e sinalização

Local	Sinalização
Av. Amazonas com Rua Cidade Industrial	02 Cavaletes

### Distribuição de equipe e detalhamento de atividades

Local	BHTRANS	PM	GM
Av. Amazonas com Rua Cidade Industrial	2		
Rua Ilmenita junto ao Centro de Saúde	2	1	

### Desvios

Por se tratar de vias com trânsito local, não há desvios a serem realizados. Os fechamentos não afetam o transporte coletivo.

## 10.7. AV. FRANCISCO SÁ ENTRE A AV. AMAZONAS E A RUA DOS PAMPAS - BAIRRO PRADO

### Fechamentos e sinalização

Local	Sinalização
Av. Amazonas com Rua Alvarenga Peixoto - sentido C/B	02 Cavaletes 02 Map-Systems 01 Placa 'Desvio à direita'
Av. Amazonas com Rua Euclides da Cunha	02 Cavaletes
Av. Amazonas com Rua Cura D'ars	02 Cavaletes 02 Map-Systems 01 Placa 'Desvio à direita'
Av. Amazonas com Rua General Andrade Neves	02 Cavaletes 02 Map-Systems
Rua Bernardino de Lima com Rua Thompson Flores	01 Cavalete 01 Map-System

Av. Francisco Sá com Rua Holanda Lima	02 Cavaletes 01 Map-System
Av. Francisco Sá com Rua Bernardino de Lima	02 Cavaletes 01 Map-System
Av. do Contorno com Rua Turquesa	01 Cavalete 01 Map-System
Av. do Contorno com Rua Lagoa Dourada	01 Cavalete 01 Map-System
Av. do Contorno com Rua Cássia	01 Cavalete 01 Map-System
Av. do Contorno com Rua Ametista	01 Cavalete 01 Map-System
Av. do Contorno com Rua Platina	01 Cavalete 01 Map-System
Av. do Contorno com Rua Erê	01 Cavalete 01 Map-System
Av. do Contorno com Rua Ituiutaba	02 Cavaletes 01 Map-System
Rua dos Pampas com Rua Paraguaçu	01 Cavalete 01 Map-System
Rua Diabase com Rua Erê	01 Cavalete 02 Map-System
Rua Platina com Rua Diabase	01 Cavalete 05 Cones 01 Map-System
Rua Platina com Rua Chapecó	01 Cavalete 01 Map-System
Rua Cássia com Rua Chapecó	01 Cavalete 01 Map-System
Rua Rio Claro com Rua Chapecó	01 Cavalete 01 Map-System
Rua Nepomuceno com Rua Chapecó	01 Cavalete 01 Map-System
Rua Cuiabá com Rua Chapecó	01 Cavalete 01 Map-System

### Distribuição de equipe e detalhamento de atividades

Local	BHTRANS	PM	GM
Av. Amazonas com Rua Alvarenga Peixoto - sentido bairro/centro	1		
Av. Amazonas com Av. do Contorno - ambos os sentidos	2	1	
Av. do Contorno com Rua Alvarenga Peixoto		1	
Av. do Contorno com Rua Turquesa		1	

Av. do Contorno com Rua Lagoa Dourada			1
Av. do Contorno com Rua Cássia			1
Av. do Contorno com Rua Ametista			1
Av. do Contorno com Rua Platina - sentido horário	1		
Av. do Contorno com Rua Erê			1
Av. do Contorno com Rua João Lúcio Brandão	1		
Av. do Contorno com Rua Ituiutaba	1		
Av. do Contorno com Av. Av. Teresa Cristina - sentido B/C			1
Av. do Contorno com Av. Av. Teresa Cristina - sentido C/B			1
Av. Amazonas com Av. Francisco Sá - sentido centro/bairro	1		
Rua Cuiabá com Rua Chapecó	1		
Rua Chapecó com Rua Nepomuceno	1		
Rua Platina com Rua Chapecó		1	
Rua Platina com Rua Diabase		1	1
Rua Diabase com Rua Erê		1	
Rua Diabase com Rua dos Pampas e Rua Paraguaçu		1	
Av. Amazonas com Rua Cura D'Ars - sentido bairro/centro	1		
Av. Amazonas com Rua General Andrade Neves - sentido bairro/centro			1
Av. Francisco Sá com Rua Bernardino de Lima	1		
Av. Francisco Sá com Rua Holanda Lina	1		
Rua Thompson Flores com Rua Bernardino de Lima			1
Av. Amazonas com Rua Thompson Flores		1	

## Desvios

### Tráfego Geral:

#### **Desvio em virtude do fechamento da Av. Amazonas:**

**Sentido Centro/Bairro:** ..., Av. Amazonas, Rua Alvarenga Peixoto, Av. do Contorno, ...

**Sentido Bairro/Centro:** ..., Av. Amazonas, Rua Cura D'Ars, Rua Bernardino de Lima, Av. Francisco Sá, Av. André Cavalcanti, Av. do Contorno, ...

### **Desvio em virtude do fechamento da Av. Francisco Sá:**

**Sentido Centro/Bairro:** ..., Av. do Contorno, Av. André Cavalcanti, Rua Thompson Flores, Rua Holanda Lima, Av. Francisco Sá, ... (OBS.: Desvio para os veículos oriundos da Av. do Contorno).

**Sentido Bairro/Centro:** ..., Rua Thompson Flores, Av. Amazonas, ...

### **Desvio em virtude do fechamento das Ruas Ituiutaba, Platina, Cuiabá, Turquesa e Brumadinho:**

**Sentido Centro/Bairro:** ..., Av. do contorno, Av. André Cavalcanti, Rua General Andrade Neves, Av. Amazonas, ...

**Sentido Bairro/Centro:** ..., Rua Platina, Rua Esmeralda, Av. Amazonas, ... ou, ..., Rua Cuiabá, Rua Esmeralda, Av. Amazonas, ...

### **Transporte Coletivo:**

#### **Linha 9210:**

**Sentido Bairro/Centro:** ..., Rua Esmeralda, Rua Brumadinho, Rua Aristóteles Caldeira, Av. Amazonas, Rua Tenente Brito Melo, Av. do Contorno, ...

**Sentido Centro/Bairro:** ..., Av. do Contorno, Av. Amazonas, Rua Rio Negro, Rua Monsenhor Horta, ...

#### **Linha S41:**

**Sentido Prado/Conjunto Califórnia:** ..., Rua Platina, Rua Esmeralda, Av. Amazonas, ...

**Sentido Conjunto Califórnia/Prado:** Inalterado.

## 11 REGIONAL PAMPULHA

### 11.1. AV. HERÁCLITO MOURÃO MIRANDA - BAIRRO SANTA TEREZINHA / BAIRRO CASTELO / BAIRRO ALÍPIO DE MELO

#### Fechamentos e sinalização

Local		Sinalização
Av. Heráclito Mourão de Miranda com R. dos Nutricionistas	<b>PRIORITÁRIO 1</b>	4 Map System
Av. João Paulo I com R. dos Veterinários	SECUNDÁRIO 1	2 Map System
Rua dos Escritores com Rua dos Médicos	SECUNDÁRIO 2	2 Map System
Rua dos Arquitetos com Rua dos Médicos	SECUNDÁRIO 3	2Map System
Av. dos Engenheiros com Rua Maria Pereira Araújo	<b>PRIORITÁRIO 2</b>	2 Map System
Rua Dr. Sylvio Menicucci com Rua Dr. Aguinaldo Monteiro	<b>PRIORITÁRIO 3</b>	2 Map System
Rua Dr. Aguinaldo Monteiro com Rua Castelo de São Jorge	SECUNDÁRIO 4	2 Map System
Av. Heráclito Mourão de Miranda com Rua Aloísio Lobão Veras	<b>PRIORITÁRIO 4</b>	4 Map System
Av. Altamiro Avelino Soares com R. Castelo de Sintra	SECUNDÁRIO 5	2 Map System
Rua Sylvio de Andrade com R. Shyrlei Regina das Chagas	SECUNDÁRIO 6	4 Map System
Rua Pontalina com Rua Paraúna	SECUNDÁRIO 7	2 Map System
Rua Ourinhos com Rua Ibatiba	SECUNDÁRIO 8	2 Map System
Rua Jabaquara com Rua Pontalina	<b>PRIORITÁRIO 5</b>	2 Map System
Av Cristalina com Rua Jabaquara	SECUNDÁRIO 9	2 Map System



### Distribuição de equipe e detalhamento de atividades

Local	BHTRANS	PM	GM
Av. Heráclito Mourão de Miranda com R. dos Nutricionistas	2		
Av. dos Engenheiros com Rua Maria Pereira Araújo	1		
Rua Dr. Sylvio Menicucci com Rua Dr. Aguinaldo Monteiro	1		
Av. Heráclito Mourão de Miranda com R. Aloísio Lobão Veras			2
Rua Jabaquara com Rua Pontalina			2
Av. Heráclito Mourão de Miranda com Av. dos Engenheiros		2	

\* Em todos os locais é necessário fechamento, atuação e orientação quanto aos desvios.

#### Desvios:

##### **Sentido Bairro/Centro( Desvio Sentido Av. Abílio Machado):**

Heráclito Mourão de Miranda; Rua R. Aloísio Lobão Veras; Rua Sylvio Andrade; Rua Paraúna; Rua Cristalina; Rua Ocidental; Av. Abílio Machado...

**Sentido Centro/Bairro:** ..., ...Av. Abílio Machado; Rua dos Nutricionistas; Rua dos Veterinários; Rua dos Escritores; Rua dos Médicos; Av. dos Engenheiros; Rua Maria Pereira Araújo; Rua Dr. Sylvio Menicucci, Rua Dr. Aguinaldo Monteiro, Rua Castelo de Sintra, Rua Castelo Lisboa, Rua Castelo Veiros, Av. Heráclito Mourão de Miranda,.  
...

#### Linhas alteradas:

**BHTRANS:** 30, S56, 4410, S54

**DER:** 2140, 2811, 2820

## 11.2. AV. PROF. CLÓVIS SALGADO - BAIRRO SANTA TEREZINHA

### Fechamentos e sinalização

Local	Sinalização
Av. Prof. Clóvis Salgado com a Av. Gandhi	4 Map System
Av Serrana com R. José Alves de Souza	2 Map System
R. Expedicionário Paulo de Souza com R. Beira Mar	2 Map System
R. José Gomes com R. Bernardes Carvalho	2 Map System
R. Monsenhor Nogueira Duarte com R. João Evangelista	2 Map System
R. João Evangelista com R. Monsenhor Nogueira Duarte	2 Map System
R. Congonhal com R. Ressaca	2 Map System
Ponte da R. Casablanca com Av Clovis Salgado	2 Map System
Av. Prof. Clóvis Salgado com a Av. Heráclito Mourão de Miranda	4 Map System
R. Ipanema com R. Beira Mar	2 Map System
R. Urca com R. Beira Mar	2 Map System
R. Expedicionário Jordelino Alves com R. José Alves de Souza	2 Map System
R. Policarpo Magalhães Viotti com R. Renato Travassos	2 Map System
Av. Gandhi com R. Presidente Juscelino	2 Map System

## Distribuição de equipe e detalhamento de atividades

Av. Prof. Clóvis Salgado com a Av. Gandhi	02 Agentes Bhtrans. Realizar o fechamento da via. Atuar na interseção para garantia da segurança e fluidez. Não permitir acesso de veículos e pedestres, exceto pessoal credenciado e em missão de urgência e atendimento
Av. Prof. Clóvis Salgado com a Av. Heráclito Mourão de Miranda	02 Agentes Bhtrans / 2 Agentes GCMBH Realizar o fechamento da via. Atuar na interseção para garantia da segurança e fluidez. Não permitir acesso de veículos e pedestres, exceto pessoal credenciado e em missão de urgência e atendimento
Av. Prof. Clóvis Salgado com a Av. Serrana	Atuar na interseção para garantia da segurança e fluidez.

Local	BHTRANS	PM	GM
Av. Prof. Clóvis Salgado com Av. Gandhi	2		
Av. Prof. Clóvis Salgado com Av. Heráclito Mourão de Miranda	2		2
Av. Prof. Clóvis Salgado com a Av. Serrana		2	

### Desvios:

### Tráfego Geral

...Av. Clóvis Salgado; Av. Gandhi; R. Pains; Av. Águas Marinhas; Av. Henfil; Av. Serrana; R. José Alves de Souza; R. Pequeri; R. João Evangelista; R. Congonhal; R. Ressaca; R. Bom Jesus da Penha; Av. Clóvis Salgado; Av. Heráclito Mourão de Miranda; Av. Otacílio Negrão de Lima; Rua Orsi Conceição de Minas; Av. Antônio Francisco Lisboa; R. Expedicionário Paulo de Souza; R. Beira Mar; Av. Clovis Salgado...

### Linhas alteradas:

**BHTRANS:** 5033, 4403A (sub linha Atendimento CS Confisco)

## 12 REGIONAL VENDA NOVA

### 12.1. AV. VILARINHO ENTRE AV. CRISTIANO MACHADO E RUA BERNARDO FERREIRA DA CRUZ- BAIRRO VENDA NOVA

#### Fechamentos e sinalização

Local	Sinalização
Av. Cristiano Machado sentido C/B, acesso à trincheira da Av. Vilarinho.	04 Map-Sistens
Viaduto de Saída setor Sul da Estação Vilarinho	03 Balizadores
Rua Álvaro Camargos c/ Rua Padre Pedro Pinto	05 Balizadores
Av. D.Pedro I com Rua Ameixeiras (Alça de acesso a Av. Vilarinho C/B)	04 Map-Sistens
Av. Cristiano Machado com Rua Malibu	04 Map-Sistens
Av. D.Pedro I Acesso a Trincheira José de Souza Machado C/B	04 Map-Sistens
Av. Dr. Álvaro camargos com Rua 1977	02 Balizadores
Av. Vilarinho com Rua Cap. Nelson Albuquerque	05 Balizadores
Av. D.Pedro I com Alça de acesso a Av. Vilarinho C/B	04 Map-Sistens
Rua Padre Pedro Pinto com Rua santa Cruz	04 Map-Sistens
Av. Vilarinho com Rua Bernardo F. da Cruz sent. B/C	04 Balizadores
Saída do Estacionamento do Shopping Estação BH	02 Map-Sistens
Saída do setor Norte ônibus metropolitano DER	02 Map-Sistens
Bloqueio dos Pedestres na passarela de acesso a Av. Vilarinho	02 Balizadores

### Distribuição de equipe e detalhamento de atividades

Local	BHTRANS	GM	Supdec	Brigada
Av. Cristiano Machado sentido C/B, acesso à trincheira da Av. Vilarinho.		2		
Viaduto de Saída setor Sul da Estação Vilarinho	1			
Rua Álvaro Camargos c/ Rua Padre Pedro Pinto	1			
Av. D.Pedro I com Rua Ameixeiras (Alça de acesso a Av. Vilarinho C/B)		2		
Av. Cristiano Machado com Rua Malibu			2	
Av. D.Pedro I Acesso a Trincheira José de Souza Machado C/B		2		
Av. Dr. Álvaro camargos com Rua 1977			2	
Av. Vilarinho com Rua Cap. Nelson Albuquerque	1			
Rua Padre Pedro Pinto com Rua Santa Cruz	1			
Av. Vilarinho com Rua Bernardo F. da Cruz sent. B/C		2		
Saída do Estacionamento do Shopping Estação BH				1
Saída do setor Norte ônibus metropolitano DER				1
Bloqueio dos Pedestres na passarela de acesso a Av. Vilarinho				1

### Desvios

#### Tráfego Geral

**Sentido Bairro/Centro - via Av. Cristiano Machado:** ...Av. Vilarinho, R. Cap. Nelson de Albuquerque, Rua Santa Cruz, R. Alcides Lins, Rua Elce Ribeiro, Av. D. Pedro I, Anel Rodoviário, Av. Cristiano Machado...

**Sentido Bairro/Centro - via Av. Av. Antônio Carlos:** ... Av. Vilarinho, R. Cap. Nelson de Albuquerque, Rua Santa Cruz, R. Alcides Lins, Rua Elce Ribeiro, Av. D. Pedro I, Av. Antônio Carlos...

**Sentido Centro/Bairro - sentido Ribeirão das Neves:** ... Av. Cristiano Machado, MG-10 (Rodovia Pref. Américo Renê Gianetti), Av. Brasília, Alameda José Maria Alkmin, R. Dois, Av. Leontino Francisco Alves, Av. Salamanca, Av. Baleares, Av. Vilarinho ...

**Sentido Centro/Bairro - área central de Venda Nova:** ... Av. Cristiano Machado, MG-10 (Rodovia Pref. Américo Renê Gianetti), Av. Brasília, Alameda José Maria Alkmin, R. Dois, Av. Leontino Francisco Alves, R. Neném de Lara Rocha, R. Cel. Manoel Assunção, Av. Edgar Torres, R. Capitão Nelson de Albuquerque, R. Padre Pedro Pinto...

### **Transporte Coletivo**

**Linhas 607, 608, 609, 631, 634, 635, 636, 637, 638, 641, 642**

**Sentido bairro/Estação Vilarinho:** ... Av. Vilarinho, R. Cap. Nelson de Albuquerque, R. Padre Pedro Pinto, Av. D. Pedro I, Rua das Gabirobas, Av. Cristiano Machado, Rua Malibú, Estação Vilarinho (setor Norte), Viaduto Norte-Sul, Estação Vilarinho.

**Sentido Estação Vilarinho/bairro:** ... Estação Vilarinho, Viaduto Norte-Sul, Estação Vilarinho (setor Norte), Avenida Cristiano Machado, retorno, Avenida Cristiano Machado, MG-10 (Rodovia Pref. Américo Renê Gianetti), Av. Brasília, Alameda José Maria Alkmin, R. Dois, Av. Leontino Francisco Alves, R. Neném de Lara Rocha, R. Cel. Manoel Assunção, Av. Edgar Torres, R. Capitão Nelson Albuquerque, R. Padre Pedro Pinto...

**Linhas 61, 62, 63, 64**

**Sentido Estação Venda Nova/centro:** ... Av. Vilarinho, R. Cap. Nelson de Albuquerque, R. Padre Pedro Pinto, Av. D. Pedro I, Av. Antônio Carlos...

**Sentido Estação Venda Nova/centro:** ... Avenida Dom Pedro I, MG-10 (Rodovia Pref. Américo Renê Gianetti), Av. Brasília, Alameda José Maria Alkmin, R. Dois, Av. Leontino Francisco Alves, R. Neném de Lara Rocha, R. Cel. Manoel Assunção, Av. Edgar Torres, R. Capitão Nelson de Albuquerque, Avenida Vilarinho...

**Linhas 735, 736, 737, 738, 739**

**Sentido Estação Vilarinho/bairro:** ... Estação Vilarinho, Viaduto Norte-Sul, Estação Vilarinho (setor norte), Avenida Cristiano Machado, retorno, Avenida Cristiano Machado, Rua Aldemiro Fernandes Torres....

**Sentido bairro/Estação Vilarinho:** Sem alteração.

## **Linha 66**

**Sentido Estação Vilarinho/centro:** Estação Vilarinho, Viaduto Norte-Sul, Estação Vilarinho (setor norte), Avenida Cristiano Machado...

**Sentido bairro/Estação Vilarinho:** Sem alteração.

## **Linhas Suplementares S56, S61, S63, S64, S65 e S66:**

**Sentido Venda Nova:** ...R. Padre Pedro Pinto, Av. D. Pedro I (B/C), retorno Rua Eugênio Volpini, Av. D. Pedro I (C/B)...

**Sentido Venda Nova/Bairros:** ...Rua Malibu, Rua das Ameixeiras, Rua Bernardo Ferreira da Cruz, Rua Padre Pedro Pinto....





# **PLANO DE CONTIGÊNCIA**

**PARA ENFRENTAMENTO DE  
DESASTRES EM BELO HORIZONTE**

## **2022/2023**

DEFESA CIVIL



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

TRABALHANDO POR UMA cidade + feliz



# **PLANO DE CONTINGÊNCIA**

## **2022/2023**

para Enfrentamento de Desastres  
em Belo Horizonte



**Prefeitura de Belo Horizonte**

Grupo Gestor de Risco e Desastre - GGRD

Outubro de 2022

## SUMÁRIO

<b>1. - INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
1.1 - JUSTIFICATIVA	8
1.2 - DIAGNÓSTICO	9
1.3 - DADOS DO PERÍODO CHUVOSO 2021/2022	12
1.4 - OBJETIVO	13
1.5 - COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	13
<b>2. - SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL</b>	<b>14</b>
2.1 O SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL SIMPDEC	15
2.2 - DIRETRIZES PARA ATUAÇÃO DO SIMPDEC	15
2.3 - DO MONITORAMENTO, ALERTA E ALARME	18
2.4 - DOS CRITÉRIOS DE ALERTAS DE RISCOS DE CHUVA, GEOLÓGICO E ALARME DE PREVENÇÃO	20
2.5 - DOS ALERTAS DE MONITORAMENTO VISUAL OU DE CONSTATAÇÃO	24
2.6 - DAS AÇÕES E PROTOCOLOS DO MONITORAMENTO VISUAL	25
2.7 - CRITÉRIOS PARA A DESMOBILIZAÇÃO DAS EQUIPES DE MONITORAMENTO VISUAL	29
2.8 - DA COMUNICAÇÃO OPERACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	32
2.9 - DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS E DE COMUNICAÇÃO	33
<b>3. - DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL</b>	<b>35</b>
3.1 - AÇÕES DE PREVENÇÃO / MITIGAÇÃO	36
3.2 - AÇÕES DE PREPARAÇÃO	37
3.3 - AÇÕES DE SOCORRO E ASSISTÊNCIA	38
3.4 - AÇÕES DE RESTABELECIMENTO E RECONSTRUÇÃO	40
<b>4. - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE SOCORRO</b>	<b>41</b>
4.1 - OCORRÊNCIAS DE BAIXO IMPACTO SOLUÇÃO REGIONALIZADA	43
4.2 - SINISTROS DE MÉDIO IMPACTO SOLUÇÃO SOLIDÁRIA / SITUAÇÃO DE MERGÊNCIA	43
4.3 - DESASTRES DE ALTO IMPACTO SOLUÇÃO FEDERATIVA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA / CALAMIDADE PÚBLICA	43
4.4 - AÇÕES DE SOCORRO PRIORITÁRIAS NOS DESASTRES EM BELO HORIZONTE	44
4.4.1 - EM CASOS DE INUNDAÇÕES	44
4.4.2 - EM CASOS DE ESCORREGAMENTOS	45

4.4.3 - EM CASOS DE DESASTRES AMBIENTAIS	46
4.4.4 - DEMAIS DESASTRES NATURAIS OU TECNOLÓGICOS	46
4.4.5 - EM CASOS DE INCÊNDIO FLORESTAL E LOTES VAGOS	47
<b>5. - ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DO SIMPDEC</b>	<b>49</b>
5.1 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SMGO	50
5.2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA - SMOBI	50
5.3 - SUBSECRETARIA DE ZELADORIA URBANA - SUZURB	50
5.4 - SUBSECRETARIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SUPDEC	51
5.5 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO - SMSP	54
5.6 - GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - GCMBH	54
5.7 - CENTRO DE OPERAÇÕES DE BELO HORIZONTE - COP - BH	55
5.8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E CIDADANIA - SMASAC	56
5.9 - COMPANHIA URBANIZADORA E DE HABITAÇÃO DE BELO HORIZONTE - URBEL	57
5.10 - EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE - BHTRANS	59
5.11 - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL - SUDECAP	60
5.13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMSA	61
5.14 - COORDENADORIAS DE ATENDIMENTO REGIONAL - CARE	62
5.15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS E COMUNICAÇÃO SOCIAL - SMAICS	63
5.16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SMED	64
<b>6. - MEIOS DISPONÍVEIS</b>	<b>65</b>
6.1 - RECURSOS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	66
<b>7. - ANEXOS</b>	<b>67</b>
ANEXO I - CONCEITOS BÁSICOS DE DEFESA CIVIL	68
ANEXO II - RELAÇÃO DE CONTATOS PRIORITÁRIOS	70
ANEXO III - REDE SUS DE BELO HORIZONTE	76
ANEXO IV - REDE DE HOSPITAIS PARTICULARES	80
ANEXO V - SIGNIFICADO DAS SIGLAS UTILIZADAS	81
ANEXO VI - LOCALIZAÇÃO DAS ESTAÇÕES PLUVIOMÉTRICAS	83
ANEXO VII - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS ESTAÇÕES FLUVIOMÉTRICAS E PLUVIOMÉTRICAS	85



ANEXO VIII - MARCO DE HYOGO 2005/2015	86
ANEXO IX - MARCO DE SENDAI 2015/2030	95
ANEXO X - DECRETO GGRD	128
<b>ANEXO EXTERNO I - INTERVENÇÕES NO TRÂNSITO EM CASO DE INUNDAÇÃO</b>	
<b>ANEXO EXTERNO II - PROTOCOLO DE ATUAÇÃO INTEGRADA EM GESTÃO DE SITUAÇÕES CRÍTICAS</b>	
<b>ANEXO EXTERNO III - PROTOCOLO DE ATUAÇÃO INTEGRADA EM EVENTOS DE CHUVAS</b>	



## 1 - INTRODUÇÃO



**Resiliência é a "capacidade que um sistema, uma comunidade ou uma sociedade exposta a riscos têm de resistir, absorver, adaptar-se recuperar-se dos efeitos de um perigo de maneira tempestiva e eficiente, por meio, por exemplo, da preservação e restauração de suas estruturas básicas e funções essenciais".**

(<http://www.unisdr.org/we/inform/terminology>)



## 1.1 JUSTIFICATIVA

Belo Horizonte, em consequência de suas características topográficas e suas bacias hidrográficas, possui áreas de encostas e baixadas com ocupações sujeitas a desastres, cujos riscos potenciais são agravados durante o período chuvoso.

Nesse contexto, é fundamental enfrentar os atuais desafios com foco em monitoramentos, avaliação e compreensão do risco de desastres, emissão de alertas precoces e ações de respostas efetivas nas situações de calamidade. Sendo assim, torna-se necessário compartilhar informações para o fortalecimento da governança do risco de desastres e coordenação entre as instituições e os setores relevantes. Revela-se importante, também, a participação plena e significativa de todos os envolvidos, com investimentos em resiliência por meio de pesquisas, novas tecnologias e melhoria em sistemas de alerta precoce e comunicação, preparação, resposta, recuperação, reabilitação e reconstrução.

A cidade já vivenciou situações de grandes desastres, como o rompimento da barragem da Pampulha na década de 1950, o deslizamento da "boca do lixo" na Vila São Domingos e o desabamento do Parque de Exposições da Gameleira, ambos na década de 1970. As grandes enchentes de 1979 atingiram com maior força o "Vale do Arrudas". Em 2003, deslizamentos nos aglomerados do Morro das Pedras, da Serra e no Taquaril vitimaram 16 pessoas e culminaram com a remoção de quase duas mil famílias de áreas de risco em toda a cidade. Importantes desastres tecnológicos também foram registrados, sendo a queda do Viaduto Guararapes, em 2013, o mais importante. Em razão da necessidade de medidas preventivas e respostas adequadas a ocorrências de sinistros, como os citados acima, a Defesa Civil Municipal foi criada por meio da Lei Municipal no 3.135, de 23/11/1979, regulamentada pelo Decreto no 3.651, de 21/12/1979.

Hoje Belo Horizonte possui um Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil. Coordenado pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e Subsecretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil, fundamenta-se na visão sistêmica da ação municipal e na busca de resiliência, seguindo normas internacionais sobre o tema.

Em 2013, o Sistema de Proteção e Defesa Civil de Belo Horizonte conquistou o **prêmio Sasakawa**. A premiação foi concedida pela **Organização das Nações Unidas - ONU** e é o reconhecimento do conjunto de ações de redução da possibilidade de desastres e trabalhos

de prevenção, preparação e recuperação de áreas de risco. Segundo o regulamento do concurso, o prêmio de 2013 foi dado ao candidato de projeto mais inovador sob o tema “Atuando como Um”. O foco do prêmio faz alusão à importância da redução do risco de desastres e a participação da população nas ações preventivas.

A série de ações, cujo lema é “A Defesa Civil Somos Todos Nós”, reúne trabalhos de prevenção, preparação e recuperação de áreas a fim de evitar ou minimizar desastres naturais. Além disso, o trabalho de prevenção, realizado pela Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil, unifica todos os órgãos da Prefeitura de Belo Horizonte e conta com a ajuda da população e de empresas da iniciativa privada.

O Sistema de Proteção e Defesa Civil de Belo Horizonte foi o primeiro a receber essa premiação na América Latina.

## 1.2 DIAGNÓSTICO

As principais causas de situações de risco e desastres em Belo Horizonte estão nas áreas de morros e encostas e nas margens dos córregos que formam as Bacias do Rio Arrudas, do Córrego do Onça e do Córrego Isidoro.

Com aproximadamente 2,4 milhões de habitantes e 335 km<sup>2</sup>, Belo Horizonte possui cerca de 200 áreas de vilas e favelas onde o risco geológico decorre de processos de escorregamento, erosão, queda e rolamento de blocos de rocha e solapamento, além da presença de processos de inundação em cerca de 80 pontos.

Nas áreas sujeitas a escorregamentos com ocupação desordenada, que abrigam cerca de 22% da população do município, esses processos são frequentemente potencializados por fatores externos, como cortes no terreno, cultivo inadequado do solo, aterros mal executados, tubulações rompidas ou clandestinas, lançamento de esgoto e deposição de lixo/entulho nas encostas e cursos d'água, que podem gerar acidentes com danos ao patrimônio ou até mesmo perda de vidas humanas.

Em 1993, após um diagnóstico que estimou em 15 mil as moradias nas vilas e favelas de Belo Horizonte com risco alto e muito alto, foi criado o Programa Estrutural em Áreas de Risco - PEAR. De caráter contínuo, o Programa é voltado para o atendimento das famílias por meio de vistorias individuais, ações preventivas e corretivas durante o ano e

de monitoramento das moradias no período chuvoso. O PEAR é de responsabilidade da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - URBEL.

Outros desastres recorrentes em Belo Horizonte são as inundações. Desde 1999, com a elaboração do Plano Diretor de Drenagem Urbana, a Administração Municipal - preocupada em mitigar as inundações na cidade - vem investindo também em ações de fortalecimento institucional para fazer frente à temática da gestão das águas urbanas. O Plano Diretor de Drenagem Urbana buscou consolidar um prévio conhecimento sobre a situação e os problemas existentes em um total de 111 bacias elementares no território do município, além de propor novos conceitos e diretrizes para o enfrentamento das inundações na cidade.

Uma das ações implementadas foi a elaboração da Carta de Inundação de Belo Horizonte, em 2008, com a identificação das áreas potencialmente suscetíveis. Outra intervenção importante foi a criação dos Núcleos de Alerta de Chuva - NAC, que têm por finalidade proteger a população atingida pelas inundações, tornando-se um canal de diálogo direto.

Após investimentos em tecnologia e pessoal, foi implantado também o Sistema de Monitoramento e Alerta de Inundações, que permite ações preventivas com as populações instaladas em áreas de risco por meio de emissão de alertas para adoção de medidas, visando à diminuição dos prejuízos humanos, materiais e sociais.

Os desastres tecnológicos, decorrentes de atividades de construção civil, também têm afetado com frequência a população da cidade. Em virtude da precariedade nas ações de contenção de encostas e prevenção de deslizamentos em imóveis vizinhos, têm sido constantes os incidentes envolvendo o desmoronamento de imóveis, com sérios prejuízos sociais e econômicos para as famílias afetadas.

Os desastres sociais decorrentes de grandes eventos causam pânico e são também uma preocupação do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, que apoiará os integrantes dos sistemas de segurança e saúde no cumprimento de suas missões institucionais.

## **DO COMITÊ DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

A Prefeitura de Belo Horizonte, preocupada em estabelecer políticas locais de mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, instituiu o Comitê Municipal sobre Mudanças Climáticas e Ecoeficiência-CMMCE, através do Decreto Municipal nº 12.362 de 03/05/2006.

O CMMCE é um órgão colegiado e consultivo, que tem o objetivo de apoiar a implementação da política municipal da Cidade de Belo Horizonte para as mudanças climáticas, atuando na articulação das políticas públicas e da iniciativa privada que visem à redução das emissões de gases de efeito estufa e de poluentes atmosféricos, à redução na produção de resíduos sólidos e maior eficiência nos processos de reutilização e reciclagem de resíduos; ao incentivo a utilização de fontes de energia renováveis, melhoria da eficiência energética e uso racional de energia e ao aumento da consciência ambiental dos cidadãos.

Ele é formado por representantes do Poder Público Municipal e Estadual, da sociedade civil, de organizações não-governamentais e do setor empresarial e acadêmico, o que garante a legitimidade da participação da população em várias decisões relacionadas à busca da sustentabilidade ambiental no Município.

Assim, o CMMCE tem por papel propor e deliberar sobre políticas municipais de proteção climática e conscientizar e mobilizar a sociedade para a discussão e tomada de posição sobre os problemas decorrentes da mudança do clima em nosso município, com vistas ao desenvolvimento inclusivo e sustentável e a ampliação da qualidade de vida de todos os cidadãos.

O CMMCE articula a participação de Belo Horizonte em importantes redes colaborativas nacionais e internacionais, especialmente aquelas voltadas para a atuação de cidades ou governos locais no enfrentamento das mudanças climáticas.

Através da Cooperação Internacional são realizadas diversas parcerias tanto no âmbito bilateral quanto no multilateral e com agências internacionais de financiamento, o que contribui para a qualificação e o avanço da política climática municipal.

**Mais informações:**

<https://prefeitura.pbh.gov.br/meio-ambiente/comite-de-mudancas-climaticas>

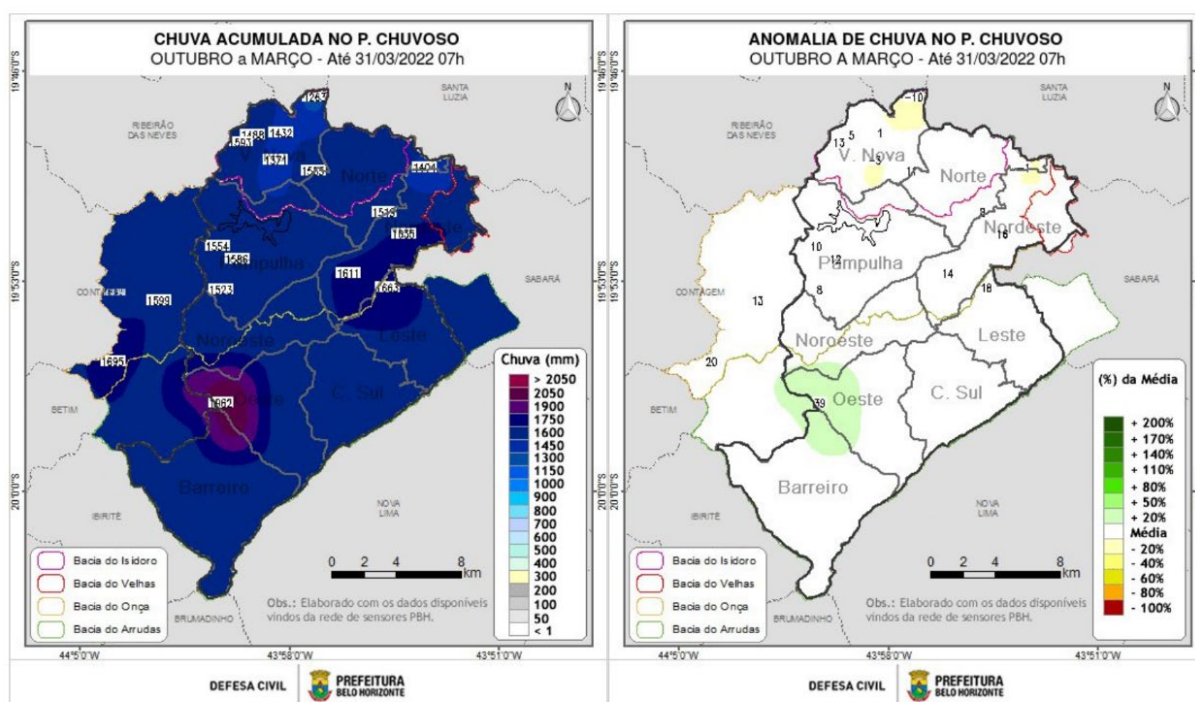
### 1.3 DADOS DO PERÍODO CHUVOSO 2021/2022

O período chuvoso 2021/2022 (1º outubro de 2021 até 31 de março de 2022), registrou no total 1.961,8 mm na Regional Oeste. Foram emitidos 152 alertas de risco e registradas 5.746 solicitações de atendimento. A maioria das solicitações foi para vistorias de alagamentos (270); deslizamento de encosta (336); queda de muro (158); Trincas e rachaduras em muro (252); Trincas (1.052) e Infiltrações (568).

#### TOTAL DE CHUVA BELO HORIZONTE - 2021/2022

K	CHUVA (MM)
	3
Eduhlur	3
Qr ur hvvln	41 5
Rhvln	4 / ;
Sdp sx&d	41 9 /5
Chvln	41 :
	41 6 /5
Qr lghvvln	41 8
Qr uln	4 / 9

#### MAPAS PERÍODO CHUVOSO 2021/2022



## 1.4 OBJETIVO

Este PLANO DE CONTINGÊNCIA tem por objetivo orientar as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação em situação de ocorrências de desastres naturais ou tecnológicos, recorrentes ou não, em Belo Horizonte.

Todo o planejamento orienta-se a partir das ações recomendadas nos documentos emitidos pela Estratégia Internacional de Redução de Desastres da Organização das Nações Unidas - EIRD/ONU, sobretudo os Marcos de Hyogo e de Sendai.

## 1.5 COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

No período chuvoso, considerando o histórico de desastres decorrentes das precipitações pluviométricas, a coordenação das ações estratégicas será exercida pelo Grupo Gestor de Riscos e Desastres - GGRD, instância de articulação das múltiplas instituições que compõem o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil - SIMPDEC.

O Prefeito será responsável pela coordenação geral do GGRD e, na sua ausência, o Secretário Municipal de Governo. A Coordenação Executiva do GGRD será exercida pela Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil, com atribuições de:

- I - organizar e coordenar as atividades necessárias à proteção e defesa civil nas áreas de risco e em situações de desastres no Município;
- II - gerenciar as equipes de plantões de finais de semana e feriados;
- III - organizar as reuniões ordinárias semanais e extraordinárias;

Quando a situação de um desastre exigir a gestão aproximada e permanente das ações de resposta, os integrantes do GGRD e gestores de órgãos convidados comporão o Grupo Tático de Gestão de Situações Críticas - GTGSC, até que os processos de gestão nas ações de proteção e defesa civil retornem aos padrões rotineiros das comunidades. A instalação do GTGSC, será feita no Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte COP-BH aproveitando-se da estrutura e do conceito de atuação do órgão. Se necessário, um Gabinete de Crise - GC pode ser convocado com a observância das fases do Protocolo de Gestão de Situações Críticas que integra este Plano de Contingências.



A black and white photograph showing a person in a uniform and cap using a shovel to dig or clear debris. In the background, the front of a truck with the word "CARGO" is visible. The scene appears to be a disaster recovery or cleanup operation.

## 2. O SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

**Proteção e Defesa Civil, em seu conceito mais simplificado, é o conjunto de ações de prevenção, mitigação, preparação, socorro e recuperação para redução dos riscos de desastres.**



## 2.1 O SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - SIMPDEC

Proteção e Defesa Civil, em seu conceito mais simplificado, é o conjunto de ações de prevenção, mitigação, preparação, socorro e recuperação para redução dos riscos de desastres, seus impactos e prejuízos econômicos e sociais.

Esse conjunto de ações deve ser realizado de forma sistêmica por todos os órgãos públicos, de todas as esferas da federação e, também, pelas entidades privadas e pela comunidade.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (instituída pela Lei 12.608, de 10/04/2012, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil) articula-se desde o Presidente da República até os núcleos comunitários de defesa civil. A população tem em seus núcleos comunitários sua forma mais elementar de organização e deve ser alertada sobre os meios que lhes auxiliem a enfrentar os desastres e reduzir vulnerabilidades.

Dentro desse sistema nacional, torna-se de fundamental importância que o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil - SIMPDEC possua articulação institucionalizada com todos os órgãos públicos municipais, coordenados para emprestar suas competências nas atividades de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação nos desastres potenciais ou acontecidos na cidade.

As ações de defesa civil são cíclicas e complementam-se simultaneamente. As ações de prevenção devem ser desencadeadas prioritariamente antes do desastre, mas permanecem durante as demais fases objetivando evitar a eclosão de incidentes secundários.

## 2.2 DIRETRIZES PARA ATUAÇÃO DO SIMPDEC

A cidade de Belo Horizonte foi dividida em nove áreas estratégicas, que constituem as Coordenadorias de Atendimento Regional - CAREs. Assim, torna-se o espaço prioritário de todos os esforços de proteção e defesa civil, para onde devem ser canalizados os apoios necessários ao atendimento aos sinistros ocorridos nas comunidades, por meio das diversas secretarias temáticas, empresas públicas e autarquias municipais.

Segundo a vocação e a expertise de cada órgão, setor ou serviço municipal, todos devem priorizar ações de prevenção e preparação para os desastres mais prováveis mapeados em cada área e, prioritariamente, para as comunidades em altos riscos.

Na ocorrência de incidente ou acidente que afete a população ou parte dela, todos os esforços previstos na preparação devem ser empregados para sua rápida solução e restabelecimento da normalidade, utilizando-se os mecanismos de resposta planejados, disponíveis e articulados.

Considerando que todos os órgãos e empresas da PBH fazem parte do SIMPDEC e que é necessária uma instituição para a coordenação estratégica das atividades envolvendo as múltiplas agências, foi criado o Grupo Gestor de Riscos e Desastres - GGRD. A coordenação do grupo é realizada pela Secretaria Municipal de Governo e articulação executiva pela Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil, por meio de reuniões ordinárias, durante o período chuvoso.

O GGRD tem por objetivo congregar em um fórum consultivo, deliberativo e executivo, os gestores dos principais órgãos do sistema, de modo a permitir uma atuação coordenada e eficiente das ações minimizadoras dos desastres, sobretudo os decorrentes das chuvas.

Para o desenvolvimento das ações de proteção e defesa civil, o Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte COP-BH será órgão de vital importância no que se refere à execução das ações de prevenção, mitigação, preparação e resposta a eventos desastrosos em Belo Horizonte, em razão de sua atuação como órgão de monitoramento permanente e pronta resposta às ocorrências que afetam a "vida da cidade aqui e agora".

Além dessas estruturas permanentes na elaboração das ações de prevenção e resposta contra os desastres, haverá também o Grupo Tático de Gestão de Situações Críticas - GTGSC a ser instalado, quando necessário, no Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte - COP-BH.

O estabelecimento do GTGSC se alinha ao conjunto de ações operacionais em apoio aos órgãos envolvidos nas diversas etapas de trabalho do GGRD, canalizando recursos e orientando as equipes de campo para o rápido restabelecimento do funcionamento normal dos serviços na cidade.

O GTGSC será acionado e funcionará no Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte - COP-BH, para coordenação das diversas

ações de respostas e tomada de decisões no âmbito de apoio às equipes operacionais, visando maior rapidez na distribuição das demandas e celeridade nos atendimentos, por meio dos diversos órgãos ali instalados.

O GTGSC será composto pelos representantes dos diversos órgãos envolvidos em uma situação de anormalidade na “vida da cidade”, cujo líder situacional será o representante do órgão de maior vocação para orientação das medidas e providências necessárias, visando ao restabelecimento das condições de normalidade na cidade.

A instalação do GTGSC obedecerá aos parâmetros estabelecidos no Protocolo de Atuação Integrada na Gestão de Situações Críticas do COP-BH, anexo a este plano.

O GTGSC será instalado sempre que o número de ocorrências indicarem a necessidade de uma gestão mais complexa e efetiva, que extrapole a capacidade de coordenação da SCI/COP-BH e SUPDEC, ou mesmo em situação de ocorrência de qualquer desastre de alto impacto na cidade.

O GTGSC será mantido até que as condições de normalidade indiquem que os modelos de gestão rotineiros já sejam suficientes para a garantia da proteção civil da população.

O GTGSC utilizará como ferramenta gerencial o Sistema de Comando em Operações - SCO, apoiará a coordenação operacional para as equipes de campo e será o canal para comunicação e assessoria no nível estratégico.

As decisões do GTGSC, assessoradas pelos Postos de Comandos Locais - PCL têm caráter imperativo e devem ser atendidas com prioridade pelos integrantes do SIMPDEC.

Quando conveniente, os gestores de outros órgãos poderão ser convidados a compor o GTGSC para participarem do assessoramento nas decisões a serem tomadas em apoio aos PCLs instalados para as operações de campo, em situações de risco ou desastres.

Os PCLs deverão ser instalados pelos órgãos integrantes do SIMDEC, sempre que a situação crítica for identificada no(s) local(is) de risco ou desastre(s), em comando unificado, para gerenciamento das ocorrências que demandem maior coordenação. Os PCLs atuarão em conformidade com as diretrizes do Sistema de Comando de Operações - SCO.

## 2.3 DO MONITORAMENTO, ALERTA E ALARME

Para as atividades de proteção civil da população, serão utilizadas todas as formas de monitoramentos disponíveis no município, sejam de ordem tecnológica ou oriundas de parceria, treinamentos e da capacitação dos moradores das áreas de risco, além dos diversos segmentos sociais e profissionais da cidade.

Os monitoramentos de ordem tecnológica utilizarão os recursos das diversas instituições públicas e privadas, detentoras de equipamentos, estações meteorológicas ou sistemas afins, de modo a produzir informações com oportunidade e qualidade.

Convênios e parcerias com entidades acadêmicas foram priorizados, visando - além da produção excelente das informações - proporcionarem estudos que indiquem intervenções e soluções para minimização dos desastres na cidade.

Os monitoramentos de constatação, decorrentes de parcerias com os segmentos sociais, profissionais e com a comunidade, serão formados a partir da SUPDEC, por meio de sua Diretoria de Meteorologia e Alerta de Riscos - DMAR que atuará com os objetivos da estreita interação com esses segmentos, visando, por meio da capilaridade, presença ostensiva e capacidade de constatação, receber, trabalhar e transformar as informações em dados úteis para a melhoria das ações de prevenção e resposta aos desastres, competindo-lhe:

- assessorar os órgãos municipais na área de meteorologia e climatologia;
- manter estreito contato com os órgãos municipais, estaduais e federais na área de meteorologia, climatologia e defesa civil;
- operacionalizar o Sistema de Monitoramento Hidrológico e Alerta contra Inundações em Belo Horizonte;
- monitorar 24 horas os eventos meteorológicos;
- alertar e alarmar a PBH, especialmente os órgãos municipais e populações em áreas de risco, envolvidos diretamente com ações de defesa civil, a respeito de eventos meteorológicos extremos.

Os monitoramentos e os alertas hidrometeorológicos utilizarão as seguintes tecnologias/ferramentas para suas ações:

- imagens de satélite;
- radiossondagem;

- imagens do Radar Meteorológico;
- modelos numéricos de previsão de tempo de alta resolução espacial e temporal;
- dados de aeroportos e postos avançados;
- estações meteorológicas instaladas na cidade;
- estações hidrometeorológicas da rede municipal;
- dados de campo relacionados com as vistorias feitas pela SUPDEC, URBEL, SLU, SUDECAP e NAC;
- informações e Alertas dos Centros Estaduais e da União;
- informações decorrentes dos monitoramentos de constatação.

A existência de um bom sistema de monitoramento e alerta é uma das recomendações da Organização das Nações Unidas - ONU.

Por meio da Estratégia Internacional de Redução de Desastres - EIRD foram criados e divulgados o Marco de Ação de Hyogo e o Marco de Ação de Sendai, documentos que trazem as recomendações para que os governos atuem na prevenção dos desastres. Uma das cinco recomendações de Hyogo é exatamente melhorar os alertas prévios. Os alertas emitidos em Belo Horizonte têm basicamente três funções:

- Difundir para toda a sociedade a possibilidade das precipitações e suas consequências, permitindo uma socialização dos riscos e a adoção de medidas individuais e coletivas de proteção.
- Alertar, capacitar e treinar os moradores das áreas de risco geológico e de inundação e alagamentos para que possam adotar as atitudes preventivas para diminuição de prejuízos econômicos e sociais e principalmente para a preservação da vida.
- Alertar todos os órgãos da Prefeitura de Belo Horizonte com vocação para a prevenção e resposta aos desastres, de modo que possam posicionar as equipes nos locais de maior risco para atendimento da população vulnerável em tempo oportuno.

## 2.4 DOS CRITÉRIOS DE ALERTAS DE RISCOS DE CHUVA, GEOLÓGICO E ALARME DE PREVENÇÃO

Na emissão de alertas e alarmes em decorrência de **RISCOS NAS CHUVAS** em Belo Horizonte haverá quatro tipos de informação:

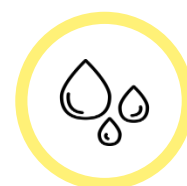
2.4.1 **COMUNICADO** - Condição atual da atmosfera, previsão do tempo sem anormalidades, quando a previsão de volume acumulado de chuva esperado for até 20mm.

**Ações necessárias:** indica necessidade de atenção à população e monitoramento contínuo da situação pela DMAR/SUPDEC.

### 2.4.2 ALERTA 1

#### ALERTA DE CHUVA

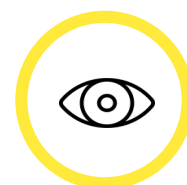
Previsão de chuva com volume acumulado esperado superior a 20mm, estimativa de quantitativo de chuva e, se possível, estimativa de quais Regionais serão mais afetadas.



**Ações necessárias:** Supervisor da SCI avaliar, em conjunto com as instituições, a disponibilidade de recursos operacionais no Briefing Operacional, realizado no COP-BH, e alterar o estágio operacional para **Pré-atenção**.

#### MONITORAMENTO VISUAL

Instrução para monitoramento visual com especificação de quais pontos serão monitorados visualmente pela SUPDEC e se necessita de apoio.



**Ações necessárias:** Supervisor do COP-BH realizar um Briefing Momentâneo com instituições relevantes, definir os recursos para apoio, se necessário, e avaliar, junto às instituições, o deslocamento preventivo das demais equipes para as imediações dos pontos de bloqueio.

### 2.4.3 ALERTA 2

#### OCUPAÇÃO DOS PONTOS DE BLOQUEIO

Instrução de posicionamento preventivo das equipes para bloqueio.

**Ações necessárias:** Agentes devem se posicionar preventivamente nos pontos de bloqueio com os devidos materiais para sinalização, conforme Plano de Contingência. Além disso, os pedestres e veículos devem ser orientados a evacuar a área alagável.



### 2.4.4 ALERTA 3

#### BLOQUEIO DE VIAS

Ativar Plano de Contingência, realizando bloqueio de vias e demais ações, conforme previsto. Supervisor da SCl alterar o estágio operacional para Atenção. Ativação dos bloqueios virtuais no Waze pelas Instituições responsáveis.



A BHTRANS e a SUPDEC deverão articular bloqueios de vias em aplicativos e fazer divulgação nas redes sociais.

A veiculação dos alertas e alarmes será feita das seguintes formas:

- divulgação via e-mail, telefonema aos gestores da PBH e envio de SMS aos destinatários cadastrados;
- utilização das redes sociais, portal da PBH e outras tecnologias disponíveis para ampliação da socialização dos alertas.

Os alertas e informações serão compartilhados pelos seguintes meios:

**Mensagem via SMS 40199 (Serviço de Mensagens Curtas)**

**WhatsApp: (61) 2034-4611**

**Twitter: [twitter.com/defesacivilbh](https://twitter.com/defesacivilbh)**



**Facebook:** facebook.com/defesacivilbh

**Telegram:** t.me/defesacivilbh

**Instagram:** instagram.com/defesacivilbh

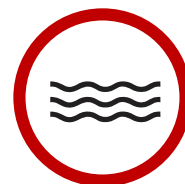
**Portal Prefeitura de Belo Horizonte:** pbh.gov.br

#### 2.4.5 OCORRÊNCIA

##### ALAGAMENTO E INUNDAÇÃO

Constatação de alagamento ou inundação, citando o local e horário.

**Ações necessárias:** Coordenação Operacional das Instituições deve empenhar veículos e efetivos para resposta, reportar chegada ao local e demandas de apoio. SUPDEC avalia nível de impacto e complexidade da resposta, indicando as medidas. O COP-BH avalia a mudança do estágio operacional para **Situação Crítica** e comunica ao Grupo Gestor.



## 2.4.6 COMUNICADO

### DESBLOQUEIO DE VIA

Determinar a liberação total ou parcial de vias com a manutenção da mobilização das equipes nos pontos indicados.



**Ações necessárias:** Agentes devem realizar o desbloqueio das vias, reestabelecendo a circulação das vias e mantendo a mobilização. Supervisor da SCI deve retornar com o estágio operacional para **Pré-atenção**. Desativação dos bloqueios virtuais no Waze pelas Instituições responsáveis.

## 2.4.7 COMUNICADO

### DESMOBILIZAÇÃO

Determinar a desmobilização dos agentes e recursos dos pontos de bloqueio, detalhando os locais e demais informações, quando necessário.



**Ações necessárias:** Instituições devem realizar a desmobilização dos seus agentes e recursos. Supervisor da SCI deve alterar o estágio operacional para Normalidade, caso não haja alerta vigente.

## 2.4.8 RISCOS GEOLÓGICOS

Na emissão de alertas e alarmes em decorrência de **RISCOS GEOLÓGICOS** em Belo Horizonte os critérios já preestabelecidos pela URBEL persistirão e serão os seguintes:

**2.4.9 ALERTA MODERADO (AMARELO):** quando o volume acumulado de chuva nos últimos 2 (dois) dias for entre 50 e 69 mm.

**2.4.10 ALERTA FORTE (VERMELHO):** quando o volume acumulado de chuva nos últimos 3 (três) dias for igual ou superior a 70 mm.

Assim como o alerta de inundações, essas informações serão divulgadas via página institucional, SMS, redes sociais, e-mail, imprensa ou quaisquer outros meios disponíveis.

A adoção de medidas decorrentes dessas informações obedecerá às ações descritas neste plano e nos conceitos pré-estabelecidos nas diversas capacitações realizadas com os Núcleos de Defesa Civil, Núcleos de Alerta de Chuva e organizações semelhantes.



## 2.5 DOS CRITÉRIOS DE ALERTA DE MONITORAMENTO VISUAL OU DE CONSTATAÇÃO

Em função da peculiaridade dos desastres relacionados a chuvas em Belo Horizonte quando - em um curto espaço de tempo - o nível dos rios e córregos atinge rapidamente a cota de alerta, o DMAR/SUPDEC utilizará alertas de constatação ou monitoramento visual.

Os alertas de constatação ou monitoramento visual serão classificados em dois tipos, conforme a origem das informações:

### 2.5.1 Alerta de constatação externa

Quando a informação for oriunda de fontes externas, de parceiros, imprensa ou da comunidade - após constatação de risco - informar à SUPDEC pelo 199, redes sociais ou outra forma disponível.

Ao receber qualquer informação de fonte externa, a SUPDEC/DMAR:

- verificará, pelos meios disponíveis, a veracidade das informações;
- acionará o COP-BH e a Coordenadoria de Operações da SUPDEC quando houver indicação para monitoramento visual ou adoção de medidas operacionais de prevenção e resposta;
- emitirá o alerta, quando verificada a existência da ameaça/risco;
- priorizará a emissão do alerta à população localizada nas áreas de risco.

### **2.5.2 - Alerta por monitoramento visual programado**

O alerta de monitoramento visual programado determina o deslocamento prévio de equipes para verificação local das áreas de risco de inundações bruscas ou alagamentos já mapeados.

O desencadeamento do alerta por monitoramento visual será procedido mediante acionamento pelo DMAR, que informará ao COP-BH e ao Coordenador de Operações da SUPDEC prévio de equipes para verificação local das áreas de risco de inundações bruscas ou alagamentos já mapeados.

O desencadeamento do alerta por monitoramento visual será procedido mediante acionamento pelo DMAR, que informará ao COP-BH e ao Coordenador de Operações da SUPDEC a existência dos critérios indicativos da necessidade.

## **2.6 DAS AÇÕES E PROTOCOLOS DO MONITORAMENTO VISUAL OU DE CONSTATAÇÃO**

Será indicativa para o monitoramento visual a observância dos seguintes fenômenos:

### **2.6.1 Previsão de chuvas e Protocolos Específicos**

Mesmo antes do início das precipitações e com previsão de chuvas acima de 20 mm, serão enviadas equipes disponíveis para monitoramento e operacionalização de medidas preventivas nos seguintes logradouros:

- Av. Vilarinho - Regional Venda Nova
- Rua Dr. Álvaro Camargos - Regional Venda Nova
- Av. Francisco Sá - Gutierrez / Prado - Regional Oeste
- Av. Teresa Cristina - Regional Oeste
- Av. Bernardo Vasconcelos - Cachoeirinha - Regional Nordeste

Confirmadas as previsões e mediante os critérios definidos, equipes disponíveis serão deslocadas para os seguintes locais:

#### **2.6.1.1 Protocolo Específico para a Av. Vilarinho**

Ao longo da avenida e no encontro com as Rua Dr. Álvaro Camargos e Rua Padre Pedro Pinto.

Quando o registro de chuva forte for acima de 10 mm (10min) ou acima de 18 mm (30min) nas estações E2/E6/E7 e o nível na estação E6/7 for classificado como amarelo.

#### **2.6.1.2 Protocolo Específico para as Avenidas Silva Lobo e Barão Homem de Melo - Bairros Alto Barroca e Prado**

Quando o registro de chuva forte for acima de 15 mm (10min) ou acima de 21 mm (30min) na estação hidrometeorológicas **E32** e (vide relação anexa).

#### **2.6.1.3 Protocolo Específico para a Av. Prudente de Moraes - Bairro Santo Antônio.**

Quando o registro de chuva forte for acima de 15 mm (10min) ou acima de 18 mm (30min) na estação **E39** e o nível na estação E39 for classificado de amarelo.

#### **2.6.1.4 Protocolo Específico para a Av. Cristiano Machado com Rua Sebastião de Brito - Bairro 1º de Maio.**

Quando o registro de chuva forte for acima de 10 mm (10min) ou acima de 18 mm (30min) nas estações **E8/E13** e o nível na estação **E8/10/13** for classificado de amarelo.

#### **2.6.1.5 Protocolo Específico para a Rua Antônio Ribeiro de Abreu - Bairro Ribeiro de Abreu.**

Quando o registro de chuva forte for acima de 15 mm (10min) ou acima de 25 mm (30min) nas estações **E10/9** ou o nível na estação **E10** for classificado de amarelo.

#### **2.6.1.6 Protocolo Específico para a Avenida Tereza Cristina, próximo ao número 11.012, na divisa de Belo Horizonte e Contagem (altura da Vila São Paulo)**

Quando o registro de chuva forte for acima de 15 mm (10min) ou acima de 21 mm (30min) nas estações **E24** e o nível na estação **E24/25** for classificado de amarelo.

#### **2.6.1.7 Protocolo Específico para a Praça Bagatelli - Pampulha.**

Quando o registro de chuva forte for acima de 15 mm (10min) ou acima de 21 mm (30min) na estação **E8**.

#### **2.6.1.8 Do Monitoramento:**

Quando houver previsão de chuvas fortes, o COP-BH, a BHTRANS, a GCMBH e a SUPDEC, por meio da DMAR e da Coordenação Operacional, farão o monitoramento hidrometeorológico utilizando as câmeras on-line disponíveis nos órgãos do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil.

A BHTRANS e a GCMBH deverão manter as câmeras on-line em perfeito estado de funcionamento e atualizar a visada das câmeras disponíveis sempre que for preciso identificar situações de risco ou fazer intervenções nas vias públicas.

O COP-BH deverá fazer a programação de mosaicos das câmeras no vídeo wall, priorizando os cruzamentos de dados disponíveis nos

sistemas de monitoramentos de córregos para os principais locais de riscos já mapeados.

#### **2.6.1.9 Medidas de Prevenção e Fechamento das vias:**

A SUPDEC, por meio da DMAR, enviará o alerta de risco nos canais existentes, especialmente no Grupo do Telegram/COP-BH, para acompanhamento de todos os parceiros do SIMPDEC.

Ao disparar o alerta, a DMAR deverá solicitar à Coordenação Operacional da SUPDEC e à SCI do COP-BH o envio de agentes para realizar o monitoramento visual nos pontos identificados, assim como praticar as medidas de prevenção previstas em protocolos de atuação específicos.

Ao mesmo tempo, os agentes da BHTRANS deverão se dirigir imediatamente aos pontos de bloqueios mapeados para ficarem de condição e realizarem o fechamento dos acessos viários.

Tão logo seja identificada situação de risco iminente as vias deverão ser interditadas e a situação comunicada pelo Grupo do Telegram/COP-BH e demais canais de comunicação, como redes de rádio e celulares dos agentes posicionados em campo.

Os órgãos do SIMPDEC que atuarão no fechamento dos acessos estabelecerão as prioridades com a SCI do COP-BH, considerando variáveis como: disponibilidades de recursos, horários dos eventos, dias da semana, recessos, etc.

#### **2.6.1.10 Do Acionamento para Fechamento dos Acessos:**

Sempre que o monitoramento tecnológico e visual indicarem, a SUPDEC - por meio da DMAR - solicitará o fechamento das vias e postará a informação no Grupo do Telegram/COP-BH, sempre que as condições se mostrarem necessárias.

Os agentes da BHTRANS, GCMBH, PMMG, CBMMG e SUPDEC, previamente posicionados nos pontos identificados, deverão realizar imediatamente o fechamento/bloqueio da via, conforme o plano de contingência específico.

Os agentes deverão permanecer nestes pontos bloqueados e orientar os motoristas e pedestres a não adentrarem na área de risco, bem como aguardar o desbloqueio da via.



A DMAR será responsável por recomendar o desbloqueio das vias e postar no Grupo do Telegram/COP-BH, assim que as condições hidrometeorológicas voltarem a ser mais seguras.

Sempre que houver a previsão de chuvas fortes, é recomendável que cada órgão envolvido neste Protocolo Específico, faça uma escala de agentes e seus respectivos contatos para garantir a efetividade operacional, em caso de demanda.

#### **2.6.1.11 Da Participação da Sociedade Civil Organizada**

A SUPDEC deverá buscar e identificar parcerias com os moradores e comerciantes, considerando a importância estratégica da participação comunitária para mitigação de riscos e veiculação de informações preventivas por meio de sistemas de som nos estabelecimentos locais, como shopping centers e estações de metrô e de ônibus.

É recomendável que os moradores e comerciantes sejam convidados e participem das reuniões, capacitações e simulados sobre os Protocolos Específicos de cada localidade acima.

### **2.7 CRITÉRIOS PARA A DESMOBILIZAÇÃO DAS EQUIPES DE MONITORAMENTO VISUAL**

A desmobilização das equipes de monitoramento visual obedecerá aos seguintes critérios:

#### **2.7.1 - Av. Vilarinho - Venda Nova**

Ao longo da avenida e no encontro com as Ruas Dr. Álvaro Camargos e Padre Pedro Pinto.

Desintensificação do Sistema Meteorológico quando o nível do córrego baixar para 20% sem registro de chuva ou ficar abaixo de 23 mm em 1 hora nas estações **E2/E6/E7**.

### **2.7.2 - Av. Francisco Sá - Bairros Gutierrez e Prado**

Desintensificação do Sistema Meteorológico quando o nível do córrego baixar para 20% sem registro de chuva ou ficar abaixo de 23 mm em 1 hora na estação **E32**.

### **2.7.3 - Av. Bernardo Vasconcelos - Bairro Cachoeirinha**

Desintensificação do Sistema Meteorológico quando o nível do córrego baixar para 20% sem registro de chuva ou ficar abaixo de 23 mm em 1 hora nas estações **E13/14**.

### **2.7.4 - Avenidas Silva Lobo e Barão Homem de Melo - Bairros Alto Barroca e Prado**

Desintensificação do Sistema Meteorológico quando o nível do córrego baixar para 20% sem registro de chuva ou ficar abaixo de 25 mm em 1 hora na estação **U13**.

### **2.7.5 - Av. Prudente de Moraes - Bairro Santo Antônio**

Desintensificação do Sistema Meteorológico quando o nível do córrego baixar para 10% sem registro de chuva ou ficar abaixo de 23 mm em 1 hora nas estações **E39 e U4**.

### **2.7.6 - Av. Cristiano Machado com Rua Sebastião de Brito - Bairro 1º de Maio**

Desintensificação do Sistema Meteorológico quando o nível do córrego baixar para 20% sem registro de chuva ou ficar abaixo de 23 mm em 1 hora nas estações **E8/E13**.

### **2.7.7 - Rua Antônio Ribeiro de Abreu - Bairro Ribeiro de Abreu**

Desintensificação do Sistema Meteorológico quando o nível do córrego baixar para 20% sem registro de chuva ou ficar abaixo de 30 mm em 1 hora nas estações **E10/9**.

### **2.7.8 - Protocolo Específico para a Avenida Tereza Cristina, próximo ao número 11.012, na divisa de Belo Horizonte e Contagem (altura da Vila São Paulo)**

Desintensificação do Sistema Meteorológico quando o nível do córrego baixar para 20% sem registro de chuva ou ficar abaixo de 25 mm em 1 hora na estação **E24/25**.

### **2.7.9 - Praça Bagatelli - Pampulha**

Desintensificação do Sistema Meteorológico e sem registro de chuva ou com nível abaixo de 25 mm em 1 hora na estação **E8**.

Os pontos acima mencionados são os demarcados na **Carta de Inundação** e avaliados como de risco muito alto. Os demais pontos contidos na Carta de Inundação serão monitorados conforme avaliação da equipe técnica da DMAR.

Os órgãos da PBH, sobretudo aqueles com capilaridade operacional, repassarão as informações para a DMAR pelo telefone **3277-8755**, destinado exclusivamente para esse fim.

A DMAR manterá estreita relação com a Subsecretaria de Comunicação Social (Sucom) para incremento da divulgação dos alertas.

Os alertas emitidos pela SUPDEC/DMAR devem desencadear um imediato raciocínio operacional preventivo. O COP-BH deverá acionar todos os órgãos vocacionados para ações mitigadoras, bem como os gestores municipais com responsabilidade territorial.

As instituições com missões relacionadas à mobilidade urbana deverão considerar os alertas/alarmes como indicadores de prioridade na execução de ações preventivas.

A divulgação de alertas e alarmes pela imprensa deverá ser sempre executada em articulação com a Assessoria de Comunicação da Prefeitura.

Divulgados os alertas e alarmes, a adoção de medidas preventivas e de preparação por cada órgão ou núcleo comunitário obedecerá aos protocolos existentes e treinados nos eventos de capacitação.

## 2.8 - DA COMUNICAÇÃO OPERACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

O SIMPDEC usará todo tipo de tecnologia disponível para atingir o público-alvo, principalmente a rede de telefones e celulares corporativos da Prefeitura.

As comunicações obedecerão aos canais verticais, horizontais e transversais, observando as necessidades do estabelecimento e da manutenção da coordenação e controle da direção pelo GGRD, GTGSC e GC.

O COP-BH será o principal canal de articulação das instituições inseridas na gestão de operações em situações críticas.

A Comunicação Social, por meio da imprensa, contará sempre com a orientação da Sucom, que coordenará os órgãos afins de cada instituição pública municipal.

Todos os gestores dos diversos órgãos do sistema municipal de proteção e defesa civil e os servidores responsáveis pelos plantões para socorro aos sinistros deverão manter consigo cartão plastificado contendo todos os contatos telefônicos necessários à produção da resposta emergencial efetiva às comunidades afetadas por desastres.

Considerando que, conforme a magnitude do desastre, as redes de telefones poderão sofrer colapso, ficam estabelecidas as seguintes alternativas de comunicação operacional:

- Uso das linhas de telefones fixos dos órgãos municipais.
- Havendo colapso da rede de telefone celular, em face da magnitude dos desastres, os gestores deverão se deslocar para a sede que estão sob sua responsabilidade e passarão a coordenar, pela rede de telefone fixo, as demandas de socorro e assistência à população.
- As sedes de Regionais da PBH funcionarão como postos de comando e servirão de referência para a captação das demandas e distribuição das respostas necessárias ao atendimento das comunidades afetadas.
- Ocorrendo essa hipótese em toda a cidade, será instalado o GTGSC na sala de crises do COP-BH e sugerida instalação do GC para gestão estratégica dos desastres.

- Uso da rede de rádio da Guarda Civil Municipal com prioridade para Defesa Civil.
- Se os telefones fixos também não funcionarem ou forem insuficientes, a Guarda Civil Municipal deverá servir de ligação entre os órgãos, por meio da rede de rádio da Instituição, com apoio dos radioperadores da SUPDEC, BHTRANS e SAMU auxiliando nas comunicações operacionais de resposta ao desastre.

Quando instalado o sistema de comando em operações para atendimento de desastres pontuais ou quando dos monitoramentos presenciais e operações de fechamento de vias, serão utilizados os hand talk da SUPDEC para que os órgãos envolvidos nas operações possam se comunicar com oportunidade. Os hand talk estarão disponíveis no posto de comando e deverão ser apanhados assim que o órgão se integrar ao SCO ou à operação em curso.

O **anexo II** do presente plano contém a relação de todos os contatos imprescindíveis à execução de suas recomendações.

## 2.9 - DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS E DE COMUNICAÇÃO

O GGRD, GTGSC, GC, COP-BH, SUPDEC e demais órgãos integrantes do SIMPDEC utilizarão os sistemas informatizados e de comunicações disponíveis na PBH, de modo a manter a governança, acompanhar e comunicar-se com eficácia com todos os órgãos e serviços públicos municipais, estaduais e federais sediados neste município.

Os diversos níveis de governança estabelecidos nos Protocolos de Atuação em Situações Críticas deverão manter mapas e quadros de informações gerais sobre o município, suas áreas de risco geológico, de inundações e outros, bem como tudo mais que possa auxiliar no controle e na coordenação da estrutura municipal existente a ser empregada nas ações necessárias em situações críticas. Instrumentos disponíveis para este fim:

- Diagnóstico da Situação de Risco Geológico das Vilas e Favelas de Belo Horizonte (URBEL, 2011): mapas de cada vila na escala de 1: 2000, com identificação das manchas de risco e classificação e tipologia do risco.

- Diagnóstico das Manchas de Inundação de Belo Horizonte (SUDECAP). Carta de Inundações.
- Sistema automatizado de informação de ocorrências em Defesa Civil - SIMDEC.
- Sistema de Gestão em Áreas de Risco - SIGEAR: banco de dados com registro de todas as vistorias realizadas e solicitadas pelo PEAR, utilizado pela URBEL e pelas Gerências Regionais de Manutenção (GERMA) em sistema on-line.
- Sistema Integrado de Coordenação da Guarda Civil Municipal - SICOR.
- Sistema de Gestão de Ocorrências da BHTRANS - SGO.
- Equipamentos e sistemas disponíveis na SUPDEC e instalados onde funcionarem os postos de comandos nos locais dos desastres.
- A carta de situação de recursos humanos e logísticos será mantida atualizada pela SUPDEC para utilização da coordenação e controle efetivados pelo GGRD, GTGSC e GC.
- Outros mapas disponíveis na rede mundial de computadores, na Prefeitura de Belo Horizonte e nos demais entes federados.
- Sistema Informatizado do COP-BH (SICOP/ BH DIGITAL);

### 3. DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

As estratégias gerais para atuação nos desastres em Belo Horizonte levarão em conta as condições climáticas, a ocorrência e a magnitude de sinistros instalados na cidade.





As Ações de Proteção e Defesa Civil em Belo Horizonte estarão estruturadas em macroações estabelecidas na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, através das Ações de Prevenção / Mitigação, Ações de Preparação, Ações de Socorro e Assistência e Ações de Restabelecimento e Reconstrução.

### 3.1 - AÇÕES DE PREVENÇÃO / MITIGAÇÃO

Nessas ações, a possibilidade de ocorrência dos desastres é monitorável e as ações para evitar que eles ocorram ou que seus efeitos sejam minimizados devem ser priorizadas.

Serão desenvolvidas as seguintes ações permanentes:

- Atendimento 24 horas nos sete dias da semana, inclusive feriados, principalmente por meio da SUPDEC (telefone 199) e COP-BH.
- Vistorias em 100% dos endereços solicitados, com preenchimento de ficha padronizada, posteriormente armazenada em banco de dados digital. As vistorias deverão ser solicitadas pelo próprio interessado por meio da central de atendimento 199 e por órgãos dos níveis municipal, estadual e federal (Ministério Público, URBEL, SUDECAP, entre outros) por meio de solicitações oficiais.
- Notificações a edificações que apresentam riscos, em cidade formal, para que o responsável apresente laudo de estabilidade da edificação.
- Intervenções mitigadoras em áreas de risco visando à redução ou eliminação de vulnerabilidades.
- Interdição de edificações que colocam em risco a segurança global da população e posterior remoção das famílias para local seguro.
- Fornecimento de relatórios de vistorias aos interessados, indicando intervenções pertinentes e imprescindíveis.
- Manutenção, limpeza, desobstrução ou pequenas intervenções em sistemas de drenagem pluvial, esgoto, pequenos cursos d'água, vias de pedestre, etc., com o objetivo de evitar a deflagração ou o agravamento de situações de risco.

- Campanhas educativas, mapeamento das áreas de risco ou atualização, caso já exista, tanto de escorregamento quanto de inundações.
- Monitoramento permanente e periódico dos locais identificados como de risco alto e muito alto, seja nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), seja na cidade formal.

### 3.2 - AÇÕES DE PREPARAÇÃO

Juntamente com as ações de prevenção, todos os atores públicos municipais devem se preparar para responder, dentro de suas competências, os desastres contumazes que acontecem na cidade.

Nos tempos de calmaria, mas também durante o período crítico, ações de preparação devem observar as seguintes estratégias:

- Atualização do portfólio de recursos humanos e materiais de cada órgão, priorizando a manutenção dos equipamentos necessários ao socorro e a assistência à população atingida.
- Capacitação dos gestores municipais para as atividades de prevenção, mitigação, resposta e recuperação nos desastres, por meio de seminários, workshops, treinamentos e simulados.
- Contratação, renovação, atualização e outras providências relacionadas à eficiência dos contratos de manutenção e intervenção para a resposta e reconstrução de áreas afetadas por desastres, a cargo das Coordenadorias de Atendimento Regional e da SUDECAP.
- Manutenção dos abrigos institucionais existentes e planejamento para contratação de abrigos temporários em caso de desastre que ultrapasse a capacidade instalada.
- Aquisição e estocagem de materiais de ajuda humanitária essenciais à assistência da população, principalmente cestas básicas, colchões, cobertores, lonas plásticas, telhas e materiais de limpeza.
- Capacitação contínua dos agentes de defesa civil, dos Núcleos de Defesa Civil (Nudec), dos Núcleos de Alerta de Chuva (Nac) e dos representantes das instituições integradas no COP-BH.
- Capacitação de voluntários da sociedade civil.

- Convocação e mobilização do GGRD composto por diversos órgãos públicos municipais que tenham interface com a problemática do risco, que possam contribuir para a resolução de problemas causados pelas chuvas, além de compartilharem o planejamento, a execução de ações de prevenção e respostas a partir de uma dinâmica de reuniões semanais.
- Monitoramento das áreas de risco e acompanhamento da previsão meteorológica.
- Acompanhamento dos índices pluviométricos e recebimento de previsão meteorológica, declarando estado de alerta para risco geológico, quando o volume de precipitação atingir 50 mm acumulados em dois dias, 70 mm em três dias, ou quando a previsão assim indicar.
- Realização de monitoramento presencial das áreas críticas com checagem de campo pela SUPDEC, Regionais, URBEL e SUDECAP, segundo a competência vocacional de cada instituição.
- Emissão de alertas e alarmes para as comunidades inseridas em área de risco e para a população em geral, disparados pelos núcleos organizados, por meio dos instrumentos tecnológicos disponíveis (telefone, SMS, internet, redes sociais, COP-BH) e pela imprensa, principalmente a falada e televisada.
- Manutenção de condições de uso de refúgios momentâneos nos Centros de Referência de Áreas de Risco - CREAM, objetivando receber famílias para passar a noite quando houver alerta.
- Implantação de plantões - nos dias de semana e feriados (de outubro a março) - com equipe composta por representantes de todos os órgãos participantes do GGRD, para o atendimento de demandas relativas a problemas causados pelas chuvas.
- Vistorias preventivas realizadas pela URBEL/SUPDEC/NAC, buscando na própria comunidade alternativas capazes de minimizar desastres, assim como meios para orientar a população sobre como proceder em caso de catástrofes.

### 3.3 - AÇÕES DE SOCORRO E ASSISTÊNCIA

Após a notificação de qualquer desastre, as atividades de socorro e assistência serão imediatamente desenvolvidas, a partir do acionamento dos órgãos do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil com vocação específica para cada atividade.

As estratégias de socorro obedecem a ordem de prioridade, sendo adotadas simultaneamente por todos os setores com competência e atribuições para as atividades mencionadas, sem interrupção das ações relacionadas à prevenção e à preparação. As estratégias adotadas são:

- Socorro de pessoas em risco de morte, principalmente por meio da atuação do Corpo de Bombeiros com o apoio da Defesa Civil Municipal - coordenando os meios municipais solicitados pela corporação militar.
- Acolhimento das pessoas desabrigadas - por meio dos órgãos assistenciais da Prefeitura, principalmente aqueles vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania com apoio das Coordenadorias Regionais - fornecendo condições dignas de segurança, alimentação e repouso.
- Auxílio material (cestas básicas, colchões, cobertores etc.) e de transporte para pessoas que desejarem se alojar em casa de parentes ou amigos. Os auxílios serão liberados pela SUPDEC e outros órgãos, de acordo com os estoques estratégicos disponíveis.
- Acompanhamento das condições de saúde dos atingidos, pelas equipes da Secretaria Municipal de Saúde.
- Vistorias de imóveis em situação de risco proferindo as recomendações atinentes à segurança e interdição total ou parcial dos cômodos, seguidas de encaminhamento da população afetada para abrigo ou alojamento em casa de amigos ou parentes.
- Isolamento de parte da edificação quando apenas determinados cômodos apresentarem o risco de serem atingidos por algum processo destrutivo, desde que o técnico social/vistoriador avalie que a orientação tenha sido assimilada pelos moradores.
- Sinalização das áreas - onde ocorrer remoção ou onde houver uma situação crítica - por meio de faixas alertando sobre o risco.
- Manutenção das ações de limpeza, desobstrução e/ou pequenas intervenções em sistemas de drenagem pluvial, esgoto, pequenos cursos d'água, vias de pedestre, etc., com mão de obra contratada (equipe de braçais), objetivando evitar a deflagração ou o agravamento de situações de risco.
- Obras emergenciais de mitigação visando à interrupção da evolução do risco, até que se possa realizar a obra definitiva por

intermédio dos órgãos responsáveis: SMOBI, SUDECAP e URBEL.

- Obras emergenciais definitivas que não podem aguardar o final do período de chuvas.
- Remoção temporária: onde não for possível a realização de obra emergencial e onde, após o período chuvoso, seja possível o retorno dos moradores com segurança, mediante ou não a realização de obra definitiva.
- Remoção definitiva: quando a situação for de risco geológico muito alto ou alto, sem a possibilidade de paralisação do processo evolutivo com obra emergencial ou definitiva após o período de chuva. A remoção definitiva da área implica, sempre, na demolição da moradia em risco.
- Abrigamento de afetados por meio do Programa Bolsa Moradia, quando essa situação for a mais conveniente.
- Acionamento do Conselho Tutelar para intervenção nos desastres em que crianças e adolescentes se encontrem em situação de risco.
- Mapeamento e registro cartográfico das áreas afetadas, bem como cadastramento individualizado das famílias atingidas, para posterior concessão de benefícios fiscais e assistenciais.

### 3.4 - AÇÕES DE RESTABELECIMENTO E RECONSTRUÇÃO

As estratégias de restabelecimento e reconstrução obedecem a ordem de prioridade, sendo adotadas simultaneamente por todos os setores com competência e atribuições para as atividades mencionadas, sem interrupção das ações relacionadas ao socorro e assistência. As estratégias adotadas são:

- Reestruturação de serviços essenciais: energia elétrica, água potável, comunicação, rede de esgoto, coleta de lixo, suprimento de alimentos, combustível e etc.
- Limpeza, descontaminação, desinfecção, desinfestação das escolas, prédios públicos, casas e logradouros públicos (mercado, igreja, etc.).
- Estruturas (pontes, estradas, etc.) e serviços públicos essenciais.

- Ordenação de espaço urbano.
- Recuperação de áreas degradadas.
- Recuperação do bem-estar da população.
- Controle de pragas e epidemias.
- Avaliação dos danos e elaboração dos laudos técnicos.
- Mobilização de equipes de demolição e remoção dos escombros.



## 4. DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE SOCORRO

As ações de socorro serão desenvolvidas de acordo com a magnitude dos desastres e com as necessidades de resposta. Para efeito de coordenação e envolvimento do sistema, obedecerão à seguinte classificação:





#### **4.1 - OCORRÊNCIAS DE BAIXO IMPACTO - SOLUÇÃO REGIONALIZADA**

Considera-se ocorrência de baixo impacto aquelas cujos danos humanos, materiais, econômicos, sociais e ambientais podem ser solucionados com os recursos instalados nos territórios regionais, contando com apoio mínimo dos órgãos do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil.

#### **4.2 - SINISTROS DE MÉDIO IMPACTO - SOLUÇÃO SOLIDÁRIA / SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA**

As ocorrências de médio impacto são aquelas que necessitam do envolvimento integral dos órgãos do SIMPDEC, para responder os efeitos de um ou mais desastres instalados na cidade. Podem proporcionar as condições para a decretação da situação de emergência.

Nas ocorrências de médio impacto, a SUPDEC se articulará com as Coordenadorias de Atendimento Regional para que os recursos das secretarias temáticas instaladas nos territórios sejam acionados para a efetiva resposta aos eventos.

#### **4.3 - DESASTRES DE ALTO IMPACTO - SOLUÇÃO FEDERATIVA - SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA / CALAMIDADE PÚBLICA**

Correspondem aos desastres com graves danos humanos, materiais, econômicos e sociais, cuja resposta envolve o potencial máximo de todo o SIMPDEC e depende do apoio imprescindível de instituições do sistema estadual e nacional de defesa civil.

Nos sinistros e desastres de médio e alto impacto será instalado o Sistema de Comando em Operações para atuação coordenada dos órgãos empregados, nas ações de resposta.

## 4.4 - AÇÕES DE SOCORRO PRIORITÁRIAS NOS DESASTRES EM BELO HORIZONTE

Considerando as principais ameaças e vulnerabilidades da cidade, por iniciativa de qualquer órgão do SIMPDEC e principalmente mediante coordenação do GGRD, SUPDEC, COP-BH e GTGSC serão adotadas as seguintes ações no atendimento aos desastres decorrentes das precipitações pluviométricas:

### 4.4.1 - Em Casos de Inundações:

- Evacuação, delimitação e isolamento da área alagada e comprometida.
- Acionamento da BHTRANS e da GCMBH para desvios necessários no trânsito, de modo a manter o acesso dos recursos de socorro, além da mobilidade.
- Acionamento do Corpo de Bombeiros.
- Prestação de socorro imediato à população atingida ou em risco.
- Mapeamento e cadastramento da população atingida, seguidos de avaliação e registro de danos.
- Acolhimento de pessoas em abrigos e direcionamento de bens para depósitos indicados pela Assistência Social, quando necessário e conveniente.
- Apoio aos desalojados deslocados para casas de parentes e amigos.
- Distribuição de material de assistência humanitária aos afetados carentes.
- Acionamento da SUDECAP para adoção das medidas técnicas requeridas;
- Acionamento dos demais órgãos e serviços municipais para adoção das medidas técnicas requeridas de suas competências.
- Acionamento dos demais serviços públicos necessários: (Polícia, Cemig, Copasa, Gasmig, Petrobrás, etc.).
- Acionamento dos órgãos responsáveis pelo monitoramento especializado das canalizações de água, gás, petróleo e/ou outras existentes na área afetada, visando prevenir e controlar possíveis vazamentos.

- Controle e segurança de áreas afetadas e/ou evacuadas.
- Limpeza e recuperação de áreas após a volta à normalidade
- Orientação da população afetada quanto às medidas sanitárias a serem adotadas.
- Adoção de outras ações necessárias à proteção civil da população.

#### **4.4.2 - Em Casos de Escorregamentos:**

- Evacuação, delimitação e isolamento de áreas comprometidas.
- Acionamento do Corpo de Bombeiros.
- Prestação de socorro imediato à população atingida ou em risco.
- Cadastramento dos afetados, registro e avaliação de danos.
- Acolhimento de pessoas em abrigos e direcionamento de bens para depósitos indicados pela Assistência Social, quando necessário e conveniente.
- Apoio aos afetados que se alojarem em casas de parentes e amigos.
- Distribuição de material de assistência humanitária aos afetados carentes.
- Acionamento da SUDECAP para adoção das medidas técnicas requeridas.
- Acionamento dos demais órgãos e serviços municipais para adoção das medidas técnicas requeridas de suas competências.
- Acionamento dos demais serviços públicos necessários (Polícia, Cemig, Copasa, Gasmig, Petrobrás, etc.).
- Acionamento dos órgãos responsáveis pelo monitoramento especializado das canalizações de água, gás, petróleo e/ou outras existentes na área afetada, visando prevenir e controlar possíveis vazamentos.
- Controle e segurança das áreas afetadas e/ou evacuadas.
- Adoção de outras ações necessárias à proteção civil da população.

#### **4.4.3 - Em Casos de Desastres Ambientais:**

- Acionamento do Corpo de Bombeiros e demais órgãos com vocação para o socorro.
- Comunicação à SUPDEC para adoção das medidas de coordenação de resposta.
- Delimitação e isolamento das áreas ou locais atingidos.
- Orientação e auxílio às pessoas com vistas a evitar ou diminuir os prejuízos humanos, materiais e sociais.
- Acionamento dos demais órgãos e serviços municipais (Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica (FPMZB), Subsecretaria de Fiscalização (SUFIS) e Guarda Civil Municipal (GCM), BHTrans etc.) para adoção das medidas técnicas requeridas de suas competências.
- Acionamento dos demais serviços públicos necessários (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) e Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), Polícia, Cemig, Copasa, Gasmig, Petrobrás, etc.) para adoção das medidas técnicas requeridas de suas competências.
- Acionamento dos órgãos responsáveis pelo monitoramento especializado das canalizações de água, gás, petróleo e/ou outras existentes na área afetada, visando prevenir e controlar possíveis vazamentos.
- Providências para o restabelecimento dos serviços temporariamente interrompidos.
- Providências para a limpeza e recuperação das áreas após a volta à normalidade.

#### **4.4.4 - Demais Desastres Naturais ou Tecnológicos:**

- Acionamento do Corpo de Bombeiros e demais órgãos com vocação para o socorro.
- Comunicação à SUPDEC para adoção das medidas de coordenação de resposta.
- Delimitação e isolamento das áreas ou locais atingidos.

- Orientação e auxílio às pessoas com vistas a evitar ou diminuir os prejuízos humanos, materiais e sociais.
- Acionamento dos demais órgãos e serviços municipais (Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica (FPMZB), Subsecretaria de Fiscalização (SUFIS) e Guarda Civil Municipal (GCM), BHTrans etc.) para adoção das medidas técnicas requeridas de suas competências.
- Acionamento dos demais serviços públicos necessários (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) e Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), Polícia, Cemig, Copasa, Gasmig, Petrobrás, etc.) para adoção das medidas técnicas requeridas de suas competências.
- Acionamento dos órgãos responsáveis pelo monitoramento especializado das canalizações de água, gás, petróleo e/ou outras existentes na área afetada, visando prevenir e controlar possíveis vazamentos.
- Providências para o restabelecimento dos serviços temporariamente interrompidos.
- Providências para a limpeza e recuperação das áreas após a volta à normalidade.

#### **4.4.5 - Em Casos de Incêndio Florestal e Lotes Vagos**

- Acionamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais (CMMG) e demais órgãos com vocação para o socorro.
- Comunicação à SUPDEC para adoção das medidas de coordenação de resposta.
- Delimitação e isolamento das áreas ou locais atingidos.
- Orientação e auxílio às pessoas com vistas a evitar ou diminuir os prejuízos humanos, materiais e sociais.
- Acionamento dos demais órgãos e serviços municipais (Fiscalização, Guarda Civil Municipal e Meio Ambiente) para adoção das medidas técnicas requeridas de suas competências.
- Acionamento dos demais serviços públicos necessários (BHTrans, Polícia, Cemig, Copasa, Gasmig, Petrobrás, etc.).
- Acionamento dos órgãos responsáveis pelo monitoramento especializado das canalizações de água, gás, petróleo e/ou

outras existentes na área afetada, visando prevenir e controlar possíveis vazamentos.

- Providências para o restabelecimento dos serviços temporariamente interrompidos.
- Providências para a limpeza e recuperação das áreas após a volta à normalidade.

## 5. ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DO SIMPDEC

O Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil (SIMPDEC) é constituído por órgãos e empresas da administração municipal e por entidades públicas, empresas privadas e a sociedade civil organizada e atua em ações preventivas, de socorro, assistenciais, reabilitadoras e reconstrutivas, destinadas a evitar desastres ou minimizar seus impactos para a população e a restabelecer a normalidade social.





### **5.1 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SMGO**

- Estabelecer a coordenação dos trabalhos do GGRD.

### **5.2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA - SMOBI**

- Estabelecer a coordenação dos trabalhos do GGRD no impedimento do Secretário de Governo.
- Coordenar as atividades de todos os órgãos e serviços diretamente ligados à Secretaria de forma a aproveitar ao máximo a capacidade de resolução dos problemas surgidos.
- Propor instalação do GC e solicitar dos demais gestores a cessão do pessoal a ser hipotecado para o apoio administrativo (gerentes operacionais e auxiliares).
- Estabelecer as normas administrativas do GC.
- Usar toda a capacidade do PEAR, CREAM e GGRD nas ações necessárias.
- Manter as empreiteiras contratadas pela PBH informadas das previsões meteorológicas e coordenar a atuação destas nas ações de resposta demandadas.
- Apoiar as operações de socorro, através de recursos humanos, técnicos e logísticos, principalmente nas enchentes, alagamentos, desabamentos, quedas de árvore, poste, rede elétrica e outras interrupções em vias públicas.
- Atuar na recuperação das áreas afetadas da cidade, realizando os projetos e contratações necessárias para tornar os locais seguros e sem os riscos anteriores.

### **5.3 - SUBSECRETARIA DE ZELADORIA URBANA - SUZURB**

- Manter equipes de plantão para suporte à SUPDEC incrementando-as principalmente nos horários noturnos e finais de semana.
- promover a articulação com concessionárias, permissionárias, órgãos reguladores estaduais e federais, com interface no andamento das obras de manutenção a cargo da Smobi, visando maior agilidade e economia;

- coordenar a contratação e acompanhar os serviços prestados pelas empresas contratadas, visando à melhoria da qualidade nos serviços prestados;
- coordenar contratos, convênios e acordos que visem à execução de empreendimentos de manutenção e de obras emergenciais;
- colaborar na elaboração de contratos, convênios e acordos com concessionárias, órgãos públicos e privados, com vistas à execução de obras de manutenção e empreendimentos;
- Iniciar a reabilitação dos cenários afetados, especialmente como operações tapa-buraco, recapeamentos, recuperação de pontes, intervenções em obra de arte e terrenos próximos à linha do trem metropolitano, em comum acordo com a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU).
- Executar as ações de reabilitação e recuperação nos cenários de desastres.
- Promover a manutenção estrutural dos abrigos municipais.
- Manter equipes de plantão que darão suporte à SUPDEC, incrementando-as principalmente nos horários noturnos e finais de semana.
- Apoiar as operações de socorro, por meio de recursos humanos, técnicos e logísticos, principalmente durante enchentes, alagamentos, desabamentos, quedas de árvore, poste, rede elétrica e outras interrupções em vias públicas.
- Iniciar a reabilitação dos cenários afetados, especialmente com operações tapa-buraco, recapeamentos, recuperação de pontes, intervenções em obra de arte e terrenos próximos à linha do trem metropolitano, em comum acordo com a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU).
- Atuar na recuperação das áreas afetadas da cidade, implementando projetos e realizando contratações necessárias para tornar os locais seguros e sem os riscos anteriores.

#### 5.4 - SUBSECRETARIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SUPDEC

- Realizar a articulação executiva do GGRD.
- Organizar e coordenar as atividades necessárias à proteção e defesa civil nas áreas de risco e em situações de desastres no Município;
- Gerenciar as equipes de plantões de finais de semana e feriados;
- Organizar as reuniões ordinárias semanais e extraordinárias, registrando os seus feitos.

- Integrar o GTGSC através de representante com autonomia para tomada de decisões operacionais, em situações de necessidades de intervenções emergenciais em áreas de riscos ou desastres consumados, para mobilização de recursos disponíveis, captação de recursos necessários e assessoramento ao GTGSC na tomada de decisões de caráter tático-operacional.
- Proceder a coordenação executiva do Sistema Municipal de Proteção e Defesa civil no Município, articulando-se, em caráter cooperativo, com outros órgãos e entidades públicas ou privadas integrantes do Sistema.
- Desenvolver as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação através da articulação do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil.
- Gerenciar e repassar as informações meteorológicas definindo estados de alerta por regional e indicando os locais com maior índice pluviométrico.
- Recomendar a instalação do GTGSC e solicitar aos demais gestores a cessão de pessoal a ser hipotecado para o apoio administrativo (gerentes operacionais e auxiliares).
- Receber e registrar as chamadas telefônicas da população através da Central Telefônica 199, já orientando o solicitante quanto aos procedimentos e condutas, conforme cada caso.
- Manter toda estrutura de material, equipamento, instalações e pessoal em condições de emprego para o atendimento público diário durante 24 horas.
- Realizar vistorias conforme solicitações e requisições diversas em cidade formal.
- Promover o atendimento geral noturno a todas as solicitações (cidade formal, via pública, vilas e favelas), dando um primeiro atendimento com intervenções preventivas (evacuação de prédios, isolamento de locais afetados, desvios de trânsito) e de socorro (remoção de pessoas desabrigadas, distribuição de material de assistência humanitária) e acionamento de outros órgãos públicos de plantão.
- Informar ao Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura sobre as ocorrências de destaque de Defesa Civil, bem como sobre as ações de resposta desencadeadas.
- Providenciar a aquisição de bens e serviços necessários ao atendimento emergencial, através do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil - FUMPDEC, mudando os processos administrativos legalmente previstos para o caso de Situação de Emergência (SE) ou Estado de Calamidade Pública (ECP).

- Requisitar da Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional o fornecimento de alimentação pronta para suprir às necessidades das equipes da SUPDEC e CGC de plantão.
- Subsidiar com informações a Assessoria de Comunicação Social.
- Articular-se com todos os órgãos do SIMPDEC, com o intuito de manter o registro das informações relevantes sobre os desastres, principalmente as que fazem referência ao número de: pessoas desabrigadas, desalojadas, feridas e mortas, casas e obras de arte destruídas e outros danos ocorridos no patrimônio público e privado.
- Articular-se com todos os órgãos do SIMPDEC, visando manter o registro das informações cruciais dos desastres, principalmente no que se refere ao número de pessoas desabrigadas, desalojadas, feridas e mortas, casas e obras de arte destruídas e outros danos ocorridos no patrimônio público e privado.
- Providenciar os recursos necessários e coordenar as atividades imprescindíveis à montagem dos processos de decretação de situação de emergência e calamidade pública.
- Assessorar o Prefeito nas questões relacionadas à decretação de situação de anormalidade.
- Interagir com os órgãos de defesa social e de defesa civil do Estado e da União, buscando o apoio e atenção de seus serviços, segundo suas missões constitucionais.
- Articular-se com as autoridades policiais civis e o Instituto Médico Legal (IML) quanto aos procedimentos de encaminhamento e identificação de possíveis vítimas fatais nesses acontecimentos.
- Solicitar da Polícia Militar o apoio ao município no patrulhamento e policiamento de áreas de risco, áreas evacuadas e outras relacionadas à segurança pública.
- Articular-se com o CBMMG de modo a solicitar e apoiar às suas ações no campo de busca e salvamento, atuação em incidentes com produtos perigosos e outras missões relacionadas.
- Coordenar as ações de resposta em locais de desastres de médio e alto impacto, empregando o Sistema de Comando em Operações (SCO) como ferramenta gerencial, em comando unificado, de modo a utilizar com efetividade os recursos disponibilizados.
- Organizar e secretariar as reuniões do GGRD.

## **5.5 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO - SMSP**

- Coordenar as ações do COP-BH visando a integração operacional dos órgãos instalados na Sala de Operações.
- Acompanhar o quadro de situação e as previsões meteorológicas e manter o pessoal da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte (GCMBH) em condições de atuar em apoio às ações e operações da SUPDEC.
- Articular-se com Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) para atendimento das necessidades de garantia do poder de polícia do município nas ações de desocupação forçada de moradores de áreas de risco, de controle do trânsito e de segurança das áreas afetadas pelos desastres.

## **5.6 - GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - GCMBH**

- Integrar o GTGSC por meio de representante com autonomia para tomada de decisões operacionais, em situações de necessidades de intervenções emergenciais em áreas de riscos ou desastres consumados, para mobilização de recursos disponíveis, captação de recursos necessários e assessoramento ao GTGSC na tomada de decisões de caráter tático-operacional.
- Manter pessoal hipotecado junto a SUPDEC, em apoio às ações da Defesa Civil Municipal.
- Providenciar treinamento de gerentes, inspetores e guardas civis municipais em cursos específicos de defesa civil, mediante articulação com a SUPDEC.
- Manter o grupamento de trânsito em condições de atuação nos desastres, mediante articulação com a BHTRANS e com a Polícia Militar, principalmente, em ações de monitoramento visual e de fechamento preventivo de vias inundáveis/alagáveis.
- Manter-se em sobreaviso, tendo condições de pronto emprego, pelo menos cinco equipes de apoio, chefiadas por um Subinspetor, para empenho nos casos de desastres.
- Apoiar as atividades de defesa civil, realizando a segurança nas operações de socorro, salvamento, distribuição de material de assistência humanitária.
- Manter atualizado o “Plano de Chamada da Guarda Civil Municipal” para acionamento em casos de desastres, mediante decisão do secretário de Segurança e Prevenção.

- Auxiliar a Polícia Militar no patrulhamento das áreas afetadas e evacuadas, fazendo a segurança de imóveis abandonados emergencialmente, de estabelecimentos comerciais em funcionamento ou não, buscando manter a ordem e evitar furtos e saques nesses locais.
- Auxiliar as operações de busca e salvamento dos Bombeiros Militares, dando-lhes o apoio e a segurança necessários ao desempenho de suas atividades.
- Intensificar a segurança nos restaurantes populares, pontos de abrigo, de distribuição de material de assistência humanitária e outros recomendados pelo GTGSC/GGRD.
- Disponibilizar, em caso de colapso dos sistemas de comunicação, os Guardas Municipais e a rede de rádio, para a coordenação das ações de resposta nos desastres de médio e alto impacto.

## 5.7 - CENTRO DE OPERAÇÕES DE BELO HORIZONTE - COP- BH

- Integrar o GTGSC por meio de representante com autonomia para tomada de decisões operacionais, em situações de necessidades de intervenções emergenciais em áreas de risco ou desastres consumados, para mobilização de recursos disponíveis, captação de recursos necessários e assessoramento ao GTGSC na tomada de decisões de caráter tático-operacional.
- Manter atualizada plataforma de tecnologia utilizada para visualização do mapeamento de áreas de risco, monitoramento visual, localização de núcleos de defesa civil e de alertas de chuvas além de outras informações pertinentes à gestão de riscos e desastres na cidade.
- Apoiar a SUPDEC na execução do monitoramento visual, acionando as instituições envolvidas no processo de enfrentamento dos desastres, considerando as ações de prevenção, de resposta e de restabelecimento à normalidade.
- Divulgar os alertas de risco emitidos pelo DMAR/SUPDEC.
- Ativação dos Protocolos de Atuação Integrada em Eventos de Chuvas (**página 12, ANEXO EXTERNO III**)
- Receber dos demais órgãos do SIMPDEC as informações dos desastres ocorridos na cidade e articular os órgãos para as ações de resposta e de apoio ao Posto de Comando local.
- Acompanhar a rotina diária da cidade, informando aos órgãos do SIMPDEC a ocorrência de desastres, promovendo a integração e

a coordenação das ações das instituições envolvidas, conforme Planos de Contingência.

- Viabilizar a interoperabilidade das instituições envolvidas, possibilitando o controle e o acompanhamento das ações e da produtividade.
- Acionar os órgãos vocacionados para resposta aos desastres, seguindo a metodologia do Sistema de Comando em Operações, coordenando o envio de reforços e registrando os processos de mobilização e desmobilização, por meio do modelo de controle integrado.
- Registrar todas as informações referentes aos desastres de alto impacto, compartilhadas pelas instituições na Sala de Controle Integrado (SCI), de modo a produzir um relatório cronológico e operacional do evento e base de dados operacionais.
- Apoiar o Centro de Gerenciamento de Crises, secretariando e fornecendo o apoio necessário à instalação do posto de comando estratégico, disponibilizando a “Sala de Gestão de Crise” e seus recursos.
- Divulgar aos órgãos do SIMPDEC o restabelecimento à normalidade e a desmobilização.

#### **5.8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E CIDADANIA**

- Integrar o GTGSC por meio de representante com autonomia para tomada de decisões operacionais, em situações de necessidades de intervenções emergenciais em áreas de risco ou desastres consumados, para mobilização de recursos disponíveis, captação de recursos necessários e assessoramento ao GTGSC na tomada de decisões de caráter tático-operacional.
- Apoiar a SUPDEC na gestão de riscos e desastres, sobretudo nas ações de resposta, visando às garantias de direitos, proteção social, vigilância socioassistencial e segurança alimentar.
- Garantir o abrigamento dos afetados por desastres em abrigos municipais ou conveniados.
- Planejar ações para implantação de abrigos provisórios, caso a capacidade instalada não seja suficiente para atendimento aos afetados por desastres.
- Gerenciar e dar apoio nos locais onde for necessária a instalação emergencial de abrigos.
- Catalogar e estreitar relações com ONGs e entidades de assistência social existentes no município, visando obter apoio e



cooperação dessas instituições em atividades inerentes à resposta em desastres.

- Disponibilizar pessoal para o acompanhamento dos acolhimentos às famílias desalojadas e/ou desabrigadas inclusive aquelas atendidas em casa de amigos e parentes.
- Estruturar o atendimento de plantão social em cada território regional, principalmente para atuação no cadastramento e avaliação de danos e na assistência humanitária aos afetados.
- Manter plantão nos restaurantes populares para garantir a segurança alimentar dos afetados através do fornecimento de marmiteix.
- Manter estoque mínimo de cestas básicas para atendimento emergencial.
- Fornecer cestas básicas solicitadas pela SUPDEC ou órgão empenhado no socorro das famílias afetadas.
- Controlar as solicitações relativas aos atendimentos emergenciais.

## **5.9 - COMPANHIA URBANIZADORA E DE HABITAÇÃO DE BELO HORIZONTE - URBEL**

- Integrar o GTGSC por meio de representante com autonomia para tomada de decisões operacionais, em situações de necessidades de intervenções emergenciais em áreas de risco ou desastres consumados, para mobilização de recursos disponíveis, captação de recursos necessários e assessoramento ao GTGSC na tomada de decisões de caráter tático-operacional.
- Manter atualizado o mapeamento nas áreas de interesse social de Belo Horizonte, permitindo a identificação das ameaças, a adoção de medidas preventivas e o treinamento de famílias em vulnerabilidade.
- Definir as áreas de risco alto ou muito alto, tendo por meta intensificar as vistorias e desocupação dos imóveis nessa situação e/ou para adoção de medidas restritivas de trânsito (total ou em determinados horários), para pessoas e/ou veículos.
- Manter estrutura compatível para a mobilização e capacitação dos Núcleos de Defesa Civil (NUDEC) e Núcleos de Alerta de Chuva (NAC) visando utilização plena dessas comunidades na prevenção e resposta aos desastres de risco geológico, enchentes, inundações e alagamentos.

- Incentivar a criação e ampliação desses núcleos de modo a permitir a adoção de medidas preventivas por meio da gestão em diálogo permanente com a comunidade.
- Promover, em conjunto com a SUPDEC, treinamento permanente dos NUDEC/NAC.
- Manter os CREAM em condições de receber a comunidade afetada e de realizar as vistorias decorrentes.
- Realizar vistorias diárias nas áreas de risco de interesse social (ZEIS e AEIS), articulando-se com a SUPDEC e com as Coordenadorias Regionais, tendo como objetivo antecipar o diagnóstico dos possíveis danos decorrentes de sinistros, minimizando os prejuízos humanos, econômicos e sociais a eles vinculados.
- Manter contínua relação com as comunidades de risco de modo a facilitar as primeiras abordagens quando da necessidade de remoções.
- Efetivar ou solicitar apoio para a realização das mudanças, acompanhando as famílias.
- Promover reuniões periódicas com os vistoriadores de risco para planejamento e distribuição das ações do PEAR, bem como para discussão e correções necessárias para a efetivação dos procedimentos do programa e cumprimento dos fluxos de trabalhos já estabelecidos.
- Gerenciar o banco de dados dos beneficiários do Programa Bolsa-moradia/PEAR.
- Manter contato com as principais lideranças Núcleos de Defesa Civil e Núcleos de Alerta de Chuva, quando necessário ou em situação de emergência.
- Compartilhar vistorias com a SUPDEC, definindo as prioridades de atendimento e primando pela qualidade e agilidade do serviço.
- Articular-se com os demais membros do SIMPDEC visando à manutenção de um critério único para o município e o enquadramento nas possibilidades de atendimento pelo Programa Pear - quando as famílias residirem em áreas de risco geológico de vilas, favelas e áreas de interesse social (ZEIS E AEIS).
- Efetivar ou solicitar apoio das Coordenadorias Regionais para a realização das mudanças, acompanhando as famílias.
- Assessorar o GGRD/SUPDEC, quando necessário e em conjunto com integrantes do SIMPDEC, nas ocorrências pertinentes ao risco geológico, indicando soluções quando os fatos extrapolarem as diretrizes preconizadas pela política municipal de habitação.

- Orientar as ações de vistorias de avaliação de risco de escorregamentos nas áreas de Interesse Social (ZEIS e AEIS).
- Assessorar a Coordenação do GGRD/GTGSC na tomada de decisão para definição de áreas para remoção de famílias.
- Orientar e apoiar o GGRD nas ações de abordagens para convencimento das famílias indicadas para remoção.

## **5.10 - EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE - BHTRANS**

- Integrar o GTGSC por meio de representante com autonomia para tomada de decisões operacionais, em situações de necessidades de intervenções emergenciais em áreas de risco ou desastres consumados, para mobilização de recursos disponíveis, captação de recursos necessários e assessoramento ao GTGSC na tomada de decisões de caráter tático-operacional.
- Participar do GGRD por meio do seu presidente ou de um representante (diretor de ação regional e operação).
- Manter atualizado um plano de contingência de trânsito para as áreas inundáveis previstas na carta de inundação da SUDECAP.
- Apoiar as ações de prevenção relacionadas ao monitoramento visual (sobretudo quanto ao fechamento de vias inundáveis/alagáveis), em coordenação com a SUPDEC e o grupamento de trânsito da Guarda Civil Municipal.
- Apoiar as ações de Defesa Civil nos casos de desastres, isolando locais, interditando vias, promovendo desvios e controlando o trânsito na região afetada.
- Dar ciência à SUPDEC através do COP-BH dos desastres que tomar conhecimento, em virtude de sua capilaridade operacional.
- Adiantar o acionamento dos órgãos com vocação para a resposta aos sinistros detectados pelas patrulhas lançadas na cidade.
- Disponibilizar informações das condições das vias e orientações de trânsito aos usuários por meio dos painéis eletrônicos disponíveis na cidade sob sua coordenação.
- Para os locais de ocorrência de acidentes ou desastres de alta complexidade, designar um representante da BHTRANS para atuar no SCO a ser instalado quando da operação de resposta - o qual fará parte do comando unificado.
- Estabelecer rotas alternativas para deslocamento (entre o local do acidente e os hospitais ou entre os hospitais e o local do

sinistro), visando uma melhor fluidez dos veículos destinados ao socorro.

- Estabelecer itinerários alternativos, até mesmo com mudança de sinalização, desde que devidamente orientados e controlados.
- Isolar e balizar o trânsito em áreas de possíveis pousos e decolagens de helicópteros empenhados no socorro às vítimas.
- Sinalizar e controlar o tráfego em vias municipais, operando os sistemas de sinalização, os dispositivos e equipamentos de controle de tráfego em vias municipais.
- Vias de acesso e saída das Unidades Operacionais de Serviço (UOS).
- Informar ao GGRD/SUPDEC/COP-BH/SCO e à SUCOM os fatos que possam ser repassados para a imprensa, visando noticiar à comunidade a existência de sinistros e as melhores alternativas de tráfego para evitar a área atingida.
- Articular-se com a SUPDEC/URBEL/COP-BH e PMMG para capacitação e utilização dos Núcleos de Alerta de Chuva para a prevenção de desastre a partir do controle de acesso a algumas áreas de inundação da cidade.

#### **5.11 - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL - SUDECAP**

- Integrar o GTGSC por meio de representante com autonomia para tomada de decisões operacionais, em situações de necessidades de intervenções emergenciais em áreas de risco ou desastres consumados, para mobilização de recursos disponíveis, captação de recursos necessários e assessoramento ao GTGSC na tomada de decisões de caráter tático-operacional.
- Manter as empreiteiras contratadas pela PBH informadas das previsões meteorológicas e coordenar a atuação dessas empresas nas ações de resposta demandadas.
- Promover vistorias, inspeções e manutenções preventivas de canais revestidos e abertos nas barragens, pontes, viadutos, passarelas e outras obras de arte, informando ao SIMPDEC alterações que demandam interferência emergencial do poder político municipal.

## 5.12 - SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA - SLU

- Integrar o GTGSC por meio de representante com autonomia para tomada de decisões operacionais, em situações de necessidades de intervenções emergenciais em áreas de risco ou desastres consumados, para mobilização de recursos disponíveis, captação de recursos necessários e assessoramento ao GTGSC na tomada de decisões de caráter tático-operacional.
- Priorizar a limpeza das áreas recomendadas pelo GGRD/CGC ou pela SUPDEC, visando acelerar a reabilitação dos cenários dos desastres.
- Manter planejamento para atuação emergencial, prevendo aumento da capacidade operacional para atendimento das demandas oriundas do GGRD/GTGSC, pela SUPDEC ou pelo COP-BH, principalmente durante as ocorrências de médio e alto impacto.
- Preparar-se para o recolhimento e destinação do lixo oriundo dos desastres de inundação e alagamento, normalmente composto por móveis, eletrodomésticos e outros objetos de grande porte.
- Monitorar de forma mais frequente os taludes constituídos de aterro sanitário inerte, certificando-se de sua estabilidade.
- Levantar o número de moradias e moradores, no entorno do aterro sanitário, visando a uma possível mobilização e evacuação.
- Promover a limpeza de vias públicas inundadas ou alagadas.
- Recolher o lixo oriundo dos carreamentos de enchentes, tomando as precauções quanto à possibilidade de existência de cadáveres humanos misturados ao lixo.
- Proceder à varrição e lavagem das vias públicas afetadas, sempre atentando para os riscos de acidentes automobilísticos.
- Comunicar à CGC/SUPDEC caso seja encontrado cadáver humano em meio ao lixo, para que sejam adotadas as providências necessárias.

## 5.13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMSA

- Integrar o GTGSC por meio de representante com autonomia para tomada de decisões operacionais, em situações de necessidades de intervenções emergenciais em áreas de risco ou desastres consumados, para mobilização de recursos

disponíveis, captação de recursos necessários e assessoramento ao GTGSC na tomada de decisões de caráter tático-operacional.

- Garantir o atendimento integral à saúde da população afetada por desastres.
- Implementar em conjunto com a SUPDEC ações de prevenção, mitigação e resposta referentes aos riscos e desastres de origem biológica, principalmente envolvendo o mosquito *Aedes aegypti*.
- Representar-se e participar das reuniões do GGRD.
- Catalogar e informar à CGC/SUPDEC/COP-BH toda a sua capacidade de atendimento em situações de emergência, por território regional.
- Realizar campanhas educativas e/ou de vacinação da população, segundo as necessidades.
- Manter suas equipes de pronto atendimento em urgência e emergência, móveis (SAMU) e Fixas (UPA), em condições de realizar os primeiros acolhimentos regionalizados em casos de necessidade.
- Reforçar as equipes do SAMU, quando as previsões e monitoramentos indicarem a ocorrência de desastres de médio e alto impacto.
- Manter a rede hospitalar própria e do SUS em condições de receber e cuidar do restabelecimento de vítimas de áreas afetadas.
- Manter equipes de profissionais em condições de acompanhar os grupos de trabalho em salvamento e socorro nas áreas afetadas.
- Disponibilizar para a CGC equipe de psicólogos habilitados em “psicologia dos desastres”, com o intuito de atender membros das equipes de socorro sujeitos aos traumas psicológicos decorrentes da situação vivenciada, bem como acolher a população atingida que necessite desse apoio.
- Estar preparada para atuar com eficácia no período pós-calamidade, com campanhas educativas e ações de supervisão e controle do saneamento e da atenção à saúde adequada à ocasião.
- Monitorar e informar ao GGRD questões relativas ao desastre da dengue com o intuito de subsidiar ações sistêmicas de socorro e reabilitação.

#### **5.14 - COORDENADORIAS DE ATENDIMENTO REGIONAL - CARE**

- Articular-se com as secretarias temáticas para alinhamento das políticas setoriais, tendo por meta constituir uma gestão eficiente e eficaz de riscos e desastres.

- Elaborar, em conjunto com os gestores temáticos do território, os planos de contingências específicos para a respectiva Regional.
- Coordenar (em conjunto com a SUPDEC) as ações de resposta aos desastres acontecidos no território, por meio das estruturas setoriais instaladas na área.
- Manter cadastro atualizado de todos os recursos logísticos instalados e disponíveis no território visando oferecer uma gestão eficaz e eficiente de riscos e desastres no território afetado, serão articuladas - com órgãos e entidades do Poder Executivo e com as demais Coordenadorias de Atendimento Regional - a execução de políticas públicas no âmbito regional e os **seguintes serviços**:
  - vistorias de locais de risco, procedendo às remoções necessárias;
  - cadastramento das famílias afetadas por desastres, dando os encaminhamentos necessários ao socorro demandado;
  - abrigamento das pessoas afetadas por meio dos mecanismos disponíveis no SIMPDEC;
  - desobstrução de vias, limpeza de bocas de lobo, remoção de entulhos e desobstrução das calhas dos córregos e ribeirões;
  - reabilitação e reconstrução de cenários no âmbito do território afetado;
  - coordenar a manutenção de plantão para acionamento dos recursos instalados no território, de modo atuar na área ou apoiar outras regiões mediante acionamento do GTGSC;
  - representar-se e participar das reuniões do GGRD;

#### 5.15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS E COMUNICAÇÃO SOCIAL - SMAICS

- Assessorar o comando unificado do GC, coordenando o atendimento à imprensa por ocasião de suas demandas.
- Coordenar os assessores de comunicação de cada órgão do SIMPDEC, de modo a proporcionar uma comunicação social organizada, orientada preferencialmente para as ações de prevenção e orientação quanto ao comportamento público quando da ocorrência de desastres.
- Promover a participação da imprensa em atividades de caráter preventivo, mediante divulgação de comportamentos esperados da população, locais afetados e sem condições de tráfego de veículos e rotas alternativas de trânsito.



- Incrementar as campanhas educativas referentes à destinação de lixo, limpeza de calhas e bueiros e outras ações que permitam a prevenção de desastres secundários, sobretudo a dengue e leptospirose.
- Assessorar a produção de cartilhas que oriente a respeito do tema.
- Intensificar as divulgações de alerta, as campanhas educativas e de orientação à população.
- Manter equipe de plantão junto a GC/SUPDEC/COP para o cumprimento permanente de suas funções.
- Representar-se e participar das reuniões do GGRD.

#### 5.16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SMED

- Apoiar a SUPDEC na gestão de riscos e desastres, especialmente nas ações de prevenção e de preparação, visando à construção de uma cultura de proatividade da comunidade escolar (alunos, pais e trabalhadores da escola), fundada na autoproteção e proteção comunitária.
- Preparar e executar ações de sensibilização, conscientização e tomada de atitudes no âmbito das unidades escolares, estimulando a formação continuada dos alunos e trabalhadores para serem multiplicadores de boas práticas de autoproteção, tendo por meta a consolidação de uma cidade cada vez mais resiliente.
- Estimular as escolas e demais instituições vinculadas à SMED a criarem seus planos específicos de contingência, por meio da realização de simulados que objetivem dirimir possíveis situações de pânico no contexto de eventos adversos.
- Apoiar e estimular os NAC e NUDEC dentro do território de abrangência de cada unidade escolar, visando a boa interlocução destes com toda a comunidade escolar.
- Fortalecer a boa parceria com a SUPDEC, visando a continuidade e o aprimoramento do Projeto Defesa Civil nas Escolas.
- Coordenar a inclusão de princípios da proteção e defesa civil nos currículos do ensino fundamental, de forma integrada aos conteúdos obrigatórios, conforme preconizado no artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394).



## 6. MEIOS DISPONÍVEIS

**Todos os recursos humanos e logísticos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte são considerados meios de Defesa Civil para a proteção integral da população.**



## 6.1 - RECURSOS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Mediante requisição dos integrantes do CGC, todos os gestores devem colocar à disposição, os meios solicitados.

Para efeito de coordenação e controle, são elencados no anexo III os recursos humanos e logísticos de emprego prioritário, lotados nos órgãos com maior vocação para as atividades de defesa civil no município.

Belo Horizonte, 1º de outubro de 2022.

Leandro César Pereira

Coordenador Executivo do GGRD

Waldir Figueiredo Vieira

Subsecretário Municipal de Proteção e Defesa Civil

Distribuição:

Exemplar Nº 1 - Arquivo Supdec

Exemplar Nº 2 - Prefeito Municipal

Exemplar Nº 3 - Secretário Municipal de Obras Públicas e Infraestrutura

Exemplar Nº 4 - Centro de Operações de Belo Horizonte

Exemplar Nº 5 - Ministério Público de Minas Gerais

Demais exemplares: via e-mail para todos os integrantes do SIMPDEC

## 7. ANEXOS



## ANEXO I - CONCEITOS BÁSICOS DE DEFESA CIVIL

- **DEFESA CIVIL:** conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar ou minimizar os riscos e desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.
- **FINALIDADE:** o direito natural à vida e a incolumidade foi formalmente reconhecido pela constituição federativa do Brasil. Compete à defesa civil, a garantia desse direito em circunstância de desastre.
- **OBJETIVO GERAL:** reduzir os desastres através de sua diminuição de ocorrência e de sua intensidade. As ações de redução de desastres abrangem os seguintes aspectos globais:
  - Prevenção de Desastres
  - Preparação para Emergências e Desastres
  - Respostas aos Desastres
  - Reconstrução
- **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**
  - Promover a defesa permanente contra os desastres naturais ou provocados pelo Homem;
  - Prevenir ou minimizar danos, socorrer ou assistir populações atingidas, reabilitar e recuperar áreas deterioradas por desastres;
  - Atuar na iminência ou em situações de desastres;
  - Promover a articulação e a coordenação do Sistema Nacional de Defesa Civil - Simdec, em todo o território nacional.
- **ACIDENTE:** Evento definido ou sequência de eventos fortuitos e não planejados, que dão origem a uma consequência específica e indesejada, em termos de danos humanos, materiais ou ambiental.
- **DESASTRE:** é o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais.
- **RISCO:** Probabilidade de ocorrência de um acidente ou evento adverso, relacionando com a intensidade dos danos ou perdas, resultantes dos mesmos. Medida de danos ou prejuízos potenciais, expressa em termos de probabilidade estatística de ocorrência e de intensidade ou grandeza das consequências previsíveis.

- **AMEAÇA:** Risco imediato de desastre. Prenúncio ou indício de um evento desastroso. Estimativa de ocorrência e magnitude de um evento adverso, expressa em termos de probabilidade estatística de concretização do evento e da provável magnitude de sua manifestação.
- **VULNERABILIDADE:** probabilidade de uma determinada comunidade ou área geográfica ser afetada por uma ameaça ou risco potencial de desastre, estabelecida a partir de estudos técnicos. Relação existente entre a magnitude da ameaça, caso ela se concretize, e a intensidade do dano consequente. É o inverso da Segurança.
- **DANO:** Medida que define a intensidade ou severidade da lesão resultante de um acidente ou evento adverso. Perda humana, material ou ambiental, física ou funcional, que pode resultar, caso seja perdido o controle sobre o risco. Intensidade das perdas humanas, materiais ou ambientais induzidas às pessoas, comunidades, instituições, instalações e/ou ecossistemas, como consequência de um desastre. Os danos causados por desastres classificam-se em Humanos, materiais e ambientais.
- **SEGURANÇA:** Estado de confiança, individual ou coletivo, baseado no conhecimento e no emprego de normas de proteção e na convicção de que os riscos de desastres foram reduzidos, em virtude de terem sido adotadas medidas minimizadoras.
- **SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA:** Reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos suportáveis à comunidade afetada.
- **ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA:** Reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.
- **RISCO MUITO ALTO:** processo com indícios claros de adiantado estágio evolutivo, com possibilidade de destruição imediata de moradias, não sendo necessária a ocorrência de chuvas intensas ou de longa duração.
- **RISCO ALTO:** processo destrutivo instalado, com indícios de seu desenvolvimento e possibilidade de destruição de moradias em curto espaço de tempo. É possível o acompanhamento evolutivo do processo, podendo ocorrer evolução rápida com uma chuva mais intensa e/ou de longa duração.
- **RISCO MÉDIO** - processos destrutivos encontram condições potenciais de desenvolvimento, constatando-se condicionantes físicos que predispõem ao risco e/ou indícios iniciais do desenvolvimento do processo.



- **RISCO BAIXO:** Sem indícios de falta de estabilidade aparentes, sendo consideradas áreas com baixa predisposição ao risco.

## ANEXO II - RELAÇÃO DE CONTATOS PRIORITÁRIOS

### ÓRGÃOS INTERNOS E EXTERNOS ENVOLVIDOS EM CASO DE EMERGÊNCIA

<b>ABQUIM</b>	0800118270 / (11) 2148-4700
<b>Abrigo Granja de Freitas</b>	3277-5706 / 5620
<b>Abrigo São Paulo/serviço social</b>	3433-4993 / 3436-3167
<b>ASCOM</b>	3277-4945 / 4148
<b>Assessoria Policial Militar</b>	3277-4028 3277-4072 fax
<b>BHTRANS - Gabinete</b>	3379-5502 / 3379-5501
<b>BHTRANS geral</b>	156
<b>BHTRANS - 24H</b>	3314-7883 / 8688-3933
<b>BHTRANS</b>	3379-5772 Ger. de Finanças
<b>CEDEC</b>	3915-0274 / 3915-0203
<b>Centro de Gerenciamento de Crise - CGC</b>	3277-8579 / 8571 / 8708 /8755
<b>CNEN - CDTN (Campus UFMG)</b>	3069-3434 / 3261 / 3263
<b>SUPDEC</b>	199 ou 3277-8864
<b>SUPDEC/DMAR</b>	3277-8755 / 98835-3130
<b>COP-BH (Supervisão da SCI - 24h)</b>	3314-7870 / 98524-2545
<b>COP-BH (Gerência de Monitoramento e Pronto Resposta)</b>	3314-7810 / 99336-8268
<b>COP-BH (Gerência de Operações Integradas)</b>	3314-7819 / 98283-4242
<b>COP-BH (Assessoria Técnico-Operacional)</b>	3314-7849 / 99538-2573
<b>COP-BH (Diretoria)</b>	3314-7850 / 98524-2543
<b>COPASA</b>	115
<b>Corpo de Bombeiros</b>	193 ou 3379-3635/3600/3609
<b>Cruz Vermelha</b>	3224-2987
<b>FEAM/SETOR DE DENÚNCIAS</b>	155
<b>GASMIG</b>	3265-1000 - Fax: 3265-1100
<b>Guarda Municipal</b>	3214-7887 / 3314-7889 / 7870
<b>INMET - 5º DISTRITO/ PERV. TEMPO</b>	3291-1494 / 3291-1495
<b>GEOCLIMA</b>	99417-2520 / 98888-5842



<b>PETROBRÁS</b>	3529-4000
<b>PMMG</b>	190 ou 3307-0150
<b>Polícia Civil de Minas Gerais</b>	197
<b>Polícia Rodoviária Estadual</b>	2123-1926 / 1903
<b>Polícia Rodoviária Federal</b>	191 ou 3064-5385 / 5386
<b>SAMU</b>	192
<b>Secretaria de Estado da Saúde de MG</b>	3215-7248 / 7251 ou 9621-2229
<b>SLU - Gabinete</b>	3277-9333 / 9328
<b>SMASAC - Gabinete</b>	3277-4657 / 3277-9786
<b>Gerência Restaurante Popular</b>	3277-4136 / 3277-1902
<b>Restaurante Popular I</b>	3277-6900 / 6901
<b>Restaurante Popular II</b>	3277-4499
<b>Atendimento Cesta Básica</b>	3277-4875 / 74877
<b>SUASO - Gabinete</b>	3277-4562 / 4568
<b>SMSA - Gabinete</b>	3277-6392 / 76394
<b>SMSP- Gabinete</b>	3277-4414 / 33147805
<b>SMOBI - Assessoria de Comunicação</b>	3277-8005 / 3277-8004
<b>SMOBI - Gabinete</b>	3277-5010
<b>SUDECAP - Gabinete</b>	3277-8001
<b>URBEL - DMR</b>	3277-6414
<b>URBEL - GAB</b>	32776421
<b>URBEL Disque vistoria</b>	3277-6409
<b>VIGIAÁGUA</b>	3277-5230

## COORDENADORIA DE ATENDIMENTO REGIONAL

REGIONAL	GERÊNCIA	TELEFONE	E-MAIL
<b>BARREIRO</b>	Coordenadoria de Atendimento Regional	3277-5975 3277-5906 3277-5908 3277-9076	care-b@pbh.gov.br
	Diretoria Regional de Assistência Social	3277-5815	drasb@pbh.gov.br
	Gerência Regional de Manutenção	3277-5996 3277-1385	germab-sd@pbh.gov.br
<b>CENTRO SUL</b>	Coordenadoria de Atendimento Regional	3277-4911 3277-4904	care-cs@pbh.gov.br
	Diretoria Regional de Assistência Social	3277-4840 3277-1761	drascs@pbh.gov.br
	Gerência Regional de Manutenção	3277-5628	germacs-sd@pbh.gov.br

<b>LESTE</b>	Coordenadoria de Atendimento Regional	3277-4653 3277-4904	care-l@pbh.gov.br
	Diretoria Regional de Assistência Social	3246-1004	drasl@pbh.gov.br
	Gerência Regional de Manutenção	3246-8509 3277-8506	germal-sd@pbh.gov.br
<b>NORDESTE</b>	Coordenadoria de Atendimento Regional	3277-6718	care-ne@pbh.gov.br
	Diretoria Regional de Assistência Social	3246-7503 3277-6039	drasne@pbh.gov.br
	Gerência Regional de Manutenção	3277-6670	germane-sd@pbh.gov.br
<b>NOROESTE</b>	Coordenadoria de Atendimento Regional	3277-7661 3277-7676	care-no@pbh.gov.br
	Diretoria Regional de Assistência Social	3277-7607 3246-7014	drasno@pbh.gov.br
	Gerência Regional de Manutenção	3277-8540 3277-8541	germano-sd@pbh.gov.br
<b>NORTE</b>	Coordenadoria de Atendimento Regional	3277-7346	care-n@pbh.gov.br
	Diretoria Regional de Assistência Social	3277-9980	dras-n@pbh.gov.br
	Gerência Regional de Manutenção	3277-7001	german-sd@pbh.gov.br
<b>OESTE</b>	Coordenadoria de Atendimento Regional	3277-7009 3277-7006	care-o@pbh.gov.br
	Diretoria Regional de Assistência Social	3277-5993	draso@pbh.gov.br
	Gerência Regional de Manutenção	3277-7001	germao-sd@pbh.gov.br
<b>PAMPULHA</b>	Coordenadoria de Atendimento Regional	3277-7920 3277-7921	care-p@pbh.gov.br
	Diretoria Regional de Assistência Social	3277-7907 3277-7440	drasp@pbh.gov.br
	Gerência Regional de Manutenção	3277-8538	germap-sd@pbh.gov.br
<b>VENDA NOVA</b>	Coordenadoria de Atendimento Regional	3277-5473	care-vn@pbh.gov.br
	Diretoria Regional de Assistência Social	3277-5523/ 3277-1805	drasvn@pbh.gov.br
	Gerência Regional de Manutenção	3277-1820	germavn-sd@pbh.gov.br

## RELAÇÃO DE ABRIGOS

EQUIPAMENTO	TELEFONE	ENDEREÇO	E-MAIL
Abrigo Granja de Freitas	3277-5706 3277-5620	Rua Diniz Dias, 145 - Granja de Freitas	geamgf@pbh.gov.br
Abrigo Pompéia	3277-5690 3277-5753	Rua Cel. Otávio Diniz, 29 - Pompeia	geampo@pbh.gov.br
República Maria Maria	3277-6099 99470-0032	Rua Ubá, 1 - Colégio Batista	republicamariamaria@pbh.gov.br
República Reviver	3277-6034	Av. Amazonas, 5801 - Gameleira	republicareviver@pbh.gov.br
Abrigo São Paulo	3433-4993 3436-3167	Rua Eletron, 100 - Primeiro de Maio	abrigosaopaulo@hotmail.com
Unidade de Acolhimento Fábio Alves dos Santos - República Carlos Prates	3246-7047	Av. N. Sra de Fátima, 3076. Carlos Prates	abrigocarlosprates@pbh.gov.br

## RELAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ÁREAS DE RISCO

CREAR	TELEFONE
Rua Pedro Alexandrino de Mendonça, nº 25, Taquaril	3277-5616

## CONSELHOS TUTELARES REGIONAIS DE BELO HORIZONTE

PLANTÃO CENTRALIZADO	
Endereço:	Rua dos Tupis, 149, Térreo
	Centro - Belo Horizonte
	CEP: 30.190-060
e-mail:	plantaconselhootutelar@pbh.gov.br
Telefone:	3277-1912
Horário de Funcionamento:	2ª a 6ª feira-feira: de 18h às 8h Finais de semana e feriados: 2

CTB - CONSELHO TUTELAR BARREIRO	
Endereço:	Rua Lucio dos Santos, 425
	Barreiro de Baixo - Belo Horizonte
	CEP: 30640-150
e-mail:	ct.barreiro@pbh.gov.br
Telefone:	3277-8924 / 3277-8925
Horário de Funcionamento:	08h às 18h
CTCS - CONSELHO TUTELAR CENTRO SUL	
Endereço:	Rua Tupis, nº 149
	Centro - Belo Horizonte
	CEP:
e-mail:	ct.centrosul@pbh.gov.br
Telefone:	3277-4757, 3277-9225
Horário de Funcionamento:	8h às 18h
CTL - CONSELHO TUTELAR LESTE	
Endereço:	Rua Casa Branca, nº 142
	Pompéia - Belo Horizonte
	CEP: 30280-390
e-mail:	ct.leste@pbh.gov.br
Telefone:	3277-4407, 3277-4604,
Horário de Funcionamento:	8h às 12h / 14h às 17h30
CTB - CONSELHO TUTELAR NORTE	
Endereço:	Rua Pastor Murilo Cassete, nº 85
	São Bernardo - Belo Horizonte
	CEP: 31.812.290
e-mail:	ct.norte@pbh.gov.br
Telefone:	3277-6655, 3277-6658

Horário de Funcionamento:	8h às 18h
CTNE - CONSELHO TUTELAR NORDESTE	
Endereço:	Av. Bernardo Vasconcellos, nº 1379
	Cachoeirinha - Belo Horizonte
	CEP: 31.150.000
e-mail:	ct.nordeste@pbh.gov.br
Telefone:	3277-6122, 3277-6124
Horário de Funcionamento:	8h às 12h / 14h às 18h
CTNO - CONSELHO TUTELAR NOROESTE	
Endereço:	Rua Rio Peçanha ,nº 144 - 3º andar
	Carlos Prates - Belo Horizonte
	CEP: 30.710.670
e-mail:	ct.noroeste@pbh.gov.br
Telefone:	3277- 9267, 3277- 7168
Horário de Funcionamento:	8h às 18h
CTO - CONSELHO TUTELAR OESTE	
Endereço:	Av. Barão Homem de Melo ,nº 382
	Nova Granada - Belo Horizonte
	CEP: 30.460.090
e-mail:	ct.oeste@pbh.gov.br
Telefone:	3246-6015, 3277- 7008
Horário de Funcionamento:	8h às 18h
CTP - CONSELHO TUTELAR PAMPULHA	
Endereço:	Av. Presidente Antônio Carlos, 7596
	São Luiz - Belo Horizonte
	CEP:
e-mail:	ct.pampulha@pbh.gov.br

<b>Telefone:</b>	3277- 7959, 3277- 7970
<b>Horário de Funcionamento:</b>	8h às 18h
<b>CTVN - CONSELHO TUTELAR VENDA NOVA</b>	
<b>Endereço:</b>	Rua Boa Vista 189
	Venda Nova - Belo Horizonte
	CEP: 31515-090
<b>e-mail:</b>	ct.vendanova@pbh.gov.br
<b>Telefone:</b>	3277- 5512
<b>Horário de Funcionamento:</b>	8h às 11:00 e 13:00 às 17:00

## ANEXO III - REDE SUS DE BELO HORIZONTE

### ATENDIMENTO 24 HORAS

HOSPITAL	ESPECIALIDADE	INFORMAÇÕES
<b>HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS</b>	Atendimento aos pacientes portadores de patologias de média e alta complexidade. Ortopedia, Oncologia, Cardiologia, Neurologia, Pediatria e Maternidade Urgências Clínicas e traumatológicas	Rua Formiga, nº 50 Lagoinha - BH CEP: 31.210-780  Telefone: (31) 3277-6184
<b>HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UFMG</b>	Atendimento aos pacientes portadores de patologias de média e alta complexidade. Ortopedia, Oncologia, Cardiologia, Neurologia, Pediatria e Maternidade. Urgências Clínicas. <b>Não atende trauma</b>	Av. Prof. Alfredo Balena, nº 100- Santa Efigênia - BH CEP: 30.130-100  Telefone: (31) 3409-9300 / 3409-9330
<b>HOSPITAL JOÃO XXIII</b>	Politrauma, queimaduras, intoxicações e situações clínicas ou cirúrgicas de risco de morte	Av. Prof. Alfredo Balena, nº 400 Santa Efigênia - BH CEP: 30.130-100



		Telefone: (31) 3239-9200/ 3239-9213
<b>HOSPITAL RISOLETA TOLENTINO NEVES</b>	Atendimento aos pacientes portadores de patologias de média e alta complexidade. Ortopedia, Cardiologia, Neurologia, e Maternidade. Urgências clínicas e traumatológicas	Rua das Gabirobas, nº 1 - Laranjeiras - BH CEP: 31.775-530  Telefone: (31) 3459-3222
<b>HOSPITAL INFANTIL JOÃO PAULO II</b>	Pediatria Clínica. <b>Não atende trauma</b>	Rua Alameda Ezequiel Dias, nº 345 Santa Efigênia - BH CEP: 30.130-110  Telefone: (31) 3239-9001
<b>HOSPITAL SARAH</b>	Reabilitação	Av. Amazonas, nº 5953 Gameleira - BH CEP: 30.510-000  Telefone: (31) 3379-2600
<b>HOSPITAL RAUL SOARES</b>	Psiquiatria	Av. Contorno, nº 3017 - Santa Efigênia - BH CEP: 30.110-080  Telefone: (31) 3239-9901
<b>HOSPITAL GALBA VELOSO</b>	Psiquiatria	Rua Conde Pereira Carneiro, nº 364 Gameleira - BH CEP: 30.510-010  Telefone: (31) 3319-8901/ 3319-8936
<b>HOSPITAL MARIA AMÉLIA LINS</b>	Trauma ortopédico. <b>Não tem pronto atendimento</b>	Rua dos Otoni, nº 772 Santa Efigênia - BH CEP: 30.150-270  Telefone: (31) 3239-9800
<b>HOSPITAL PAULO DE TARSO</b>	Reabilitação	Rua Estoril, nº 207 São Francisco - BH CEP: 31.255-190





		Telefone: (31) 3448-5300
<b>HOSPITAL ALBERTO CAVALCANTI</b>	Urgências Clínicas e Oncologia	Rua Camilo de Brito, nº 636 Padre Eustáquio - BH CEP: 30.730-540  Telefone: (31) 3469-1800
<b>HOSPITAL EDUARDO DE MENEZES</b>	Infectologia e dermatologia sanitária. <b>Não tem pronto atendimento</b>	Rua Dr. Cristiano Rezende, nº 2213 Bonsucesso - BH CEP: 30.622-020  Telefone: (31) 3328-5000
<b>HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ</b>	Atendimento aos pacientes portadores de patologias de média e alta complexidade. Ortopedia, Cardiologia, Pediatria e Neurologia. <b>Não tem pronto atendimento</b>	Rua Aimorés, nº 2896 Barro Preto - BH CEP: 30140-073  Telefone: (31) 3299-8100
<b>HOSPITAL DA BALEIA</b>	Atendimento aos pacientes portadores de patologias de média e alta complexidade. Ortopedia e Pediatria. <b>Não tem pronto atendimento</b>	Rua Juramento, nº 1464 Saudade - BH CEP: 30.285-000  Telefone: (31) 3489-1500
<b>BIOCOR INSTITUTO</b>	Doenças Cardiovasculares. <b>Não tem pronto atendimento SUS.</b>	Av. Alameda da Serra, nº 217 Vila da Serra - Nova Lima CEP: 34.000-000  Telefone: (31) 3289-5000 / Fax : 3289-5096
<b>HOSPITAL DA CRIANÇA</b>	Pediatria. <b>Não tem pronto atendimento</b>	Av. Amazonas, nº 4041 Barroca - BH CEP: 30.180-000  Telefone: (31) 2105-8900
<b>HOSPITAL EVANGÉLICO</b>	Atendimento aos pacientes portadores de patologias de média e alta complexidade. <b>Não tem pronto atendimento</b>	Rua Dr. Alípio Goulart, nº 25 Serra - BH CEP: 30.220-330  Telefone: (31) 2138-8700

<b>HOSPITAL FELÍCIO ROCHO</b>	Atendimento aos pacientes portadores de patologias de média e alta complexidade. Não tem pronto atendimento SUS.	Av. do Contorno, nº 9530 Barro Preto - BH CEP: 30.110-060  Telefone: (31) 3514-7117/ 3514-7000
<b>HOSPITAL INFANTIL PADRE ANCHIETA</b>	Pediatria. <b>Não tem pronto atendimento SUS.</b>	Av. Major Delfino de Paula, nº 2356 São Francisco - BH CEP: 31.255-170  Telefone: (31) 3448-7500/ 3448-7522
<b>HOSPITAL LUXEMBURGO</b>	Atendimento aos pacientes portadores de patologias de média e alta complexidade. Oncologia. <b>Não tem pronto atendimento SUS.</b>	Rua Gentios, nº 1350 Luxemburgo - BH CEP: 30.380-490  Telefone: (31) 3299-9000
<b>HOSPITAL MÁRIO PENNA</b>	Tratamento de Câncer	Av. Churchill, nº 232 Santa Efigênia - BH CEP: 30.260-080  Telefone: (31) 3489-6600
<b>HOSPITAL MADRE TERESA</b>	Atendimento aos pacientes portadores de patologias de média e alta complexidade. Cardiologia. <b>Não tem pronto atendimento SUS.</b>	Av. Raja Gabaglia, nº 1002 Gutierrez - BH CEP: 30.441-070  Telefone: (31) 3339-8000
<b>MATERNIDADE ODETE VALADARES</b>	Maternidade	Av. do Contorno, nº 9494 Prado - BH CEP: 30110-130  Telefone: (31) 3298-6002
<b>SANTA CASA DE BELO HORIZONTE</b>	Atendimento aos pacientes portadores de patologias de média e alta complexidade. Ortopedia, Oncologia, Cardiologia, Neurologia, Pediatria e Maternidade. <b>Não tem pronto atendimento</b>	Av. Francisco Sales, nº 111 Santa Efigênia - BH CEP: 30150-221  Telefone: (31) 3238-8100

<b>HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS - UNIDADE SANTA LÚCIA</b>	Ortopedia. <b>Não tem pronto atendimento</b>	Rua Crucis, nº 50 Santa Lucia - BH CEP: 30.360-290  Telefone: (31) 3298-2302
<b>HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS - UNIDADE CONCÓRDIA</b>	Atendimento aos pacientes portadores de patologias de média e alta complexidade. Ortopedia, Oncologia, Cardiologia e Neurologia. <b>Não tem pronto atendimento</b>	Rua Itamaracá, nº 535 Concórdia - BH CEP: 31.110-580  Telefone: (31) 2126-1500
<b>HOSPITAL SOFIA FELDMAN</b>	Maternidade	Rua Antônio Bandeira, nº 1060 Tupi - BH CEP: 31.844-130  Telefone: (31) 3408-2249/ 3408-2200

## ANEXO IV - REDE DE HOSPITAIS PARTICULARES

### ATENDIMENTO 24 HORAS

HOSPITAL	ESPECIALIDADE	INFORMAÇÕES
<b>HOSPITAL VERA CRUZ</b>	Hospital Geral e Cardiologia	Av. Barbacena, nº 653 - Barro Preto - BH - CEP: 30.190-130  Telefone: (31) 3290-1000
<b>HOSPITAL LIFE CENTER</b>	Hospital Geral	Av. Contorno, nº 4747 Funcionários - BH CEP: 30.110-090  Telefone: (31) 3280-4000
<b>HOSPITAL MATERMED</b>	Atendimento de baixa complexidade	Rua Padre. Rolim, nº 415 Santa Efigênia - BH CEP: 30.130-090  Telefone: (31) 3218-4777
<b>HOSPITAL BELVEDERE</b>	Cirurgias	Rua Afonso Costa Reis, nº 65 Belvedere - BH CEP: 30320-450  Telefone: (31) 3228-3838 3228-3800

<b>HOSPITAL SOCOR</b>	Hospital Geral e Cardiologia	Av. Contorno, nº 10500 Barro Preto - BH CEP: 30.110-140 Telefone: (31) 3330-3000
<b>HOSPITAL UNIMED</b>	Hospital Geral	Av. Contorno, nº 3097 Santa Efigênia - BH CEP: 30.150-221 Telefone: (31) 3214-8000
<b>HOSPITAL MATER DEI</b>	Hospital Geral	Rua Gonçalves Dias, nº 2700 Santo Agostinho - BH CEP: 30140-092 Telefone: (31) 3339-9000
<b>HOSPITAL BELO HORIZONTE</b>	Hospital Geral	Av. Presidente Antônio Carlos, nº 1694 Cachoeirinha - BH CEP: 31.210-010 Telefone: (31) 3449-7799

## ANEXO V - SIGNIFICADO DAS SIGLAS UTILIZADAS

SIGLAS	SIGNIFICADO
<b>ASCOM</b>	Assessoria de Comunicação Social do Município
<b>BHTRANS</b>	Empresa de Transportes e Transito de Belo Horizonte
<b>CARE</b>	Coordenadoria de Atendimento Regional
<b>CBTU</b>	Companhia Brasileira de Trens Urbanos
<b>CEDEC</b>	Coordenadoria Estadual de Defesa Civil
<b>CEPED</b>	Centro Universitário de Pesquisa Sobre Desastre
<b>CGC</b>	Central de Gerenciamento de Crises
<b>CODAR</b>	Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos
<b>CONDEC</b>	Conselho Nacional de Defesa Civil
<b>COPBH-BH</b>	Centro de Operações de Belo Horizonte
<b>CREAR</b>	Centros de Referência de Áreas de Risco
<b>DMAR</b>	Diretoria de Meteorologia e Alerta de Risco
<b>ECP</b>	Estado de Calamidade Pública
<b>FEMCAP</b>	Fundo Municipal para Calamidades Públicas
<b>GGRD</b>	Grupo Gestor de Risco e Desastres
<b>NAC</b>	Núcleos de Alerta de Chuva
<b>NUDEC</b>	Núcleos Comunitários de Defesa Civil

<b>PEAR</b>	Programa Estrutural em Áreas de Risco
<b>SCO</b>	Sistema de Comando em Operações
<b>SE</b>	Situação de Emergência
<b>SIGEAR</b>	Sistema de Gestão em Áreas de Risco
<b>SIMDEC</b>	Sistema Municipal de Defesa Civil
<b>SMSP</b>	Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção
<b>SMSA</b>	Secretaria Municipal de Saúde
<b>SUPDEC</b>	Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil
<b>SUDECAP</b>	Superintendência de Desenvolvimento da Capital
<b>SLU</b>	Superintendência de Limpeza Urbana
<b>UOS</b>	Unidades Operacionais de Serviço
<b>URBEL</b>	Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte
<b>ZEIS</b>	Zona de Especial Interesse Social

## ANEXO VI - LOCALIZAÇÃO DAS ESTAÇÕES FLUVIOMÉTRICAS E PLUVIOMÉTRICAS

### Monitoramento Hidrológico Bacias Arrudas e Onça Estações Fluviométricas

<b>Numeração no mapa</b>	<b>Bacia Hidrográfica</b>	<b>Localização</b>	<b>Regional Município</b>
1	Córrego Vilarinho	Av. Vilarinho / Rua Padre Pedro Pinto - entrada da galeria - Bairro Letícia	Venda Nova
2	Córrego Vilarinho	Av. Vilarinho, 4161 - próximo à Rua Paula Santos - Bairro Letícia	Venda Nova
6	Córrego Vilarinho	Av. Vilarinho, 1780 - próximo à rua Ivan Pereira Lima , Bairro Letícia	Venda Nova
7	Córrego do Nado	Rua Dr. Álvaro Camargos, 649 - próximo à Rua das Pedrinhas - Bairro São João Batista	Venda Nova
8	Ribeirão Pampulha	Aeroporto da Pampulha - Em frente a guarita de acesso aos hangares	Pampulha
9	Ribeirão do Onça	Rua Serra dos Órgãos, 335 - ETE Onça - Copasa - Bairro Ribeiro de Abreu	Nordeste

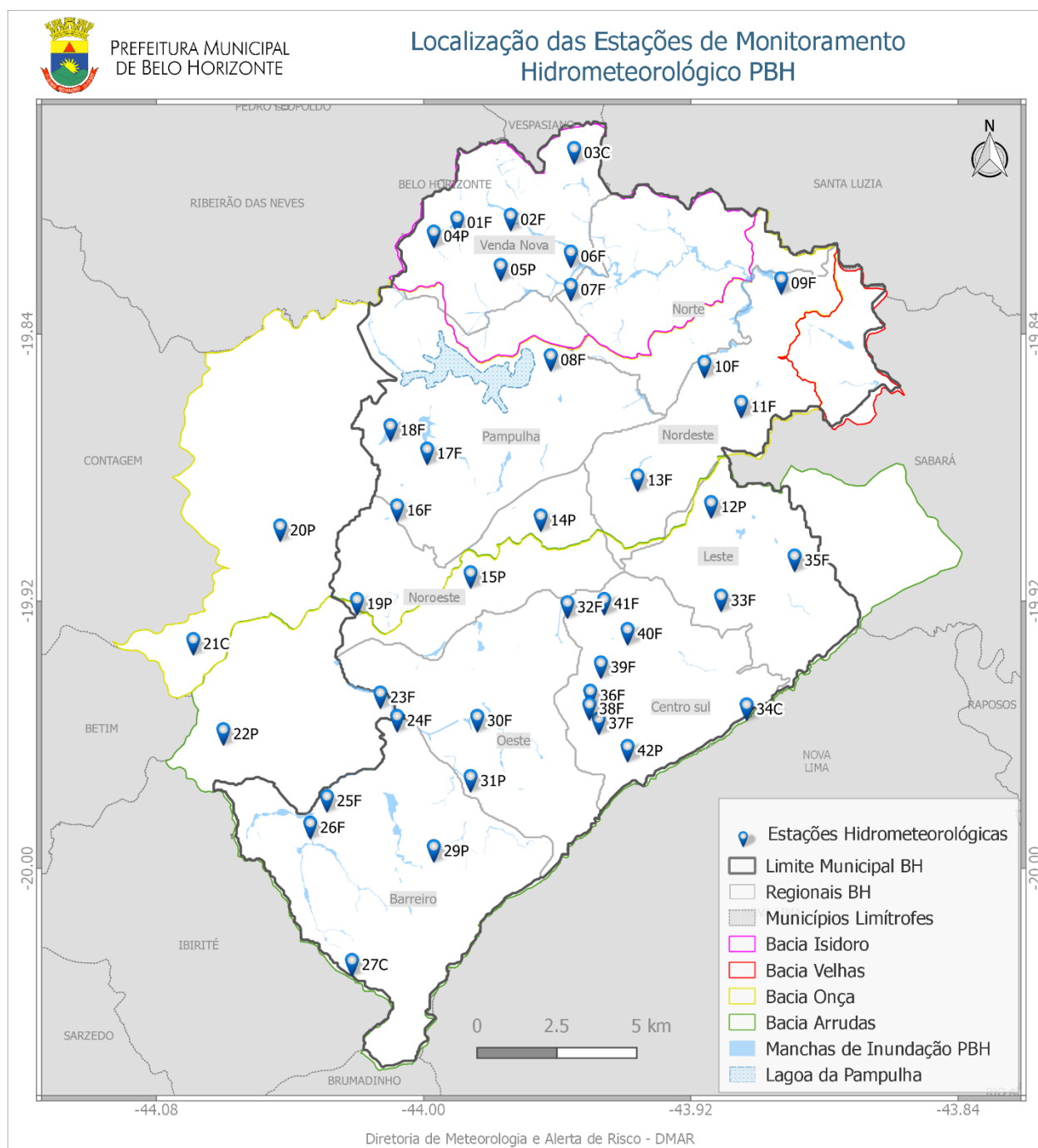
10	Ribeirão do Onça	Av. Risoleta Neves - Espaço BH Cidadania - Bairro Novo Aarão Reis	Nordeste
11	Córrego Gorduras	Rua dos Limões - próximo à Rodovia MG 5 - B. Maria Goretti	Nordeste
13	Córrego Cachoeirinha	Av. Bernardo Vasconcelos, 1824 - próximo à Rua Pio XI - Bairro Ipiranga	Nordeste
16	Córrego Ressaca	Av. Heráclito Mourão de Miranda, 440 - próximo à Rua Jabaquara - Conjunto Celso Machado - Sobre a ponte	Pampulha
17	Córrego Ressaca	Av. Heráclito Mourão de Miranda, 3059, Conjunto da Lagoa - Sobre a ponte	Pampulha
18	Córrego Sarandi	Av. Prof. Clóvis Salgado, 139 - Rua Congonhal - Bairro Sarandi	Pampulha
23	Córrego Ferrugem	Rua Zezé Camargos - Portaria 5 - Magnesita - Bairro Cidade Industrial	Contagem Divisa Oeste
24	Ribeirão Arrudas	Av. Tereza Cristina - Jusante do córrego Água Branca - Vila São Paulo	Barreiro / Oeste
25	Córrego Jatobá	Av. do Canal, 132 - Bairro Tirol	Barreiro
26	Córrego Jatobá	Av. do Canal - Conj. João Paulo II, entrada da galeria	Barreiro
28	Córrego Barreiro	Av. Olinto Meireles, 2165 - Copasa	Barreiro
30	Ribeirão Arrudas	Av. Tereza Cristina, 5560 - próximo à Rua Santo Antônio do Amparo - Bairro Betânia	Oeste
32	Ribeirão Arrudas	Av. do Contorno, 10331 - próximo à Av. Barbacena - Barro Preto	Centro Sul
33	Ribeirão Arrudas	Av. dos Andradas, 3470 sobre a passarela - Bairro Santa Efigênia	Leste
35	Ribeirão Arrudas	Av. dos Andradas - próximo à ETE Arrudas - Bairro São Geraldo	Leste
36	Córrego do Leitão	Av. Guaicuí com a Av. Prudente de Moraes	Centro Sul
37	Córrego do Leitão	Reservatório Santa Lúcia - Vertedouro	Centro Sul
38	Córrego do Leitão	Av. Prudente de Moraes, esquina com Rua Mangabeira - Grelha 4	Centro Sul
39	Córrego do Leitão	Av. Prudente de Moraes, esquina com Rua Joaquim Murtinho - Grelha 26	Centro Sul
40	Córrego do Leitão	Rua São Paulo, esquina com Av. Bias Fortes - Grelha 55	Centro Sul
41	Córrego do Leitão	Rua Mato Grosso, esquina com Rua dos Tamoios - Grelha 73	Centro Sul

## Monitoramento Hidrológico Bacias Arrudas e Onça Estações Pluviométricas e Climatológicas

<b>Numeração no mapa</b>	<b>Bacia Hidrográfica</b>	<b>Localização</b>	<b>Regional Município</b>
3 (Climatológica)	Córrego Floresta	Cidade Administrativa - Alameda José Maria Alkimim, 1800 - Bairro Serra Verde	Venda Nova
4	Córrego Vilarinho	Rua Hécio Fortes - UMEI - Bairro Lagoa	Venda Nova
5	Córrego Nado	Secretaria Administrativa Regional Venda Nova - Av. Erico Veríssimo, 1428 - Bairro Rio Branco	Venda Nova
12	Córrego Santa Inês	CETEC - Av. José Cândido da Silveira, 2000 - Bairro Horto	Leste
14	Córrego Cachoeirinha	Pátio de Manutenção da SUDECAP - Rua José Sebastião Daher, 1340 - Bairro Caiçara	Noroeste
15	Córrego Pastinho	Aeroporto Carlos Prates - Rua Ocidente, 100 - B. Carlos Prates	Noroeste
19	Córrego Ressaca	Aterro Sanitário da BR 040 - Bairro Jardim Filadélfia	Noroeste
20	Córrego Sarandi	Ceasa - (junto ao Prodal) próximo a entrada pela Av. Sarandi - Bairro Guanabara	Contagem
21 (Climatológica)	Córrego Sarandi	PUC Contagem - Rua Rio Comprido, 4580 - Bairro Cinco	Contagem
22	Córrego Ferrugem	Sociedade Hípica, Rodovia, 381 - Km 25 - Riacho das Pedras	Contagem
27 (Climatológica)	Córrego Jatobá	Av. Luiz Souza Lima - Parque Rola Moça - Bairro Mineirão	Barreiro
29	Córrego Bonsucesso	Av. Dr. Cristiano Resende, 2745 - Bairro Araguaia - Hospital Júlia Kubitscheck	Barreiro
31	Córrego Cercadinho	Rua Augusto José dos Santos, 980 - Bairro Betânia - Área da Rádio Globo	Oeste
34 (Climatológica)	Córrego Serra	Av. Anel da Serra - Parque Mangabeiras	Centro Sul
Provisória 42	Córrego Leitão	Rua Sebastião Botelho Nepomuceno s/n - Bairro Belvedere - COPASA	Centro Sul



## ANEXO VII - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS ESTAÇÕES FLUVIOMÉTRICAS E PLUVIOMÉTRICAS



## ANEXO VIII - MARCO DE HYOGO 2005/2015

### **Aumento da resiliência das nações e das comunidades frente aos desastres**

Todos os anos, mais de 200 milhões de pessoas são afetadas por secas, inundações, ciclones, terremotos, incêndios florestais e outras ameaças. Além disso, a pobreza, a crescente densidade populacional, a degradação do meio ambiente e o aquecimento global estão fazendo com que o impacto das ameaças naturais seja cada vez pior.

Os acontecimentos dos últimos anos nos fazem lembrar que as ameaças naturais podem afetar a todos, em qualquer parte. De um tsunami no Oceano Índico a um terremoto no sul da Ásia, da devastação que produziram os furacões e ciclones nos Estados Unidos, no Caribe e no Pacífico, as fortes inundações na Europa e na Ásia, centenas de milhares de pessoas perderam suas vidas e suas fontes de sustento devido aos desastres ocasionados pelas ameaças naturais.

Apesar de que muitos conhecem a miséria humana e as paralisantes perdas econômicas que resultam devido aos desastres, os que poucos se dão conta é de que esta devastação pode ser prevenida mediante iniciativas para a redução de riscos de desastres.

Os governos de todo o mundo se comprometeram a tomar medidas para reduzir o risco de desastres e adotaram um caminho chamado de Marco de Ação de Hyogo (Marco de Hyogo) para reduzir as vulnerabilidades frente às ameaças naturais. O Marco oferece assistência aos esforços das nações e comunidades para tornarem-se mais resistentes as ameaças que põem em risco os benefícios de desenvolvimento e para enfrentá-las da melhor forma.

A colaboração e a base do Marco de Ação de Hyogo: Os desastres podem afetar a qualquer um e por isso são assunto de todos. A redução do risco de desastres deve formar parte da tomada de decisões cotidianas: desde a forma em que as pessoas educam a seus filhos e filhas até como planejam suas cidades. Cada decisão pode fazer-nos mais vulneráveis ou, ao contrário, mais resistentes.

### **O QUE É O MARCO DE AÇÃO DE HYOGO?**

O Marco de Ação de Hyogo (MAH) é o instrumento mais importante para a implementação da redução de riscos de desastres que adotaram os Estados Membros das Nações Unidas. Seu objetivo geral é aumentar a resiliência das nações e das comunidades frente aos desastres ao alcançar, para o ano de 2015, uma redução considerável das perdas que ocasionaram os desastres, tanto em termos de vidas humanas quanto aos bens sociais, econômicos e ambientais das comunidades e dos

países. O MAH oferece cinco áreas prioritárias para a tomada de decisões, em iguais desafios e meios práticos para aumentar a resiliência das comunidades vulneráveis aos desastres, no contexto do desenvolvimento sustentável.

Desde a adoção do MAH, diversos esforços realizados em âmbitos mundial, regional, nacional e local abordaram a redução de riscos de desastres de uma forma mais sistemática. Porém ainda há muito que fazer. A Assembleia Geral das Nações Unidas fez um chamado para a implementação do MAH e reafirmou a importância do Sistema Multissetorial da EIRD, e também o da Plataforma Global para a Redução de Riscos de Desastres para apoiar e promover o Marco de Ação de Hyogo. Assim mesmo, a Assembleia Geral insistiu aos Estados Membros que estabeleçam plataformas nacionais multissetoriais para coordenar a redução de riscos de desastres em seus respectivos países. Também, diversos entes regionais formularam estratégias a esse nível para a redução de riscos de desastres na região andina, Centro América, o Caribe, Ásia, o Pacífico, África e Europa, em conformidade com o MAH. Mais de 100 governos já designaram pontos focais de para continuidade e implantação do MAH (em março de 2007). Algumas ações para mobilizar o compromisso político e para estabelecer centros de promoção de cooperação regional para a redução do risco de desastres.

#### ▪ Prioridades de Ação

##### **1 - Fazer com que a redução dos riscos de desastres seja uma prioridade**

**Garantir que a redução de risco de desastres (RRD) seja uma prioridade nacional e local com uma sólida base institucional para sua implementação.**

Para salvar vidas e fontes de sustento que as ameaças naturais põem em risco, é necessário um sólido compromisso nos âmbitos nacional e local. Da mesma forma, em que atualmente se requer de avaliações de impacto ambiental e social, as ameaças naturais devem ter em conta a tomada de decisão dos setores público e privado. Para isso os países devem desenvolver ou modificar políticas, leis e marcos organizativos, igualmente planos, programas e projetos com o propósito de integrar a redução de riscos de desastres. Os países também devem designar recursos suficientes para apoiar estes esforços e mantê-los. Isto inclui o seguinte:

- Criar plataformas nacionais multissetoriais e efetivas para orientar os processos de formulação de políticas e para coordenar as diversas atividades;

- Integrar a redução de riscos de desastres as políticas e ao planejamento do desenvolvimento, tais como estratégias para a redução da pobreza;
- Garantir a participação comunitária, com a finalidade de satisfazer as necessidades locais.

### **A colaboração essencial**

Dentro de sua composição, a Plataforma Nacional de Madagascar para a Redução de Desastres inclui diversos departamentos governamentais tais como Educação, Água, Transportes e Comunicação, Agricultura y Pecuária, Terras e a Oficina do Primeiro Ministro, igualmente ONG, meios de comunicação, agências doadoras e as Nações Unidas. A Plataforma está finalizando o estabelecimento do Sistema de Alerta de Madagascar e atualizando o documento da Estratégia para a Redução da Pobreza (PRSP) do país, com a finalidade de estabelecer vínculos entre a redução de riscos de desastres e a redução da pobreza.

*“Todo tem a responsabilidade de reduzir o risco de desastres. A instauração de sólidas alianças entre as agências governamentais, o setor privado e as organizações da sociedade civil é essencial para desenvolver verdadeiramente uma cultura de redução do risco e para integrar a redução do risco de desastres as políticas e ao planejamento.”*  
Sr. Jacky R. Randimbarison, Coordenador da Plataforma Nacional.

As ações prioritárias se esboçam no Marco de Ação de Hyogo para orientar os estados, organizações e outros atores em todos os níveis, no desenho de seus enfoques para a Redução de Riscos de Desastres:

## **2 - Conhecer o risco e tomar medidas**

### **Identificar, avaliar e observar de perto os riscos dos desastres, e melhorar os alertas prévios.**

Com o propósito de reduzir suas vulnerabilidades frente às ameaças naturais, os países e as comunidades devem conhecer o risco que estão enfrentando e tomar medidas com base nesse conhecimento. Esta compreensão do risco precisa de investimentos nas capacidades científicas, técnicas e institucionais para observar, registrar, investigar, analisar, prever, modelar e elaborar mapas de ameaças naturais. Também é necessário desenvolver e disseminar ferramentas. Nesse sentido, a informação estatística em torno dos desastres, os mapas de riscos e os indicadores de vulnerabilidade e de risco são essenciais.

É mais importante ainda que os países utilizem este conhecimento para desenvolver efetivos sistemas de alerta prévio, adaptados adequadamente às circunstâncias singulares da população que enfrenta os riscos. Se aceita amplamente que o alerta prévio é um componente vital de redução de riscos de desastres. Se os sistemas de alerta prévio são efetivos, se entrega uma informação à população vulnerável sobre

uma ameaça e se põem em andamento os planos necessários para tomar medidas e salvar milhares de vidas.

### **O alerta prévio salva vidas**

Um alerta emitido com antecipação pode marcar a diferença entre a vida e a morte. Nesse sentido, Cuba é um dos países melhor preparados no Caribe para enfrentar a época de furacões. Setenta e duas horas antes que uma tormenta chegue a terra, os meios nacionais de comunicação emitem alertas e os comitês de proteção civil revisam os planos de evacuação. Quarenta e oito horas antes, as autoridades se concentram nos alertas emitidos nas zonas de alto risco. Doze horas antes protegem casas, removem escombros dispersos nos bairros e evacuam as pessoas.

Este sistema de alerta prévio tem se mostrado eficiente. Durante 2004, quando o furacão Charley açoitou, 70.000 casas foram danificadas e quatro pessoas morreram. No mês seguinte, quando da passagem do furacão Ivan, foram evacuadas mais de 2 milhões de pessoas e ninguém perdeu a vida.

### **3 - Desenvolver uma maior compreensão e conscientização**

#### **Utilizar o conhecimento, a inovação e a educação para criar uma cultura de segurança e resiliência em todos os níveis.**

Os desastres podem ser reduzidos consideravelmente se as pessoas se mantiverem informadas sobre as medidas que podem tomar para reduzir sua vulnerabilidade e se sentirem motivadas, para atuar. As principais atividades dirigidas ao desenvolvimento de uma maior conscientização sobre a prevenção de desastres incluem:

- Oferecer informação relevante sobre o risco de desastres e meios de proteção, em particular para aqueles cidadãos que habitam zonas de alto risco.
- Fortalecer as redes e promover o diálogo e a cooperação entre os especialistas em desastres, os especialistas técnicos e científicos, os encarregados do planejamento e outros atores.
- Incluir o tema da redução de riscos de desastres na educação formal e não formal, e igualmente nas atividades de capacitação.
- Desenvolver ou fortalecer os programas de base para a gestão do risco de desastres, e
- Trabalhar conjuntamente com os meios de comunicação em atividades dirigidas à conscientização sobre a redução do risco de desastres.

#### **O conhecimento local é essencial para a redução de desastres**

Na ilha de Simeleu, situada na frente das costas da Sumatra, de uma população de 83.000 habitantes, somente 07 morreram durante o

tsunami do oceano Índico. Em Aceh, uma zona continental próxima, 100.000 pessoas morreram.

A população de Simeleu mantém seu próprio conhecimento local sobre terremotos, que chamam de “smong”. Cada geração instruiu a seguintes sobre os sinais de alerta prévio de ameaças naturais.

“Em 1907 aconteceu um tsunami aqui em Simeleu, assim nossas avós sempre nos deram o seguinte conselho: Quando vai ocorrer um terremoto, devemos observar a praia. Se a maré está baixa, o smong ou tsunami se aproxima e devemos buscar zonas mais altas”.(Sr. DarmiliBhupati, Ilha de Simeleu).

#### ▪ **Objetivos Estratégicos**

A integração da redução de riscos de desastres nas políticas e no planejamento do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento ou fortalecimento das instituições, mecanismos e capacidades para aumentar a resiliência frente às ameaças. A incorporação sistemática dos enfoques da redução de riscos na implementação de programas de preparação, atenção e recuperação de emergências.

### **4 - Reduzir o risco**

#### **Reduzir os fatores fundamentais do risco**

A vulnerabilidade frente as ameaças naturais se incrementam de muitas formas, por exemplo:

- ao situar as comunidades em zonas propensas a estas ameaças, tais como as planícies aluviais;
- ao destruir os bosques e os manguezais, com os quais se danifica a capacidade do meio ambiente de fazer frente as ameaças, e
- ao não contar com mecanismos de seguridade social e financeira.

Os países podem desenvolver sua resiliência frente aos desastres ao investir em medidas simples e muito bem conhecidas para reduzir o risco e a vulnerabilidade. Os desastres podem ser reduzidos ao aplicarmos normas relevantes de construção para proteger infraestruturas vitais, tais como escolas, hospitais e casas.

Os edifícios vulneráveis podem ser modernizados para alcançar um nível mais alto de segurança. A proteção de valiosos ecossistemas, tais como recifes de coral e manguezais, permite que os mesmos atuem como barreiras naturais as tormentas. As iniciativas efetivas em matéria de seguros e microfinanças podem contribuir na transferência do risco e oferecer recursos adicionais.

## O desenvolvimento da resiliência protege as comunidades

Em geral, os edifícios inseguros e a falta de códigos de construção ou seu cumprimento, causam mais mortes que as próprias ameaças naturais. Em Bam, Iran, mais de 30.000 pessoas morreram e outras 30.000 ficaram feridas, quando em 26 de dezembro de 2003, um terremoto atingiu a cidade. Um dos principais fatores que contribuíram para este alto número de vítimas foi que os edifícios tradicionais de ladrilho de barro desmoronaram asfixiando as pessoas que estavam dentro. Praticamente, todos os sobreviventes ficaram sem casa, posto que 85% dos edifícios caíram.

*“As casas mataram as pessoas, não o terremoto”.* (Mohamed Rahimnejad, Engenheiro Civil, Iran).

## 5 - Esteja preparado e pronto para atuar

### Fortalecer a preparação em desastres para uma resposta eficaz a todo nível

Estar preparado, o que inclui a condição de avaliações de risco, antes de intervir no desenvolvimento em todos os níveis da sociedade, permitirá a população ser mais resistente as ameaças naturais. A preparação implica diferentes tipos de atividades, entre as quais se encontram:

- desenvolver e colocar em prática com frequência os planos de contingência,
- O estabelecimento de fundos de emergência para apoiar as atividades de preparação, resposta e recuperação,
- O desenvolvimento de enfoques regionais coordenados para uma efetiva resposta aos desastres, e
- um diálogo contínuo entre as agências encarregadas das atividades de resposta, os responsáveis pelo planejamento, os gestores de políticas e as organizações de desenvolvimento.

Assim mesmo, os exercícios frequentes de preparação em desastres, incluindo os simulados de evacuação, também são essenciais para garantir uma rápida e eficaz resposta frente aos desastres.

A organização e os planos efetivos de preparação também ajudam a fazer frente a muitos dos desastres de pequena e média magnitude, os quais se produzem reiteradamente em muitas comunidades. As ameaças naturais não podem ser prevenidas, mas é possível diminuir seu impacto ao reduzirmos a vulnerabilidade da população e suas fontes de sustento.



## **A preparação em desastres requer prática**

No Japão todos se sentem muito orgulhosos por estarem preparados em caso de terremoto. Durante o Dia da Prevenção de Desastres, que é celebrado todos os anos no Japão, muita gente de todas as partes do País participa em simulados de preparação em desastres, incluindo tanto os trabalhadores de emergência como o público em geral.

*“É extremamente importante que estejamos todos preparados para tal ocasião (uma ameaça natural). Não somente as instituições públicas, e sim que cada um de nós deve pensar na preparação para a prevenção de desastres e manifestá-la em nossas vidas cotidianas. O governo fará tudo que está ao seu alcance para que o Japão siga desenvolvendo sua capacidade de ser um país que pode enfrentar os desastres. Mas ao mesmo tempo, peço a cada um de vocês que faça o que está ao seu alcance, mediante a previsão dos danos que poderão ocorrer e ao contemplar os esforços de resgate que requeridos para que possam estar preparados para situações de emergência”. (Junichiro Koizumi, Primeiro-ministro do Japão).*

## **QUEM SÃO OS ENCARREGADOS DA REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES E DA IMPLEMENTAÇÃO DO MARCO DE HYOGO?**

A colaboração e a cooperação são elementos essenciais para a redução dos riscos de desastres: Os estados, os entes e instituições regionais, e as organizações internacionais devem desempenhar um papel importante nesta tarefa. Assim mesmo, a sociedade civil, incluindo os voluntários e as organizações de base, a comunidade científica, os meios de comunicação e o setor privado são atores essenciais. A seguinte é uma mostra da variedade e diversidade de atores e de suas responsabilidades principais:

### **Os Estados se responsabilizam por:**

- desenvolver mecanismos nacionais de coordenação,
- conduzir avaliações de referência sobre a situação da redução do risco de desastres,
- publicar e atualizar resumos dos programas nacionais,
- revisar o progresso nacional alcançado na consecução dos objetivos e as prioridades do Marco de Hyogo,
- se ocupar da aplicação de instrumentos jurídicos internacionais relevantes; e
- integrar a redução dos riscos de desastres as estratégias sobre mudança climática.

### **As organizações regionais se responsabilizam por:**

- promover programas regionais para a redução dos riscos de desastres;

- empreender e publicar avaliações de referência nos planos regionais e sub-regionais;
- coordenar os processos de revisão sobre o progresso alcançado na implementação do Marco de Ação de Hyogo na região;
- Estabelecer Centros Regionais de Colaboração; e
- oferecer seu apoio ao desenvolvimento de mecanismos regionais de alerta prévio.

#### **As organizações internacionais se responsabilizam por:**

- fomentar a integração da redução de riscos de desastres nos programas e marcos de assistência humanitária e do desenvolvimento sustentável,
- fortalecer a capacidade do Sistema das Nações Unidas de oferecer assistência aos países em desenvolvimento propensos aos desastres mediante iniciativas para a redução de riscos de desastres;
- oferecer apoio na recompilação dos dados e a elaboração de prognósticos, o intercâmbio de experiências e os sistemas de alerta prévio;
- respaldar os esforços do Estado mediante uma assistência internacional coordenada; e
- fortalecer a capacitação e o desenvolvimento de capacidade em torno da gestão de desastres.

#### **O Sistema da EIRD se responsabiliza por:**

- desenvolver uma matriz dos papéis a serem desempenhados e das iniciativas relacionadas com o Marco de Hyogo;
- facilitar a coordenação de ações tanto em nível internacional como regional;
- desenvolver indicadores de progresso alcançado para prestar assistência aos Estados na verificação do avanço da implementação do Marco de Hyogo;
- oferecer seu apoio às plataformas e aos mecanismos nacionais de coordenação;
- fomentar o intercâmbio das melhores práticas e lições aprendidas; e
- efetuar revisões sobre o progresso alcançado na consecução dos objetivos do Marco de Hyogo.

### **A Estratégia Internacional para a Redução de Desastres**

Os Estados membros das Nações Unidas adotaram a Estratégia Internacional para a Redução de Desastres (EIRD/ISDR) no ano de 2000, como mecanismo de continuidade ao Decênio Internacional sobre a Redução de Desastres Naturais (DIRDN) 1990-1999. O propósito desta estratégia era alcançar uma redução considerável das perdas que ocasionam os desastres, em igualdade construírem comunidades e

nações resistentes, como condição fundamental para o desenvolvimento sustentável.

O Sistema da EIRD abarca numerosas organizações, Estados e a sociedade civil em nível mundial, que trabalham juntas para reduzir as perdas que ocasionam os desastres e implementar o Marco de Ação de Hyogo.

Incentiva-se aos países a estabelecer as Plataformas Nacionais para a Redução de Riscos de Desastres ou outros mecanismos de coordenação. Os elementos internacionais do Sistema da EIRD são a Plataforma Global para a Redução de Riscos de Desastres e a Secretaria da ONU/EIRD.

A Plataforma Global para a Redução de Riscos de Desastres é o principal fórum mundial para os governos, agências das Nações Unidas, instituições financeiras internacionais, órgãos regionais, a sociedade civil, o setor privado e as comunidades científica e acadêmica. A plataforma se encarrega de incrementar o grau de consciência e reitera os compromissos adquiridos para compartilhar experiências sobre o processo de implementação entre os grupos envolvidos e os governos, abordando os vazios existentes e oferecendo um tipo de orientação estratégica e coerência na implementação do Marco de Hyogo. As plataformas temáticas (agrupamentos, redes, iniciativas) trabalham em torno de temas específicos da agenda da redução de riscos de desastres, tais como adaptação ao câmbio climático, educação, risco urbano, alerta prévio, recuperação e desenvolvimento de capacidades. A Plataforma Global designará um comitê para que ofereça orientação e assessoria em assuntos relacionados com as prioridades programáticas.

A Secretaria da ONU/EIRD exerce o papel de intermediário imparcial e equitativo, catalisador e ponto focal para a redução de riscos de desastres dentro das Nações Unidas e o Sistema da EIRD em geral. A Secretaria promove um compromisso até a redução do risco de desastre e a implementação do Marco de Hyogo, e informa sobre o progresso alcançado. O subsecretário Geral para Assuntos Humanitários se encarrega de supervisionar a Secretaria, a qual presta contas a Assembleia Geral sob uma agenda de desenvolvimento sustentável que coordena o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais.

## ANEXO IX - MARCO DE SENDAI 2015/2030

### I. PREÂMBULO

1. O presente marco pós-2015 para a redução do risco de desastres foi adotado na Terceira Conferência Mundial sobre a Redução do Risco de Desastres, realizada de 14-18 março de 2015, em Sendai, Miyagi, no Japão, representando uma oportunidade única para que os países pudessem:

(a) adotar um marco pós-2015 para a redução do risco de desastres conciso, focado e orientado para o futuro e para a ação;

(b) completar a avaliação e revisão da implementação do Marco de Ação de Hyogo 2005-2015: Construindo a resiliência das nações e comunidades frente aos desastres<sup>1</sup>;

(c) considerar a experiência adquirida com estratégias/instituições e planos regionais e nacionais para a redução do risco de desastres e suas recomendações, bem como acordos regionais relevantes no âmbito da implementação do Marco de Ação de Hyogo;

(d) identificar modalidades de cooperação com base nos compromissos para implementar um quadro pós-2015 para a redução do risco de desastres;

(e) determinar modalidades para a revisão periódica da implementação de um quadro pós-2015 para a redução do risco de desastres.

2. Durante a Conferência Mundial, os Estados também reiteraram seu compromisso com a redução do risco de desastres e com o aumento da resiliência<sup>2</sup> a desastres, um tema a ser abordado com renovado senso de urgência no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e, conforme adequado, integrado em políticas, planos, programas e orçamentos de todos os níveis e considerado dentro dos quadros relevantes.

---

<sup>1</sup> A/CONF.206/6 e Corr.1, cap. I, resolução 2.

<sup>2</sup> A resiliência é definida como: "Capacidade de um sistema, comunidade ou Sociedade exposto a riscos de resistir, absorver, adaptar-se e recuperar-se dos efeitos de um perigo de maneira tempestiva e eficiente, através, por exemplo, da preservação e restauração de suas estruturas básicas e funções essenciais", Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres (UNISDR), "Terminologia sobre a Redução de Risco de Desastres do UNISDR – 2009", Genebra, maio de 2009 (<http://www.unisdr.org/we/inform/terminology>).

O Marco de Ação de Hyogo: lições aprendidas, lacunas identificadas e desafios futuros

3. Desde a aprovação do Marco de Ação de Hyogo, em 2005, conforme documentado em relatórios de progresso nacionais e regionais sobre a sua execução e em outros relatórios globais, foram obtidos progressos na redução do risco de desastres nos níveis local, nacional, regional e global por países e outras partes interessadas, levando a uma diminuição da mortalidade no caso de alguns perigos<sup>3</sup>. A redução do risco de desastres é um investimento custo-eficiente na prevenção de perdas futuras.

A gestão eficaz dos riscos de desastres contribui para o desenvolvimento sustentável. Os países têm reforçado suas capacidades de gestão do risco de desastres. Mecanismos internacionais de consultoria estratégica, coordenação e construção de parcerias para a redução do risco de desastres, como a Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres e as plataformas regionais para a redução do risco de desastres, bem como outros fóruns internacionais e regionais pertinentes para a cooperação, são fundamentais para o desenvolvimento de políticas e estratégias e para o avanço do conhecimento e da aprendizagem mútua. De modo geral, o Marco de Ação de Hyogo tem sido um importante instrumento para aumentar a conscientização pública e institucional, gerando compromisso político, concentrando e catalisando as ações de uma série de partes interessadas em todos os níveis.

4. Durante o mesmo período de 10 anos, no entanto, os desastres continuaram a produzir grandes custos e, como resultado, o bem-estar e segurança de pessoas, comunidades e países como um todo foi afetado. Mais de 700 mil pessoas perderam a vida, mais de 1,4 milhão de pessoas ficaram feridas e cerca de 23 milhões ficaram desabrigadas em consequência de desastres. No total, mais de 1,5 bilhões de pessoas foram afetadas por desastres de várias maneiras. Mulheres, crianças e pessoas em situação de vulnerabilidade foram afetadas desproporcionalmente. A perda econômica total foi de mais de US\$ 1,3 trilhões. Além disso, entre 2008 e 2012, 144 milhões de pessoas foram deslocadas por catástrofes. Desastres, muitos dos quais são agravados pelas mudanças climáticas, se tornando mais frequentes e intensos,

---

<sup>3</sup> Perigo está definido no Marco de Ação de Hyogo como: "Evento físico, fenômeno ou atividade humana potencialmente prejudicial que pode causar a perda de vidas humanas ou ferimentos, danos à propriedade, ruptura social e econômica ou degradação ambiental. Os perigos incluem condições latentes que podem representar ameaças futuras e podem ter diferentes origens: naturais (geológicas, hidrometeorológicas e biológicas) ou induzidas por processos humanos (degradação ambiental e perigos tecnológicos).

restringem significativamente o progresso para o desenvolvimento sustentável. Evidências indicam que a exposição de pessoas e ativos em todos os países cresce mais rapidamente do que a redução da vulnerabilidade<sup>4</sup>, gerando novos risco e um aumento constante em perdas por desastres com significativo impacto sobre economia, sociedade, saúde, cultura e meio ambiente, a curto, médio e longo prazo, especialmente nos níveis local e comunitário. Pequenos desastres recorrentes e desastres de início lento afetam particularmente comunidades, famílias e pequenas e médias empresas, constituindo um percentual elevado das perdas totais. Todos os países - especialmente os países em desenvolvimento onde a mortalidade e as perdas econômicas são desproporcionalmente maiores - enfrentam o aumento dos níveis de possíveis custos e desafios ocultos para cumprir suas obrigações financeiras e de outros tipos.

5. É urgente e fundamental prever, planejar e reduzir o risco de desastres, a fim de proteger de forma mais eficaz pessoas, comunidades e países, seus meios de vida, saúde, patrimônio cultural, patrimônio socioeconômico e ecossistemas, fortalecendo, assim, sua resiliência.

6. É necessário redobrar o trabalho para reduzir a exposição e a vulnerabilidade, evitando a criação de novos riscos de desastres, bem como criar um sistema de responsabilização pela criação de riscos de desastres em todos os níveis. Ações mais dedicadas precisam ser centradas no combate a fatores subjacentes de risco de desastres, como, por exemplo, as consequências da pobreza e da desigualdade, mudanças e variabilidade climática, urbanização rápida e não planejada, má gestão do solo e fatores como a mudança demográfica, arranjos institucionais fracos, políticas não informadas sobre riscos, falta de regulamentação e incentivos para o investimento privado na redução do risco de desastres, cadeias de suprimentos complexas, limitada disponibilidade de tecnologia, usos insustentáveis de recursos naturais, ecossistemas em declínio, pandemias e epidemias. Além disso, é necessário seguir fortalecendo a boa governança na redução do risco de desastres nos níveis nacional, regional e global e melhorar a preparação e coordenação nacional para resposta a desastres, reabilitação e reconstrução, bem como usar a recuperação e a reconstrução pós-desastres para "Reconstruir Melhor", com apoio de modalidades reforçadas de cooperação internacional.

---

<sup>4</sup> A vulnerabilidade é definida no Marco de Ação de Hyogo como: "Condições determinadas por fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais que aumentam a suscetibilidade de uma comunidade ao impacto de riscos".

7. Deve haver uma abordagem mais ampla e centrada nas pessoas para prevenir os riscos de desastres. As práticas de redução do risco de desastres precisam ser multissetoriais e orientadas para uma variedade de perigos, devendo ser inclusivas e acessíveis para que possam se tornar eficientes e eficazes. Reconhecendo seu papel de liderança, regulamentação e coordenação, os governos devem envolver as partes interessadas, inclusive mulheres, crianças e jovens, pessoas com deficiência, pessoas pobres, migrantes, povos indígenas, voluntários, profissionais da saúde e idosos na concepção e implementação de políticas, planos e normas. É necessário que os setores público e privado e organizações da sociedade civil, bem como academia e instituições científicas e de pesquisa, trabalhem em conjunto e criem oportunidades de colaboração, e que as empresas integrem o risco de desastres em suas práticas de gestão.

8. A cooperação internacional, regional, sub-regional e transfronteiriça permanece fundamental no apoio aos esforços dos Estados, de suas autoridades nacionais e locais, bem como de comunidades e empresas para reduzir o risco de desastres. Pode ser necessário reforçar os mecanismos existentes, a fim de prestar apoio eficaz e alcançar uma melhor implementação. Os países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos, os pequenos Estados insulares, os países em desenvolvimento sem litoral e os países africanos, bem como países de renda média que passam por desafios específicos, precisam de atenção especial e de apoio para aumentar os recursos internos e capacidades através de canais bilaterais e multilaterais para assegurem meios adequados, sustentáveis e oportunos para a implementação em capacitação, apoio financeiro e técnico e transferência de tecnologia, de acordo com os compromissos internacionais.

9. De modo geral, o Marco de Ação de Hyogo forneceu orientações cruciais para os esforços destinados a reduzir o risco de desastres e contribuiu para o progresso no sentido de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Sua aplicação evidenciou, no entanto, uma série de lacunas na abordagem dos fatores subjacentes de risco de desastres, na formulação de metas e prioridades de ação<sup>5</sup>, na necessidade de promover a resiliência a desastres em todos os níveis e de garantir meios adequados de execução. As lacunas indicam a necessidade de desenvolver um marco voltado para a ação que os

---

<sup>5</sup> As prioridades Marco de Ação de Hyogo 2005-2015 são: (1) garantir que a redução do risco de desastres seja uma prioridade nacional e local com forte base institucional para a aplicação; (2) identificar, avaliar e monitorar os riscos de desastres e melhorar os sistemas de alerta precoce; (3) utilizar conhecimento, inovação e educação para criar uma cultura de segurança e resiliência em todos os níveis; (4) reduzir os fatores de risco subjacentes; e (5) fortalecer a preparação para desastres para permitir uma resposta eficaz em todos os níveis.



Governos e as partes interessadas possam implementar de forma apoiada e complementar, ajudando a identificar os riscos de desastres que precisam ser gerenciados e a orientar os investimentos para melhorar a resiliência.

10. Dez anos depois do Marco de Ação de Hyogo, os desastres continuam a se contrapor aos esforços para alcançar o desenvolvimento sustentável.

11. As negociações intergovernamentais sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015, financiamento para o desenvolvimento, mudanças climáticas e redução do risco de desastres fornecem à comunidade internacional uma oportunidade única para aumentar a coerência entre políticas, instituições, metas, indicadores e sistemas de medição para a implementação, respeitando seus respectivos mandatos. A garantia de ligações confiáveis entre esses processos de acordo com cada caso irá contribuir para o aumento da resiliência e para alcançar a meta global de erradicação da pobreza.

12. Vale lembrar que o resultado da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável de 2012, "O Futuro que Queremos" foi um apelo para que os temas da redução do risco de desastres e o aumento da resiliência a desastres fossem abordados com renovado senso de urgência no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e para que fossem integrados, conforme adequado, em todos os níveis. A Conferência também reafirma todos os princípios da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

13. Tratar das mudanças climáticas como um dos fatores que geram risco de desastres e seguir, ao mesmo tempo, o mandato da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas<sup>6</sup>, representa uma oportunidade para reduzir o risco de desastres de forma significativa e coerente em todos os processos intergovernamentais inter-relacionados.

14. Neste contexto, e de forma a reduzir o risco de desastres, é necessário enfrentar os atuais desafios e se preparar para os futuros, com foco em: monitoramento, avaliação e compreensão do risco de desastres e compartilhar essas informações e como elas são geradas; fortalecimento da governança do risco de desastres e coordenação entre

---

<sup>6</sup> As questões da mudança climática mencionadas no presente quadro permanecem dentro do mandato da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima no âmbito das competências das Partes da Convenção.

as instituições e os setores relevantes, bem como a participação plena e significativa das partes interessadas nos níveis adequados; investimento na resiliência econômica, social, de saúde, cultural e educacional de pessoas, comunidades e países e no meio ambiente, inclusive por meio de tecnologia e pesquisa; melhoria em sistemas de alerta precoce para vários perigos, preparação, resposta, recuperação, reabilitação e reconstrução. Para complementar as ações e capacidades nacionais, é necessário intensificar a cooperação internacional entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento e entre Estados e organizações internacionais.

15. O presente marco se aplica aos riscos de pequena e grande escala, frequentes e infrequentes, súbitos e lentos, de causa natural ou humana, bem como aos riscos e perigos ambientais, tecnológicos e biológicos. Ele tem como objetivo orientar a gestão do risco de desastres para vários perigos no desenvolvimento em todos os níveis, nos âmbitos intra e interssetorial.

## II. RESULTADO ESPERADO E OBJETIVO

16. Embora tenham sido realizados alguns progressos em aumentar a resiliência e reduzir perdas e danos, uma redução substancial do risco de desastres exige perseverança e persistência, com foco mais explícito nas pessoas, em sua saúde e seus meios de subsistência, com acompanhamento regular. Baseado no Marco de Ação de Hyogo, o atual marco tem por objetivo alcançar o seguinte resultado ao longo dos próximos 15 anos:

*Redução substancial nos riscos de desastres e nas perdas de vidas, meios de subsistência e saúde, bem como de ativos econômicos, físicos, sociais, culturais e ambientais de pessoas, empresas, comunidades e países*

A realização deste resultado exige o forte empenho e envolvimento de lideranças políticas em todos os países, em todos os níveis da implementação e acompanhamento deste quadro e na criação de um ambiente propício adequado.

17. Para atingir o resultado esperado, o seguinte objetivo deve ser buscado:

*Prevenir novos riscos e reduzir o risco de desastres existente, implementando medidas econômicas, estruturais, jurídicas, sociais, de*

*saúde, culturais, educacionais, ambientais, tecnológicas, políticas e institucionais integradas e inclusivas que previnam e reduzam a exposição a perigos e a vulnerabilidade a desastres, aumentar a preparação para resposta e recuperação, e, assim, aumentar a resiliência*

Alcançar este objetivo exige o reforço da capacidade de implementação e das capacidades dos países em desenvolvimento, particularmente dos países menos desenvolvidos, dos pequenos Estados insulares, dos países em desenvolvimento sem litoral e dos países africanos, bem como dos países de renda média que enfrentam desafios específicos, incluindo a mobilização de apoio através da cooperação internacional para o fornecimento de meios de implementação de acordo com as suas prioridades nacionais.

18. Para apoiar a avaliação do progresso global em atingir o resultado e o objetivo deste quadro, sete metas globais foram acordadas. Essas metas serão medidas no nível global e serão complementadas por trabalho para desenvolver indicadores apropriados.

As metas e os indicadores nacionais irão contribuir para a realização do resultado e do objetivo deste quadro.

As sete metas globais são:

- (a) reduzir substancialmente a mortalidade global por desastres até 2030, com o objetivo de reduzir a média de mortalidade global por 100.000 habitantes entre 2020-2030, em comparação com 2005-2015.
- (b) reduzir substancialmente o número de pessoas afetadas em todo o mundo até 2030, com o objetivo de reduzir a média global por 100.000 habitantes entre 2020-2030, em comparação com 2005-2015<sup>7</sup>.
- (c) reduzir as perdas econômicas diretas por desastres em relação ao produto interno bruto (PIB) global até 2030.
- (d) reduzir substancialmente os danos causados por desastres em infraestrutura básica e a interrupção de serviços básicos, como unidades de saúde e educação, inclusive por meio do aumento de sua resiliência até 2030.
- (e) aumentar substancialmente o número de países com estratégias nacionais e locais de redução do risco de desastres até 2020.
- (f) intensificar substancialmente a cooperação internacional com os países em desenvolvimento por meio de apoio adequado e sustentável

<sup>7</sup> Categorias de pessoas afetadas serão elaboradas no processo de trabalho pós-Sendai decidido pela Conferência.

para complementar suas ações nacionais para a implementação deste quadro até 2030.

(g) aumentar substancialmente a disponibilidade e o acesso a sistemas de alerta precoce para vários perigos e as informações e avaliações sobre o risco de desastres para o povo até 2030.

### III. PRINCÍPIOS NORTEADORES

19. A partir dos princípios contidos na Estratégia de Yokohama para um Mundo mais Seguro: Diretrizes para a Prevenção de Desastres Naturais, Preparação e Mitigação e seu Plano de Ação<sup>8</sup> e do Marco de Ação de Hyogo, a aplicação do atual marco será guiada pelos seguintes princípios, considerando, ao mesmo tempo, as circunstâncias nacionais, e em conformidade com as leis nacionais e com obrigações e compromissos internacionais:

(a) cada Estado tem a responsabilidade fundamental de prevenir e reduzir os riscos de desastres, inclusive por meio de cooperação internacional, regional, sub-regional, transfronteiriça e bilateral. A redução do risco de desastres é uma preocupação comum a todos os Estados e a medida em que os países em desenvolvimento são capazes de efetivamente melhorar e implementar políticas e medidas nacionais de redução do risco de desastres, considerando suas circunstâncias e capacidades, pode ser aumentada através da cooperação internacional sustentável;

(b) a redução do risco de desastres demanda que as responsabilidades sejam compartilhadas pelos governos centrais e por autoridades, setores e partes interessadas nacionais relevantes, conforme apropriado às circunstâncias nacionais e ao sistema de governança;

(c) a gestão do risco de desastres é destinada a proteger as pessoas e seus bens, saúde, meios de vida e bens de produção, bem como seu patrimônio cultural e ambiental, além de promover e proteger todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento;

(d) a redução do risco de desastres exige engajamento e cooperação de toda a sociedade. Exige, também, empoderamento e participação inclusiva, acessível e não-discriminatória, com especial atenção para as

---

<sup>8</sup> A / CONF.172 / 9, cap. I, resolução 1, anexo I.

pessoas desproporcionalmente afetadas por desastres, especialmente os mais pobres. Uma perspectiva de gênero, idade, deficiência e cultura em todas as políticas e práticas; e a promoção da liderança de mulheres e jovens; neste contexto, especial atenção deve ser dada para a melhoria do trabalho voluntário organizado dos cidadãos;

(e) a redução e a gestão do risco de desastres dependem de mecanismos de coordenação intra e interssetoriais e com as partes interessadas em todos os níveis, exigindo também o empenho integral de todas as instituições públicas de natureza executiva e legislativa em nível nacional e local e uma articulação clara das responsabilidades de cada uma das partes interessadas públicas e privadas, incluindo empresas e universidades, para garantir a comunicação, parceria e complementaridade de funções, bem como responsabilidade e acompanhamento;

(f) embora o papel dos governos nacionais e federais dos Estados em facilitar, orientar e coordenar ações permaneça essencial, é necessário habilitar as autoridades e comunidades locais para reduzir o risco de desastres, inclusive por meio de recursos, incentivos e responsabilidades de tomada de decisões, conforme apropriado;

(g) a redução do risco de desastres requer uma abordagem para vários perigos e tomada de decisões inclusiva e informada sobre os riscos, com base no livre intercâmbio e na divulgação de dados desagregados, inclusive por sexo, idade e deficiência, bem como em informações sobre riscos de fácil acesso, atualizadas, de fácil compreensão, com base científica e não confidenciais, complementadas por conhecimentos tradicionais;

(h) o desenvolvimento, o fortalecimento e a implementação de políticas, planos, práticas e mecanismos precisam visar a coerência, conforme necessário, entre as agendas de desenvolvimento sustentável e crescimento, segurança alimentar, saúde e segurança, mudanças e variabilidade climática, gestão ambiental e redução de risco de desastres. A redução do risco de desastres é essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável;

(i) embora os fatores de risco de desastres possam ser locais, nacionais, regionais ou globais, os riscos de desastres têm características locais e específicas que devem ser compreendidas para determinar as medidas de redução do risco de desastres;

(j) abordar os fatores subjacentes de risco de desastres através de investimentos públicos e privados informados sobre riscos é mais custo-eficiente do que concentrar-se principalmente em resposta pós-

desastres e recuperação, contribuindo, também, para o desenvolvimento sustentável;

(k) na fase de reconstrução reabilitação e reabilitação pós-desastres é fundamental evitar a criação e reduzir os riscos de desastres por meio de uma estratégia de "Reconstruir Melhor", com aumento da educação e sensibilização da sociedade sobre o risco de desastres;

(l) uma parceria global efetiva e significativa e a intensificação da cooperação internacional, incluindo o cumprimento dos respectivos compromissos oficiais de auxílio ao desenvolvimento por parte dos países desenvolvidos, são elementos essenciais para uma gestão eficaz do risco de desastres;

(m) Os países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos, os pequenos Estados insulares, os países em desenvolvimento sem litoral e os países africanos, bem como os países de renda média e outros países que enfrentam desafios específicos de risco de desastres, precisam receber de países desenvolvidos e parceiros apoio adequado, sustentável e tempestivo, por meio de financiamento, transferência de tecnologia e capacitação, entre outros, considerando suas necessidades e prioridades.

#### **IV. PRIORIDADES DE AÇÃO**

20. Considerando a experiência adquirida com a implementação do Marco de Ação de Hyogo e buscando o resultado e o objetivo esperados, há necessidade de uma ação focada nos âmbitos intra e intersetorial, promovida pelos Estados nos níveis local, nacional, regional e global, nas quatro áreas prioritárias a seguir:

1. Compreensão do risco de desastres.
2. Fortalecimento da governança do risco de desastres para gerenciar o risco de desastres;
3. Investimento na redução do risco de desastres para a resiliência;
4. Melhoria na preparação para desastres a fim de providenciar uma resposta eficaz e de Reconstruir Melhor em recuperação, reabilitação e reconstrução.

21. Em sua abordagem à redução do risco de desastres, organizações nacionais, regionais e internacionais e outras partes interessadas devem

levar em consideração as principais atividades listadas em cada uma destas quatro prioridades e devem implementá-las, conforme adequado, tendo em consideração as respectivas capacidades e competências, de acordo com as leis e os regulamentos nacionais.

22. Em um contexto de crescente interdependência global, a cooperação internacional concertada, um ambiente internacional favorável e meios de execução são necessários para estimular e contribuir para desenvolver conhecimentos, capacidades e motivação para a redução do risco de desastres em todos os níveis, especialmente para os países em desenvolvimento.

### **Prioridade 1. Compreensão do risco de desastres**

23. As políticas e práticas para a gestão do risco de desastres devem ser baseadas em uma compreensão clara do risco em todas as suas dimensões de vulnerabilidade, capacidade, exposição de pessoas e bens, características dos perigos e meio ambiente. Tal conhecimento pode ser aproveitado para realizar uma avaliação de riscos pré-desastre, para prevenção e mitigação e para o desenvolvimento e a implementação de preparação adequada e resposta eficaz a desastres.

- **Contexto nacional e local**

24. Para conseguir isso, é importante:

- (a) Realizar coleta análise, gestão e uso de dados e informações práticas relevantes. Garantir sua divulgação, tendo em conta as necessidades das diferentes categorias de usuários, conforme apropriado;
- (b) Incentivar o uso e o fortalecimento de parâmetros de referência e avaliar periodicamente os riscos de desastres, vulnerabilidade, capacidade, exposição, características dos perigos e seus possíveis efeitos sequenciais, na escala social e espacial relevante, sobre os ecossistemas, de acordo com as circunstâncias nacionais;
- (c) Desenvolver, atualizar e divulgar periodicamente, conforme adequado, informações sobre risco de desastres específicas a cada local, incluindo mapas de risco, para os decisores políticos, o público em geral e as comunidades em risco de desastre, em formato adequado e utilizando, conforme o caso, tecnologia de informação geoespacial;



- (d) Sistemáticamente avaliar, registrar, compartilhar e prestar contas públicas de perdas por desastres e compreender os impactos sobre o patrimônio econômico, social, de saúde, educação, ambiental e cultural, conforme o caso, no contexto de informações sobre vulnerabilidades e exposição a perigos específicas para cada evento;
- (e) Tornar informações desagregadas não confidenciais sobre exposição a perigos, vulnerabilidade, risco, desastres e perdas amplamente disponíveis e acessíveis, conforme apropriado;
- (f) Promover acesso em tempo real a dados confiáveis, fazer uso do espaço e de informações in situ, incluindo sistemas de informação geográfica (SIG), e utilizar inovações em tecnologia da informação e comunicação para melhorar as ferramentas de medição e a coleta, análise e divulgação de dados;
- (g) Ampliar o conhecimento de funcionários do governo de todos os níveis, sociedade civil, comunidades e voluntários, bem como do setor privado, por meio do compartilhamento de experiências, lições aprendidas, boas práticas e formação e educação sobre a redução do risco de desastres, incluindo o uso de mecanismos existentes de formação e educação e aprendizagem entre pares;
- (h) Promover e melhorar o diálogo e a cooperação entre comunidades científicas e tecnológicas, outras partes interessadas e decisores políticos relevantes, a fim de facilitar uma interface ciência-política para a tomada de decisões eficientes na gestão do risco de desastres;
- (i) Garantir a utilização de conhecimentos e práticas tradicionais, indígenas e locais, conforme o caso, para complementar o conhecimento científico na avaliação do risco de desastres e para o desenvolvimento e a implementação de políticas, estratégias, planos e programas de setores específicos, com uma abordagem transetorial, que deve ser adaptado às localidades e ao contexto;
- (j) Reforçar a capacidade técnica e científica de aproveitar e consolidar os conhecimentos existentes, bem como desenvolver e aplicar metodologias e modelos para avaliar riscos de desastres, vulnerabilidades e exposição a todos os perigos;
- (k) Promover investimentos em inovação e no desenvolvimento de tecnologia em pesquisas de longo prazo, sobre uma variedade de riscos e orientadas para soluções em gestão do risco de desastres a fim de tratar de lacunas, obstáculos, interdependências e desafios sociais, econômicos, educacionais e ambientais e dos riscos de desastres;

- (l) Promover a incorporação de conhecimento sobre o risco de desastres - incluindo prevenção, mitigação, preparação, resposta, recuperação e reabilitação - na educação formal e não-formal, bem como na educação cívica de todos os níveis e no ensino e treinamento profissionalizante;
- (m) Promover estratégias nacionais para reforçar a educação e a conscientização pública sobre a redução do risco de desastres, incluindo informações e conhecimentos sobre o risco de desastres, por meio de campanhas, mídias sociais e mobilização comunitária, tendo em conta os públicos específicos e as suas necessidades;
- (n) Aplicar informações sobre riscos em todas as suas dimensões de vulnerabilidade, capacidade e exposição de pessoas, comunidades, países e ativos, bem como as características dos perigos, para desenvolver e implementar políticas de redução do risco de desastres;
- (o) Intensificar a colaboração entre pessoas em nível local para divulgar informações sobre o risco de desastres através do envolvimento de organizações comunitárias e de organizações não-governamentais.

#### ▪ Contexto global e regional

25. Para conseguir isso, é importante:

- (a) Melhorar o desenvolvimento e a divulgação de metodologias e ferramentas científicas para o registro e compartilhamento de perdas por desastres e de dados desagregados e estatísticas relevantes, bem como fortalecer a modelagem, a avaliação, o mapeamento e o monitoramento do risco de desastres, bem como sistemas de alerta precoce para vários perigos;
- (b) Promover a realização de estudos abrangentes riscos de desastres com vários perigos e o desenvolvimento de avaliações e mapas de risco de desastres regionais, incluindo cenários de mudanças climáticas;
- (c) Promover e melhorar, por meio da cooperação internacional, incluindo a transferência de tecnologia, o acesso, o compartilhamento e o uso de dados e informações não confidenciais e, conforme adequado, comunicações e tecnologias geoespaciais e baseadas no espaço e serviços relacionados. Manter e ampliar observações locais e remotas da Terra e do clima. Fortalecer o uso dos meios de comunicação, incluindo mídias sociais, meios de comunicação tradicionais, big data e redes de telefonia móvel para apoiar medidas nacionais para a

comunicação bem-sucedida do risco de desastres, conforme o caso e de acordo com as legislações nacionais;

(d) Promover esforços comuns, em parceria com a comunidade científica e tecnológica, a academia e o setor privado para criar, divulgar e compartilhar boas práticas em nível internacional;

(e) Apoiar o desenvolvimento de sistemas e serviços locais, nacionais, regionais e globais de fácil utilização para o intercâmbio de informações sobre boas práticas, tecnologias de redução do risco de desastres custo-eficientes e fáceis de usar e lições aprendidas sobre políticas, planos e medidas para a redução do risco de desastres;

(f) Desenvolver campanhas globais e regionais eficazes como instrumentos para a sensibilização e educação da sociedade, com base em campanhas já existentes (por exemplo, a iniciativa "Um milhão de escolas e hospitais seguros", a campanha "Construindo cidades Resilientes: minha cidade está se preparando", o Prêmio Sasakawa das Nações Unidas para a Redução de Desastres e o Dia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres), a fim de promover uma cultura de prevenção de desastres, resiliência e cidadania responsável, gerar compreensão dos riscos de desastres, apoiar a aprendizagem mútua, compartilhar experiências. Incentivar as partes interessadas públicas e privadas a se engajar e participar ativamente de tais iniciativas e a desenvolver novas iniciativas nos níveis local, nacional, regional e global;

(g) Aprimorar o trabalho científico e técnico sobre a redução do risco de desastres e sua mobilização através da coordenação de redes existentes e de institutos de pesquisa científica em todos os níveis e regiões, com apoio do Grupo Consultivo Científico e Técnico do UNISDR, a fim de: reforçar a base de evidências para apoiar a implementação deste marco; promover a pesquisa científica sobre padrões, causas e efeitos dos riscos de desastres; divulgar informações sobre os riscos com o melhor uso da tecnologia da informação geoespacial; fornecer orientações sobre metodologias e normas de avaliação de riscos, modelagem de risco de desastres e uso de dados; identificar as lacunas de pesquisa e tecnologia e estabelecer recomendações para as áreas prioritárias de pesquisa para a redução do risco de desastres; promover e apoiar a disponibilidade e a aplicação de ciência e tecnologia para a tomada de decisões; contribuir para a atualização da Terminologia de 2009 do UNISDR sobre a Redução do Risco de Desastres; usar avaliações pós- desastre como oportunidades para melhorar a aprendizagem e as políticas públicas; e divulgar estudos;

(h) Incentivar a disponibilização de materiais protegidos por direitos autorais e patentes, inclusive por meio de concessões negociadas conforme o caso.

(i) Melhorar o acesso e apoio a tecnologia e inovação, bem como, no longo-prazo, pesquisa e desenvolvimento sobre vários riscos e com foco em soluções para a gestão do risco de desastres.

## **Prioridade 2. Fortalecimento da governança do risco de desastres para gerenciar o risco de desastres.**

26. A governança do risco de desastres nos níveis nacional, regional e global tem grande importância para uma gestão eficaz e eficiente dos riscos de desastres. É necessário ter visão clara, planos, competências, orientação e coordenação intra e intersetorial, bem como a participação das partes interessadas. O fortalecimento da governança do risco de desastres para prevenção, mitigação, preparação, resposta, recuperação e reabilitação é, portanto, necessário e promove colaboração e parceria entre mecanismos e instituições para a implementação de instrumentos relevantes para a redução do risco de desastres e para o desenvolvimento sustentável.

### **▪ Contexto nacional e local**

27. Para conseguir isso, é importante:

(a) Integrar a redução do risco de desastres de modo intra e intersetorial. Avaliar e promover a coerência e o desenvolvimento, conforme apropriado, de marcos nacionais e locais de leis, regulamentos e políticas públicas, que, através da definição de papéis e responsabilidades, orientem os setores público e privado para:

(i) tratar do risco de desastres em serviços e infraestruturas de propriedade, gestão ou regulamentação pública; (ii) promover e incentivar, conforme adequado, ações promovidas por pessoas, famílias, comunidades e empresas; (iii) aperfeiçoar mecanismos e iniciativas pertinentes para transparência sobre o risco de desastres, incluindo, entre outros, incentivos financeiros, iniciativas de conscientização e treinamento para a sociedade, exigência de relatórios e medidas legais e administrativas; e (iv) estabelecer coordenação e estruturas organizacionais;

- (b) Adotar e aplicar estratégias e planos nacionais e locais de redução do risco de desastres, em diferentes escalas de tempo, com metas, indicadores e prazos, com o objetivo de impedir a criação de riscos, reduzir os riscos existentes e aumentar a resiliência econômica, social, de saúde e ambiental;
- (c) Realizar uma avaliação técnica, financeira e administrativa da capacidade de gestão do risco de desastres para lidar com os riscos identificados nos níveis local e nacional;
- (d) Promover o estabelecimento de mecanismos e incentivos necessários para garantir elevados níveis de conformidade com as disposições para o aumento da segurança existentes em leis e regulamentações setoriais, inclusive naquelas voltadas para o uso da terra e planejamento urbano, códigos de construção, gestão ambiental e de recursos e normas de saúde e segurança, e atualizar tais instrumentos, quando necessário, para garantir uma orientação adequada sobre a gestão do risco de desastres;
- (e) Desenvolver e fortalecer, conforme apropriado, mecanismos para acompanhamento, avaliação periódica e relatórios públicos sobre os progressos em planos nacionais e locais. Promover o escrutínio público e incentivar debates institucionais, inclusive por parlamentares e outras autoridades competentes, sobre os relatórios de progresso dos planos locais e nacionais para a redução do risco de desastres;
- (f) Atribuir, conforme apropriado, papéis claros e tarefas a representantes da comunidade no âmbito das instituições e dos processos de gestão do risco de desastres e tomada de decisões utilizando marcos legais pertinentes. Realizar consultas públicas e comunitárias abrangentes durante o desenvolvimento de tais leis e regulamentos para apoiar a sua implementação;
- (g) Estabelecer e fortalecer fóruns de coordenação do governo compostos pelas partes interessadas pertinentes em nível nacional e local, como plataformas nacionais e locais para a redução do risco de desastres e um ponto focal nacional designado para a implementação do marco pós-2015. É necessário que tais mecanismos tenham uma base sólida nos marcos institucionais nacionais com responsabilidades e autoridade claramente atribuídas para, entre outros, identificar risco de desastres setoriais e multissetoriais, aumentar a conscientização e o conhecimento do risco de desastres através do compartilhamento e da divulgação de informações e dados não confidenciais sobre o risco de desastres, contribuir e coordenar relatórios locais e nacionais sobre o risco de desastres, coordenar campanhas de conscientização pública sobre o risco de desastres, facilitar e apoiar a cooperação multissetorial

em nível local (por exemplo, entre governos locais), contribuir para a determinação e para relatórios sobre planos nacionais e locais de gestão de risco de desastres e para todas as políticas relevantes para a gestão do risco de desastres. Essas responsabilidades devem ser estabelecidas por meio de leis, regulamentos, normas e procedimentos;

(h) Capacitar as autoridades locais, conforme adequado, por meio de normas e financiamento para trabalhar em coordenação com a sociedade civil, comunidades e povos indígenas e migrantes na gestão do risco de desastres em nível local;

(i) Incentivar parlamentares a apoiar a implementação da redução do risco de desastres através do desenvolvimento de novas leis ou de alterações em leis existentes e pela alocação de recursos orçamentais;

(j) Promover o desenvolvimento de padrões de qualidade, tais como certificações e prêmios, para a gestão do risco de desastres, com a participação do setor privado, da sociedade civil, bem como de associações profissionais, organizações científicas e da ONU;

(k) Quando aplicável, formular políticas destinadas a abordar as questões de prevenção ou realocação, quando possível, de assentamentos humanos em zonas sujeitas a risco de desastres, em conformidade com a legislação e os sistemas jurídicos nacionais.

#### ▪ Contexto global e regional

28. Para conseguir isso, é importante:

(a) Orientar as ações em nível regional por meio de estratégias e mecanismos regionais e sub-regionais acordados para a cooperação objetivando a redução do risco de desastres, conforme adequado à luz deste marco, a fim de promover um planejamento mais eficiente, criar sistemas de informação comuns e realizar o intercâmbio de boas práticas e programas de cooperação e desenvolvimento de capacidades, principalmente para enfrentar riscos de desastres comuns e transfronteiriços;

(b) Promover colaboração entre mecanismos e instituições globais e regionais para a implementação e coerência entre instrumentos e ferramentas relevantes para a redução do risco de desastres, por exemplo, para as mudanças climáticas, biodiversidade, desenvolvimento sustentável, erradicação da pobreza, meio ambiente, agricultura, saúde, alimentação e nutrição, entre outros, conforme apropriado;

- (c) Participar ativamente da Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres, das plataformas regionais e sub-regionais para a redução do risco de desastres e das plataformas temáticas, a fim de estabelecer parcerias, periodicamente avaliar o progresso na implementação e compartilhar práticas e conhecimentos a respeito de políticas, programas e investimentos informados sobre o risco de desastres, inclusive no que diz respeito a questões de desenvolvimento e de clima, conforme apropriado, e promover a integração da gestão do risco de desastres em outros setores relevantes. As organizações intergovernamentais regionais devem desempenhar um papel importante nas plataformas regionais para a redução do risco de desastres;
- (d) Promover a cooperação transfronteiriça para permitir políticas e planejamento para a implementação de abordagens baseadas no ecossistema, no que diz respeito a recursos compartilhados, por exemplo, em bacias hidrográficas e ao longo da orla costeira, para aumentar a resiliência e reduzir o risco de desastres, incluindo riscos de epidemias e deslocamento;
- (e) Promover a aprendizagem mútua e o intercâmbio de boas práticas e de informações por meio de, entre outros, revisões de pares voluntárias e iniciadas espontaneamente entre estados interessados;
- (f) Conforme necessário, promover o fortalecimento de mecanismos voluntários internacionais para acompanhamento e avaliação dos riscos de desastres, incluindo dados e informações relevantes, beneficiando-se da experiência do Monitoramento do Marco de Ação de Hyogo. Esses mecanismos podem promover o intercâmbio de informações não confidenciais sobre os riscos de desastres entre órgãos do governo nacional e partes interessadas, em prol do desenvolvimento social e econômico sustentável;

### **Prioridade 3. Investir na redução do risco de desastres para a resiliência.**

29. O investimento público e privado na prevenção e na redução de riscos de desastres através de medidas estruturais e não estruturais é essencial para melhorar a resiliência econômica, social, cultural e de saúde de pessoas, comunidades, países e ativos, bem como do meio ambiente. Esses podem ser fatores de estímulo para inovação, crescimento e criação de empregos. Tais medidas são custo-eficientes



e fundamentais para salvar vidas, prevenir e reduzir perdas e garantir a recuperação e reabilitação eficaz.

▪ **Contexto nacional e local**

30. Para conseguir isso, é importante:

- (a) Alocar os recursos necessários, inclusive financeiros e logísticos, conforme apropriado, em todos os níveis da administração para o desenvolvimento e a implementação de políticas, planos, leis e regulamentos de gestão de risco de desastres em todos os setores relevantes;
- (b) Promover mecanismos para a transferência de riscos de desastres e seguros, compartilhamento de riscos e retenção e proteção financeira, conforme apropriado, para investimento público e privado, a fim de reduzir o impacto financeiro dos desastres sobre os governos e as sociedades, em áreas urbanas e rurais;
- (c) Fortalecer, conforme adequado, os investimentos públicos e privados resilientes a desastres, especialmente por meio de: medidas estruturais, não estruturais e funcionais de prevenção e redução de riscos de desastres em instalações críticas, principalmente em escolas e hospitais e infraestruturas físicas; construir melhor desde o início para suportar os perigos através de projeto e construção adequados, incluindo a utilização dos princípios de design universal e a padronização dos materiais de construção; reforma e reconstrução; promover uma cultura de manutenção; e considerar avaliações de impacto econômico, social, estrutural, tecnológico e ambiental;
- (d) Proteger ou apoiar a proteção de instituições culturais e de coleção e de outros locais de interesse histórico, cultural ou religioso;
- (e) Promover a resiliência ao risco de desastres dos locais de trabalho por meio de medidas estruturais e não estruturais;
- (f) Promover a integração das avaliações de risco de desastres no desenvolvimento e na implementação de políticas de uso da terra, incluindo o planejamento urbano, avaliações de degradação do solo e habitações informais e não permanentes, bem como o uso de diretrizes e ferramentas de acompanhamento informadas por previsões de alterações demográficas e ambientais;
- (g) Promover a integração da avaliação do mapeamento e da gestão do risco de desastres no planejamento e na gestão do desenvolvimento

rural de, entre outros, montanhas, rios, planícies aluviais costeiras, zonas áridas, pântanos e todas as outras áreas propensas a secas e inundações, nomeadamente através da identificação de áreas seguras para o assentamento humano, preservando, simultaneamente, as funções ecossistêmicas que ajudam a reduzir os riscos;

(h) Promover a revisão de códigos existentes ou o desenvolvimento de novos códigos de construção, normas e práticas de reabilitação e de reconstrução, em nível nacional ou local, conforme o caso, com o objetivo de torná-los mais aplicáveis no contexto local, especialmente em assentamentos humanos informais e marginais, bem como reforçar a capacidade de implementar, examinar e fazer cumprir esses códigos, por meio de uma abordagem adequada, com vista a promover estruturas resistentes a desastres;

(i) Aumentar a resiliência dos sistemas nacionais de saúde, inclusive através da integração da gestão do risco de desastres no atendimento de saúde primário, secundário e terciário, especialmente em nível local; capacitar os profissionais da saúde para compreender o risco de desastres e aplicar e implementar abordagens de redução do risco de desastres no trabalho em saúde; e promover e reforçar as capacidades de formação no domínio da medicina de desastres; e apoiar e treinar grupos comunitários de saúde sobre abordagens à redução do risco de desastres em programas de saúde, em colaboração com outros setores, bem como sobre a implementação do Regulamento Sanitário Internacional (2005) da Organização Mundial de Saúde;

(j) Melhorar o projeto e a implementação de políticas de inclusão e mecanismos de proteção social, inclusive por meio do envolvimento da comunidade, integrados com programas de melhoria dos meios de subsistência e acesso a serviços básicos de saúde, inclusive saúde materna, neonatal e infantil, saúde sexual e reprodutiva, segurança alimentar e nutrição, habitação e educação, para a erradicação da pobreza, com o objetivo de encontrar soluções duradouras na fase pós-desastres e de capacitar e ajudar as pessoas desproporcionalmente afetadas por desastres;

(k) As pessoas com risco de vida e doenças crônicas, devido às suas necessidades específicas, devem ser incluídas na elaboração de políticas e planos para gerenciar seus riscos antes, durante e depois de desastres, incluindo acesso a serviços de salvamento de vidas;

(l) Incentivar a adoção de políticas e programas relacionados à mobilidade humana induzida por desastres, a fim de aumentar a resiliência das pessoas afetadas e das comunidades que as recebem, de acordo com as leis e circunstâncias nacionais;

- (m) Promover, conforme adequado, a integração de considerações e medidas de redução do risco de desastres em instrumentos financeiros e fiscais;
- (n) Fortalecer o uso e a gestão sustentável dos ecossistemas e implementar abordagens integradas de gestão ambiental e de recursos naturais que incluam a redução do risco de desastres;
- (o) Aumentar a resiliência de empresas e a proteção a meios de subsistência e bens produtivos ao longo das cadeias de abastecimento. Assegurar a continuidade dos serviços e integrar a gestão do risco de desastres em modelos e práticas de negócios;
- (p) Reforçar a proteção de meios de subsistência e bens produtivos, incluindo gado, animais de trabalho, ferramentas e sementes;
- (q) Promover e integrar abordagens de gestão do risco de desastres em toda a indústria do turismo, considerando que muitas vezes há grande dependência do turismo como atividade econômica fundamental.

#### ▪ Contexto global e regional

31. Para conseguir isso, é importante:

- (a) Promover a coerência entre sistemas, setores e organizações relacionadas com o desenvolvimento sustentável e com a redução do risco de desastres em seus planos, políticas, programas e processos;
- (b) Promover o desenvolvimento e o reforço dos mecanismos e instrumentos de transferência e compartilhamento do risco de desastres, em estreita cooperação com parceiros da comunidade internacional, empresas, instituições financeiras internacionais e outras partes interessadas;
- (c) Promover a cooperação entre entidades e redes acadêmicas, científicas e de pesquisa e o setor privado a fim de desenvolver novos produtos e serviços para ajudar a reduzir o risco de desastres, particularmente aqueles que poderiam ajudar os países em desenvolvimento em seus desafios específicos;
- (d) Incentivar a coordenação entre instituições financeiras globais e regionais com o objetivo de avaliar e prever os possíveis impactos econômicos e sociais de desastres;
- (e) Intensificar a cooperação entre autoridades de saúde e outras partes interessadas relevantes para aumentar a capacidade de países

para a gestão do risco de desastres para a saúde, implementar o Regulamento Sanitário Internacional (2005) e construir sistemas de saúde resilientes;

(f) Fortalecer e promover a colaboração e capacitação para a proteção de bens produtivos, incluindo gado, animais de trabalho, ferramentas e sementes;

(g) Promover e apoiar o desenvolvimento de redes de segurança social como medidas de redução do risco de desastres ligadas e integradas com programas de reforço dos meios de subsistência, a fim de garantir a resiliência a impactos nos níveis familiar e comunitário;

(h) Fortalecer e ampliar os esforços internacionais para erradicação da fome e da pobreza, através da redução do risco de desastres;

(i) Promover e apoiar a colaboração entre as partes interessadas públicas e privadas relevantes para aumentar a resiliência de empresas aos desastres.

#### **Prioridade 4. Melhorar a preparação para desastres a fim de providenciar uma resposta eficaz e para Reconstruir Melhor em recuperação, reabilitação e reconstrução**

32. O crescimento constante do risco de desastres, incluindo o aumento da exposição de pessoas e ativos, combinado com as lições aprendidas com desastres do passado, indica a necessidade de reforçar ainda mais a preparação para resposta a desastres, tomar medidas com base na previsão de eventos, integrar a redução do risco de desastres na preparação para resposta e assegurar que exista capacidade para resposta e recuperação eficazes em todos os níveis. É fundamental promover o empoderamento das mulheres e das pessoas com deficiência para liderar publicamente e promover abordagens de resposta, recuperação, reabilitação e reconstrução com igualdade de gênero e acesso universal. Os desastres demonstram que a fase de recuperação, reabilitação e reconstrução, que deve ser preparado antes que ocorra um desastre, é uma oportunidade fundamental para reconstruir melhor, inclusive pela integração da redução do risco de desastres em medidas de desenvolvimento, construindo nações e comunidades resilientes aos desastres.

▪ **Contexto nacional e local**

33. Para conseguir isso, é importante:

- (a) Preparar ou revisar e atualizar periodicamente políticas, planos e programas de prevenção de desastres e de contingência, com a participação das instituições pertinentes e considerando cenários de mudanças climáticas e seu impacto sobre o risco de desastres, e facilitar, conforme adequado, a participação de todos os setores e partes interessadas;
- (b) Investir, desenvolver, manter e fortalecer sistemas de previsão e alerta precoce focados nas pessoas, para vários perigos e multissetoriais, mecanismos de comunicação de emergência e risco de desastres, tecnologias sociais e sistemas de telecomunicações de monitoramento de perigos. Desenvolver esses sistemas por meio de um processo participativo. Adequá-los às necessidades dos usuários, incluindo necessidades sociais e culturais, especialmente de gênero. Promover a aplicação de equipamentos e instalações de alerta precoce simples e de baixo custo e ampliar os canais de difusão para informações de alerta precoce sobre desastres naturais;
- (c) Promover a resiliência de infraestruturas básicas novas e antigas, incluindo infraestrutura de água, transporte e telecomunicações, instituições de ensino, hospitais e outros estabelecimentos de saúde, com o objetivo de garantir que permaneçam seguras, eficazes e operacionais durante e após catástrofes, a fim de fornecer serviços essenciais e de salvamento de vidas;
- (d) Estabelecer centros comunitários para promover a conscientização da sociedade e o armazenamento dos materiais necessários para a implementação das atividades de salvamento e socorro;
- (e) Adotar políticas e ações públicas que apoiem o papel dos funcionários públicos em estabelecer ou fortalecer mecanismos e procedimentos de coordenação e de financiamento para ajuda de emergência e em planejar e fazer preparativos para a recuperação e reconstrução pós-desastres;
- (f) Treinar funcionários e voluntários para trabalho em resposta a desastres e aprimorar as capacidades técnicas e logísticas a fim de garantir uma melhor resposta em situações de emergência;
- (g) Assegurar a continuidade das operações e do planejamento, incluindo recuperação social e econômica e a prestação de serviços básicos no período pós-desastre;

- (h) Promover exercícios regulares de preparação para desastres, resposta e recuperação, incluindo exercícios de evacuação, treinamento e estabelecimento de sistemas de apoio para áreas específicas, com o objetivo de assegurar uma resposta rápida e eficaz aos desastres e aos deslocamentos relacionados, incluindo acesso a um abrigo seguro, alimentos essenciais e suprimentos não alimentícios de ajuda, conforme adequado às necessidades locais;
- (i) Promover a cooperação de diversas instituições, várias autoridades e atores relacionados em todos os níveis, incluindo as comunidades e empresas afetadas, tendo em conta a natureza complexa e onerosa da reconstrução pós-desastres, sob a coordenação das autoridades nacionais;
- (j) Promover a incorporação da gestão do risco de desastres nos processos de recuperação e reabilitação pós-desastres, facilitar a ligação entre ajuda de emergência, reabilitação e desenvolvimento. Aproveitar oportunidades durante a fase de recuperação para desenvolver capacidades que reduzam o risco de desastres a curto, médio e longo prazo, inclusive por meio do desenvolvimento de medidas como planejamento do uso da terra, melhoria nos padrões estruturais e compartilhamento de competências, conhecimentos, avaliações e lições aprendidas pós-desastres. Integrar a reconstrução pós-desastre ao desenvolvimento econômico e social sustentável das áreas afetadas. Isso também deve ser aplicável aos assentamentos temporários para pessoas deslocadas por desastres;
- (k) Desenvolver orientações de preparação para a reconstrução após desastres, por exemplo, sobre planejamento do uso do solo e melhoria dos padrões estruturais, aproveitando também lições aprendidas de programas de recuperação e reconstrução ao longo da década, desde a adoção do Marco de Ação de Hyogo, e trocando experiências, conhecimentos e lições aprendidas;
- (l) Sempre que possível, considerar a remoção de instalações e infraestruturas públicas para áreas fora da faixa de risco, sempre que possível, no processo de reconstrução pós-desastres, consultando as pessoas envolvidas, conforme apropriado;
- (m) Reforçar a capacidade das autoridades locais para evacuar as pessoas que vivem em áreas propensas a desastres;
- (n) Estabelecer um mecanismo de registro de casos e um banco de dados de mortalidade causada por desastres a fim de melhorar a prevenção de morbidade e mortalidade;

(o) Melhorar esquemas de recuperação para fornecer apoio psicossocial e serviços de saúde mental para todas as pessoas necessitadas;

(p) Avaliar e fortalecer, conforme adequado, as leis e os procedimentos nacionais em matéria de cooperação internacional, com base nas orientações para a facilitação doméstica e nas regulamentações internacionais de socorro e assistência inicial para a recuperação.

#### ▪ Contexto global e regional

34. Para conseguir isso, é importante:

(a) Desenvolver e fortalecer, conforme necessário, abordagens regionais coordenadas e mecanismos operacionais para se preparar e garantir uma resposta a desastres rápida e eficaz em situações que ultrapassem as capacidades nacionais de enfrentamento;

(b) Promover maior desenvolvimento e difusão de instrumentos, tais como normas, códigos, manuais operacionais e outros instrumentos de orientação para apoiar uma ação coordenada em matéria de preparação e resposta a desastres e facilitar o compartilhamento de informações sobre lições aprendidas e melhores práticas para a aplicação de políticas e programas de reconstrução pós-desastres;

(c) Promover maior desenvolvimento e investimento em mecanismos de alerta precoce para vários perigos que sejam regionais, efetivos, nacionalmente compatíveis e, quando pertinente, em conformidade com o Quadro Global de Serviços de Clima e facilitar o compartilhamento e o intercâmbio de informações entre países;

(d) Aprimorar mecanismos internacionais, tais como a Plataforma de Recuperação Internacional, para o compartilhamento de experiências e aprendizagens entre países e todas as partes interessadas;

(e) Apoiar, conforme apropriado, entidades relevantes das Nações Unidas para fortalecer e implementar mecanismos globais sobre questões hidrometeorológicas, a fim de promover a sensibilização e melhorar a compreensão de riscos de desastres relacionados à água e seu impacto sobre a sociedade, e propor estratégias de redução do risco de desastres, a pedido dos Estados;

(f) Apoiar a cooperação regional para lidar com a preparação para desastres, inclusive por meio de exercícios e treinamentos comuns;



- (g) Promover protocolos regionais para facilitar o compartilhamento de capacidades de resposta e recursos durante e após catástrofes;
- (h) Treinar a força de trabalho e os voluntários existentes para resposta a desastres.

## **V. PAPEL DAS PARTES INTERESSADAS**

35. Embora os Estados tenham a responsabilidade geral de reduzir o risco de desastres, esta é uma responsabilidade compartilhada entre governos e partes interessadas. Em específico, as partes interessadas não estatais desempenham um papel importante como facilitadoras, prestando apoio aos Estados de acordo com as políticas, as leis e os regulamentos nacionais, na aplicação do marco nos níveis local, nacional, regional e global. Serão necessários seu empenho, boa vontade, conhecimento, experiência e recursos.

36. Ao determinar papéis e responsabilidades específicas para as partes interessadas, com base, também, nos instrumentos internacionais relevantes, os Estados devem encorajar as seguintes ações por parte de todas as partes interessadas públicas e privadas:

(a) Sociedade civil, voluntários, organizações de trabalho voluntário e organizações comunitárias devem: participar, em colaboração com instituições públicas, para, entre outros, fornecer conhecimento específico e orientação pragmática no contexto do desenvolvimento e da implementação de marcos normativos, padrões e planos para a redução do risco de desastres; engajar-se na implementação e no monitoramento de planos e estratégias locais, nacionais, regionais e globais; contribuir e apoiar a conscientização pública, uma cultura de prevenção e a educação sobre o risco de desastres; e lutar por comunidades resilientes e por uma gestão do risco de desastres inclusiva e para toda a sociedade, reforçando as sinergias entre grupos, conforme adequado. A este respeito, devemos observar que:

(i) As mulheres e sua participação são fundamentais para o gerenciamento eficaz dos riscos de desastres e para a elaboração, captação de recursos e implementação de políticas, planos e programas de redução do risco de desastres sensíveis ao gênero; e medidas de capacitação adequadas precisam ser tomadas para empoderar as mulheres para a preparação e para capacitá-las para a subsistência por meios alternativos em situações pós-desastre;

(ii) Crianças e jovens são agentes de mudança e devem ter espaço e modos de contribuir para a redução do risco de desastres, de acordo com a legislação, com a prática nacional e com os currículos educacionais;

(iii) As pessoas com deficiências e suas organizações são fundamentais na avaliação do risco de desastres e na concepção e implementação de planos adaptados a exigências específicas, tendo em conta, nomeadamente, os princípios do design universal;

(iv) As pessoas mais velhas têm anos de conhecimentos, habilidades e sabedoria, que são ativos valiosos para reduzir o risco de desastres, e devem ser incluídas na elaboração de políticas, planos e mecanismos, inclusive para aviso precoce;

(v) Os povos indígenas, por meio de sua experiência e conhecimento tradicional, fornecem uma importante contribuição para o desenvolvimento e a implementação de planos e mecanismos, inclusive para aviso precoce;

(vi) Os migrantes contribuem para a resiliência das comunidades e sociedades e seus conhecimentos, habilidades e capacidades podem ser úteis na concepção e implementação da redução do risco de desastres.

(b) Academia, entidades e redes científicas e de pesquisa devem: concentrar-se nos fatores e cenários de risco de desastres, incluindo novos riscos de desastres, a médio e longo prazo; intensificar a pesquisa para aplicação regional, nacional e local; apoiar a ação de comunidades e autoridades locais; e apoiar a interface entre política e ciência para a tomada de decisões;

(c) Empresas, associações profissionais e instituições financeiras do setor privado, incluindo órgão reguladores de finanças e contabilidade, bem como fundações filantrópicas, devem: integrar a gestão do risco de desastres, incluindo a continuidade dos negócios, em modelos e práticas de negócios por meio de investimentos informados sobre o risco de desastres, especialmente em micro, pequenas e médias empresas; envolver-se em atividades de conscientização e treinamento para seus funcionários e clientes; participar e apoiar pesquisa e inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico para a gestão do risco de desastres; compartilhar e divulgar conhecimentos, práticas e dados não confidenciais; e participar ativamente, conforme adequado e sob orientação do setor público, no desenvolvimento de estruturas normativas e normas técnicas que incorporem a gestão do risco de desastres;

(d) Os meios de comunicação devem: assumir um papel ativo e inclusivo nos níveis local, nacional, regional e global, contribuindo para a sensibilização e para o entendimento do público, e divulgar informações precisas e não confidenciais sobre risco de desastres, perigos e desastres, incluindo desastres de pequena escala, de modo fácil de entender, simples, transparente e acessível, em estreita cooperação com as autoridades nacionais; adotar políticas de comunicação específicas para a redução do risco de desastres; apoiar, conforme apropriado, sistemas de alerta precoce e medidas de proteção para salvar vidas; e estimular uma cultura de prevenção e forte envolvimento da comunidade em campanhas de educação pública e consultas públicas em todos os níveis da sociedade, em conformidade com as práticas nacionais.

37. Com referência à resolução 68/211 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 20 de dezembro de 2013, os compromissos das partes interessadas são importantes para identificar formas de cooperação e para implementar este marco. Esses compromissos precisam ser específicos e ter prazos definidos a fim de apoiar o desenvolvimento de parcerias em nível local, nacional, regional e global e a implementação de planos e estratégias locais e nacionais para redução do risco de desastres. Todas as partes interessadas são encorajadas a divulgar seus compromissos e seu cumprimento em apoio à implementação do marco ou dos planos nacionais e locais de gestão do risco de desastres através do site do Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR).

## **VI. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E PARCERIA GLOBAL**

### **Considerações gerais**

38. Dadas as suas diferentes capacidades e a ligação entre o nível de apoio que recebem e a medida em que serão capazes de implementar o presente marco, os países em desenvolvimento demandam melhores disposições de meios de implementação, incluindo recursos tempestivos, sustentáveis e adequados, através da cooperação internacional e da parceria global para o desenvolvimento, e apoio internacional contínuo para reforçar seus esforços de redução do risco de desastres.

39. A cooperação internacional para a redução do risco de desastres inclui uma variedade de fontes e é um elemento crucial para apoiar os

esforços dos países em desenvolvimento para reduzir o risco de desastres.

40. Tratando da disparidade econômica e da disparidade de inovação tecnológica e capacidade de pesquisa entre os países, é fundamental melhorar a transferência de tecnologia, o que envolve um processo para possibilitar e facilitar os fluxos de habilidades, conhecimentos, ideias, know-how e tecnologia dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento na implementação do atual marco.

41. Os países em desenvolvimento propensos a desastres, em particular os países menos desenvolvidos, os pequenos Estados insulares, os países em desenvolvimento sem litoral e os países africanos, bem como os países de renda média que enfrentam desafios específicos, merecem especial atenção em função de seus níveis mais elevados de vulnerabilidade e de risco, que muitas vezes excedem em muito a sua capacidade de responder e se recuperar de desastres. Essa vulnerabilidade requer o reforço urgente da cooperação internacional e assegurar parcerias genuínas e duráveis nos níveis regional e internacional, a fim de apoiar os países em desenvolvimento na implementação deste marco, de acordo com as suas prioridades e necessidades nacionais. Similar atenção e assistência adequada também devem ser prestadas a outros países suscetíveis a desastres com características específicas, como os países arquipelágicos e países com litorais extensos.

42. Os desastres podem afetar desproporcionalmente pequenos Estados insulares em desenvolvimento, devido às suas vulnerabilidades únicas e particulares. Os efeitos dos desastres, alguns dos quais aumentaram em intensidade e foram exacerbados pelas mudanças climáticas, impedem seu progresso em direção ao desenvolvimento sustentável. Dado o caso especial dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, há uma necessidade urgente de aumentar a resiliência e de prestar apoio especial pela implementação dos resultados da Trajetória das Modalidades Aceleradas de Ação para PEID (Samoa)<sup>9</sup> na área de redução do risco de desastres.

43. Os países africanos continuam a enfrentar desafios relacionados a desastres e riscos crescentes, incluindo aqueles relacionados com o aumento da resiliência de infraestrutura, saúde e meios de subsistência. Estes desafios exigem uma maior cooperação internacional e apoio adequado aos países africanos, a fim de permitir a implementação do presente marco.

---

<sup>9</sup> Resolução 69/15 da Assembleia Geral, anexo.

44. A cooperação Norte-Sul, complementada por cooperação Sul-Sul e triangular, tem se provado fundamental para reduzir o risco de desastres e, portanto, é necessário fortalecer ainda mais a cooperação em ambas as áreas. Parcerias também têm papel importante por permitirem aproveitar todo o potencial dos países e apoiar as suas capacidades nacionais na gestão do risco de desastres e na melhoria do bem-estar socioeconômico e da saúde de pessoas, comunidades e países.

45. Os esforços de países em desenvolvimento que oferecem cooperação Sul-Sul e triangular não devem reduzir a cooperação Norte-Sul dos países desenvolvidos, pois eles complementam a cooperação Norte-Sul.

46. O financiamento de diversas fontes internacionais; a transferência de tecnologias públicas e privadas ambientalmente seguras, confiáveis, acessíveis, adequadas e modernas, sob condições de concessão e preferência, por mútuo acordo; assistência aos países em desenvolvimento por meio de capacitações; e ambientes institucionais e políticos propícios em todos os níveis são meios altamente importantes para reduzir o risco de desastres.

#### ▪ Meios de implementação

47. Para conseguir isto, é necessário:

(a) Reafirmar que os países em desenvolvimento precisam de maior auxílio internacional coordenado, sustentado, e adequado para a redução do risco de desastres, em particular para os países menos desenvolvidos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, países em desenvolvimento sem litoral e países africanos, bem como os países de renda média que enfrentam desafios específicos, por meio de canais bilaterais e multilaterais, inclusive por um maior apoio técnico e financeiro e pela transferência de tecnologia em condições de concessão e preferência, de acordo com termos mutuamente acordados, para o desenvolvimento e o fortalecimento de suas capacidades;

(b) Melhorar o acesso dos estados, em especial dos países em desenvolvimento, a financiamento, tecnologia ambientalmente segura, ciência e inovação inclusiva, bem como ao conhecimento e ao compartilhamento de informações através dos mecanismos existentes, especialmente acordos de colaboração bilaterais, regionais e

multilaterais, incluindo a Organização das Nações Unidas e outros organismos pertinentes;

(c) Promover o uso e a ampliação de plataformas temáticas de cooperação, tais como agrupamentos globais de tecnologias e sistemas globais para o compartilhamento de know-how, inovação e pesquisa e para garantir o acesso a tecnologia e informação sobre a redução do risco de desastres.

(d) Incorporar medidas de redução do risco de desastres em programas multilaterais e bilaterais de assistência ao desenvolvimento, nos âmbitos intra e intersetorial, conforme apropriado, relacionados com redução da pobreza, desenvolvimento sustentável, gestão de recursos naturais, meio ambiente, desenvolvimento urbano e adaptação às mudanças climáticas;

#### ▪ Apoio de organizações internacionais

48. As necessidades para apoiar a execução do presente marco são:

(a) A Organização das Nações Unidas e outras organizações internacionais e regionais, instituições financeiras internacionais e regionais e agências doadoras empenhadas na redução do risco de desastres deverão, conforme adequado, melhorar a coordenação de suas estratégias a este respeito;

(b) As entidades do sistema das Nações Unidas, incluindo fundos, programas e agências especializadas, através do Plano de Ação da ONU para a Redução do Risco de Desastres para a Resiliência, dos Marcos de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e de programas nacionais, deverão promover o melhor uso de recursos e apoiar países em desenvolvimento, quando solicitado, na implementação do presente marco, em coordenação com outras estruturas relevantes, tais como o Regulamento Sanitário Internacional (2005), inclusive através do desenvolvimento e do fortalecimento de capacidades e de programas claros e focados para apoiar as prioridades dos Estados de forma equilibrada, coordenada e sustentável, no âmbito dos respectivos mandatos;

(c) O Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR), em particular, deverá apoiar a implementação, o acompanhamento e a avaliação deste marco por meio de: elaboração de avaliações periódicas sobre o progresso, especialmente para a Plataforma Global, e, conforme apropriado, de forma atempada com o processo de acompanhamento na Organização das Nações Unidas,

apoio ao desenvolvimento de acompanhamento global e regional coerente e indicadores coerentes e coordenados, conforme apropriado, com outros mecanismos relevantes para o desenvolvimento sustentável e as mudanças climáticas e atualização do Monitoramento do Marco de Ação de Hyogo existente na web em conformidade com eles; participação ativa no trabalho do Grupo Inter-Agências e de Peritos em Indicadores do Desenvolvimento Sustentável; produção de orientações práticas e baseadas em evidências para a implementação, em estreita colaboração com os Estados, e através da mobilização de peritos; fortalecimento de uma cultura de prevenção entre as partes interessadas, por meio do apoio ao desenvolvimento de normas por especialistas e organizações técnicas, iniciativas de ativismo e divulgação de informações, políticas e práticas sobre o risco de desastres, bem como a oferta de educação e treinamento sobre a redução do risco de desastres por meio de organizações filiadas; apoio aos países, inclusive através das plataformas nacionais ou de equivalentes, para o desenvolvimento de planos nacionais e acompanhamento das tendências e padrões de riscos, perdas e impactos de desastres; convocação da Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres e apoio à organização de plataformas regionais para a redução do risco de desastres, em cooperação com as organizações regionais; direção da revisão do Plano de Ação da ONU sobre a Redução do Risco de Desastres para a Resiliência; auxílio para o fortalecimento e apoio continuado ao Grupo Consultivo Científico e Técnico da Conferência Internacional sobre o Risco de Desastres na mobilização da ciência e de trabalhos técnicos sobre a redução do risco de desastres; direção, em estreita coordenação com os Estados, da atualização da Terminologia de 2009 sobre Redução de Risco de Desastres, em conformidade com a terminologia acordada pelos Estados; e registro dos compromissos das partes interessadas;

(d) As instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento, deverão considerar as prioridades marco quadro para a prestação de apoio financeiro e empréstimos para a redução integrada do risco de desastres nos países em desenvolvimento;

(e) Outras organizações internacionais e órgãos de tratados, incluindo a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, instituições financeiras internacionais, em nível global e regional, e a Cruz Vermelha Internacional e o Movimento do Crescente Vermelho deverão apoiar os países em desenvolvimento, quando solicitado, na implementação deste marco, em coordenação com outras estruturas relevantes;



(f) O Pacto Global das Nações Unidas, como a principal iniciativa das Nações Unidas para o envolvimento com o setor privado e empresas, deverá envolver-se ainda mais e promover a importância crucial da redução do risco de desastres para o desenvolvimento sustentável e a resiliência;

(g). A capacidade total do sistema das Nações Unidas para ajudar os países em desenvolvimento na redução do risco de desastres deverá ser reforçada por meio de recursos adequados provenientes de vários mecanismos de financiamento, incluindo contribuições maiores, tempestivas, estáveis e previsíveis para o Fundo Fiduciário das Nações Unidas para a Redução de Desastres e pela ampliação do papel do Fundo em relação à implementação do presente marco.

(h) A União Interparlamentar, bem como outros organismos e mecanismos regionais pertinentes para parlamentares, deverá, conforme apropriado, continuar apoiando e defendendo a redução do risco de desastres e o reforço dos marcos jurídicos nacionais;

(i) A organização Cidades Unidas e Governos Locais e outros órgãos competentes dos governos locais deverão continuar a apoiar a cooperação e aprendizagem mútua entre os governos locais para a redução do risco de desastres e para a execução do presente marco.

#### ▪ **Ações de acompanhamento**

49. A Conferência convida a Assembleia Geral, em sua septuagésima sessão, a considerar a possibilidade de incluir a avaliação do progresso global na implementação deste marco para a redução do risco de desastres como parte de seus processos de acompanhamento integrado e coordenado para conferências e cúpulas das Nações Unidas, alinhados com o Conselho Econômico e Social, o Fórum Político de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável e os ciclos quadrienais de revisão política abrangente, conforme adequado, tendo em conta as contribuições da Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres e das plataformas regionais para a redução do risco de desastres e do Monitoramento do Marco de Ação de Hyogo.

50. A Conferência recomenda à Assembleia Geral a criação, em sua sexagésima-nona sessão, de um grupo de trabalho intergovernamental aberto, composto por especialistas indicados pelos Estados-Membros, e apoiado pelo Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR), com a participação de partes interessadas, para o desenvolvimento de um conjunto de possíveis indicadores para medir o progresso global na aplicação deste marco em conjunto com o trabalho do grupo interagências de peritos em indicadores de desenvolvimento

sustentável. A conferência também recomenda que o Grupo de Trabalho considere as recomendações do Grupo Consultivo Científico e Técnico sobre a atualização da Terminologia de 2009 do UNISDR sobre a Redução do Risco de Desastres, até dezembro de 2016, e que o resultado de seu trabalho seja submetido à Assembleia Geral para consideração e adoção.

## **ANEXO X - DECRETO Nº 18.064, DE 12 DE AGOSTO DE 2022**

DECRETO: DECRETO Nº 18.064, DE 12 DE AGOSTO DE 2022.

Edição: 6580 | 1ª Edição | Ano XXVIII | Publicada em: 13/08/2022

GP - Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 18.064, DE 12 DE AGOSTO DE 2022.

Dispõe sobre o Grupo Gestor de Riscos e Desastres.

O PREFEITO DE BELO HORIZONTE, no exercício da atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 108 da Lei Orgânica,

DECRETA:

**Art. 1º - O Grupo Gestor de Riscos e Desastres - GGRD - é responsável por coordenar ações para:**

I - prevenir, mitigar e responder a situações de risco e desastres, bem como coordenar estratégias a fim de se preparar para essas situações;

II - restabelecer os locais em situações de risco e afetados por desastres, bem como coordenar ações para reconstruí-los.

Art. 2º - O GGRD deliberará sobre as ações e intervenções emergenciais a serem realizadas durante o período de chuvas e nas situações de risco e desastres, com o objetivo de agilizar e otimizar a atuação e disponibilização de recursos humanos, logísticos e financeiros, conforme preconizado no Plano de Contingências de Belo Horizonte.

Art. 3º - O GGRD será composto por membros indicados pelos seguintes órgãos e entidades:

I - Gabinete do Prefeito;

II - Secretaria Municipal de Governo - SMGO;

III - Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - Smobi;

IV - Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção;

V - Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania;

VI - Secretaria Municipal de Saúde;

VII - Secretaria Municipal de Política Urbana;

VIII - Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel;

IX - Superintendência de Desenvolvimento da Capital - Sudecap;

X - Superintendência de Limpeza Urbana - SLU;

XI - Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte - Sumob.

Parágrafo único - O GGRD reunirá semanalmente no período de chuvas e, extraordinariamente, quando necessário, devendo se manter em regime de sobreaviso.

Art. 4º - Ficam asseguradas ao GGRD as seguintes prerrogativas:

I - convocar servidor ou empregado público municipal para prestar assessoramento técnico e emitir parecer em assuntos específicos;

II - convidar outros órgãos, empresas ou instituições para participação nas reuniões, com o fim de contribuir para o alcance dos objetivos do grupo.

Art. 5º - A coordenação do GGRD será exercida pelo representante da SMGO, substituído, em suas ausências e impedimentos, pelo representante da Smobi.

Parágrafo único - A articulação executiva do GGRD será exercida pela Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil da Smobi, com atribuições de:

I - organizar e coordenar as atividades necessárias à proteção e defesa civil nas áreas de risco e em situações de desastres no Município;

II - gerenciar as equipes de plantões de finais de semana e feriados;

III - organizar as reuniões ordinárias semanais e extraordinárias, nos termos do parágrafo único do art. 3º.

Art. 6º - Os Coordenadores de Atendimento Regional, em apoio às políticas setoriais, exercerão a articulação entre suas respectivas coordenadorias e o GGRD para cumprimento das ações deliberadas.

Art. 7º - Fica revogado o Decreto nº 15.398, de 27 de novembro de 2013.

Art. 8º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2022.

Fuad Noman

Prefeito de Belo Horizonte



**PREFEITURA**  
**BELO HORIZONTE**



# **PROTOCOLO DE ATUAÇÃO INTEGRADA EM EVENTOS DE CHUVA**

23.09.20

**INTRODUÇÃO.....3**  
Modelo de Gestão e linhas de atuação.....3  
Estrutura do protocolo.....4

**FLUXO DE ATIVIDADES.....7**

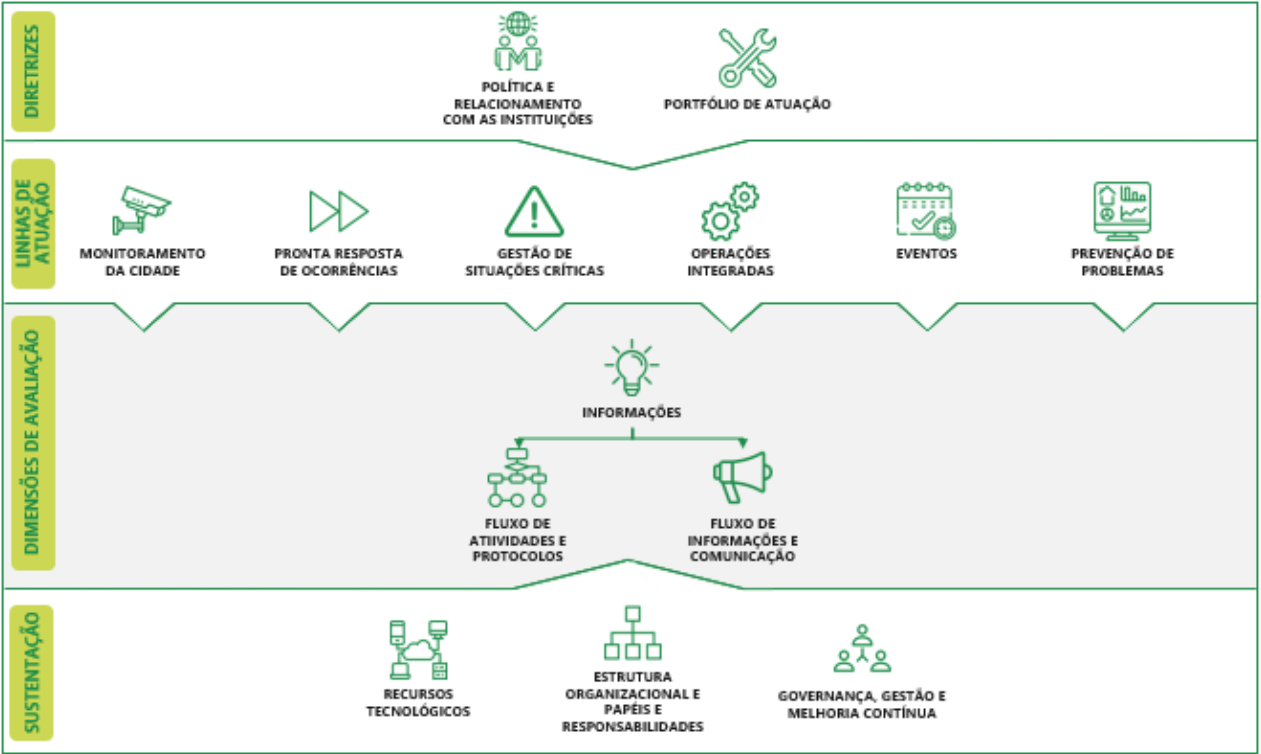
**DETALHAMENTO DE ETAPAS.....8**  
Prevenção/Mitigação de eventos de chuva.....8  
Preparação para eventos de chuva.....9  
Resposta a eventos de chuva.....21  
Atribuições específicas.....30  
Interface com CICC-MG.....31

**ANEXOS.....32**  
Anexo I-a – Resumo de atribuições .....33  
Anexo I-b – Resumo de atribuições .....34  
Anexo II – Glossário de siglas .....35



# INTRODUÇÃO

O Modelo de Gestão Integrada do COP-BH define seis linhas de atuação para o Centro, sendo essas: Monitoramento da Cidade, Pronta Resposta de Ocorrências, Gestão de Situações Críticas, Operações Integradas, Eventos e Prevenção de Problemas. Cada uma destas linhas de atuação possui um protocolo de atuação integrada, com as regras gerais. Além disso, é relevante pactuar as regras para naturezas específicas de problemas públicos, tal como os eventos de chuva (por exemplo alagamentos, enxurradas e inundações), objeto do presente Protocolo.



Modelo de Gestão do COP-BH

# DESCRIÇÃO LINHAS DE ATUAÇÃO

A linha de atuação de **MONITORAMENTO DA CIDADE** consiste no monitoramento preventivo e inteligente da cidade, por meio do uso de câmeras, sensores e informações de inteligência que visam antecipar a identificação de ocorrências e eventos, analisar os riscos, gerar alertas e possibilitar a adoção tempestiva de ações que visem evitar ou minimizar seu impacto, criando, assim, uma consciência situacional compartilhada a respeito da cidade.

A linha de atuação de **PRONTA RESPOSTA** consiste na articulação das instituições e de seus agentes para atendimento de ocorrências de caráter multiagência e/ou críticas (urgentes e/ou impactantes) com o propósito de favorecer uma resposta ágil, efetiva e resolutive aos incidentes que vierem a ocorrer na cidade. Essa linha de atuação se materializa num trabalho 24 horas por dia, 7 dias na semana, num ambiente chamado Sala de Controle Integrado – SCI, com a presença de instituições municipais e estaduais de segurança, ordem pública, mobilidade, fiscalização, emergência em saúde, defesa civil, serviços urbanos, dentre outros

A linha de atuação de **GESTÃO DE SITUAÇÕES CRÍTICAS**: as situações críticas podem ser identificadas por alertas de risco do monitoramento da cidade e/ou pela avaliação de criticidade de ocorrências de pronta resposta, impactando o estágio operacional da cidade e demandando o acionamento de outros níveis de governança, com base nas diretrizes da liderança situacional do problema. Consiste na articulação das instituições para execução das ações de contingência planejadas ou não, na gestão de Postos de Comando de nível local ou de Grupo Tático de Gestão de Situação Crítica, ou até mesmo no suporte à atuação de Gabinetes de Crise, instituídos pelo nível estratégico;

A linha de atuação de **OPERAÇÕES INTEGRADAS** consiste na articulação de diferentes instituições para, a partir de um planejamento operacional integrado, tratar-se problemas específicos da cidade que demandem uma atuação planejada e antecipada. As operações integradas devem ser registradas, priorizadas, categorizadas conforme o nível de governança, planejadas operacionalmente junto às instituições e sob diretrizes da liderança situacional do problema, bem como monitoradas e avaliadas;

A linha de atuação de **EVENTOS** consiste na articulação de diversas instituições envolvidas na promoção de eventos e atrações, tanto aqueles organizados por promotores particulares, quanto eventos promovidos por órgãos da PBH, como o Carnaval, visando consolidar um planejamento operacional integrado que viabilize a sua realização. Tal planejamento deve ter em vista todos os impactos que os eventos podem gerar para a cidade. Além disso, a atuação contempla o acompanhamento da realização das ações previstas nos planejamentos e o monitoramento de possíveis incidentes que possam vir a ocorrer nos eventos, bem como a gestão integrada de grandes eventos por meio de Postos de Comando;

A linha de atuação de **PREVENÇÃO DE PROBLEMAS** trata dos problemas públicos que acontecem no dia a dia da cidade a partir de um método estruturado de identificação, análise e resposta, intitulado no COP-BH de metodologia GISP (Gestão Integrada de Segurança e Prevenção).

# ESTRUTURA DO PROTOCOLO

O seguinte protocolo possui uma estrutura pautada no **fluxo de atividades específico** de cada situação trabalhada. Portanto, inicia-se o protocolo apresentando-se seu **objetivo geral** e seu **fluxo de atividades**, composto por uma **sequência de etapas**, descritas inicialmente de forma geral. Em seguida, o protocolo será detalhado, estabelecendo quais **instituições estão envolvidas** e quais são suas **atribuições específicas em cada etapa**. Além disso, **regras de negócio** serão expostas **com maior detalhamento** para cada etapa. Por fim, o protocolo traz como anexo um **resumo das atribuições** de todas as instituições envolvidas.



## ESTRUTURA DO PROTOCOLO

O seguinte protocolo possui uma estrutura pautada no **fluxo de atividades específico** de cada situação trabalhada. Portanto, inicia-se o protocolo apresentando-se seu **objetivo geral** e seu **fluxo de atividades**, composto por uma **sequência de etapas**, descritas inicialmente de forma geral. Em seguida, o protocolo será detalhado, estabelecendo quais **instituições** estão envolvidas e quais são suas **atribuições específicas em cada etapa**. Além disso, **regras de negócio** serão expostas **com maior detalhamento** para cada etapa. Por fim, o protocolo traz como anexo um **resumo das atribuições** de todas as instituições envolvidas.



## ESTRUTURA DO PROTOCOLO

O seguinte protocolo possui uma estrutura pautada no **fluxo de atividades específico** de cada situação trabalhada. Portanto, inicia-se o protocolo apresentando-se seu **objetivo geral** e seu **fluxo de atividades**, composto por uma **sequência de etapas**, descritas inicialmente de forma geral. Em seguida, o protocolo será detalhado, estabelecendo quais **instituições** estão envolvidas e quais são suas **atribuições específicas** em cada etapa. Além disso, **regras de negócio** serão expostas com maior detalhamento para cada etapa. Por fim, o protocolo traz como anexo um **resumo das atribuições** de todas as instituições envolvidas.

### ANEXOS | Anexo I - Resumo de Atribuições

#### BHTRANS:

1. Recebem ofícios via e-mail
2. Recebem informações sobre manifestações por meio dos grupos de WhatsApp da BHTRANS
3. Participar do rito de planejamento integrado
4. Contribuir para planejamento das ações de contingência para a manifestação/greve
5. Participar da reunião da UIT
6. Disseminação do planejamento em sua instituição
7. Encaminhamento e execução de demandas de articulação de resolução prévias à manifestação/greve
8. Participar no Briefing Operacional
9. Realizar videomonitoramento da concentração da manifestação/greve
10. Agentes em campo realizando fechamento e desvios de vias
11. Atualizar Twitter e informar população
12. Manter COP-BH atualizado com informações rápidas e precisas
13. Avaliar estágios da cidade
14. Desmobilizar recursos
15. Produzir relatório de impacto da manifestação/greve no transporte

#### SUREG:

1. Recebimento de ofício/e-mail do responsável pela manifestação/greve
2. Realiza análise se há evento licenciado conflitante com manifestação/greve informada, responde responsável
3. Atualiza diariamente a planilha compartilhada com órgãos
4. Disponibiliza planilha de manifestação/greve e eventos licenciados via link compartilhável para COP-BH

#### COP-BH:

1. Recebimento de e-mail/telegram com informações sobre manifestação/greve
2. Filtrar e avaliar informações recebidas
3. Registrar informações recebidas sobre manifestações na planilha de Planejamento Integrado
4. Consultar Inteligência da GCMBH em caso de necessidade de informações extras
5. Avaliar impacto da manifestação/greve para cidade
6. Gerar informes diários sobre manifestações/greves previstas para o dia, a partir do Briefing Operacional
7. Conduzir ritos de planejamento integrado
8. Articular planejamento integrado das ações de contingência para manifestação/greve
9. Acompanhar ações dos planejamentos integrados de forma estruturada
10. Registrar planejamento integrado
11. Enviar planejamento integrado para UIT
12. Articulação de demandas para resolução prévias à manifestação/greve
13. Comunicar manifestação/greve no Briefing Operacional e checar conhecimento do plano de ações de contingência
14. Avaliar estágios da cidade
15. Apoiar instituições na atuação na manifestação/greve
16. Solicitar informações rápidas e precisas do status da manifestação/greve
17. Enviar informações do status da manifestação/greve no grupo de Telegram do COP-BH
18. Articular instituições para resolução de ocorrências oriundas da manifestação/greve
19. Compilar dados e informações da manifestação/greve necessárias para avaliação da atuação (somente manifestações impactantes serão avaliadas)
20. Realizar avaliação da atuação em manifestação/greve
21. Registrar e divulgar informações para instituições

#### GCMBH:

1. Participar do rito de planejamento integrado
2. Contribuir para planejamento das ações de contingência para a manifestação/greve
3. Participar da reunião da UIT
4. Disseminação do planejamento em sua instituição
5. Encaminhamento e execução de demandas de articulação de resolução prévias à manifestação/greve
6. Participar no Briefing Operacional
7. Realizar videomonitoramento da concentração da manifestação/greve
8. Agentes em campo realizando fechamento e desvios de vias
9. Garantir segurança ao local da manifestação/greve
10. Manter COP-BH atualizado com informações rápidas e precisas
11. Avaliar estágios da cidade
12. Desmobilizar recursos

#### Inteligência – GCMBH:

1. Monitoramento de fontes de informação (busca de dados relativos à manifestações/greves, monitoramento de redes sociais)
2. Alinhamento com outras agências de inteligência
3. Recebimento de dados sobre manifestações/greves
4. Recebimento de ofícios acerca manifestações/greves
5. Geração de documentos com informações sobre manifestações/greves (Ex: informes, análise de risco da manifestação/greve)
6. Envio de dados e informes para o COP-BH (O informe será enviado no formato do QEPE e deverá incluir um farol relacionado à análise feita sobre impacto/risco da manifestação/greve para a cidade)
7. Ao ser consultado pelo COP-BH, enviar demais informações não sensíveis necessárias sobre análise de risco da manifestação/greve
8. Manter COP-BH atualizado com informações rápidas e precisas
9. Elaborar relatório de inteligência após manifestação/greve

#### Unidade Integrada de Trânsito (UIT):

1. Realizar rito semanal da UIT e avaliar considerações da reunião do Planejamento Integrado enviadas pelo COP-BH
2. Dar um retorno ao COP-BH acerca planejamento integrado para a semana

#### PMMG:

1. Realizar videomonitoramento da concentração da manifestação/greve
2. BPTRAN: Agentes em campo realizando fechamento e desvios de vias, conforme pactuado no Planejamento Integrado e levado para reunião da UIT
3. CICOP: Em casos de conflitos e ameaças à segurança, atuar como líder situacional
4. Desmobilizar recursos

#### TODAS AS INSTITUIÇÕES

1. Compartilhar informações sobre manifestações/greves com COP-BH via e-mail da Gerência de Integração Operacional e Grupo do Telegram
2. Apoiar em demandas prévias à manifestação/greve, quando solicitado
3. Disseminação do planejamento em sua instituição, se necessário
4. Participar no Briefing Operacional
5. Atuar em manifestação/greve, conforme solicitado pelo Supervisor da SCI ou demais instituições
6. Desmobilizar recursos
7. Informar COP-BH de demandas oriundas da manifestação/greve
8. Atuar em demandas oriundas da manifestação/greve quando necessário
9. Compartilhar com COP-BH informações relevantes da manifestação/greve após seu acontecimento



## OBJETIVO

O Protocolo de Atuação Integrada em Eventos de Chuva, como por exemplo alagamentos, enxurradas e inundações, tem como objetivo **otimizar a articulação das instituições, a partir de informações rápidas e precisas, minimizando o impacto dos eventos de chuva para a população.**



### 1. Prevenção/Mitigação de eventos de chuva

A etapa de prevenção/mitigação consiste em ações prioritizadas para **evitar que** desastres relacionados a eventos de chuva ocorram ou que seus **efeitos sejam minimizados**. Nessa etapa, diversas instituições atuam de diferentes formas, conforme descrito no plano de contingência, contudo todas possuem um ponto em comum: realização de ações preventivas e campanhas educativas relacionadas aos seus setores. Importante ressaltar a possibilidade da identificação da necessidade de aplicação do **método IARA** para desenvolvimento de projetos de prevenção de eventos de chuvas, a ser pactuada com o líder situacional e desenvolvida de forma integrada.



### 4. Reconstrução após eventos de chuva

Ações de caráter definitivo destinadas a restabelecer o cenário destruído pelo desastre, como a reconstrução ou recuperação de unidades habitacionais, infraestrutura pública, sistema de abastecimento de água, etc. Essa etapa não será detalhada nesse protocolo de atuação integrada em Eventos de Chuva, uma vez que **extrapola as competências dos órgãos de pronta resposta da cidade e é detalhada em procedimentos específicos da Defesa Civil.**



### 2. Preparação para eventos de chuva

A etapa consiste na **preparação de todos os atores públicos municipais para resposta aos eventos de chuvas**. Portanto, um ponto relevante dessa etapa é a capacitação dos agentes, competência da SUPDEC. Além disso, vale ressaltar a importância do **Grupo de Gestão de Riscos e Desastres (GGRD)** e do monitoramento meteorológico e alertas realizados **pela SUPDEC, através da Diretoria de Meteorologia e Alerta de Riscos - DMAR**. Assim, é importante pactuar o fluxo de comunicação de todas as atividades e agentes que englobam a preparação.



### 3. Resposta a eventos de chuva

A etapa de resposta consiste nas **atividades de socorro e assistência** que são **desenvolvidas após o evento de chuva de fato ocorrido**. Portanto, cada órgão do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil (SIMPDEC) atua conforme suas competências estabelecidas no **Plano de Contingência**, executando as **ações de socorro prioritárias** e estabelecendo o Posto de Comando Local, quando necessário. Além disso, em **situações críticas**, há a uma postura organizacional não rotineira para o gerenciamento integrado das ações de resposta. A resposta ainda consiste no desenvolvimento, a partir da metodologia de SCO, das seguintes atribuições: **assistência humanitária, abrigo, segurança alimentar e assistência funerária.**

## ETAPAS PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO

### SUPDEC:

1. Mapeamento das áreas de risco;
2. Realização de vistorias preventivas nas áreas de inundação mapeadas, em conjunto com os NAC's e demais órgãos do SIMDEC;
3. Participar da aplicação do método IARA para alagamento;
4. Realização de campanhas educativas;
5. Participar no desenvolvimento de diagnósticos integrados, planos de ação e projetos de prevenção de alagamento.

### GERMA - SUDECAP:

1. Manutenção, limpeza, desobstrução ou pequenas intervenções em sistemas de drenagem pluvial, esgoto, pequenos cursos d'água, vias de pedestre, etc., com o objetivo de evitar a deflagração ou agravamento de situações de risco;
2. Obras e grandes intervenções de infraestrutura;
3. Participar de diagnósticos integrados, pactuar planos de ação e desenvolver projetos de prevenção de eventos de chuva

### SLU:

1. Limpeza de vias, logradouros públicos e córregos com objetivo de evitar carreamento de resíduos que causem obstrução aos dispositivos de drenagem.

### TODAS AS INSTITUIÇÕES:

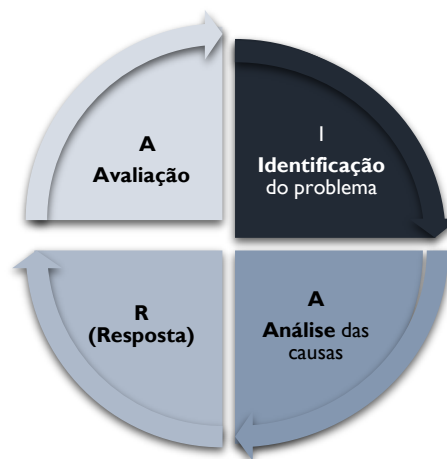
1. Realização de campanhas educativas relacionadas a eventos de chuva;
2. Participar de diagnósticos integrados, pactuar planos de ação e desenvolver projetos de prevenção de eventos de chuva, quando aplicável;

### COP-BH:

1. Identificar necessidade de aplicação do método IARA para desenvolvimento de projetos de prevenção;
2. Coordenar o desenvolvimento de diagnósticos integrados de eventos de chuva;
3. Coordenar a pactuação de planos de ação de prevenção de eventos de chuva;
4. Coordenar a aplicação do método IARA para prevenção de eventos de chuva.

A etapa de prevenção/mitigação consiste em ações priorizadas para **evitar que** desastres relacionados a eventos de chuva ocorram ou que seus **efeitos sejam minimizados**. Nessa etapa, diversas instituições atuam de diferentes formas conforme descrito no plano de contingência, contudo todas possuem um ponto em comum: realização de ações preventivas e campanhas educativas relacionadas aos seus setores. Importante ressaltar a possibilidade da identificação da necessidade de aplicação do **método IARA** para desenvolvimento de projetos de prevenção de eventos de chuvas, a ser pactuada com o líder situacional e desenvolvida de forma integrada.

- Durante o período chuvoso, que acontece de outubro a março, as ocorrências integradas relacionadas a eventos de chuva serão registradas no sistema informatizado do COP-BH. Ao longo desse período, o **Grupo Gestor de Riscos e Desastres (GGRD)** se reúne semanalmente, discutindo as dificuldades de atuação e consequentemente, refletindo sobre oportunidades de melhoria.
- Assim, **após o período chuvoso**, a partir da avaliação dos registros de eventos de chuva, pode ser **identificada a necessidade de aplicação do método IARA** para desenvolvimento de projetos de prevenção de eventos de chuvas. Com a análise dos registros, indicadores e identificação de determinados padrões, deve ser direcionada a aplicação do método IARA caso **pactuado com o líder situacional**, seguindo o Protocolo de Atuação Integrada na Prevenção de Problemas, a análise das causas dos eventos de chuva e a elaboração de ações para tratá-las. As **ações serão desenvolvidas de forma integrada** pelas instituições envolvidas e coordenadas pela Gerência do Observatório do Espaço Urbano do COP-BH. Ressalta-se que as próprias instituições podem desenvolver projetos próprios de prevenção de eventos de chuva, conforme protocolos internos. Dessa forma, as ações preventivas integradas seriam acompanhadas no período entre chuvas para garantir uma atuação otimizada no próximo período chuvoso.



ações institucionais



ações integradas



## ETAPAS

## PREPARAÇÃO

### SUPDEC:

1. Capacitação dos gestores municipais nos planos de contingência e protocolos;
2. Aquisição e estocagem de materiais de ajuda humanitária essenciais à assistência da população;
3. Capacitação contínua dos agentes de defesa civil, dos Núcleos de Defesa Civil (Nudec), dos Núcleos de Alerta de Chuva (Nac) e dos representantes das instituições integradas no COP-BH nos planos de contingência e protocolos;
4. Convocação e mobilização do GGRD, sob coordenação da SMOBI;
5. Monitoramento das áreas de risco e acompanhando da previsão meteorológica;
6. Emissão de alertas e alarmes para as comunidades inseridas em área de risco e para a população em geral;
7. DMAR: Envio de comunicados e alertas para o COP-BH.



AÇÕES  
INSTITUIÇÕES

### SUPDEC, GCMBH, BHTRANS, PMMG:

1. Realizar monitoramento visual local
2. Realizar bloqueio de vias
3. Repassar informações para COP-BH

### TODAS AS INSTITUIÇÕES:

1. Disponibilizar agentes capacitados nos planos de contingência e protocolos para atuação em desastres;
2. Disponibilizar recursos para resposta e regularização das atividades o mais rápido possível.

### COP-BH:

1. Repassar alertas;
2. Articular Briefing Momentâneo na SCI com representantes de instituições relevantes no monitoramento visual para articulação e divisão de recursos.

### GGRD:

1. Contribuir para a resolução de problemas causados pelas chuvas e compartilhar o planejamento e a execução de ações de prevenção e resposta a partir de uma dinâmica de reuniões semanais.



AÇÕES  
INTEGRADAS

A etapa de preparação consiste na **preparação de todos os atores públicos municipais para resposta aos eventos de chuva**, por exemplo alagamentos, enxurradas e inundações. Portanto, um ponto relevante dessa etapa é a capacitação dos agentes, competência da SUPDEC. Além disso, vale ressaltar a importância do **grupo de gestão de riscos e desastres (GGRD)** e do monitoramento meteorológico e alertas realizados pela SUPDEC, através da **Diretoria de Meteorologia e Alerta de Riscos – DMAR**. Assim, é importante pactuar o fluxo de comunicação de todas as atividades e agentes que englobam a preparação.

A SUPDEC será responsável por **enviar à população de Belo Horizonte os comunicados e alertas através dos seus canais de comunicação**. A DMAR comunicará aos agentes municipais o status das condições hidrometeorológicas na cidade, com o uso das ferramentas tecnológicas disponíveis.

## CANAIS OFICIAIS DE COMUNICAÇÃO DA SUPDEC COM A POPULAÇÃO



[Facebook Defesa Civil BH](#)



[Twitter Defesa Civil BH](#)



[Serviço SMS Defesa Civil BH \(401-99\)](#)



[Instagram Defesa Civil BH](#)



Defesa Civil de Belo Horizonte

[Telegram Defesa Civil BH](#)

## CANAIS DE COMUNICAÇÃO DA DMAR COM AGENTES MUNICIPAIS



[Serviço SMS para gestores](#)



[Grupo Operacional Telegram do COP-BH](#)



# PROTOCOLO DE EVENTOS DE CHUVAS | PREPARAÇÃO PARA EVENTOS DE CHUVA

ETAPAS

PREPARAÇÃO

## SUPDEC:

1. Capacitação dos gestores municipais nos planos de contingência e protocolos;
2. Aquisição e estocagem de materiais de ajuda humanitária essenciais à assistência da população;
3. Capacitação contínua dos agentes de defesa civil, dos Núcleos de Defesa Civil (Nudec), dos Núcleos de Alerta de Chuva (Nac) e dos representantes das instituições integradas no COP-BH nos planos de contingência e protocolos;
4. Convocação e mobilização do GGRD, sob coordenação da SMOBI;
5. Monitoramento das áreas de risco e acompanhando da previsão meteorológica;
6. Emissão de alertas e alarmes para as comunidades inseridas em área de risco e para a população em geral;
7. DMAR: Envio de comunicados e alertas para o COP-BH.



ações  
instituições

## SUPDEC, GCMBH, BHTRANS, PMMG:

1. Realizar monitoramento visual local
2. Realizar bloqueio de vias
3. Repassar informações para COP-BH

## TODAS AS INSTITUIÇÕES:

1. Disponibilizar agentes capacitados nos planos de contingência e protocolos para atuação em desastres;
2. Disponibilizar recursos para resposta e regularização das atividades o mais rápido possível.

## COP-BH:

1. Repassar alertas;
2. Articular Briefing Momentâneo na SCI com representantes de instituições relevantes no monitoramento visual para articulação e divisão de recursos.

## GGRD:

1. Contribuir para a resolução de problemas causados pelas chuvas e compartilhar o planejamento e a execução de ações de prevenção e resposta a partir de uma dinâmica de reuniões semanais.



ações  
integradas

Os fatores de criticidade para monitoramento de eventos de chuva são explicitados na tabela abaixo.



## FATORES DE CRITICIDADE PARA MONITORAMENTO

- A recorrência de eventos nas áreas mapeadas com riscos hidrológicos;
- Previsibilidade de ocorrência de chuvas, considerando-se sua intensidade, duração e frequência;
- O deslocamento e intensidade das áreas de instabilidade atmosférica;
- Os impactos registrados nas áreas de riscos hidrológicos, para as diferentes intensidades de chuva;
- Características topográficas das áreas de riscos hidrológicos;
- Proximidade de moradias nas áreas de riscos hidrológicos;
- Vulnerabilidade das edificações/ocupações próximas das áreas de riscos hidrológicos;
- Existência de população com dificuldade de locomoção;
- Dificuldade ou facilidade de acesso às rotas de fuga;
- Maior exposição de pessoas em relação à proximidade dos córregos e ribeirões.
- Intensidade das chuvas registradas;
- Duração das chuvas;
- Frequências de ocorrências de chuvas;
- Distribuição das chuvas nas bacias hidrográficas;
- Características das bacias hidrográficas;
- Capacidade de escoamento das redes de micro e macro drenagem;
- Número de possíveis vítimas;
- Ocorrência de vítimas fatais;
- Extensão das áreas afetadas;
- Vulnerabilidades das comunidades afetadas;
- Magnitude dos prejuízos socioeconômicos;
- Dia e horário de ocorrência dos desastres;
- Acessibilidade aos locais afetados (mobilidade urbana);
- Equipes de apoio disponíveis no Sistema Municipal de Defesa Civil;
- Recursos logísticos disponíveis para as ações de resposta;
- Grau de impacto nas vias arteriais com fluxo intenso de pessoas e veículos.

## ETAPAS

## PREPARAÇÃO

### SUPDEC:

1. Capacitação dos gestores municipais nos planos de contingência e protocolos;
2. Aquisição e estocagem de materiais de ajuda humanitária essenciais à assistência da população;
3. Capacitação contínua dos agentes de defesa civil, dos Núcleos de Defesa Civil (Nudec), dos Núcleos de Alerta de Chuva (Nac) e dos representantes das instituições integradas no COP-BH nos planos de contingência e protocolos;
4. Convocação e mobilização do GGRD, sob coordenação da SMOBI;
5. Monitoramento das áreas de risco e acompanhando da previsão meteorológica;
6. Emissão de alertas e alarmes para as comunidades inseridas em área de risco e para a população em geral;
7. DMAR: Envio de comunicados e alertas para o COP-BH.



## AÇÕES INSTITUIÇÕES

### SUPDEC, GCMBH, BHTRANS, PMMG:

1. Realizar monitoramento visual local
2. Realizar bloqueio de vias
3. Repassar informações para COP-BH

### TODAS AS INSTITUIÇÕES:

1. Disponibilizar agentes capacitados nos planos de contingência e protocolos para atuação em desastres;
2. Disponibilizar recursos para resposta e regularização das atividades o mais rápido possível.

### COP-BH:

1. Repassar alertas;
2. Articular Briefing Momentâneo na SCI com representantes de instituições relevantes no monitoramento visual para articulação e divisão de recursos.

### GGRD:

1. Contribuir para a resolução de problemas causados pelas chuvas e compartilhar o planejamento e a execução de ações de prevenção e resposta a partir de uma dinâmica de reuniões semanais.



## AÇÕES INTEGRADAS



### GRUPO DE GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES (GGRD)

- Um representante da Gerência de Monitoramento e Pronta Resposta do COP-BH irá **participar** das reuniões semanais do Grupo Gestor de Riscos e Desastres (GGRD) durante o período chuvoso, que vai de outubro a março.
- Na reunião são discutidas as dificuldades de atuação no plantão, além de previsão e alertas meteorológicos para a semana, assim como planejamento de efetivo.
- Importante ressaltar que o representante do COP-BH que participar no GGRD deve ser responsável por levar as informações discutidas no Briefing Operacional e das ocorrências da SCI e, também, trazer um retorno para o COP-BH após a reunião.

A SUPDEC-DMAR é responsável por enviar **comunicados** e **alertas** para as instituições e para a população por meio dos canais de comunicação previamente definidos, a partir de suas atividades de monitoramento de sensores especialistas. Especificamente tratando da comunicação para o grupo de Telegram do COP-BH, é importante que os padrões e fluxos de comunicação sejam bem definidos de forma a garantir uma resposta rápida entre os agentes municipais e demais instituições, de forma a minimizar o impacto de eventos de chuva para a população. Há diferentes tipos de alertas e estes serão detalhados pela SUPDEC.

# PROTOCOLO DE EVENTOS DE CHUVAS | PREPARAÇÃO PARA EVENTOS DE CHUVA

ETAPAS

PREPARAÇÃO

A seguinte tabela detalha todos os possíveis comunicados e alertas que a SUPDEC é responsável por enviar nos grupos de Telegram do COP-BH, entre outros canais de comunicação.

COMUNICADO	ALERTA 1	ALERTA 1	ALERTA 2	ALERTA 3	OCORRÊNCIA	COMUNICADO	COMUNICADO
<b>PREVISÃO DE CHUVA</b>	<b>ALERTA DE CHUVA</b>	<b>MONITORAMENTO VISUAL</b>	<b>OCUPAÇÃO DOS PONTOS DE BLOQUEIO</b>	<b>BLOQUEIO DE VIAS</b>	<b>ALAGAMENTO INUNDAÇÃO</b>	<b>DESBLOQUEIO DE VIAS</b>	<b>DESMOBILIZAÇÃO</b>
<b>QUEM ENVIA?</b> SUPDEC - DMAR	<b>QUEM ENVIA?</b> SUPDEC - DMAR	<b>QUEM ENVIA?</b> SUPDEC - DMAR	<b>QUEM ENVIA?</b> SUPDEC - DMAR	<b>QUEM ENVIA?</b> SUPDEC - DMAR	<b>QUEM ENVIA?</b> SUPDEC / DMAR	<b>QUEM ENVIA?</b> SUPDEC - DMAR	<b>QUEM ENVIA?</b> SUPDEC - DMAR
<b>ONDE ENVIA?</b> Canais de comunicação da SUPDEC e do COP-BH.	<b>ONDE ENVIA?</b> Canais de comunicação da SUPDEC e do COP-BH.	<b>ONDE ENVIA?</b> Canais de comunicação do COP-BH.	<b>ONDE ENVIA?</b> Canais de comunicação do COP-BH.	<b>ONDE ENVIA?</b> Canais de comunicação da SUPDEC e do COP-BH.	<b>ONDE ENVIA?</b> Canais de comunicação da SUPDEC e do COP-BH.	<b>ONDE ENVIA?</b> Canais de comunicação da SUPDEC e do COP-BH.	<b>ONDE ENVIA?</b> Canais de comunicação do COP-BH.
<b>CONTEÚDO:</b> Quando a previsão de volume acumulado de chuvas for até 20 mm.	<b>CONTEÚDO:</b> Previsão de chuva superior a 20 mm, estimativa de quantitativo de chuva e, se possível, estimativa de quais regionais serão mais afetadas.	<b>CONTEÚDO:</b> Instrução para monitoramento visual com especificação de quais pontos serão monitorados visualmente pela SUPDEC e se necessita de apoio.	<b>CONTEÚDO:</b> Instrução de posicionamento preventivo das equipes para bloqueio.	<b>CONTEÚDO:</b> Instrução para bloqueio de vias pelas equipes em campo, conforme Plano de Contingência.	<b>CONTEÚDO:</b> Constatação de alagamento ou inundação, citando o local e horário.	<b>CONTEÚDO:</b> Determinar a liberação total ou parcial de vias com a manutenção da mobilização das equipes nos pontos indicados.	<b>CONTEÚDO:</b> Determinar a desmobilização dos agentes e recursos dos pontos de bloqueio, detalhando os locais e demais informações, quando necessário.
<b>AÇÃO NECESSÁRIA:</b> Indicar necessidade de atenção à população e monitoramento contínuo da situação pela SUPDEC - DMAR.	<b>AÇÃO NECESSÁRIA:</b> Supervisor da SCI avaliar, em conjunto com as instituições, a disponibilidade de recursos operacionais no Briefing Operacional, realizado no COP-BH, e alterar o estágio operacional para <b>Pré-atenção</b> .	<b>AÇÃO NECESSÁRIA:</b> Supervisor do COP-BH realizar um Briefing Momentâneo com instituições relevantes, definir os recursos para apoio, se necessário, e avaliar, junto às instituições, o deslocamento preventivo das demais equipes para as imediações dos pontos de bloqueio.	<b>AÇÃO NECESSÁRIA:</b> Agentes devem se posicionar preventivamente nos pontos de bloqueio com os devidos materiais para sinalização, conforme Plano de Contingência. Além disso, os pedestres e veículos devem ser orientados a evacuar a área alagável.	<b>AÇÃO NECESSÁRIA:</b> Ativar Plano de Contingência, realizando bloqueio de vias e demais ações, conforme previsto. Supervisor da SCI alterar o estágio operacional para <b>Atenção</b> . Ativação dos bloqueios virtuais no Waze pelas Instituições responsáveis.	<b>AÇÃO NECESSÁRIA:</b> Coordenação Operacional das Instituições deve empenhar veículos e efetivos para resposta, reportar chegada ao local e demandas de apoio. SUPDEC avalia nível de impacto e complexidade da resposta, indicando as medidas. O COP-BH avalia a mudança do estágio operacional para <b>Situação Crítica</b> e comunica ao Grupo Gestor.	<b>AÇÃO NECESSÁRIA:</b> Agentes devem realizar o desbloqueio das vias, reestabelecendo a circulação das vias e mantendo a mobilização. Supervisor da SCI deve retornar com o estágio operacional para <b>Pré-atenção</b> . Desativação dos bloqueios virtuais no Waze pelas Instituições responsáveis.	<b>AÇÃO NECESSÁRIA:</b> Instituições devem realizar a desmobilização dos seus agentes e recursos. Supervisor da SCI deve alterar o estágio operacional para <b>Normalidade</b> , caso não haja Alerta vigente.

ETAPAS

PREPARAÇÃO

Detalhamento do Alerta 1, relacionado à restrição de recursos operacionais.

## ALERTA 1



## ALERTA DE CHUVA

### QUEM ENVIA?

SUPDEC - DMAR

### ONDE ENVIA?

Canais de comunicação da SUPDEC e do COP-BH.

### CONTEÚDO:

Previsão de chuva superior a 20 mm, estimativa de quantitativo de chuva e, se possível, estimativa de quais regionais serão mais afetadas.

### AÇÃO NECESSÁRIA:

Supervisor da SCI avaliar, em conjunto com as instituições, a disponibilidade de recursos operacionais no Briefing Operacional, realizado no COP-BH, e alterar o estágio operacional para **Pré-atenção**.

- A partir do recebimento de um **Alerta 1 (Alerta de Chuva)** no COP-BH, esse ponto será discutido no Briefing Operacional ou Momentâneo e, caso haja a identificação de restrições de recursos operacionais (Ex: alerta 1 de 40mm de chuva no período noturno e há instituições essenciais para atuação em evento de chuva que não possuem recursos no turno noturno), o Supervisor da SCI irá reportar a situação para a Gestão do COP-BH;
- A Gestão do COP-BH irá, então, enviar uma mensagem no Grupo de Gestão Tática (Telegram) informando os gestores do alerta, das restrições de recursos operacionais, de forma a deixá-los a par dos riscos atrelados. Caso seja necessário, a Gestão do COP-BH pode encaminhar a mensagem também para o Grupo de Gestão Estratégica para conhecimento.

ETAPAS

PREPARAÇÃO

Detalhamento do monitoramento visual, seu objetivo e principais locais.

## ALERTA 1



### MONITORAMENTO VISUAL

**QUEM ENVIA?**  
SUPDEC - DMAR

**ONDE ENVIA?**  
Canais de comunicação do COP-BH.

**CONTEÚDO:**  
Instrução para monitoramento visual com especificação de quais pontos serão monitorados visualmente pela SUPDEC e se necessita de apoio.

**AÇÃO NECESSÁRIA:**  
Supervisor do COP-BH realizar um Briefing Momentâneo com instituições relevantes, definir os recursos para apoio, se necessário, e avaliar, junto às instituições, o deslocamento preventivo das demais equipes para as imediações dos pontos de bloqueio.



### O QUE É MONITORAMENTO VISUAL?

Consiste no emprego de equipes de agentes em locais de risco de inundações bruscas, cujas vulnerabilidades demandam ações de respostas imediatas e não permitem o acompanhamento somente via tecnologia instalada.



### OBJETIVO:

Proporcionar a adoção de medidas preventivas de evacuação, bloqueio e interdição de áreas inundáveis, sempre visando a prevenção dos desastres e a minimização dos danos humanos / materiais e consequentes prejuízos econômicos e sociais.



### LOCAIS DE MONITORAMENTO VISUAL

1. Av. Vilarinho com Av. Baleares;
2. Av. Heráclito Mourão de Miranda com Av. Prof. Clovis Salgado;
3. Av. Bernardo Vasconcelos com Av. Cristiano Machado;
4. Rua Pitangui com Av. Silviano Brandão;
5. Av. Cristiano Machado/1º Maio – Suzana, Av. Sebastião de Brito;
6. Av. Tereza Cristina com Presidente Castelo Branco;
7. Av. Silva Lobo próximo a Av. Barão Homem de Melo;
8. Av. Francisco Sá com Rua Erê;
9. Avenida Prudente de Moraes com Rua Joaquim Murtinho.

**Obs:** Demais informações específicas acerca do Monitoramento Visual, assim como mapas e instruções operacionais, podem ser encontradas no Plano de Contingência para Enfrentamento de Desastres no Município de Belo Horizonte e em demais normas internas da SUPDEC.

ETAPAS

PREPARAÇÃO

Detalhamento do fluxo de comunicação a partir do Alerta de Monitoramento Visual.

ALERTA 1



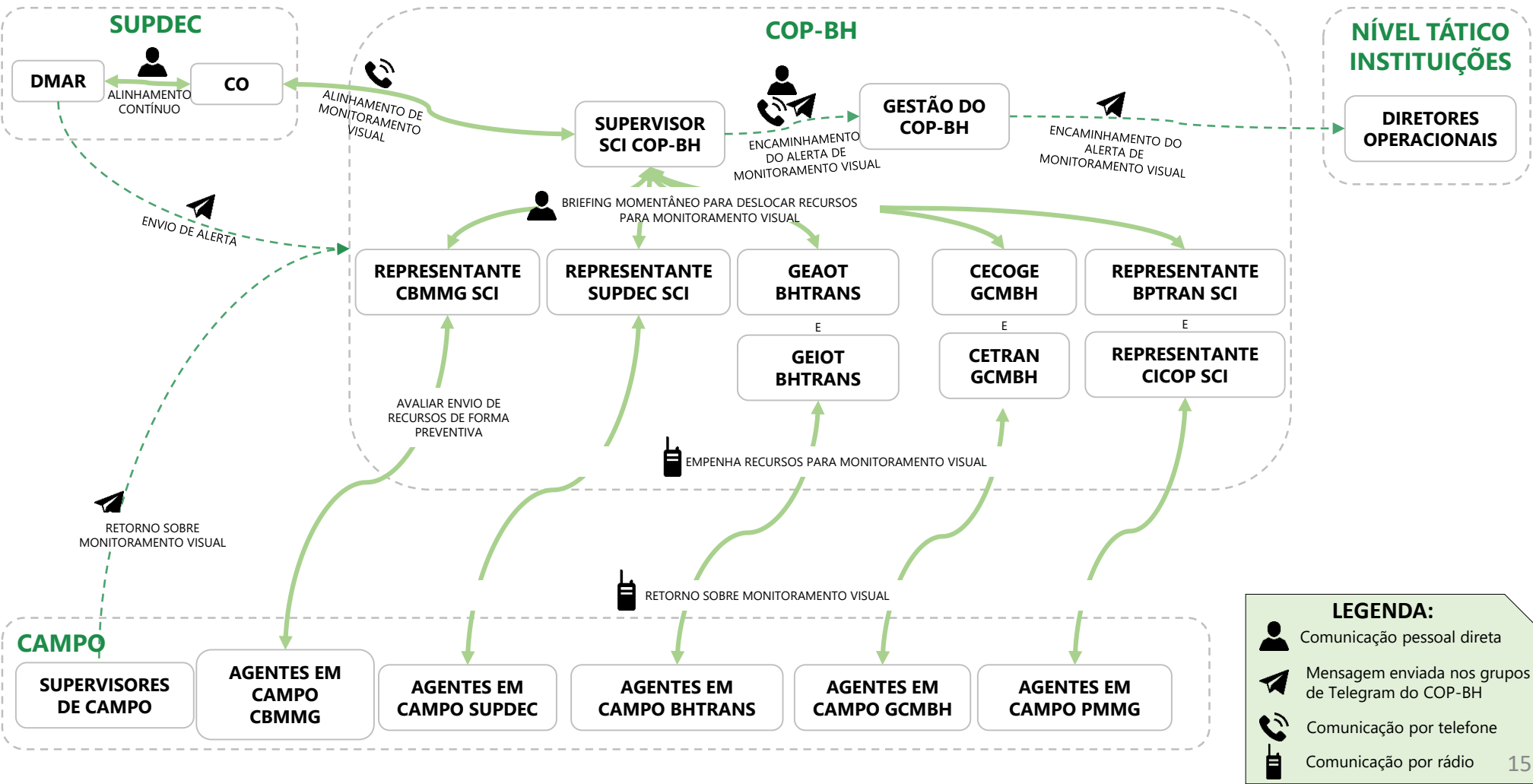
MONITORAMENTO VISUAL

**QUEM ENVIA?**  
SUPDEC - DMAR

**ONDE ENVIA?**  
Canais de comunicação do COP-BH.

**CONTEÚDO:**  
Instrução para monitoramento visual com especificação de quais pontos serão monitorados visualmente pela SUPDEC e se necessita de apoio.

**AÇÃO NECESSÁRIA:**  
Supervisor do COP-BH realizar um Briefing Momentâneo com instituições relevantes, definir os recursos para apoio, se necessário, e avaliar, junto às instituições, o deslocamento preventivo das demais equipes para as imediações dos pontos de bloqueio.



ETAPAS

PREPARAÇÃO

Detalhamento das regras estabelecidas para a etapa de preparação nas atividades de monitoramento visual.

## ALERTA 1



### MONITORAMENTO VISUAL

#### QUEM ENVIA?

SUPDEC - DMAR

#### ONDE ENVIA?

Canais de comunicação do COP-BH.

#### CONTEÚDO:

Instrução para monitoramento visual com especificação de quais pontos serão monitorados visualmente pela SUPDEC e se necessita de apoio.

#### AÇÃO NECESSÁRIA:

Supervisor do COP-BH realizar um Briefing Momentâneo com instituições relevantes, definir os recursos para apoio, se necessário, e avaliar, junto às instituições, o deslocamento preventivo das demais equipes para as imediações dos pontos de bloqueio.

- A SUPDEC - DMAR deve enviar comunicados nos respectivos grupos do Telegram (Colaboradores e Operacional), a partir do monitoramento meteorológico;
- A SUPDEC deve utilizar o Waze para enviar alertas de chuva e de risco de alagamento nas áreas alagáveis aos usuários quando o **Alerta 1 (Alerta de Chuva)** tiver sido aberto;
- A SUPDEC - DMAR deve enviar o **Alerta 1 (Monitoramento Visual)** nos grupos do COP-BH;
- O Supervisor do COP-BH deve conduzir o Briefing Momentâneo com as instituições e, a partir do alerta de chuva e quantitativo esperado, avaliar disponibilidade de recursos operacionais e fazer um pré-alinhamento para definição de quem assume cada ponto de monitoramento visual;
- O Supervisor do COP-BH deve também alterar o estágio operacional para Pré-atenção dentro do período de validade do alerta;
- A SUPDEC – DMAR deve realizar o monitoramento dos sensores especialistas ao decorrer da chuva e, quando necessário, enviar o **Alerta 1 (Monitoramento Visual)** no grupo Operacional do COP-BH (Telegram);
- Além disso, o Coordenador Operacional da SUPDEC deve contactar o Supervisor do COP-BH por telefone para alinhamento do monitoramento visual;
- O Supervisor do COP-BH deve articular um Briefing Momentâneo na SCI com representantes de instituições relevantes para monitoramento visual como SUPDEC, BHTRANS (GEAOT e GEIOT) , GCMBH (CECOGE e CETRAN), PMMG (BPTRAN e CICOP) para articulação e divisão de recursos para monitoramento visual;
- O representante da CBMMG será envolvido no briefing para que possa avaliar a necessidade de envio de recursos para campo de forma preventiva;
- As instituições responsáveis então empenham seus recursos para monitoramento visual;
- Nesse momento, também avalia-se a possibilidade de ativação de mosaicos de câmeras pré-definidos para os pontos de monitoramento visual, de forma a auxiliar na atividade;
- Os Centros de Controle Operacionais (CCO's) das empresas operadoras de transporte público devem ser alertadas no momento que for direcionado o monitoramento para que preparem rotas alternativas para suas linhas (que se aplicam) caso o alagamento se torne iminente;
- Os agentes em campo que realizarem o monitoramento visual devem manter suas respectivas instituições informadas;
- Os supervisores em campo devem manter o COP-BH atualizado de informações do campo, para que a SCI consiga tomar decisões assertivas a partir das informações da ponta;

**Obs:** em caso de restrições de recursos para abranger todos os pontos necessários de monitoramento visual , a definição de prioridade é feita de forma compartilhada no Briefing Momentâneo na SCI.



PROTOCOLO DE EVENTOS DE CHUVAS | PREPARAÇÃO PARA EVENTOS DE CHUVA

ETAPAS

PREPARAÇÃO

Detalhamento do fluxo de comunicação a partir do Alerta 2.

ALERTA 2



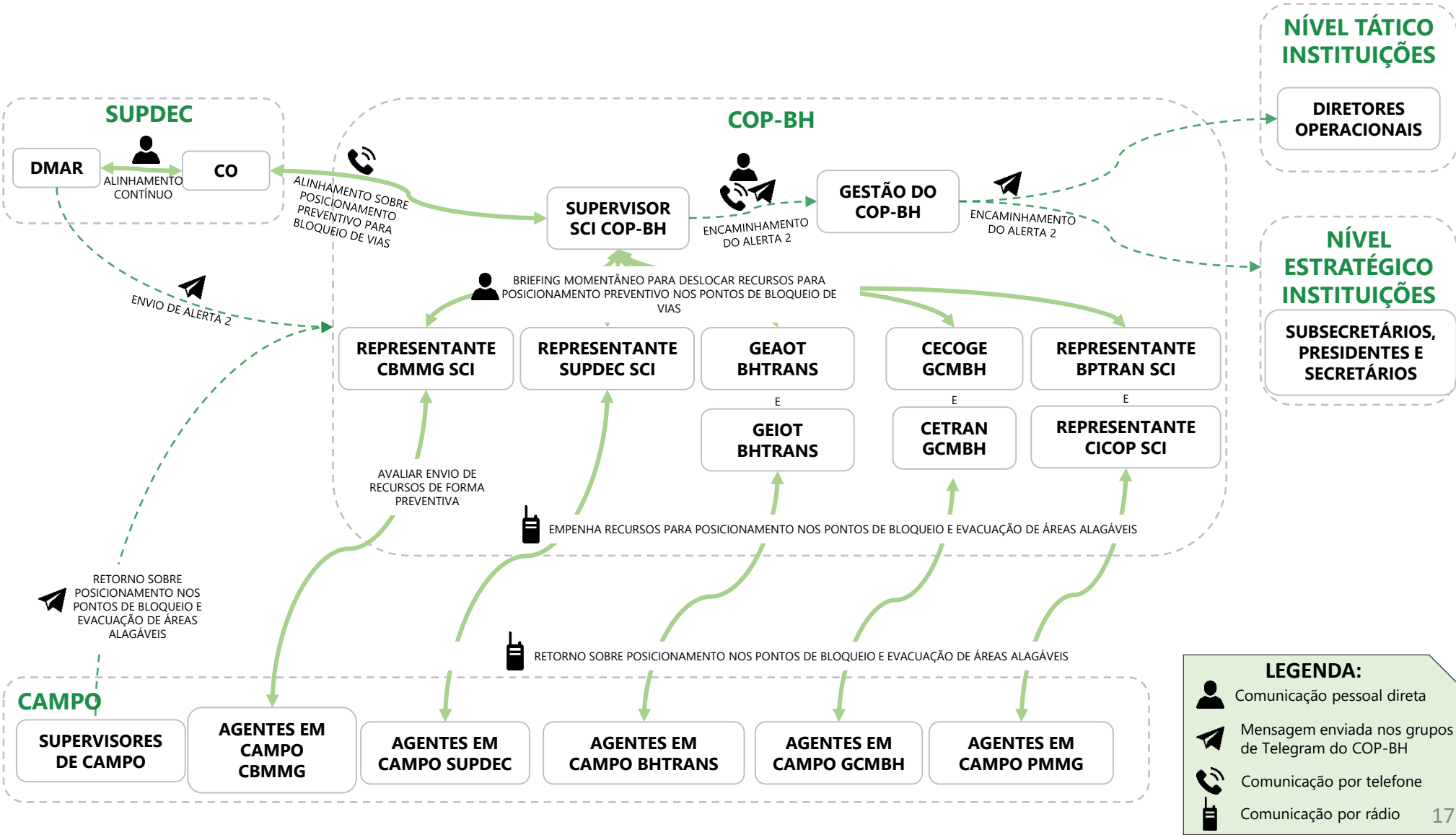
OCUPAÇÃO DOS  
PONTOS DE BLOQUEIO

QUEM ENVIA?  
SUPDEC - DMAR

ONDE ENVIA?  
Canais de comunicação  
do COP-BH.

CONTEÚDO:  
Instrução de  
posicionamento  
preventivo das equipes  
para bloqueio.

AÇÃO NECESSÁRIA:  
Agentes devem se  
posicionar  
preventivamente nos  
pontos de bloqueio com  
os devidos materiais  
para sinalização,  
conforme Plano de  
Contingência. Além  
disso, os pedestres e  
veículos devem ser  
orientados a evacuar a  
área alagável.



ETAPAS

PREPARAÇÃO

Detalhamento das regras estabelecidas para o deslocamento preventivo de agentes para os pontos de bloqueio e evacuação de áreas alagáveis.

## ALERTA 2



### OCUPAÇÃO DOS PONTOS DE BLOQUEIO

#### QUEM ENVIA?

SUPDEC - DMAR

#### ONDE ENVIA?

Canais de comunicação do COP-BH.

#### CONTEÚDO:

Instrução de posicionamento preventivo das equipes para bloqueio.

#### AÇÃO NECESSÁRIA:

Agentes devem se posicionar preventivamente nos pontos de bloqueio com os devidos materiais para sinalização, conforme Plano de Contingência. Além disso, os pedestres e veículos devem ser orientados a evacuar a área alagável.

- A partir da contínua análise de sensores especialistas e informações do monitoramento visual, a DMAR é responsável por, quando necessário, enviar o **Alerta 2** nos grupos do COP-BH (Telegram);
- Além disso, o Coordenador Operacional da SUPDEC deve contactar o Supervisor do COP-BH por telefone para alinhamento do deslocamento preventivo de agentes para os pontos de bloqueio e evacuação das áreas alagáveis;
- O Supervisor do COP-BH deve projetar o mapa da área alagável no videowall e acompanhar junto às instituições previstas (BHTRANS, GCMBH e PMMG) o posicionamento de agentes em cada um dos pontos de bloqueio;
- Caso alguma instituição não consiga posicionar preventivamente agentes em algum dos pontos que lhe estava previsto, o Supervisor da SCI deve articular um Briefing Momentâneo na SCI com representantes das instituições relevantes como SUPDEC, BHTRANS (GEAOT e GEIOT), GCMBH (CECOGE e CETRAN) e PMMG (BPTRAN e CICOP), para definição de quem poderá assumir os pontos de fechamento pendentes;
- Os agentes em campo assim que estiverem posicionados nos pontos de bloqueio de forma preventiva devem comunicar por rádio às centrais de suas instituições e os representantes da SCI das respectivas instituições devem comunicar ao Supervisor da SCI, para que o controle de fechamentos seja atualizado;
- Os agentes em campo ao se deslocarem para os pontos de alagamento devem orientar pedestres e veículos a evacuarem a área alagável de forma preventiva diante do risco de alagamento;
- Os Centros de Controle Operacionais (CCO's) das empresas operadoras de transporte público devem ser alertadas no momento que for ativado o **Alerta 2** para efetivação de rotas alternativas aplicáveis a linhas que transitam por áreas alagáveis que estão sujeitas a um alagamento iminente;
- Nesse momento, as instituições que tiverem canais de contato com a população devem utilizá-los para informar à população que evitem trânsito, de forma preventiva, nas áreas alagáveis sujeitas a alagamento;
- O Supervisor da SCI deve avaliar o estágio operacional da cidade.

**Obs:** em caso de restrições de recursos para abranger todos os pontos necessários de bloqueio de vias, a definição de prioridade é feita de forma compartilhada no Briefing Momentâneo na SCI.

**Obs:** em alguns casos, demais instituições inicialmente não previstas como responsáveis pelos bloqueios de via, podem realiza-lo e devem seguir o mesmo fluxo de comunicação estabelecido para as responsáveis: comunicar ao supervisor de campo e representante de sua instituição na SCI.

# PROTOCOLO DE EVENTOS DE CHUVAS | PREPARAÇÃO PARA EVENTOS DE CHUVA

ETAPAS

PREPARAÇÃO

Detalhamento do fluxo de comunicação a partir do Alerta 3.

## ALERTA 3



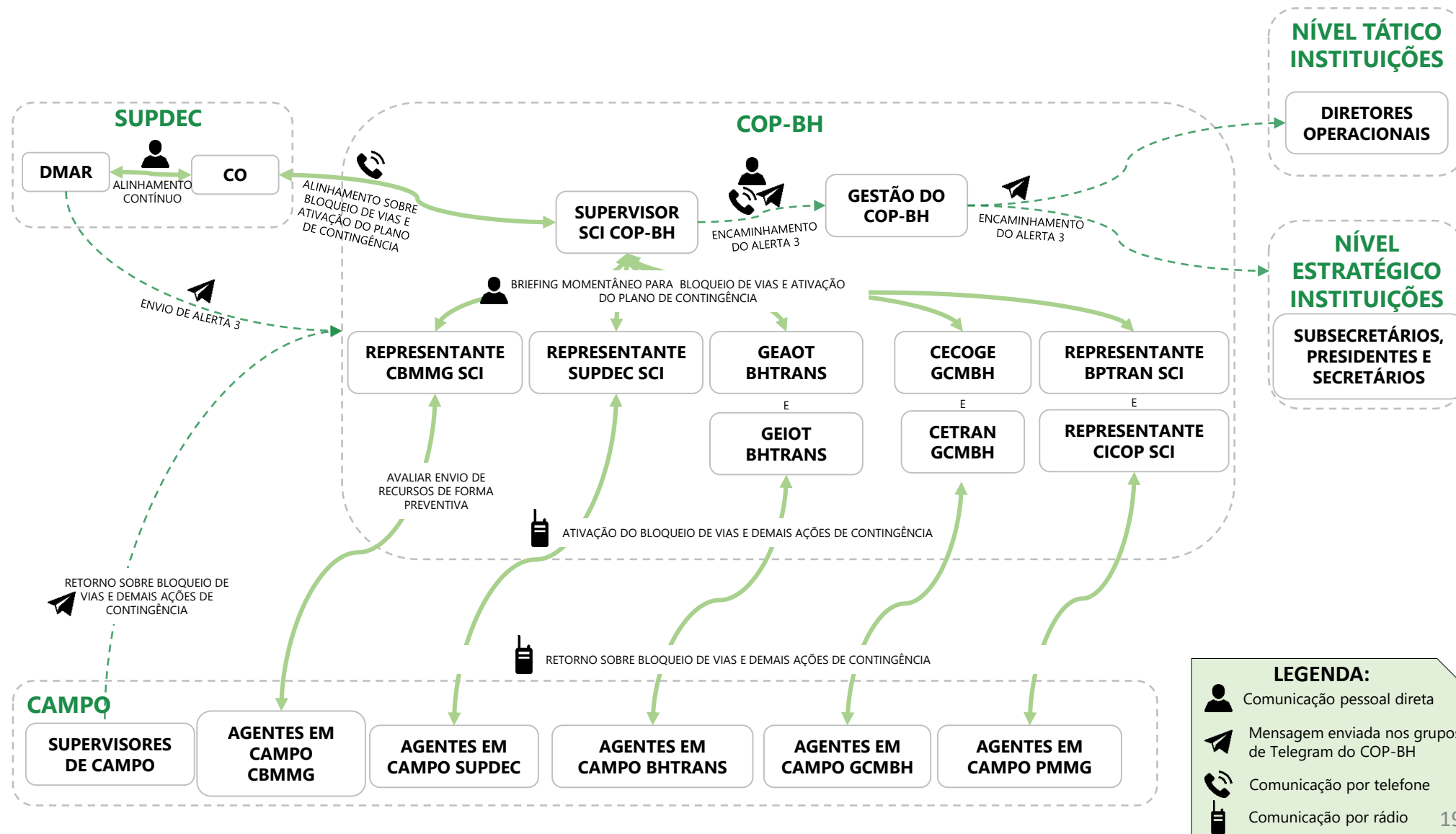
### BLOQUEIO DE VIAS

**QUEM ENVIA?**  
SUPDEC - DMAR

**ONDE ENVIA?**  
Canais de comunicação da SUPDEC e do COP-BH.

**CONTEÚDO:**  
Instrução para bloqueio de vias pelas equipes em campo, conforme Plano de Contingência.

**AÇÃO NECESSÁRIA:**  
Ativar Plano de Contingência, realizando bloqueio de vias e demais ações, conforme previsto. Supervisor da SCI alterar o estágio operacional para **Atenção**. Ativação dos bloqueios virtuais no Waze pelas Instituições responsáveis.



ETAPAS

PREPARAÇÃO

Detalhamento das regras estabelecidas para a etapa de preparação na ativação dos planos de contingência para bloqueio de vias.

## ALERTA 3



## BLOQUEIO DE VIAS

### QUEM ENVIA?

SUPDEC - DMAR

### ONDE ENVIA?

Canais de comunicação da SUPDEC e do COP-BH.

### CONTEÚDO:

Instrução para bloqueio de vias pelas equipes em campo, conforme Plano de Contingência.

### AÇÃO NECESSÁRIA:

Ativar Plano de Contingência, realizando bloqueio de vias e demais ações, conforme previsto. Supervisor da SCI alterar o estágio operacional para **Atenção**. Ativação dos bloqueios virtuais no Waze pelas Instituições responsáveis.

- A partir da contínua análise de sensores especialistas e informações do monitoramento visual, a DMAR é responsável por, quando necessário, enviar o **Alerta 3** nos grupos especificados de Telegram do COP-BH;
- Além disso, o Coordenador Operacional da SUPDEC deve contactar o Supervisor do COP-BH por telefone para alinhamento da ativação dos Planos de Contingência e consequente bloqueio de vias;
- O Supervisor do COP-BH articula um Briefing Momentâneo na SCI com representantes de instituições relevantes para bloqueio de vias como SUPDEC, BHTRANS (GEAOT e GEIOT), GCMBH (CECOGE e CETRAN), PMMG (BPTRAN e CICOP) para articulação e divisão de recursos para bloqueio de vias;
- As instituições responsáveis, então, empenham seus recursos para bloqueio de vias, conforme previsto em Plano de Contingência;
- As instituições responsáveis devem realizar os bloqueios virtuais das áreas que estão sendo alagadas no Waze, a partir dos templates pré-definidos para as áreas alagáveis;
- Além disso, a BHTRANS irá avaliar a possibilidade de alterar a programação semaforica das regiões que necessitam de bloqueio de vias, quando aplicável;
- Nesse momento, também se avalia a possibilidade de ativação de mosaicos de câmeras pré-definidos para os pontos de alagamento;
- Ademais, a BHTRANS irá avaliar a possibilidade de inserir alertas sobre bloqueio de vias e alagamentos em seus painéis visuais;
- Os agentes em campo que realizarem o bloqueio de vias devem manter suas respectivas instituições informadas dos status dos bloqueios;
- Os Centros de Controle Operacionais (CCO's) das empresas operadoras de transporte público devem ser alertadas no momento que for ativado o **Alerta 3** para monitoramento das rotas alternativas efetivadas, de forma a garantir que as linhas não transitem pelas áreas alagadas.
- Nesse momento, as instituições que tiverem canais de contato com a população devem utilizá-los para informar à população que não devem transitar por áreas que estejam sofrendo com alagamentos;
- Os supervisores em campo devem manter o COP-BH atualizado de informações do campo, para que a SCI consiga tomar decisões assertivas a partir das informações da ponta;
- O supervisor deve alterar o estágio operacional da cidade para **Atenção**.

**Obs:** em caso de restrições de recursos para abranger todos os pontos necessários de bloqueio de vias, a definição de prioridade é feita de forma compartilhada no Briefing Momentâneo na SCI.

**Obs:** em alguns casos, demais instituições inicialmente não previstas como responsáveis pelos bloqueios de via, podem realiza-lo e devem seguir o mesmo fluxo de comunicação estabelecido para as responsáveis: comunicar ao supervisor de campo e representante de sua instituição na SCI.

OCORRÊNCIAS DE ALAGAMENTO E INUNDAÇÕES OU COMUNICADOS DE DESBLOQUEIO E DESMOBILIZAÇÃO FAZEM PARTE DA ETAPA DE RESPOSTA.

ETAPAS

RESPOSTA

## PRIMEIRA INSTITUIÇÃO A CHEGAR NO LOCAL:

1. Mapear áreas afetadas e impacto da situação;
2. Estabelecer posto de comando local, se necessário;
3. Manter COP-BH abastecido de informações rápidas e precisar acerca do evento de chuva.

## SUPDEC:

1. [DMAR] Abastecer COP-BH e posto de comando local de informações meteorológicas via grupos (Telegram);
2. Atuar em resposta ao evento de chuva.

## TODAS AS INSTITUIÇÕES:

1. Quando solicitado, prestar ações de socorro e assistência em caso de evento de chuva;
2. Atuar em demandas decorrentes do evento de chuva, como isolamento da área de risco.

## COP-BH:

1. [Supervisor SCI] Articular instituições para resposta ao evento de chuva;
2. [Supervisor SCI] Apoiar posto de comando local;
3. [Supervisor SCI] Articular Briefing Momentâneo na SCI, se necessário;
4. [Supervisor SCI] Informar Gestão do COP-BH da criticidade da situação;
5. [Gestão do COP-BH] Instaurar Grupo Tático de Gestão de Situações Críticas.

## POSTO DE COMANDO LOCAL:

1. Tomar decisões operacionais e gerenciar desastres de acordo com metodologia SCO;
2. Manter COP-BH abastecido de informações rápidas e precisar acerca do evento de chuva.

A etapa de resposta consiste nas **atividades de socorro e assistência** que são **desenvolvidas após o evento de chuva de fato ocorrido**. Portanto, cada órgão do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil (SIMPDEC) atua conforme suas competências estabelecidas no **Plano de Contingência**, executando as **ações de socorro prioritárias** e estabelecendo o Posto de Comando Local, quando necessário. Além disso, em **situações críticas** há a uma postura organizacional não rotineira para o gerenciamento integrado das ações de resposta. A resposta ainda consiste no desenvolvimento, a partir da metodologia de SCO, das seguintes atribuições: **assistência humanitária, abrigo, segurança alimentar e assistência funerária**.

As seguintes **regras** foram estabelecidas para esta etapa:

- Após o evento de chuva de fato ocorrido, o supervisor da SCI do COP-BH tem um papel importante de articular as instituições para realização das ações de resposta previstas;
- O primeiro órgão a chegar no local é responsável por mapear áreas afetadas, avaliar impacto da situação, instalar o posto de comando, conforme norma específica, e reportar informações para o COP-BH;
- O supervisor da SCI irá acionar instituições necessárias e articular apoio para o(s) posto(s) de comando local, em conjunto com as instituições;
- A SUPDEC - DMAR é responsável por continuar abastecendo o COP-BH de informações meteorológicas conforme fluxo definido via grupos (Telegram);
- A Coordenação Operacional da SUPDEC é a responsável por acionar os **serviços de manutenção em logradouro** necessários no turno da noite e aos finais de semana. No turno diurno, em dias de semana, tal acionamento será de responsabilidade da SUDECAP. As demais atribuições específicas de cada órgão estão detalhadas em tabela nos anexos deste protocolo;
- O Supervisor da SCI é o responsável por atualizar o status operacional da cidade, conforme critérios definidos, durante e após a atuação em evento de chuva, além de registrar as informações sobre atuação integrada.

**Obs:** em caso de restrições de recursos para atender todas os pontos com necessidade de fechamento ou às solicitações de ações de resposta, a **definição de prioridade** é feita de forma compartilhada na SCI, por meio de um **Briefing Momentâneo**: Supervisor do COP-BH, Representante da SUPDEC na SCI, CECOG- GCMBH e GEIOT-BHTRANS. Para a definição de prioridade de atendimento, serão levadas em consideração os fatores de criticidade expostos a seguir.



- O líder situacional da ocorrência de eventos de chuva é a SUPDEC.



AÇÕES  
INSTITUIÇÕES



AÇÕES  
INTEGRADAS

ETAPAS

RESPOSTA

De acordo com os critérios de criticidade de resposta, os eventos de chuva, após ocorridos de fato, serão classificados conforme previsto no plano de contingências de desastres da PBH da seguinte forma:



## BAIXO IMPACTO

Resposta regionalizada, com órgãos da PBH;



## MÉDIO IMPACTO

Resposta compartilhada com órgãos da PBH e Estado;



## ALTO IMPACTO

Resposta a evento complexo, com órgãos da PBH, Estado e União.

Em todas as situações de **MÉDIO IMPACTO** e **ALTO IMPACTO** será montado um **posto de comando local**, este local poderá ser fixo ou móvel, em ambiente físico ou viatura.

Será estabelecido um **comando compartilhado** e as decisões serão tomadas observando a seguinte temporalidade:

- Durante o acontecimento do evento
- Após o acontecimento do evento

Ao se tratar de uma situação que é de médio ou grande impacto, com necessidade de maior duração para total resolução e com possível impacto midiático, **avalia-se a necessidade de instauração dos demais níveis de governança de situações críticas:**

- **Nível tático:** Grupo Tático de Gestão de Situações Críticas
- **Nível estratégico:** Gabinete de Crises



- Os objetivos **IMEDIATOS** são: instalação do Posto de Comando Local – PC, comunicação imediata à SUPDEC e COP-BH, delimitação da área afetada, socorro aos afetados, prevenção de desastres secundários, isolamento da área de risco.
- **APÓS** instalação do PC os objetivos prioritários são: mapeamento da área, cadastro de afetados, instalação de ponto de captação de demandas, distribuição de assistência humanitária, alojamento/abrigamento dos atingidos e restabelecimento da normalidade.



# PROTOCOLO DE EVENTOS DE CHUVAS | RESPOSTA A EVENTOS DE CHUVA

ETAPAS

RESPOSTA

## PRIMEIRA INSTITUIÇÃO A CHEGAR NO LOCAL:

1. Mapear áreas afetadas e impacto da situação;
2. Estabelecer posto de comando local, se necessário;
3. Manter COP-BH abastecido de informações rápidas e precisar acerca do evento de chuva.

## SUPDEC:

1. [DMAR] Abastecer COP-BH e posto de comando local de informações meteorológicas via grupos (Telegram);
2. Atuar em resposta ao evento de chuva.

## TODAS AS INSTITUIÇÕES:

1. Quando solicitado, prestar ações de socorro e assistência em caso de evento de chuva;
2. Atuar em demandas decorrentes do evento de chuva, como isolamento da área de risco.

## COP-BH:

1. [Supervisor SCI] Articular instituições para resposta ao evento de chuva;
2. [Supervisor SCI] Apoiar posto de comando local;
3. [Supervisor SCI] Articular Briefing Momentâneo na SCI, se necessário;
4. [Supervisor SCI] Informar Gestão do COP-BH da criticidade da situação;
5. [Gestão do COP-BH] Instaurar Grupo Tático de Gestão de Situações Críticas.

## POSTO DE COMANDO LOCAL:

1. Tomar decisões operacionais e gerenciar desastres de acordo com metodologia SCO;
2. Manter COP-BH abastecido de informações rápidas e precisar acerca do evento de chuva.



AÇÕES  
INSTITUIÇÕES



AÇÕES  
INTEGRADAS

Alguns eventos de chuva podem ocorrer de forma a serem considerados como situações críticas. Desse modo, pode-se fazer necessário acionar o **nível tático** das instituições e instaurar o Grupo Tático de Gestão de Situações Críticas. Além disso, pode ser necessário, acionar o **nível estratégico** da Prefeitura de Belo Horizonte e instaurar o Gabinete de Crises. As regras gerais para estabelecimentos dos níveis tático e estratégico para gerenciamento de situações **críticas** assim como dos fluxos de comunicação, são detalhadas no **Protocolo Geral de Gestão de Situações Críticas**



## EVENTOS DE CHUVA COMO SITUAÇÕES CRÍTICAS

- Em alguns casos, situações de eventos de chuva podem ser considerados como uma situação crítica.
- A decisão para instauração de situação crítica é feita de forma compartilhada, sendo tomada em Briefing Momentâneo na SCI do COP-BH a partir de monitoramento de riscos, avaliação de critérios pré-definidos e recomendação do posto de comando local, quando existente. Caso essa situação esteja configurada, é de responsabilidade do Supervisor do COP-BH informar a Gestão do COP-BH da necessidade de instauração do nível tático.
- Os critérios para enquadramento do evento de chuva como situação crítica são:
  - impacto médio ou grande do evento de chuva;
  - necessidade de maior duração para total resolução do problema;
  - necessidade de priorização de recursos para resolução do problema;
  - possível impacto midiático;
- Portanto, cabe à Gestão do COP-BH, a partir de todas as informações citadas, instaurar o Grupo Tático de Gestão de Situações Críticas, **conforme Protocolo Geral de Atuação Integrada em Gestão de Situações Críticas**.
- O grupo tático também é instaurado caso algum representante do nível tático de alguma instituição comece a se envolver na resolução do problema, para alinhamento de todo o nível tático.
- As regras gerais para estabelecimentos dos níveis tático e estratégico para gerenciamento de situações críticas, assim como dos fluxos de comunicação, são detalhadas no **Protocolo Geral de Gestão de Situações Críticas**.



# PROTOCOLO DE EVENTOS DE CHUVAS | RESPOSTA A EVENTOS DE CHUVA

ETAPAS

RESPOSTA

## PRIMEIRA INSTITUIÇÃO A CHEGAR NO LOCAL:

1. Mapear áreas afetadas e impacto da situação;
2. Estabelecer posto de comando local, se necessário;
3. Manter COP-BH abastecido de informações rápidas e precisar acerca do evento de chuva.

## SUPDEC:

1. [DMAR] Abastecer COP-BH e posto de comando local de informações meteorológicas via grupos (Telegram);
2. Atuar em resposta ao evento de chuva.

## TODAS AS INSTITUIÇÕES:

1. Quando solicitado, prestar ações de socorro e assistência em caso de evento de chuva;
2. Atuar em demandas decorrentes do evento de chuva, como isolamento da área de risco.

## COP-BH:

1. [Supervisor SCI] Articular instituições para resposta ao evento de chuva;
2. [Supervisor SCI] Apoiar posto de comando local;
3. [Supervisor SCI] Articular Briefing Momentâneo na SCI, se necessário;
4. [Supervisor SCI] Informar Gestão do COP-BH da criticidade da situação;
5. [Gestão do COP-BH] Instaurar Grupo Tático de Gestão de Situações Críticas.

## POSTO DE COMANDO LOCAL:

1. Tomar decisões operacionais e gerenciar desastres de acordo com metodologia SCO;
2. Manter COP-BH abastecido de informações rápidas e precisar acerca do evento de chuva.



AÇÕES  
INSTITUIÇÕES



AÇÕES  
INTEGRADAS

Alguns eventos de chuva podem ocorrer de forma a serem considerados como situações críticas. Desse modo, pode-se fazer necessário acionar o **nível tático** das instituições e instaurar o Grupo Tático de Gestão de Situações Críticas. Além disso, pode ser necessário, acionar o **nível estratégico** da Prefeitura de Belo Horizonte e instaurar o Gabinete de Crises. As regras para instauração desses níveis, assim como suas competências são descritas em maiores detalhes no **Protocolo de Atuação Integrada em Gestão de Situações Críticas**.



O Grupo Tático de Gestão de Situações Críticas pode ser instaurado fisicamente no COP-BH (dado seus recursos de videomonitoramento, integração das instituições na SCI e pela sistemática ininterrupta de trabalho) ou via ambiente virtual (videoconferências ou somente um grupo de mensagens instantâneas, quando este for suficiente).

## ETAPAS

## RESPOSTA

### PRIMEIRA INSTITUIÇÃO A CHEGAR NO LOCAL:

1. Mapear áreas afetadas e impacto da situação;
2. Estabelecer posto de comando local, se necessário;
3. Manter COP-BH abastecido de informações rápidas e precisar acerca do evento de chuva.

### SUPDEC:

1. [DMAR] Abastecer COP-BH e posto de comando local de informações meteorológicas via grupos (Telegram);
2. Atuar em resposta ao evento de chuva.

### TODAS AS INSTITUIÇÕES:

1. Quando solicitado, prestar ações de socorro e assistência em caso de evento de chuva;
2. Atuar em demandas decorrentes do evento de chuva, como isolamento da área de risco.

### COP-BH:

1. [Supervisor SCI] Articular instituições para resposta ao evento de chuva;
2. [Supervisor SCI] Apoiar posto de comando local;
3. [Supervisor SCI] Articular Briefing Momentâneo na SCI, se necessário;
4. [Supervisor SCI] Informar Gestão do COP-BH da criticidade da situação;
5. [Gestão do COP-BH] Instaurar Grupo Tático de Gestão de Situações Críticas.

### POSTO DE COMANDO LOCAL:

1. Tomar decisões operacionais e gerenciar desastres de acordo com metodologia SCO;
2. Manter COP-BH abastecido de informações rápidas e precisar acerca do evento de chuva.



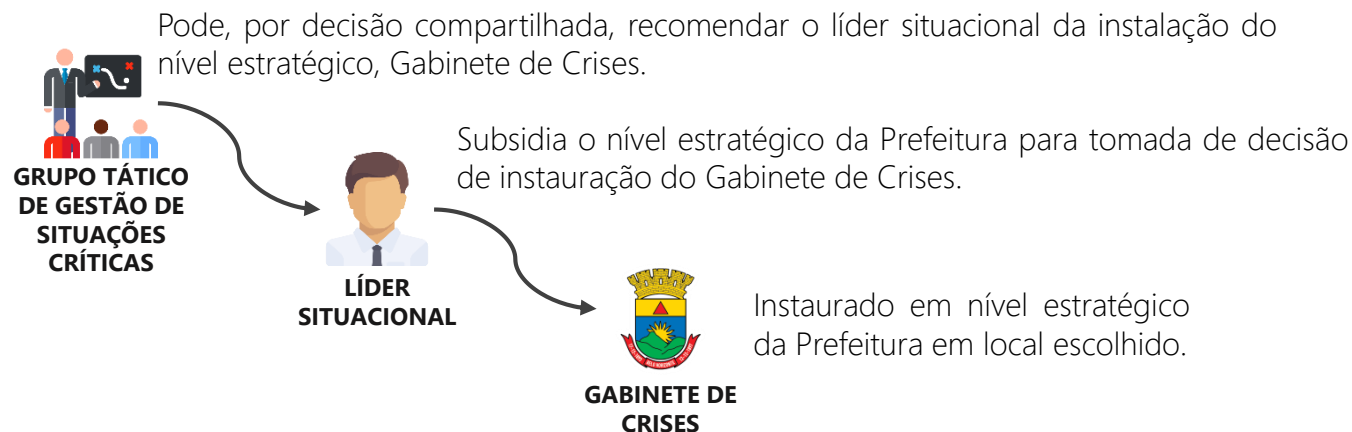
AÇÕES  
INSTITUCIONAIS



AÇÕES  
INTEGRADAS

Alguns eventos de chuva podem ocorrer de forma a serem considerados como situações críticas. Desse modo, pode-se fazer necessário acionar o **nível tático** das instituições e instaurar o Grupo Tático de Gestão de Situações Críticas. Além disso, pode ser necessário, acionar o **nível estratégico** da Prefeitura de Belo Horizonte e instaurar o Gabinete de Crises. As regras para instauração desses níveis, assim como suas competências são descritas em maiores detalhes no **Protocolo de Atuação Integrada em Gestão de Situações Críticas**.

A decisão pela instauração do **Gabinete de Crises**, será tomada pelo nível estratégico da Prefeitura, subsidiada pelo líder situacional, no caso de evento de chuva, a **SUPDEC**. Além disso, o **Grupo Tático de Gestão de Situações Críticas** pode gerar uma recomendação de sua instauração para o líder situacional, que toma a decisão. Esse nível possui uma visão mais estratégica e política no nível institucional de Prefeitura em relação ao problema.



O Gabinete de Crises, a partir de sua avaliação da situação de evento de chuva, decide por instaurar o estágio de Crise. Além desse estágio, ainda há Situação de Emergência e Calamidade Pública, que também são de competência de instauração do nível estratégico e dependem de decretos oficiais para terem validade. Os Estágios Operacionais são melhor detalhados no Protocolo de Atuação Integrada em Monitoramento.

ETAPAS

RESPOSTA

Relação do protocolo de evento de chuva com os Estágios Operacionais da Cidade.

NORMALIDADE	PRÉ-ATENÇÃO	ATENÇÃO	SITUAÇÃO CRÍTICA
<p><u>Estágio de Normalidade:</u></p> <p>Quando a condição atual da atmosfera está dentro de normalidade, comunicados de previsão meteorológica da SUPDEC - DMAR estiverem dentro do normal ou quando o volume acumulado de chuva esperado for inferior a 20 mm.</p>	<p><u>Estágio de Pré-Atenção:</u></p> <p>Quando, a partir do <b>Alerta 1</b> da SUPDEC - DMAR, identifica-se no Briefing Operacional a necessidade de preparar ações de contingência e deixar as equipes de campo em estado de alerta para o caso de receberem o próximo alerta e realizar o monitoramento visual.</p>	<p><u>Estágio de Atenção:</u></p> <p>Quando, a partir do <b>Alerta 3</b>, inicia-se a mobilização dos agentes de campo e consequente bloqueio de vias em pontos de eventos de chuva.</p>	<p><u>Estágio de Situação Crítica:</u></p> <p>Quando, o evento de chuva ocorre de fato e gera ocorrências críticas (Ex: vítimas, danos materiais) e será necessário instaurar novo nível de gestão, o <b>Grupo Tático de Gestão de Situações Críticas</b>.</p>

# PROTOCOLO DE EVENTOS DE CHUVAS | RESPOSTA A EVENTOS DE CHUVA

ETAPAS

RESPOSTA

## PRIMEIRA INSTITUIÇÃO A CHEGAR NO LOCAL:

1. Mapear áreas afetadas e impacto da situação;
2. Estabelecer posto de comando local, se necessário;
3. Manter COP-BH abastecido de informações rápidas e precisar acerca do evento de chuva.

## SUPDEC:

1. [DMAR] Abastecer COP-BH e posto de comando local de informações meteorológicas via grupos (Telegram);
2. Atuar em resposta ao evento de chuva.

## TODAS AS INSTITUIÇÕES:

1. Quando solicitado, prestar ações de socorro e assistência em caso de evento de chuva;
2. Atuar em demandas decorrentes do evento de chuva, como isolamento da área de risco.

## COP-BH:

1. [Supervisor SCI] Articular instituições para resposta ao evento de chuva;
2. [Supervisor SCI] Apoiar posto de comando local;
3. [Supervisor SCI] Articular Briefing Momentâneo na SCI, se necessário;
4. [Supervisor SCI] Informar Gestão do COP-BH da criticidade da situação;
5. [Gestão do COP-BH] Instaurar Grupo Tático de Gestão de Situações Críticas.

## POSTO DE COMANDO LOCAL:

1. Tomar decisões operacionais e gerenciar desastres de acordo com metodologia SCO;
2. Manter COP-BH abastecido de informações rápidas e precisar acerca do evento de chuva.



## DESMOBILIZAÇÃO EM EVENTOS DE CHUVA NÃO CONSIDERADOS COMO SITUAÇÕES CRÍTICAS:

- A decisão acerca da desmobilização dos recursos se dará pelo Posto de Comando Local, caso existente, e/ou em momento de Briefing Momentâneo na SCI com os representantes das principais instituições envolvidas na atuação integrada, sendo estes sempre baseados por informações dos agentes em campo. Portanto, a informação de desmobilização será comunicada no grupo (Telegram) pelo representante da SUPDEC e os representantes das instituições na SCI devem também informar os agentes em campo da desmobilização.



## DESMOBILIZAÇÃO EM EVENTOS DE CHUVA CONSIDERADOS COMO SITUAÇÕES CRÍTICAS:

- Em caso de situações críticas, a decisão acerca da desmobilização de recursos se dará por decisão compartilhada entre Posto de Comando Local, caso existente, Grupo Tático de Gestão de Situações Críticas e Gabinete de Crises, sendo estes sempre baseados por informações dos agentes em campo. De acordo com a metodologia SCO, o processo de desmobilização é gradual e contínuo, fazendo com que as ações antes planejadas a partir da articulação de esforços coletivos das organizações envolvidas passem a representar procedimentos rotineiros, não exigindo mais uma coordenação especial. Portanto, a desmobilização deve ser planejada e executada cuidadosamente para evitar o descontrole e a perda de equipamentos e materiais, a sobrecarga de equipes ou determinadas organizações e o desmantelamento descontrolado das operações.



AÇÕES  
INSTITUIÇÕES



AÇÕES  
INTEGRADAS



Posto de Comando  
Local (se houver)  
SCI – COP-BH



Grupo Tático de  
Gestão de Situações  
Críticas



Gabinete de Crises



Decisão compartilhada para desmobilização de recursos.

# PROTOCOLO DE EVENTOS DE CHUVAS | RESPOSTA A EVENTOS DE CHUVA

ETAPAS

RESPOSTA

## PRIMEIRA INSTITUIÇÃO A CHEGAR NO LOCAL:

1. Mapear áreas afetadas e impacto da situação;
2. Estabelecer posto de comando local, se necessário;
3. Manter COP-BH abastecido de informações rápidas e precisar acerca do evento de chuva.

## SUPDEC:

1. [DMAR] Abastecer COP-BH e posto de comando local de informações meteorológicas via grupos (Telegram);
2. Atuar em resposta ao evento de chuva.

## TODAS AS INSTITUIÇÕES:

1. Quando solicitado, prestar ações de socorro e assistência em caso de evento de chuva;
2. Atuar em demandas decorrentes do evento de chuva, como isolamento da área de risco.

## COP-BH:

1. [Supervisor SCI] Articular instituições para resposta ao evento de chuva;
2. [Supervisor SCI] Apoiar posto de comando local;
3. [Supervisor SCI] Articular Briefing Momentâneo na SCI, se necessário;
4. [Supervisor SCI] Informar Gestão do COP-BH da criticidade da situação;
5. [Gestão do COP-BH] Instaurar Grupo Tático de Gestão de Situações Críticas.

## POSTO DE COMANDO LOCAL:

1. Tomar decisões operacionais e gerenciar desastres de acordo com metodologia SCO;
2. Manter COP-BH abastecido de informações rápidas e precisar acerca do evento de chuva.



ações  
instituições



ações  
integradas

## RETORNO AO ESTÁGIO DE NORMALIDADE

Após o retorno da cidade ao estágio de normalidade, quando os eventos que geraram a transição de estágio operacional da cidade cessarem, algumas atividades devem ser realizadas, não necessariamente na ordem abaixo:



Comunicação, via Telegram, aos níveis envolvidos no estágio do retorno à normalidade



Acompanhamento da desmobilização de recursos. Ressalta-se a necessidade de comunicação contínua na desmobilização, sobretudo para garantir a segurança e apoio para equipes que ainda estejam atuando em ocorrências secundárias.



Direcionamento das ações integradas de recuperação necessárias



Para os estágios de atenção e de situação crítica, realização de reunião de debriefing para avaliação da atuação

Por envolver a mobilização de recursos operacionais para campo, os estágios de atenção e de situação crítica demandam a realização de uma reunião de debriefing com as instituições envolvidas em sua preparação e resposta para avaliação qualitativa de como foi a aplicação do plano de contingência em resposta à iminência do desastre ou à catástrofe. Um dos principais focos da reunião deve ser o levantamento de possíveis melhorias operacionais que possam ser implantadas nos protocolos operacionais e planos de contingência para que se tenha uma melhor resposta em possíveis situações de repetição da condição.



### AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO INTEGRADA EM EVENTOS DE CHUVA

Destaca-se a importância de que o processo de avaliação deva ser feito de forma conjunta e individualizada para cada desastre. Por isso, torna-se importante o “debriefing” após a resposta ao desastre/ocorrência.

- Após cada desastre, a SUPDEC realiza a **avaliação intersetorial** por escrito de todos os itens do checklist da Coordenação do Posto de Comando (que é a síntese da Portaria 196/18).
- Além disso, o COP-BH deve também realizar a **avaliação da atuação integrada** por meio de **registros de ocorrências integradas relacionadas ao evento de chuva específico**, assim como demais informações fornecidas pelas instituições ou questionários específicos de avaliação de atuação em integrada em casos de situações críticas.
- Portanto, para os casos de eventos de chuva considerados como **situações críticas**, as instituições envolvidas na atuação integrada serão convocadas **pelo COP-BH e pela SUPDEC para uma reunião de debriefing**. A reunião deve ocorrer em nível de Diretoria Operacional das instituições e pode contar com demais participantes, a depender da necessidade.
- O COP-BH e o líder situacional são responsáveis por registrar os principais pontos discutidos em reunião, além de gerar um plano de ação com as melhorias propostas no debriefing.



Defesa Civil PBH

**PROTOCOLO DE EVENTOS DE CHUVAS | ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS**

Entende-se que o Ciclo de Vida dos Eventos, o Plano de Contingências 2018/2019 e a Portaria Conjunta SMOBI/SMASAC/GP Nº 196, se constituem em verdadeiros protocolos de atuação operacional envolvendo os diversos órgãos da PBH, para atuações coordenadas em situações de desastres das mais diversas naturezas. Nestes documentos estão relacionadas as atribuições de cada órgão e a forma como se espera que as equipes operacionais devam atuar em situações de desastres e crises. Portanto, neste protocolo de atuação integrada em evento de chuva é valido reforçar os princípios e competências inerentes a cada órgão nessas situações descritas nos documentos originais.

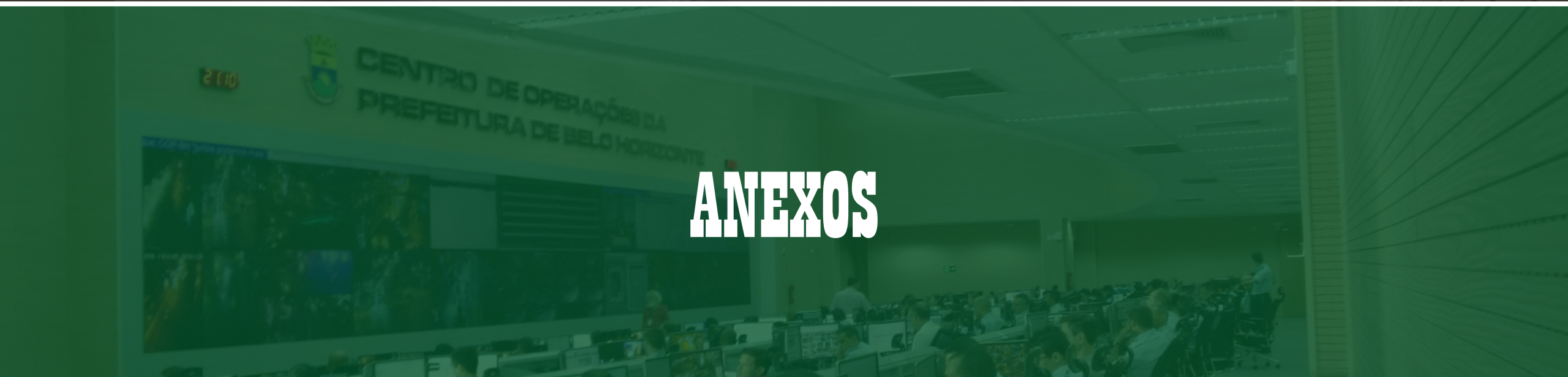
SITUAÇÃO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	COORDENAÇÃO	INSTITUIÇÃO/ÓRGÃOS DE APOIO	AÇÕES
Evento de chuva	Socorrer atingidos; Prover assistência humanitária; Avaliar os impactos do desastres; Prevenir desastres secundários; Reestabeler a normalidade	CO - SUPDEC com apoio COP-BH	CO - SUPDEC	Monitorar riscos e emitir alertas; distribuir materiais de assistência humanitária caso haja a necessidade de mudança dos moradores; Avaliar e registrar eventos; isolar a área afetada; Participar da avaliação e monitoramentos de risco; Prevenir e mitigar riscos de desastres secundários;
			CBMMG	Prevenir e mitigar riscos de desastres.
			BHTRANS	Se necessário, participar do isolamento da área afetada; Sinalizar e orientar o trânsito;
			GCMBH	Se necessário, participar do isolamento da área afetada; Sinalizar e orientar o trânsito; Participar da segurança das áreas isoladas;
			SLU	Limpeza de vias, logradouros públicos e córregos com objetivo de evitar carreamento de resíduos que causem obstrução aos dispositivos de drenagem. Limpeza das vias e logradouros públicos afetados por eventos de inundação/alagamento.
			SMASAC	Prestar ações de resposta, apoio e proteção à população atingida por desastres, como: assistência humanitária, abrigo, segurança alimentar e assistência funerária; Participar da avaliação e registro de eventos e danos;.
			SUDECAP	Limpeza de dispositivos de drenagem, bocas de lobo e galerias; Reabilitar e reconstruir áreas públicas afetadas;
			SMPU	Se necessário, prover assistência social e humanitária aos afetados; Prover abrigo; Apoiar as operações com alimentação quente; Participar da avaliação e registro de eventos e danos;
			CEMIG	Se necessário, providenciar a segurança da rede elétrica; Restabelecer a normalidade no fornecimento de energia; Apoiar na prevenção e mitigação de desastre secundários
			COPASA	Se necessário, providenciar a segurança das redes de esgoto e abastecimento de água; Restabelecer a normalidade no fornecimento de água e manutenção das redes de esgoto; Apoiar na prevenção e mitigação de desastre secundários
			PMMG	Se necessário, prover a segurança pública nas áreas de desastre; Participar do isolamento da área afetada; Sinalizar e orientar o trânsito;



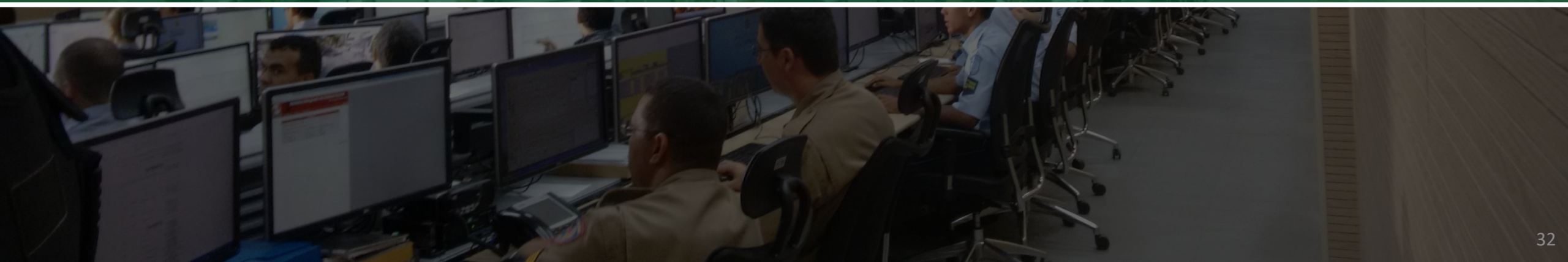


### EVENTOS DE CHUVAS

- O CICC-MG pode apoiar na gestão do evento de chuva com a definição de mosaicos de câmeras para apoiar em monitoramentos críticos de forma prioritária, quando necessário e de acordo com plano de contingência pactuado com CICC-MG.
- O acionamento pelo COP-BH de órgãos do Estado se dá em fluxo direto com os representantes dentro da SCI, não necessitando, portanto, acionar diretamente o CICC-MG.



# ANEXOS



## SUPDEC

1. Mapeamento das áreas de risco;
2. Realização de vistorias preventivas nas áreas de inundação mapeadas, em conjunto com os NAC's e demais órgãos do SIMDEC;
3. Participar da aplicação do método IARA para eventos de chuva;
4. Realização de campanhas educativas;
5. Participar no desenvolvimento de diagnósticos integrados, planos de ação e projetos de prevenção de eventos de chuva;
6. Capacitação dos gestores municipais nos planos de contingência e protocolos;
7. Aquisição e estocagem de materiais de ajuda humanitária essenciais à assistência da população;
8. Capacitação contínua dos agentes de defesa civil, dos Núcleos de Defesa Civil (Nudec), dos Núcleos de Alerta de Chuva (Nac) e dos representantes das instituições integradas no COP-BH nos planos de contingência e protocolos;
9. Convocação e mobilização do GGRD, sob coordenação da SMOBI;
10. Monitoramento das áreas de risco e acompanhando da previsão meteorológica;
11. Emissão de alertas e alarmes para as comunidades inseridas em área de risco e para a população em geral;
12. DMAR: Envio de comunicados e alertas para o COP-BH;
13. Realizar monitoramento visual local;
14. Realizar bloqueio de vias ;
15. Repassar informações para COP-BH;
16. Abastecer COP-BH e Posto de Comando Local de informações meteorológicas via Telegram;
17. Prestar ações de resposta, apoio e proteção à população atingida por desastres;
18. Avaliar e registrar eventos e danos;
19. Prevenir e mitigar riscos de desastres secundários;
20. Realizar avaliação intersetorial por escrito de todos os itens do checklist da Coordenação do Posto de Comando.

## COP-BH

1. Identificar necessidade de aplicação do método IARA para desenvolvimento de projetos de prevenção;
2. Coordenar o desenvolvimento de diagnósticos integrados de eventos de chuva;
3. Coordenar a pactuação de planos de ação de prevenção de eventos de chuva;
4. Coordenar a aplicação do método IARA para prevenção de eventos de chuva;
5. Repassar alertas;
6. Articular Briefing Momentâneo na SCI com representantes de instituições relevantes no monitoramento visual para articulação e divisão de recursos;
7. [Supervisor SCI] Articular instituições para resposta ao evento de chuva;
8. [Supervisor SCI] Apoiar Posto de Comando Local;
9. [Supervisor SCI] Articular Briefing Momentâneo na SCI, se necessário;
10. [Supervisor SCI] Informar Gestão do COP-BH da criticidade da situação;
11. [Gestão do COP-BH] Instaurar Grupo Tático de Gestão de Situações Críticas;
12. Articulação das ações que visam o restabelecimento das condições de normalidade dentro do município;
13. Avaliação da atuação integrada em eventos de chuva.

## GCMBH

1. Realizar monitoramento visual local;
2. Realizar bloqueio de vias;
3. Repassar informações para COP-BH;
4. Sinalizar e orientar o trânsito;
5. Participar da segurança das áreas isoladas.

## BHTRANS

1. Realizar monitoramento visual local;
2. Realizar bloqueio de vias;
3. Sinalizar e orientar o trânsito;
4. Repassar informações para COP-BH.

## CBMMG

1. Socorrer e resgatar vítimas;
2. Prevenir e mitigar riscos de desastres secundários.

## PMMG

1. Realizar monitoramento visual local;
2. Realizar bloqueio de vias;
3. Repassar informações para COP-BH;
4. Prover a segurança pública nas áreas de desastre;
5. Sinalizar e orientar o trânsito.

## CEMIG

1. Providenciar a segurança da rede elétrica;
2. Restabelecer a normalidade no fornecimento de energia;
3. Apoiar na prevenção e mitigação de desastre secundários;

## COPASA

1. Providenciar a segurança das redes de esgoto e abastecimento de água;
2. Restabelecer a normalidade no fornecimento de água e manutenção das redes de esgoto;
3. Apoiar na prevenção e mitigação de desastre secundários.

## GERMA - SUDECAP

1. Manutenção, limpeza, desobstrução ou pequenas intervenções em sistemas de drenagem pluvial, esgoto, pequenos cursos d'água, vias de pedestre, etc., com o objetivo de evitar a deflagração ou agravamento de situações de risco;
2. Obras e grandes intervenções de infraestrutura;
3. Participar de diagnósticos integrados, pactuar planos de ação e desenvolver projetos de prevenção de eventos de chuva;
4. Reabilitar e reconstruir áreas públicas afetadas.

## SLU

1. Limpeza de vias, logradouros públicos e córregos com objetivo de evitar carreamento de resíduos que causem obstrução aos dispositivos de drenagem.;
2. Prover limpeza das áreas afetadas;

## SMASAC

1. Prestar ações de resposta, apoio e proteção à população atingida por desastres, como: assistência humanitária, abrigamento, segurança alimentar e assistência funerária;
2. Participar da avaliação e registro de eventos e danos.

## GGRD

1. Contribuir para a resolução de problemas causados pelas chuvas e compartilhar o planejamento e a execução de ações de prevenção e resposta a partir de uma dinâmica de reuniões semanais.

## Posto de Comando Local

1. Tomar decisões operacionais e gerenciar desastres de acordo com metodologia SCO;
2. Manter COP-BH abastecido de informações rápidas e precisar acerca do evento de chuva.

## Primeira Instituição a Chegar no Local

1. Mapear áreas afetadas e impacto da situação;
2. Estabelecer posto de comando local;
3. Manter COP-BH abastecido de informações rápidas e precisar acerca do evento de chuva.

## CICC-MG

1. Apoiar no videomonitoramento de eventos de chuva a partir de mosaicos pré-definidos.

## Todas as Instituições

1. Realização de campanhas educativas relacionadas a eventos de chuva;
2. Atuação em ações preventivas, quando necessário;
3. Disponibilizar agentes capacitados nos planos de contingência e protocolos para atuação em desastres;
4. Disponibilizar recursos para resposta e regularização das atividades o mais rápido possível;
5. Quando solicitado, prestar ações de socorro e assistência;
6. Atuar em demandas decorrentes do evento de chuva, como isolamento da área de risco;
7. Participar de diagnósticos integrados, pactuar planos de ação e desenvolver projetos de prevenção de evento de chuva, quando aplicável.

## CARES

1. Promover limpeza e manutenções em vias públicas;
2. Participar da avaliação de danos e registros do evento;
3. Participar da distribuição de assistência humanitária;
4. Participar da avaliação e monitoramentos de risco;
5. Prevenir e mitigar riscos de desastres secundários;
6. Reabilitar e reconstruir áreas públicas afetadas.

**BHTRANS:** Empresa de transportes e Trânsito de Belo Horizonte

**BPTRAN:** Batalhão de Polícia de Trânsito da PMMG

**CARE:** Coordenadoria de Atendimento Regional

**CBMMG:** Corpo de Bombeiros de Minas Gerais

**CECOGE:** Central de Coordenação Geral da GCMBH

**CETTRAN:** Central de Trânsito da GCMBH

**CICOP:** Centro Integrado de Comunicação Operacionais da PMMG

**COP-BH:** Centro Integrado de Operações da Prefeitura de Belo Horizonte

**DESASTRE:** É o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais.

**DMAR:** Diretoria de Meteorologia e Alerta de Risco

**GCMBH:** Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte

**GEAOT - BHTRANS:** Gerência de Auditoria e Operação de Transportes

**GEIOT - BHTRANS:** Gerência de Integração da Operação de Tráfego

**QEPE:** Quadro de eventos programados

**PMMG:** Polícia Militar de Minas Gerais

**ROI:** Registro de Ocorrências Integradas (genericamente chamado de sistema informatizado do COP-BH, pois pode ser substituído)

**SAMU:** Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

**SCI:** Sala de Controle Integrado

**SMASAC:** Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania

**SITUAÇÃO CRÍTICA:** Situações cujas características exigem, além de uma intervenção imediata de profissionais capacitados com equipamentos adequados, uma postura organizacional não rotineira para o gerenciamento integrado das ações de resposta.

**SUDECAP:** Superintendência de Desenvolvimento da Capital

**SUFIS:** Subsecretaria de Fiscalização

**SLU:** Superintendência de Limpeza Urbana

**SUPDEC:** Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil

**SUREG:** Subsecretaria de Regulação Urbana

**URBEL:** Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte





**COP.BH**  
Centro Integrado de Operações  
Prefeitura de Belo Horizonte